UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS – CEPPAC

TESE

DECODIFICANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA EM NARRATIVAS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: GOVERNOS DA NATUREZA NO BRASIL E NOS EUA

RODRIGO AUGUSTO LIMA DE MEDEIROS

Abril de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS – CEPPAC.

DECODIFICANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA EM NARRATIVAS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: GOVERNOS DA NATUREZA NO BRASIL E NOS EUA

Tese de doutorado apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas** como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

AUTOR: RODRIGO AUGUSTO LIMA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: Prof. Dr. GUSTAVO LINS RIBEIRO

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza e Lima (UFRJ)
Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC/UnB)
Profa. Dra. Flávia Lessa Barros (CEPPAC/UnB)
Prof. Dr. Wellington Lourenço Almeida (CEAG/UnB)

Suplente:

Profa. Dra. Simone Rodrigues Pinto (CEPPAC/UnB).

Brasília, 12 de Abril de 2012.

Para minha mãe, que com o esforço de seu trabalho
proveu de educação seus cinco filhos.

SUMÁRIO

GRÁFICOS E QUADROS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer as instituições que acolheram meus projetos intelectuais, possibilitando um adensamento teórico e metodológico nas ciências sociais: Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC); Departamentos de Antropologia (DAN) e Sociologia (SOL); Instituto de Ciências Sociais (ICS); e a Universidade de Brasília (UnB). Não posso deixar de agradecer ao CNPq e a CAPES que deram as devidas ajudas financeiras em cada momento da pesquisa, permitindo dedicação exclusiva quando necessária. Agradeço aos professores do CEPPAC pelas aulas que sempre proporcionaram trocas honestas no árduo método comparativo e nas especulações interdisciplinares: Simone Rodrigues, Moisés Balestro, Benício Schmidt, Graças Rua, Ana Maria Fernandes, Sônia, Christian Teófilo, Camilo, Arno Vogel, Flávia Barros, Henrique Castro e Francisco Campos. Aos professores do DAN: Lia Zanotta, Luís Roberto e Mariza Peirano pelas disciplinas História da Antropologia (1 e 2) e SAT (1 e 2).

Sou especialmente grato ao meu orientador, Gustavo Lins Ribeiro, que ao longo da pesquisa de campo e da feitura da tese. Ele sempre estendeu a mão amiga e iluminou o caminho, mesmo que muitas vezes, eu na inocente típica dos neófitos tenha resistido àlgumas sugestões. Na defesa, percebi o quão ele estava correto. Não posso deixar de agradecer também aos membros da banca examinadora, Antônio Carlos, Wellington Almeida, Flávia Barros e Christian Teófilo, por apontarem generosamente as imprecisões do meu trabalho. Além de me alertarem para o cuidado do uso político de nossas reflexões que mesmo com a intenção crítica poderão ser apropriadas em situações políticas fora de nossos controles. Não posso deixar de mencionar meus colegas de UnB que tanto acrescentaram a jornada: Tatiana, Cláudio, Luiz Carlos, Roberto, Gabriel, Aline, Annie, Ana, Elizabeth, Marília, Tereza, Márcia, Pederiva, Elizabeth, Paola, Fernanda, Ana Isaura, Ana Lúcia, Ney José, João Guilherme, Luís Guilherme, Regina, Marianna, Sônia, André, Gustavo, Edward, Marcelo, Rudhrá, Fred, Zezeu e tantos outros.

Sou grato ao professor Arturo Escobar, Universidade da Carolina do Norte, por ter me aceito como *Viziting Scholar*. Graças à bolsa sanduíche CAPES, pude me dedicar exclusivamente durante10 meses à pesquisa da burocracia especializada norte-americana que pensa o Brasil, em geral, e a Amazônia, em particular. A disciplina ministrada por Arturo na UNC, *Political Ecology*, em 2009, e as atividade do grupo de pesquisa *Social Movements and Modernity/Coloniality* foram fundamentais para um adensamento teórico e um ativismo político no contexto das Américas. Ainda durante o estágio na *University of North Carolina,* eu tive a chance de conviver com pessoas maravilhosas: Guilherme Randomsky, Adriana, Brian Hicks, Javier Pabón, Zeke, Seema, Rupert Campbell, Allen, Amy Zhang.

Não poderia deixar de agradecer minha família. Principalmente minha filha, Lorena, que arcou, a contragosto, com o custo de não ter seu pai disponível toda vez que necessitava. Minha mãe é figura fundamental que me apoio nesse longo processo. Agradeço também aos meus irmãos, companheiros de jornada: Allan, Renato, Josie, Marianna, Camila e Andréia. Também não posso deixar de mencionar Ana Rúbia e Gaspar, membros incorporados à família. Em memória de meu pai, Francisco Romão de Medeiros.

ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ABED – Associação Brasileira de Estudos de Defesa.
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ANB - Arquivo Nacional Brasileiro
ARC - Archival Research Catalog
CENIMAR – Centro Nacional de Informações da Marinha
CMA – Comando Militar da Amazônia
CIA – Central Intelligence Agency
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CIR – Conselho Indígena de Roraima
COBAE – Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPTEC – Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos
CRS - Congressional Research Service (Report for Congress)
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda (Estado Novo, 1937)
DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública
DLA – *Defense Logistics Agency*
DSI – Divisão de Segurança e Informações
EDF – *Environmental Defense Fund*
EPA - *Environmental Protection Agency*
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GIZ – antiga GTZ. *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*
IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas Amazônica
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
ISA – Instituto Socioambiental
LBA – *Large-Scale Bio-Atmosphere Experiment in the Amazon*
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens
MST – Movimento dos Sem Terra
NSA – *National Security Agency*
NARA – *National Archives & Records Administration*
NSC – US National Security Council
NYT – *New York Times*
OCIAA – *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONP – Objetivos Nacionais Permanentes (teoria geopolítica)
ONU – Organização das Nações Unidas
Pentágono – Departamento de Defesa norte-americano, equivalente ao Ministério da Defesa
REDD – Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation in Developing Countries.
SNI – Serviço Nacional de Inteligência (Regime Militar, 1964).
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência (pós-constituição federal de 1988).
SPI ou SPIRTB – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UDR – União Democrática Ruralista.

RESUMO

O objetivo analítico desta tese é elucidar significados políticos da chamada **internacionalização da Amazônia** que se edificam em práticas narrativas para um governo da natureza e das pessoas. A tese analisa a expressão **internacionalização da Amazônia** como uma categoria nativa, i.e., um modo próprio de nomear coisas, fatos, eventos que expressam particularidades, teias de significados, redes de atuação, moralidades, convicções políticas. A tese argumenta que narrativas políticas-institucionais fazem uso dessa categoria para legitimar (ou deslegitimar) ações edificadoras da realidade amazônica. Na argumentação da tese, governar é estabelecer conjuntos de inquéritos institucionais que permitem exercer uma forma específica e complexa de poder. A **Amazônia** é um espaço político de crescente importância estratégica, tornando-se alvo de formulações de burocracias especializadas estatais e não-estatais. O grande desafio político desta tese é evitar apropriações indevidas de sua argumentação, ao mesmo tempo em que procura pensar no âmbito acadêmico a possibilidade de um espectro analítico que relacione questões de uma geopolítica ambiental com a ampliação de direitos civis, políticos e sociais de minorias não hegemônicas. Se houvesse um propósito político explicito nesta tese, esse se traduziria em desagradar ideólogos de direita e de esquerda que dentro de suas ortodoxias e heterodoxias não reconhecem os regimes de poder que operam. As narrativas institucionais acerca da **internacionalização da Amazônia** se relacionam transversalmente (1) em saberes históricos sobre a formação do território amazônico; (2) em arranjos narrativos que formam as opiniões públicas debatedoras de projetos para a **Amazônia** no Brasil e nos EUA; (3) em ações estatais dentro de quadros institucionais peculiares no Brasil e nos EUA. Esses três vetores narrativos se inventam em inquéritos produtores de realidades *socionaturais* para a Amazônia que se edificam em realidades políticas e burocráticas.

ABSTRACT

The analytical objective of this dissertation is to elucidate the political meanings of the so-called **internationalization of the Amazon**. The dissertation recognizes the term **internationalization of the Amazon** as a native category which sets up a basis for the rule of nature and people. It tries to argue how political narratives that approach from this category can legitimize (or delegitimize) specifics actions to build up an institutional reality for the Amazon. To rule, in the arguments of this dissertation, is to establish inquiries that allowed exercises of power. It also means specific forms of knowledge and practices, such as political economy, political ecology (politics of nature), diplomacy, military strategy, public opinion, the historicity of the territory, among others issues, constantly leading to the preeminence of the govern of nature. The expanding complexities of Amazon and its nature policy issues require specialized bureaucracies. I tried to decode how narratives about the **internationalization of the Amazon** are related across (1) historical knowledge on formation of the Amazon territory, (2) to inform (to form) public opinion in Brazil and USA which project ideas and actions to the Amazon, (3) specialized bureaucracies in Brazil and USA which transform practices and conceptions of how deal with Amazon. Those three vectors are narratives inquiries that make up social and natural realities.

INTRODUÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo analítico desta tese é elucidar significados políticos da chamada **internacionalização da Amazônia** que se edificam em *práticas narrativas* (e *narrativas práticas*) para um *governo* da natureza e das pessoas. Esta tese não objetiva desmistificar ou comprovar o suposto complô internacional para se apropriar da Amazônia. Antes é uma análise discursiva do modo como a **internacionalização da Amazônia** se pensa (e é pensada) em construtos narrativos de atores institucionais. Para operacionalizar esta análise, reconhecemos a expressão **internacionalização da Amazônia** como uma *categoria*, i.e., um modo próprio de nomear coisas, fatos, eventos que expressam particularidades, teias de significados, redes de atuação, moralidades específicas[1]. Tentarei argumentar de que modo narrativas que fazem uso dessa categoria procuram legitimar (ou deslegitimar) ações institucionalmente edificadoras da realidade amazônica. De acordo com Berger e Luckmann, legitimação é um processo de objetivação de sentidos que produz novos significados, servindo para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares ([1966] 1973, p. 126-127). Lanço mão da noção de *narrativa* muito utilizada na filosofia e crítica literária por autores como Walter Benjamin (1985), Roland Barthes (1984) e Edward Said ([1978] 1990) para interpretar de que modo performances narrativas, tensões sociais, dramas políticos e teias de significados edificam experiências de legitimação institucional. Narração é definida como um modo de estruturar significados legitimadores de ações em determinados contextos políticos e institucionais. Os embates políticos acerca da institucionalização de significado para a Amazônia são o foco das análises das narrativas.

Opto por abordar uma racionalidade institucional, inspirado na concepção de *inquéritos* de Michel Foucault ([1973] 2003; 1971), que inventa (e reinventa) *narrativas* intelectuais, governamentais, empresariais, midiáticas, ativistas, científicas, para equacionar práticas de poder acerca da Amazônia. Nesses termos, reconheço que uma análise mais

[1] Durkheim e Marcel Mauss ([1903] 2001) procuram refundar as concepções aprioristas e empiristas com relação à definição de *categoria*, inventando uma terceira ordem de coisas por meio das representações coletivas na elaboração de uma teoria sociológica do conhecimento (veja Durkheim ([1912] 1996) e Durkheim e Mauss ([1903] 2001). Durkheim estabelece a base para um pensamento sociológico radical que busca explicação e compreensão para as coisas (fenômenos sociais, fatos sociais) na sociedade. Desse modo, ele institui as categorias na organização social, por consequência a regra da classificação vem da regra da organização social que serve para pensar as coisas via elaboração de categorias e classificações. Definindo, assim, que a causa da classificação lógica está na hierarquia da organização social e os conceitos, a razão e o emocional encontram suas explicações no social. Marcel Mauss resume: “toda noção, toda representação coletiva (...) está ligada a instituições sociais e ao meio social” (2001, p.379). Portanto, toda classificação implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível nem a consciência individual oferecem o modelo, para Durkheim e Mauss, o modelo é dado pela organização social que é classificada por uma lógica específica.

substantiva (menos adjetiva) da temática da Amazônia e de sua suposta **internacionalização** só se completaria se fosse realizada mediante descrições transversais que combinassem aspectos de enunciados específicos elaborados tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a saber: *de* militares brasileiros e norte-americanos (**soberania**, **geopolítica**, **defesa**, **inteligência**); de ambientalistas brasileiros e norte-americanos (**preservação**, **mudança climática**); de intelectuais orgânicos (**políticas públicas do Estado brasileiro e do Estado norte-americano**); e da **opinião pública** brasileira e norte-americana (jogos da democracia representativa liberal que se legitima no convencimento)[2]. Assim, procurei narrativas acerca da **Amazônia** e de sua suposta **internacionalização** em *inquéritos* político-administrativos nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil que se tramam comparativamente em três eixos argumentativos, a saber: (i) *narrativas* intelectuais que edificam *territorialidades institucionais* traçadas para *governar o território amazônico*; (ii) narrativas midiáticas que edificam *imaginários políticos* naturalizantes da **Amazônia**; (iii) práticas institucionais que mobilizam recursos políticos na institucionalização de *narrativas territoriais* estatais e não-estatais.

Esses três eixos são analisados como *inquéritos*. De acordo com Foucault (Foucault, [1973] 2003), inquéritos são formas modos de instituir verdades que estabelecem modos de governar. Diferentemente de Foucault que se preocupa mais com formas jurídicas de inquéritos penais, proponho pensar os inquéritos como formas de estabelecer narrativas acerca do território. Em outras palavras, um proceder inventariado que empreende exercícios políticos de poder e de saber para o território. O *inquérito* é uma forma de saber situada na "junção de um tipo de poder e de certo número de conteúdo de conhecimento" (Foucault, [1973] 2003, p. 77). Associações e conflitos entre práticas sociopolíticas operam na criação de governos para a Amazônia brasileira, estabelecendo simultaneamente modalidades de exercício de poder e modalidades de aquisição e transmissão de saber. O *inquérito* é uma forma de expressão de jogos políticos, de gestão, de regime de poder que por meio de instituições estatais e não-estatais atribui autenticidade às verdades. Portanto, planos estratégicos (de integração, ocupação, defesa), projetos ambientais (de preservação, de combate a mudança climática), políticas públicas (de infraestrutura, crescimento econômico, demarcação de terras indígenas, regulamentações fundiárias, reforma agrária), ações governamentais e não-governamentais (de promoção de direitos indígenas e comunidades

[2] Há uma linha muito tênue entre os termos utilizados pelos atores institucionais que dimensionam as narrativas e práticas da **internacionalização** e o instrumental conceitual por mim utilizado. Portanto, para fazer distinção, convencionei colocar os termos nativos em **negrito** e em *itálico* as categorias analíticas.

extrativistas) procuram e*nunciar* verdades a serem concretizadas no *território amazônico*. É nesse sentido que o inquérito é uma forma de saber-poder. Esses inquéritos político-administrativos servem ao propósito de *governar territórios*. Governar (e criar) território significa estabelecer conjuntos de *inquéritos* institucionais, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bastante específica e complexa de poder que tem, por alvo, a população e o *espaço*. Significa ainda formas específicas de saber, tais como economia política, ecologia política (política da natureza), diplomacia, estratégia militar, opinião pública, entre outras; conduzindo incessantemente à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de *governo do território* na medida em que se dirige a um *espaço geográfico* relacional (Massey, [2005] 2008)[3]. Tudo isso leva à institucionalização de uma série de aparelhos específicos de *governo* e de um conjunto de *saberes* (Foucault, [1978]1996, p. 289).

Podemos dizer que Michel Foucault realiza uma síntese para os conceitos de poder, disciplina e governo por meio da delimitação do conceito de governo. O objetivo é demarcar a genealogia da tecnologia de governar. Nesse percurso, Foucault constata que houve uma transformação do modelo de família para um modelo de gestão da população mediante a articulação de uma dimensão específica da realidade econômica: ciência do governo, desenvolvida para transformar as preocupações com o bem-estar da família para o bem-estar da população. Nessa nova configuração,

> (...) a população aparece como um fim (...); como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. Nascimento portanto de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas (...) A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de 'economia' (Foucault, [1978]1996, p. 289).

Para viabilizar a análise que pretendo empreender, o primeiro passo que se faz necessário é reconhecer na expressão **internacionalização da Amazônia** uma referência

---

[3] De acordo com Massey, espaço é "como a esfera de relações, da multiplicidade contemporânea e, como sempre, em construção" ([2005] 2008, p. 212). Na esteira das discussões de Latour ([1994] 2005) sobre agentes humanos e não-humanos, Massey procura um conceito de espaço relacional em que agrega as noções de que há atores naturais (não-sociais), por exemplo, aspectos biofísicos, que também inventam lugares em interação com atores sociais. É nesse conceito de espaço que me apoio. Para uma discussão detalhada sobre a história da apropriação do espaço em dinâmicas de cartografia e mapas, recomendo John Pickles (2004).

narrativa que nomeia práticas e orienta ações para o *governo* (e a criação) *do território amazônico* e de *pessoas*. Isto é, trata-se de referência narrativa que define *práticas territoriais*. Analiso práticas sociais que se configuram em um modo de pensar a **Amazônia**. Também faz parte dos meus objetivos na tese analisar narrativas práticas (e práticas narrativas) que engendram domínios de saber para o território, fundando relações de poder.

As narrativas históricas, políticas, midiáticas e militar-administrativas brasileiras e estadunidenses acerca da **Amazônia** creem e querem fazer crer que há uma continuidade natural no transformar do *território amazônico* em algo **útil** de acordo com seus próprios desígnios[4]. Elas procuram instituir sob a pretensa neutralidade de práticas político-administrativas regimes de poder para o território amazônico. São relações de lutas, de dominações, de subserviências, de controles, de vigilâncias, de compensações, de mitigações, que nos fazem entender as narrativas da **internacionalização da Amazônia**. Ao aproximar-nos da temática, vemos que a invenção do território amazônico se institui em práticas político-administrativas que facilmente reproduzem a antinomia *natureza* e *cultura*, procurando estabelecer um saber para se legitimar perante outras narrativas e práticas. Esses jogos de legitimações políticas são recorrentes em guerras argumentativas entre propostas político-administrativas que procuram instituir um *governo do território* amazônico. Grosso modo, na formulação de Foucault: "o poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber" ([1973] 2003, p.51). É nesse sentido que observamos como práticas políticas institucionalizadas em formas específicas de conhecimento propõem (fundamentam) modos específicos de lidar com a **Amazônia**.

Expositivamente, a tese se divide em três partes. Na primeira parte, analiso como se pôde formar um saber do território que nasceu de *inquéritos-intelectuais* responsáveis por controlar a **natureza**, conquistar os **recursos** e vigiar as pessoas, a fim de manter o domínio da terra, escravizar a mão-de-obra, conquistar o comércio, explorar produtos extrativistas, realizar, enfim, a *guerra da conquista* (Farage, 1991; Souza Lima, 1995). E como, de certa maneira, esse saber fez nascer um tipo novo de *território*, vinculado a práticas político-administrativas nacionais. Na segunda parte, analiso proposições narrativas que se apresentam em mídias escritas como conjuntos mais ou menos regulares de fatos construtores de uma perspectiva *naturalizante* do território, fabricando uma concepção de **Amazônia-natureza** tanto no Brasil quanto nos EUA. A terceira parte, ponto de convergência das duas partes anteriores, consiste em *inquéritos* de como o território é modificado. É a constituição

[4] Em alguns momentos, utilizo o termo norte-americano para me referir exclusivamente aos Estados Unidos, mesmo sabendo que convencionalmente o termo se refere também aos canadenses e mexicanos.

da Amazônia no interior mesmo de narrativas homogeneizantes, a cada instante fundado (e refundado) em dinâmicas sociopolíticas. As narrativas analisadas são as formas político-militares e, por conseguinte, sua participação na constituição e prática de um espectro burocrático-administrativo, como lugar de origem de um determinado número de formas de verdade.

2. À PROCURA DA EMPIRIA EM NARRATIVAS INSTITUCIONALIZADAS

Como tecer os primeiros pontos deste texto sem cair imediatamente nas abstrações de um complô internacional contra a **soberania** brasileira, em teorias mais propensas a explicações conspiratórias? Como evitar o descrédito imediato da temática ao perceber que geralmente a maioria dos articulistas que dela tratam claramente assume posições conservadoras muito bem marcadas? Em outras palavras, como viabilizar uma pesquisa minimamente densa dessa temática? Claro que os encaminhamentos completos dessas indagações só se realizam ao longo da tese, mas, sinteticamente, exponho os caminhos percorridos.

A primeira estratégia de pesquisa foi encontrar as referências narrativas da própria temática. Para começar a entender do que se tratava, dediquei-me a uma tarefa arqueológica de mapear taxologicamente as mais distintas nomeações que aglutinavam em suas órbitas práticas para a **Amazônia** brasileira. Encontrei com abundância termos como **posse**, **confins**, **sertão**, **fronteira**, **integração**, **segurança**, **desenvolvimento**, **progresso**, **preservação**, **ativismo-ambiental**, **recursos naturais**, **governança global**, **governança ambiental**, **cooperação técnica internacional**, **soberania**. Mesmo desempenhando um papel de estruturação temática, não tardei a perceber que a coleção de categorias não daria conta da multiplicidade de práticas e da profundidade que eu procurava na temática. Para adensar, optei por pesquisar historicamente de que modo o território amazônico foi sendo instituído de territorialidades específicas para uma formação territorial estatal. Essa tarefa se constituiu nos capítulos 1 e 2 da tese. Abaixo detalharei de que modo a temática é tratada nesses dois capítulos. Antes é necessário prosseguir na explicação de como a temática foi se elucidando na pesquisa.

Segundo, enquanto cientista social mais afeito a experiências etnográficas e menos interessado em métodos quantitativos estatísticos, treinado mais para procurar o *contraintuitivo* nas simbolizações dos interlocutores do que considerar estatísticas enquanto manifestações *sui generis* de fatos sociais, procurei explorar criticamente narrativas acerca da **Amazônia** e de sua suposta **internacionalização**. A imprensa e a Internet se mostraram desde a primeira hora como fontes obrigatórias para entender de que trata a temática, já que

elas são as maiores responsáveis pela profunda difusão da mesma, como veremos nos capítulos 3 e 4 [5]. Inicialmente a intenção era mensurar a multiplicidade de fluxos, redes, significados, símbolos e práticas que constituem a concretude das narrativas acerca da **internacionalização da Amazônia**, contudo, o resultado foi mais singelo. Não pude mapear tudo que pretendia. Fiquei satisfeito em levantar os principais elementos constituintes de narrativas territoriais sobre a Amazônia brasileira que se compõem em cadeias argumentativas que combinam interesse e práticas tanto nos EUA quanto no Brasil (e suas correlações). Não me preocupei em definir as redes por trás das propostas. Consegui delimitar alguns aspectos das narrativas jornalísticas, não homogêneas, acerca da **internacionalização da Amazônia** e de temáticas subjacentes que se propõem **informar** (ou formar) as opiniões públicas dos respectivos países.

Terceiro, uma incursão de campo que realizei em diferentes instituições, consistindo em perseguir concepções e propostas forjadas em instituições estatais e não-estatais brasileiras e estadunidenses. Essa procura por uma empiria também se concretizou quando me deparei com instituições e seus documentos técnico-burocráticos que definem propostas específicas para um tipo de **Amazônia**. A **Amazônia** se torna uma peça de ficção em relatórios, projetos, diagnósticos, planos, propostas, mapas e quadros, tudo compondo *narrativas propositivas* que fundam o **território amazônico**[6]. Muitas vezes dividida pela apreensão de perspectivas monocausais, tecnicistas (naturalistas) ou sociológicas (culturalistas), produzindo e reproduzindo a dicotomia natureza e cultura, a racionalidade das instituições modernas instrumentaliza as convicções morais em estatísticas, mapas, censos, diagnósticos técnicos, pesquisas e documentos. Esses instrumentos, em uma instância, desestruturam e simplificam as realidades locais, em outra, organizam e operacionalizam entendimentos das realidades macrorregionais, fundando *poderes hegemônicos* (Laclau, [1985] 2001). Instituições estatais e não-estatais disciplinam o território amazônico por meio de ações, financiamentos, obras de infraestrutura, programas, projetos, planos que se fundam em convicções político-ambientais, político-nacionais, político-militares, estabelecendo

---

[5] É muito comum a circulação de e-mails e notícias na Internet sobre a internacionalização, para verificar os principais mapas e e-mails difundidos ver anexo 1.

[6] John Austin (1975) faz distinção entre *enunciados constatativos* (que constatam algo, podendo ser verdadeiros ou falsos) e *enunciados performativos* (que produzem um estado de coisas efetivas). As *narrativas propositivas* estão mais próximas dos *enunciados perfomativos* na medida em que forjam uma realidade territorial para a Amazônia.

arranjos estratégicos nacionais e transnacionais, todos equacionados em linguagens técnico-burocráticas.

Grosso modo, as narrativas concebem a **Amazônia** como uma *imagem* que se situa diferentemente em diferentes esquemas práticos. Temos transformações de textos em imagens e vice-versa, compondo mapas narrativos que são instrumentos argumentativos (Raffestin, 1993). Lugares de verdade que encontram sua relevância argumentativa em narrativas contra a **natureza** e as **terras selvagens**. Dentro de disputas de poder para determinar passado, presente e futuro da **Amazônia**, as narrativas procuram *governar* a multiplicidade *socionatural* da **Amazônia**. Em torno da expressão **internacionalização da Amazônia** gravita um jogo de interesses, convicções, ativismo, redes e *atores políticos* que mobilizam recursos para inscrever nas ordens jurídicas, políticas e ecológicas formas específicas de *gestão territorial*. Nesta tese, estou preocupado com a dimensão que conecta redes governamentais, redes de ativista-intelectuais, redes de formadores de opinião pública, em práticas transformadoras (e formadoras) de *territorialidade*s que se utilizam de saberes para constituir **verdades** e ***formas jurídicas*** (Foucault, [1973] 2009).

Esta tese procura trilhar narrativas que fundam concepções acerca da **internacionalização da Amazônia**, no intuito de apreender suas implicações socioeconômicas, políticas, geopolíticas, ambientais, dentro de um cenário de disputas por conceitos, recursos, corpos e almas. É a produtividade (proficuidade) do poder que funda nas narrativas sobre a **internacionalização da Amazônia** um *governo do território amazônico*. Isto é, a **internacionalização da Amazônia** é uma porta para acessarmos de que modo são instituídos *governos* para o *território* da Amazônia. Todo governo é necessariamente estratégico e programático, sendo um domínio específico de relações de poder. As padronizações de vocábulos e as operacionalizações de normas se fazem em burocracias (instituições) especializadas estatais (militares e civis) e não-estatais (mídia, ONGs). Elas nomeiam e estabelecem práticas para o território amazônico, inventando narrativas homogeneizantes de multiplicidades *socionaturais*. São justamente as elaborações político-institucionais envolvidas no espectro da **segurança nacional** (geopolítica) e no espectro das questões ambientais (ecologia política) que constituem narrativas de um *governo da natureza*, dando base institucional para as percepções de *governo para a Amazônia*. O governo da natureza que se faz no governo do território amazônico é o produto de arranjos de um saber ontologicamente marcado por práticas jurídicas. É essa normatização do saber em procedimentos burocrático-institucionais que encontra significados práticos nas narrativas

que procuram definir natureza, Amazônia internacionalização, geopolítica, preservação, segurança nacional, mudança climática, soberania, entre outros.

3. COMPONDO UMA PESQUISA COERENTE DESDE FRAGMENTOS EMPÍRICOS[7].

Uma das maneiras de demonstrar o que se fez é dizer como se fez. . As narrativas e práticas acadêmicas manipulam fragmentos de informações, dados, conjunturas e teorias para formular um todo coeso e coerente. John Law (2004) faz reflexões metodológicas acerca da bagunça (*mess*) que tentamos evitar quando o social apresenta sua complexidade (também como *messy*) sem nexos causais definidos, sem causas finais e totais. Law ajusta os limites da explicação antropológica e sociológica de nossas incursões empíricas e reflexivas. As realidades etnográficas e as metodologias quantitativas são mais produtoras de realidades do que reflexos delas. Dawsey (2006) também põe em evidência esse transcurso do contexto pesquisado ao texto apresentado em que construímos um "efeito de cura" na passagem das partes desconexas ao todo coerente. Nesse processo, elementos são articulados e suprimidos para dar uma forma acabada da "realidade". Essas realidades se complexificam quando o desafio é explicitamente comparativo. Não podemos reduzir as possibilidades de comparações a unidades político-institucionais bem definidas ou a identidades bem estabelecidas. O problema da comparação explícita, na minha perspectiva, é a tentativa de aprisionamento em categorias herméticas de inspiração kantiana e cartesiana, sem deixar brecha para o caos metodológico das diferenças e semelhanças. Trabalhei a temática da Amazônia e de sua **internacionalização** procurando descrever sua complexidade relacional que define politicamente sua operacionalidade institucional em diferentes espectros sociais no Brasil e nos EUA.

A metodologia comparativa provém pressupostos (ponto de partida) para se elaborar relações de regularidades empíricas, de avaliação e de interpretação de casos relativos a critérios teóricos e empíricos (Przeworski, 1970; Dogan, 1994; Barth, 2000; Mahoney & Rueschemeyer, 2003). Apesar da pesquisa em ciências sociais ter implicitamente uma perspectiva comparativa, na medida em que as referências do pesquisador operam cognitivamente com comparações, seleções, escolhas, mimetismos e semelhanças (Varela, 1999), o termo *método comparativo* é tradicionalmente usado em sentido restrito na

---

[7] Preservarei os nomes dos entrevistados, por que boa parte deles trabalha com dados sensíveis de inteligência, contrainteligência, planos estratégicos, entre outros, e suas opiniões poderem impactar suas vidas profissionais. Parte deles é de servidores públicos militares e civis, brasileiros e estadunidenses. Opto por não divulgar dados específicos que os identifiquem.

referência específica de tipos de comparação. Ragin (1989) afirma que os trabalhos comparativos existem para explicar fenômenos sociais pelo estabelecimento de controles de condição e causa de variação. Ragin (1989), Sartori (1970) e Boas (1966) convergem para estabelecer que qualquer técnica que favoreça a explicação das variações é método comparativo. É nesse sentido que Boas (1966; [1896] 2005) e Mahoney (2003) argumentam sobre os nexos causais, que é necessário contextualizar os casos estudados para que as hipóteses e análises não sejam deslocadas de suas realidades conjunturais. Para tanto, é preciso ficar atento às equivalências conceituais entre os dois contextos. É nesse sentido que as justificativas metodológicas que procurei recriar se apresentam nas experiências narrativas acerca da Amazônia e de sua **internacionalização** que acessei mediante entrevistas, documentos técnico-burocráticos, jornais e literaturas específicas.

Analisei variadas narrativas que se ocupam em *governar* o território amazônico. Elas propõem **soluções** para as questões de **crescimento econômico**, **preservação ambiental**, **desmatamento florestal**, **democratização**, **regulamentação fundiária**, **segurança nacional**, **integração nacional**, extração de **recursos naturais**, **edificação de infraestrutura**, **autonomia de povos tradicionais**. Tudo em formato de verdades normativas (jurídicas e/ou científicas), i.e., *inquéritos-narrativos*. É nesse contexto que abordei práticas narrativas de instituições estatais (civis e militares) e não-estatais que se apresentam sob o título de dois Estados nacionais: República Federativa do Brasil (Brasil) e Estados Unidos da América (EUA). Veremos que as unidades nacionais (países) e seus nacionalismos exercem forte e constante influência sobre a operacionalidade narrativa da Amazônia. Mas, também observaremos uma crescente manifestação de narrativas que procuram operacionalizar interesses identificados com uma transnacionalidade (Verdum, 2007). As narrativas produtoras de fatos se apresentam em complexos emaranhados de convicções econômicas, geopolíticas, desenvolvimentistas, conservacionistas, preservacionistas, ecológicas, nacionalistas, internacionalistas, militares, moldando e dando significado à **Amazônia** e à sua **internacionalização**.

Por que a comparação entre Brasil e EUA? A resposta mais imediata é que a temática da **internacionalização da Amazônia** é fundamentalmente brasileira. Entretanto, parece haver uma contaminação das discussões brasileiras para os outros países, principalmente depois do Tratado de Cooperação Amazônia (TCA), de 1978. De qualquer forma, a temática brasileira da **internacionalização** requer um antagonista forte que na perspectiva do Brasil não se encontra na América do Sul. Veremos que os antagonistas podem ser ingleses, franceses, comunistas da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS),

ambientalistas europeus e norte-americanos, dependendo do momento histórico. Entretanto, o antagonista mais constante e de maior referência ao longo da história são os EUA, devido à sua hegemonia político-econômica na América do Sul.

Foram quatro fontes de informação no Brasil e nos EUA, a saber: instituições estatais (militares e civis); arquivos nacionais; organizações não governamentais (ONGs); mídia escrita (jornais e revistas). De acordo com Mary Douglas (1998), as instituições são mais do que a representatividade dos indivíduos (assim como para Durkheim a sociedade é mais do que a soma dos indivíduos). Para ela, os indivíduos compartilham seus pensamentos e harmonizam suas preferências, mas são as instituições que determinam a tomada das decisões estratégicas. É nesse sentido que estou no rastro das linguagens político-institucionais que formulam modos de *governar* a **Amazônia**, não procuro especificidades individuais de entrevistados. Delimitei meu percurso de pesquisa da seguinte maneira:

(a) Militares brasileiros. A porta de entrada para os militares brasileiros se estabeleceu mediante contato de uma pesquisadora do CEPPAC/ICS/UnB que me apresentou a um general de quatro estrelas, na reserva, que foi do Alto Comando do Exército. Em periódicas reuniões na casa dele e em longas conversas sobre a lógica da **guerra** e da **defesa nacional**, ele me recomendou entrevistar outros generais do Alto Comando do Exército brasileiro que estavam na ativa. Consegui marcar entrevista com oito dos quatorze generais do Alto Comando. Acessando outras redes de amigos, também conversei com coronéis lotados no Ministério da Defesa e no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República que atuavam na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). As entrevistas e preocupações gravitavam em torno da **segurança nacional** e **soberania**, o que indicou desde o início que para os militares brasileiros a **internacionalização da Amazônia** entra na lógica de uma **guerra permanente**.

(b) Arquivo Nacional Brasileiro (ANB). Em visita ao Arquivo Nacional, obtive por meio de cópias digitais e impressas documentos oficiais que acusaram o termo **internacionalização da Amazônia**, principalmente os documentos catalogados como do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A pesquisa foi realizada no prédio da ANB em Brasília (ver anexo 2). Também obtive amplo acervo digitalizado com as atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional (CSN), desde 1934. O principal ponto obtido foi a operacionalidade burocrática que a denominada **internacionalização da Amazônia** obteve na estrutura estatal.

(c) Congresso Nacional brasileiro. Entrevistei o senador Cristovam Buarque (DF), devido ao imenso número de referências a ele que encontrei quando se trata da temática da

internacionalização da Amazônia nos meios de comunicação. Há muitas referências a uma resposta proferida em seminário nos EUA em que perguntado se como humanista seria a favor da internacionalização da Amazônia, ele respondeu que seria a favor se também fossem internacionalizados os poços de petróleos do Oriente Médio, os ativos financeiros dos Bancos britânicos e norte-americanos, os artefatos do Museu do Louvre. O senador disponibilizou o texto "A internacionalização da terra" (Texto preparado para palestra na *Universidade of Texas Pan-American*, em 14/11/2007) em que argumenta nessa direção. Também analisei documentos produzidos em duas Comissões Parlamentares de Inquéritos, uma para investigar a venda de terras brasileiras para estrangeiros (1968) e outra para investigar especificamente a **internacionalização da Amazônia** (1991).

(d) U.S. Department of Defense & U.S. Department of State. Graças à combinação de uma bolsa sanduíche da CAPES, que me permitiu uma estada de 10 meses nos EUA, sendo orientado pelo professor Arturo Escobar (Universidade da Carolina do Norte), e a bons contatos em Washington D.C., consegui entrevistar servidores públicos norte-americanos que tratam do Brasil, em geral, e da Amazônia, em particular. Durante minha estada em Washington, fui hospedado por um casal de servidores públicos do Departamento de Estado que havia servido no Brasil na década de 1970 e 1980, especificamente em Mato Grosso. Eles trabalhavam, durante a expansão agrícola para o centro-oeste, na operacionalização da cooperação técnica internacional para as plantações de soja. Esse contato me possibilitou ter bastante acesso a relatos acerca da perspectiva do Departamento de Estado sobre a Amazônia e o Brasil. Além disso, generosamente, meus anfitriões agendaram entrevistas com servidores públicos do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa, o que enriqueceu sobremaneira minha perspectiva analítica.

(e) Documentos estadunidenses. Durante minha estada nos EUA, pude pesquisar no *U.S. National Archives & Records Administration* (College Park, Maryland), na *Library of Congress*, na *Naval Postgraduate School*. Além disso, documentos obtidos no site Wikileaks também fazem parte da base empírica que compõem minhas reflexões acerca da perspectiva estadunidense para a Amazônia.

(f) Organizações Não-Governamentais brasileiras, estadunidenses e transnacionais. Conversei com intelectuais-ativistas que atuam profissionalmente em ONGs ambientalistas, de defesa de populações tradicionais (povos indígenas, comunidades extrativistas, seringueiros, agricultores de subsistência, entre outros). Conversei com pessoas que atuam no Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Environmental Defense Fund (EDF). Os diálogos

com membros de ONGs focaram em como elas elaboram práticas (emancipatórias, libertárias, democráticas, transnacionais) para a **Amazônia** tanto em termos de comunidades tradicionais quanto de preservação ambiental. Há um forte componente de missão-profissional e de justiça social nas narrativas de atuações.

(g) Banco de dados de jornais e revistas. Folha de São Paulo, Revista Veja, *The New York Times* e *Time Magazine* disponibilizam seus acervos on-line ou mediante consulta em centrais de atendimento. Mapear as temáticas da **internacionalização** e os temas subjacentes a ela, dentro desses bancos de dados, serviu para dimensionar a difusão das questões amazônicas, nas chamadas **opiniões públicas** do Brasil e dos EUA.

(h) Instituições estatais brasileiras. Tive conversas informais com agentes civis e militares do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), no intuito de compreender a operacionalidade de práticas que se legitimam com base em argumentos que giram em torno da **internacionalização da Amazônia**. Há restrições legais significativas de acesso pela própria natureza do serviço, além do fetiche do segredo. Apesar disso, servidores do Gabinete de Segurança Institucional não me contaram nada além do que podiam dentro de seus regimes contratuais de trabalho. Portanto, trabalho com **dados ostensivos** que no jargão da inteligência é informação pública. As conversas informais com agentes civis e militares do GSI, ABIN, Ministério da Defesa, Alto Comando do Exército e Itamarati tinham o intuito de compreender a formulação de narrativas que se legitimam com base em argumentos sobre a **internacionalização da Amazônia**. Mesmo que eu não tenha trabalhado com dados sensíveis (classificados), exceto quando esses estavam disponíveis na Internet ou no Arquivo Nacional, quero deixar claro, para evitar mal-entendidos, que as articulações e eventuais imprecisões são de minha inteira responsabilidade.

É importante deixar claro que mesmo os capítulos pautados por narrativas historiográficas (capítulos 1 e 2) e por narrativas midiáticas (capítulos 3 e 4), apesar de terem sua própria empiria baseada nos fatos que eles lidam, fazem parte das narrativas dos atores políticos que entrevistei. Por exemplo, as referências históricas que procurei aprofundar nos capítulos 1 e 2 são amplamente citadas nas narrativas dos militares brasileiros que entrevistei. Outro exemplo, notícias de jornais e revistas são constantemente aludidas por ativista-intelectuais de ONGs. Por isso, senti a necessidade de aprofundar a análise nos capítulos 3 e 4. Para dar significado às narrativas se fez necessário mais do que a simples exposição de argumentos dos sujeitos pesquisados. É um entrelaçamento de práticas narrativas, referências histórias e operacionalidade técnico-administrativa que compõem os argumentos da tese. Os sujeitos que atuam nessas instituições e as ações por eles produzidas formulam narrativas

acerca da **internacionalização** e estabelecem práticas institucionais que lidam com a **Amazônia**. Só consegui acessar o significado mais completo das narrativas quando percorri os caminhos historiográficos e midiáticos. Os capítulos 5 e 6 procuram expor de modo mais evidente o produto das entrevistas e das incursões de campo.

Na perspectiva desta tese, são narrativas históricas, midiáticas e técnico-burocráticas que tecem práticas territoriais. É justamente a invenção de *territorialidades* específicas que dá concretude às narrativas acerca da **Amazônia** e de sua **internacionalização**, edificando posicionamentos de todos os matizes políticos (relativamente denominados de conservadores, reacionários, progressistas, dependendo de quem classifica) . Na medida em que eu ia me aproximando de pessoas diretamente ligadas as instituições que operam práticas para a Amazônia brasileira, ia percebendo a polaridade dos embates político-institucionais. Apesar de suas complexidades argumentativas, a dualidade das propostas se simplificava na confidencialidade de que "não se pode ser imparcial nestas disputas" porque: por um lado, se estaria pactuando com o *status quo*, ou seja, defendendo posturas conservadoras que legitimam desmatamento, opressão social, submissão à lógica do capital financeiro especulativo em detrimento de povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas e movimentos sociais; por outro lado, se estaria pactuando com os inimigos da pátria, não se seria nacionalista suficientemente para defendê-la dos inimigos internos e externos, responsáveis por um modo muito mais sofisticado de opressão que tenta manter o *status quo* da divisão internacional do trabalho que atribui ao Brasil a posição primário-exportador e quer transformar a Amazônia em grande parque ambiental, oprimindo nosso **desenvolvimento**. A pergunta mesmo que silenciosa que me faziam era: "de que lado você vai sambar?". Não me cabe fazer um juízo de valor e sim um juízo analítico. Tenho convicções políticas claramente direcionadas ao reconhecimento de minorias e à redistribuição de renda e terra. Em um país que a concentração de renda é uma das mais aberrantes do planeta, é impossível para qualquer um manter uma postura de falsa neutralidade. Entretanto, no campo, como todo pesquisador atencioso que procura se instruir com as convicções alheias, eu procurava participar intensamente das discussões acerca do que deve ser feito ou evitado para se concretizar as potencialidades amazônicas. Enfim, ao elaborar meus argumentos, ao longo da tese, procurarei apreender as racionalidades **político-institucionais** que procuram governar lugares, conflitos, naturezas, identidades, deixando, na medida do possível, de fora as consequências políticas das posturas de meus investigados.

Mapear, cartografar, mensurar, catalogar, classificar, significar, planejar, projetar, executar e avaliar são algumas das ações conjugadas por instituições que operam a

Amazônia e pensam os significados de uma suposta **internacionalização**. É na interpretações de normas e na elaboração de convicções que documentos institucionais e atores-políticos dão sentidos empíricos às discussões em torno da **internacionalização da Amazônia**. Os *inquéritos narrativos* produzem proposições (documentos, mapas, hidrelétricas, rodovias, obras de infraestrutura, unidades de conservação, terras indígenas, entre outros) que, apesar de lidar com um mundo múltiplo e caótico, mantêm uma linearidade cartesiana típica da racionalidade de *governar*. Narrativas institucionais legitimam governos para os territórios e as pessoas.

Antes de começar a codificar (e decodificar) a **internacionalização da Amazônia** em si, precisamos deixar claro que ela não é hermética, ao contrário é porosa e possui inúmeras referências. Nessa tese, procurei relacioná-la com práticas, ritualizações da natureza, linguagens específicas e classificações. Os modelos institucionais da natureza se baseiam na separação restrita entre domínios biofísicos e domínios sociais, almejando a manipulação da natureza numa perspectiva moderna (Strathern, 1980). Os complexos processos históricos associados ao capitalismo e à modernidade normativa (Estado de Direito) e técnica (processos produtivos científicos), em que os Estados nacionais estão associados à objetivação da natureza como externa ao homem e seu posterior tratamento como mercadoria, transforma a natureza numa questão de reinvenção constante (Ribeiro, 1991; Escobar, 2009), e as instituições tanto estatais quanto não-estatais jogam com combinações entre **natural** e **artificial**. São nesses processos que se enquadram as disputas por definir qual deve ser o futuro da **biodiversidade amazônica, da soberania amazônica**, da **natureza amazônica**, em última instância, da territorialidade amazônica.

4. CONVENCIONANDO REFERÊNCIAS ARGUMENTATIVAS

A temática da **internacionalização** é manipulada por um espectro muito variado de atores sociais. Não estamos tratando de grupos fechados, se é que eles existam. Essa temática implica arranjos políticos específicos que aglutinam instituições, pessoas, interesses, conceitos, nacionalidades, interesses multinacionais, transnacionalidades. Ela é eivada de imprecisões e nuanças, por isso, é necessário, desde o início, esclarecer alguns detalhes e propor algumas convenções, a fim de traçar desenhos compreensíveis e adequados para analisar a problemática. Percebemos que a **internacionalização** da Amazônia é uma categoria polissêmica que aglutina espectros semânticos amplos. Ao longo da tese, tentei perceber de que modo se realiza a elaboração desta categoria em narrativas institucionais. Não é difícil constatar que tanto práticas políticas conservadoras (dentro do espectro

convencionado de direita e esquerda) que procuram manter um *status quo*, quanto políticas progressistas (também de esquerda e direita) que se dizem executoras de ações emancipatórias fazem uso da **internacionalização** em suas legitimações narrativas. As disputas por conceitos e recursos procuram estabelecer verdades para a Amazônia, ampliando legitimidades e ganhando adeptos na realização de *projetos políticos específicos* (Velho, 1999). Os arranjos políticos se moldam em acordos pontuais em torno de interesses comuns que desencadeiam ações para definir práticas territoriais específicas.

Precisamos delimitar significados atribuídos à categoria **internacionalização da Amazônia**. O termo se vincula a práticas *transnacionais* de países econômica e militarmente hegemônicos que projetam seus poderes nacionais em território estrangeiro, a fim de promover seus interesses. Ele tem seu uso intensificado institucionalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e se populariza, tendo uma maior repercussão na mídia escrita (jornais e revistas), entre 1980 e 2010, dando uma nova roupagem a velhas categorias, operando tanto nos *imaginários* quanto na legitimação de práticas político-institucionais. É nesse sentido que a **internacionalização**, em última instância, é mais uma atualização de velhos modos de lidar com os territórios e as pessoas amazônicos do que um novo modo de disciplinar práticas territoriais. Também possui ímpeto criador de práticas institucionais na medida em que alega racionalizar entendimentos geopolíticos ambientais e de segurança nacional (segurança alimentar, territorial, ambiental). Por sua vez, a transmutação de práticas territoriais se observa, em um primeiro momento, nas mudanças de perspectivas que as categorias imprimem. Inicialmente, **sertão**, **deserto**, **terra inculta** (**terra inútil**), **confins**, depois **posse**, **comércio**, **aldeamento** para mão de obra; na sequência se passa aos regimes de **progresso**, **integração**, **desenvolvimento** para se garantir **soberania** e **segurança nacional**, e a uma revalorização em uma disputa por **recursos naturais**, **natureza** salvadora da vida no planeta. As mudanças, apesar de indicarem uma transformação de perspectivas, na verdade, seguem um curso quase linear de utilização de terras em uma ocupação lenta, gradual e constante em que povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros vão perdendo territórios (físico e simbólico), ao passo que instituições que se vinculam à economia global, ao *projetismo desenvolvimentista* e *ambientalista* (Pareschi, 2002) e aos grupos promotores de poderes hegemônicos, cada vez mais, enquadram recursos, pessoas e espaços no **sistema mundial de produção** (Escobar, 2000; Canclini, 2003; Ribeiro, 2004). O que tentamos destacar é que as narrativas político-institucionais, principalmente as de caráter mais técnico-burocrático, documentam de modo instrutivo como se governar território, pessoas e coletividades na experiência amazônica. É a institucionalização de práticas formadoras de uma

territorialidade construída no poder discricionário de burocracias que vinculam institucionalmente um modo de pensar e dão materialidade a um projeto de poder que se constitui tanto nas estruturas do pensamento quanto nas estruturas performáticas de instruções burocráticas. Assim, o que está em jogo é de que modo operamos a realidade institucional e práticas político-administrativas, tecendo assimetricamente configurações de poder entre diferentes atores envolvidos na formulação/execução de políticas, programas e projetos de vidas para o espaço que se denomina **Amazônia brasileira**. Em uma primeira olhada em dicionários em português, vemos que etimologicamente o verbo internacionalizar se vincula ao verbo em inglês *to internationalize*. Vejamos algumas definições: primeiro em inglês e depois em português.

> **Internationalize** – "to render international in character or use; spec. in mod. politics, to bring (a country, territory, etc.) under the combined government or protection of two or more different nations. (1864) Webster, internationalize, to make international; to cause to affect or pertain to the mutual relations of two or more nations; as, to internationalize a war. (1883) An earnest appeal to the Government at Berlin to unite with England in internationalizing the Congo. (1884) 19th century Comte, Mill, and Herbert Spencer have internationalized the word [Sociology]. (1885) The Suez Canal must be internationalized and confided to the Khedive. (1897) An internationalizing of the peoples (…) based not on competition but on co-operation" (The Oxford English Dictionary. A New English Dictionary on historical principles: founded mainly on the material collected by The Philological Society. Volume V, H-K. Oxford at the Clarendon Press [1933] 1961, página 409).
> **Internationalization** – "The action of internationalizing. 1871 Internationalisation is even now a great, though as yet but insufficiently recognised actuality. 1882 The internationalization, if I may use the word, of Egypt. 1884 times (weekly ed.) Questions affecting the internationalizations of the Congo, the Niger, and other fields of commerce" (Idem).
> **Internationalize** – "1. To make international, as in scope or character: a local conflict that was internationalized into a major war. 2. To place or bring under international control. 3. To become international: the automobile company must internationalize in order to meet the competition" (Random House Unabridged Dictionary. Second Edition. Manufactured in the United States of America[1966] 1993).
> **Internacionalização** – "s. f. ação de tornar comum a vários países uma lei, um tratado. De internacionalizar mais sufixo ção" (Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa. Francisco da Silveira Bueno. 4º Volume. Biblioteca Carlos Lacerda. São Paulo: Edição Saraiva, 1965).
> **Internacionalizar** - "(1899) **1** v. tr. e pron. tornar (-se) internacional (a economia de um país) (com muitos anos de vida no exterior, internacionalizou-se). **2** t. d. difundir por várias nações; universalizar" (não se internacionalizou a cachaça). Etim. Internacional + izar (Dicionário HOUAISS da língua portuguesa. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009).

Grosso modo, a definição do verbo internacionalizar como conferir uma característica internacional ou um uso internacional talvez seja a mais completa, significando em certo sentido **desnacionalizar**. O substantivo internacionalização tem como significado tornar comum a dois ou mais países. São notáveis as referências do dicionário Oxford acerca das rusgas entre Berlin e Londres sobre o Congo que suscitam a expressão "*internationalizing the Congo*", ainda há referências ao ano de 1885 e ao Canal de Suez, dando uma dimensão política do termo que se funda em práticas coloniais e político-militares. No caso do Canal de Suez, o Estado egípcio perde a soberania sobre seu território e a Companhia do Canal de Suez (inicialmente francesa e egípcia, depois inglesa) assume a regulamentação jurídica do canal. Outra referência são as revoltas que levaram ao desmembramento do Panamá do território colombiano (1903) e a construção do Canal do Panamá com capital estrangeiro (primeiro na tentativa francesa e inglesa, depois na conclusão estadunidense).

É nesse contexto que se formulam preocupações político-militares que estabelecem as bases para uma prática territorial hegemônica de garantir a integridade territorial do Estado nacional brasileiro, como analisaremos nos capítulos 1 e 2. A peculiaridade do termo, contudo, abrange a opinião pública nacional, dando visibilidade, por meio da mídia escrita e televisiva, práticas direcionadas à Amazônia. É curioso perceber a abrangência do tema no imaginário nacional (Anderson, [1983] 2008; Baczko, 1984), como veremos no capítulo 3.

A elaboração da **internacionalização** pensada na Amazônia é inicialmente uma construção político-militar, como veremos ao longo da tese. O pressuposto é que a **Amazônia** (enquanto uma unidade fictícia) é uma região de atração de fluxos de capitais, de pessoas, projetos coloniais e de políticas hegemônicas das nações desenvolvidas, principalmente por parte dos EUA. As narrativas de **internacionalização** são muitas vezes repetidas e colocadas como ameaça concreta à soberania brasileira. A repetição é quase uma estratégia de trazer ao debate político-nacional a questão amazônica que se intensifica no Estado Novo (1937) e que recrudesce politicamente na ditadura militar de 1964 (Cabreira, 1996; Kohlhepp, 2002), constantemente revisitada nas décadas subsequentes em novos desafios territoriais (demarcação de terras indígenas, regulamentação fundiária, unidades de conservação, grandes empreendimentos hidrelétricos e de mineração).

As experiências simbólicas presentes nos *enunciados* acerca da **Amazônia** remetem a apropriações políticas do espaço amazônico vinculadas à administração, delimitação, classificação, uso e identificação de "como governar a natureza". Como se pode inferir das

análises de algumas pesquisas[8], a região amazônica caracteriza-se pela articulação de duas dinâmicas sociocultural-econômicas que configuram interpretações sobre fluxos do *espaço*: (1) de um lado, as dinâmicas internas apontam para a expansão das fronteiras socioeconômicas e culturais da sociedade nacional em direção aos limites territoriais de povos indígenas e da floresta amazônica, dentro da lógica da produtividade capitalista, considerada com baixa atividade econômica e com elevada potencialidade energética, mineral, madeireira, petrolífera. Uma espécie de *colonialismo interno* (Cardoso de Oliveira, 1978; Casanova, 2007) em que os centros econômicos do país expandem suas atividades em direção aos domínios de etnias indígenas. De outro lado, (2) a expansão do *sistema mundial* que observa os movimentos de transposição, para os territórios periféricos do sistema capitalista, de obras de infraestrutura de grande escala, visando explorar recursos naturais e, assim, produzir espaços produtivos dentro do jogo de comércio internacional (Ribeiro, 1992; Catullo, 1996). Dentro da lógica da **acumulação flexível** e da compressão do **espaço-tempo**, o sistema de produção capitalista contemporâneo tem por estratégia uma expansão pulverizada no espaço, o que implica sua construção a partir de uma lógica de fragmentação própria (Harvey, 1989). Essas duas vertentes possuem um ponto em comum, o espaço amazônico assume significado frente às estratégias de desenvolvimento e às relações geopolíticas entre os Estados nacionais, convertendo-se em foco de interesses de forças políticas locais, nacionais e internacionais. A maioria dos grupos de interesses procura disciplinar a exploração dos recursos, a preservação ambiental e/ou o conhecimento científico sobre a Amazônia ao seu modo. A gestão estatal ou privada do território nacional e de territórios de outros Estados nacionais continua a ser objeto de estratégia, envolvendo não apenas sua administração em termos econômicos, mas, sobretudo relações de poder. Assim, forma-se o espectro geopolítico da Amazônia que é objeto de formulações das burocracias estatais especializadas (civil e militar), amplamente inseridas nas discussões desenvolvimentistas, ambientalistas e estratégicas presentes nesta tese. É neste sentido que atores institucionais narram eventos e procuram promover ações políticas que instituem regimes de poder sobre a Amazônia.

Se houvesse um explicito propósito político nesta tese, ele se traduziria em desagradar ideólogos de direita e de esquerda que dentro de suas ortodoxias e heterodoxias não reconhecem os regimes de poder que operam. Tem sido um desafio elucidar significados

[8] Cardoso de Oliveira (1964); Clastres (1974); Cardoso e Muller (1978); Ianni (1979); Sigaud (1986); Bertha Becker (1990; 1995; 2005); Mariana Miranda e Bertha Becker (1990); Arnt & Schwartzman (1992); Gondim (1994); Muller (1995); Paul Little (2001).

políticos dessa categoria sem desagradar todos os potenciais interessados na temática que se espalham em campos políticos tão diversos como: militares, acadêmicos, ativistas. Sendo que esses campos são heterogêneos, encontramos militares conservadores de direita e esquerda, militares progressistas de direita e esquerda; acadêmicos de direita e de esquerda; ativistas de direta e esquerda. Aparentemente, é mais fácil desagradar do que conciliar os argumentos e promover um diálogo produtivo. De qualquer modo, essa tese procura estimular um diálogo.

PARTE 1 –

Comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa.
(Machado de Assis, [1899] 1998, p. 165).

ARQUEOLOGIA DE UMA CATEGORIA: A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES ESTATAIS. DO ESTADO PORTUGUÊS AO ESTADO BRASILEIRO E AS INTERFACES COM OS EUA.

Mesmo que na modernidade a tradição seja desvincular as realizações das redes de cooperações de que resultaram, apresentando o produto final como peça individualizada e autoral (Latour, 1988), a alienação do processo de cooperação contrasta com a constatação de que associações entre indivíduos, grupos e instituições fazem nascer saberes, práticas, ações (estatais e não-estatais) que compõem *governos territoriais*. As tarefas dos capítulos 1 e 2 são equacionar *inquéritos-narrativos* edificados por meio de categorias historicamente formuladoras. Procurei, por meio de uma arqueologia conceitual, perceber as relações de nomeação, por um lado, e de apropriação, por outro, dos territórios nas Américas empreendidas primeiro pelo Estado português e, depois, pelo Estado brasileiro herdeiro de uma racionalidade homogeneizante de heterogeneidades sociais e naturais, conduzindo à operacionalização de práticas institucionais (Bandeira, 1998; Ribeiro, 2008). Os Estados Unidos da América aparecem como contraponto em momentos específicos da formação do território amazônico. Portanto, nesta parte da tese, não há uma comparação sistemática entre Brasil e EUA, na medida em que a formação territorial da Amazônia brasileira se vincula preponderantemente as dinâmicas políticas do Brasil. Categorias utilizadas para **governar** a Amazônia se tornam verdadeiros regimes de sistematização de procedimentos técnico-burocráticos para relacionar *espaço* e *poder* numa lógica de resignificação constante do território.. As designações atribuídas ao *espaço socionatural* que hoje reconhecemos como **Amazônia** foram se moldando ao longo de disputas e só se pôde defini-la, minimamente, com uma preocupação administrativa, em suas múltiplas *relacionalidades* . Isto é, fluxos de relações em que redes, objetos e símbolos captam diferentes aspectos de suas peculiaridades em *situações-eventos* específicos (Medeiros, 2007). Paul Little, comparando as regiões de fronteiras de *Aguarico*, no Equador, e Jarí, no Brasil, em Amazonia: Territorial Struggles on Perennial Frontiers (2001), argumenta que a Amazônia não é singular como se fosse constituída de fronteiras finitas, mas sim muitas “Amazônias” formadas por fragmentos de histórias sociais e ambientais interconectadas. Little argumenta que a variedade de vozes, reivindicações, litígios e *cosmografias* compõem *fronteiras territorializadas*. Assim, as fronteiras amazônicas foram moldadas por séries de ciclos exploratórios de *commodities* em sucessivas ondas migratórias que levaram distintos grupos sociais a habitar a região. Ainda na análise de Little, dois conceitos são centrais: *territorialidade humana* e *cosmografia*. Sendo territorialidade humana, “esforço coletivo de um grupo social para se identificar, ocupar, usar

e estabelecer controle sobre parcela específica de seu ambiente biofísico que serve como terra natal ou território" (Little, 2001, p. 4. Tradução livre). Por sua vez, sendo *cosmografia,* conceito inicialmente elaborado por Franz Boas, em "The study of geography" (1887), que Little se apropria para descrever etnograficamente as disputas territoriais nas fronteiras amazônicas:

> This concept, revived and adapted, can serve as a guide for analyzing territorial disputes on Amazonian frontiers. Cosmography is defined here as the collective, historically contingent identities, ideologies, and environmental knowledge systems developed by a social group to establish and maintain human territory. Cosmographies encompass the symbolic and affective relationship a group maintains with its biophysical environment, which creates bonds of identity between a social group and a geographical area in what Bachelard calls topophilia: 'the human value given to occupied spaces, to spaces defended from adverse forces, to loved spaces' (Bachelard 1989, 19; see also Tuan 1974). Cosmographies are applied to biophysical environments through the 'material and social appropriation of nature' (Godelier 1986), which in turn is part of the boarder process of the 'production of space' (Lefebvre 1991) (Little, 2001, p. 5).

Essa definição de cosmografia nos dá a dimensão produtora de "Amazônias" enquanto fragmentos territoriais de diversos grupos sociais que estabelecem processos *socionaturais* na significação de suas territorialidades. É nesse sentido que a **Amazônia** enquanto uma referência territorial é produto de uma narrativa institucional. As territorialidades são forjadas em disputas políticas. As territorialidades *socionaturais* amazônicas se configuram em ocupações pré-colombianas (povos indígenas), fluxos coloniais europeus (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses), estabelecimento das fronteiras dos Estados nacionais sul-americanos (tratados internacionais e arbitragens), territorialidades brasileiras e transnacionais recentes (caboclos, ribeirinhos, comunidades extrativistas, quilombolas, garimpeiros, empreendimentos de infraestrutura, planejamento ambiental, entre outros). Não podemos esquecer que essas denominações identitárias supõem uma homogeneidade internas e são utilizadas como instrumento de gestão territorial por instituições estatais e não-estatais. É nesse contexto que ressoam diversas vozes que compõem as disputas por territórios na Amazônia, havendo bastante divergência nessas definições administrativas.

Tendo também como referência as propostas de uma antropologia do Estado ou da Administração (Souza Lima, 1995), procuro estabelecer nos capítulos 1 e 2 os processos constitutivos de um poder hegemônico. Em outras palavras, analisar a operacionalidade da administração em seu processo de significação histórica e redução das diferenças na edificação de uma territorialidade padronizada ou hegemônica. Não se trata de aferir qual é a

eficácia do planejamento e execução de programas estatais para o território amazônico, mas sim de perceber a dimensão administrativa de narrativas estatais para a **Amazônia** e, posteriormente, para os significados da **internacionalização**. Percebemos que as enunciações administrativas de diferentes matizes encontram respaldos em convicções em torno da consolidação da ocupação, demarcação das fronteiras, integração de infraestrutura, planos de desenvolvimento econômico, de preservação ambiental, entre outros. É nesse sentido que se revelam as bases de uma *cosmografia* presente em práticas que se pretendem hegemônicas, i.e., *narrativas-práticas* de atores-autores que estão a serviço do Estado e de suas práticas político-administrativa para o território. As assimetrias de poder, no processo de impor um projeto de nação e de civilização, geralmente se manifestam na edificação de uma *cosmografia* específica baseada tanto na construção de uma nacionalidade quanto em pressupostos jurídicos direcionados à dominação da **natureza**[9]. Assim, de que modo se deu a edificação de uma *territorialidade* homogeneizante, por parte de grupos dominantes, é o principal foco de investigação destes capítulos. O objetivo, portanto, é perceber historicamente a criação do território amazônico por meio de operadores intelectuais brasileiros que fazem parte, por cargo público (agente político ou servidor público), do aparato estatal instituidor de uma ordem territorial específica. O processo de simplificação das características múltiplas de ocupação do espaço *socionatural* amazônico faz parte da estratégia de historicizar, empreendida por grupos hegemônicos. A institucionalização do território assegura, assim, legitimidade interna e externa para suas pretensões de poder. As formulações elaboradas em peças jurídicas, obras técnico-burocráticas e literatura são realizadas por agentes públicos intelectuais que se dedicam a operacionalizar um regime de poder sobre o espaço, a natureza e as pessoas, simplificando as percepções para imprimir uma unidade ao território, a fim de efetivar uma administração dos chamados **recursos naturais e humanos**. É nesse sentido que a proposta é rastrear práticas político-institucionais elaboradas por *atores-autores*[10] responsáveis por **governar** a *multiplicidade* **amazônica**. Procuro indicar de que modo relações políticas cristalizadas em categorias elaboradas por trabalhos técnico-burocráticos de determinados *atores-autores* que operam a máquina burocrática do Estado

---

[9] James Scott observa que o Estado utilitarista moderno, que se constituiu mediante a padronização do sistema métrico, na possibilidade de leitura de dados sobre o território e na decisão do soberano, transforma o vocabulário usado para lidar com a natureza. Passa-se a usar o termo “recursos naturais” no lugar de “natureza” justamente para pontuar o aspecto de tornar a natureza útil aos interesses humanos (Scott, 1998, p. 11-52).

[10] Considero desnecessário realizar mais especulações teórico-metodológicas para formular a noção de ator-autor. Considero que o uso que faço dela é auto-explicativo ao vincular as ideias de ator (social e político) fortemente fundada na perspectiva teórica de Victor Turner (1974; 1986) com as ideias de sujeito autor de uma antropologia hermenêutica.

conseguem transformar territorialidades locais, nacionais e transnacionais dentro de uma linguagem que procura imprimir um regime de **poder** específico (Scott, 1998; Ribeiro, 2000).

Partindo do pressuposto de que o que denominamos hoje **Amazônia** se componha de múltiplas territorialidades (Farage, 1991; Souza Lima, 1995; Little, 2001; Albert, 2002), os argumentos que pretendo elaborar se iniciam com as seguintes inquietações: de que modo se reduz o múltiplo nos processos técnico-burocráticos do Estado (inquéritos)? Qual é o processo de homogeneização da heterogeneidade? É possível extrair uma *cosmografia* estatal de práticas-intelectuais de atores-autores que operem no Estado? Na tentativa de realizar uma *arqueologia* (Foucault, 1999) que remonte às relações de poder e de supressão da pluralidade de vozes intrínsecos nas questões que envolvem a temática da i**nternacionalização da Amazônia**, proponho uma imersão nas categorias utilizadas por autores dos textos examinados enquanto sujeitos de redes que compõem práticas governamentais na história do Brasil. Procurei refazer algumas categorias que simultaneamente nomeiam o **espaço amazônico** e atribuem significados às relações que se pretende estabelecer com ele, reveladores de valores, discursos e significados que produzem práticas de poder. Nos casos privilegiados por este capítulo, a intenção é aprofundar nas relações de significados entre as categorias e suas reverberações futuras, descolando um pouco do plano da autoria. Os textos analisados foram produzidos por pessoas que se dedicaram à análise de conjunturas políticas de suas épocas, também responsáveis por executar práticas territoriais, ou seja, são sujeitos responsáveis por conceber um projeto de dominação sobre a multiplicidade *socionatural* da **Amazônia**.

São os textos produzidos por atores-autores que fazem emergir práticas redutoras das diferenças e pregam uma unificação dos diferentes em prol de uma unidade produtora de *poder*. São em concepções políticas, estratégicas e geopolíticas que relações entre *poder* e *espaço* se manifestam. Grosso modo, antes de percorrermos o caminho, podemos dizer que os *governos da natureza* e das pessoas, postos nos quase receituários de práticas intelectuais (tratados, peças jurídicas, memórias; formulações acadêmicas e obras literárias), se institucionalizam em regimes distintos, criando território com base na soberania de um ordenamento político-institucional. Para encontrar, dentro de uma análise qualificada, a dimensão *cosmográfica* e as relações assimétricas de poder no governo territorial da Amazônia brasileira, precisamos desmembrar (em termos analíticos) o monopólio legítimo da violência física (Weber, [1921] 2004). O caminho que encontrei é focar minha análise no patamar das elaborações burocráticas e das relações de poder que envolvem o território amazônico. Os engajamentos políticos de atores-autores analisados abaixo procuram

configurar processos decisórios referentes ao governo territorial da **Amazônia**, caracterizando **ameaças de soberania** e convicções em torno da **internacionalização da Amazônia**. Dentro de uma lógica que ao mesmo tempo em que separa a natureza da sociedade, formulam-se projetos de dominação da natureza, impõem-se modos específicos de integração entre homem e ambiente, sendo o papel do homem civilizar a barbárie imposta pela natureza **não-modificada**.

Não aprofundarei minha análise em todos os períodos da história do Brasil, entretanto, quero marcar a dimensão histórica em que a arqueologia da **internacionalização da Amazônia** se realiza. Nesse sentido, para pautar a discussão, usarei a seguinte divisão da história do Brasil: (1) período colonial (1530-1822), momento em que arranjos políticos se coadunam com ações de expansão territorial para assegurar a **posse** de terras no **rio das amazonas** e na **América Meridional** para a Coroa Portuguesa; (2) Império e primeira República (1822 – 1930), acordos internacionais tendem a consolidar a **posse** e estabelecer os **confins** (consolidar as fronteiras) por meio de tratados bilaterais (entre as repúblicas vizinhas e o Brasil), ao mesmo tempo em que internamente se busca evitar **motins políticos** para se manter a **unidade territorial**; (3) período que abrange a revolução de 1930 (Estado Novo de 1937) e o período democrático-populista (1945-1964), momento de intensificada institucionalização do território amazônico (definição em lei da Amazônia Legal, Plano de Valorização Fiscal para a Região Amazônica, criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA; para ficar apenas em alguns exemplos), ou seja, momento em que se procura **integrar** o território amazônico à dinâmica socioeconômica do Sul-Suldeste do país, procurando tornar a Amazônia **útil** ao **progresso** do país; (4) período militar (do golpe de 1964 até a redemocratização em 1985), desenvolver para garantir a **soberania**, a **segurança nacional**, sintetizado no *slogan* “integrar para não entregar”, dentro de uma doutrina de uma *geopolítica desenvolvimentista* (período intenso de regulamentação governamental para a região); (5) redemocratização (desde 1985), a Constituição Federal de 1988 inaugura período de crescente visibilidade, mesmo que precária, lenta e com idas e vindas, de atores sociais marginalizados no processo de tomada de decisão do Estado, tais como movimentos sociais, povos indígenas, seringueiros, trabalhadores rurais, ribeirinhos, sindicatos de operários, camponeses sem terras e atingidos por empreendimentos de grande porte, intelectuais-ativistas em ONGs, além disso crescente democratização e profissionalização de serviços prestados pelos Ministérios Públicos estaduais e federal, além de defensorias.

Considero, portanto, a análise do processo histórico como uma forma de delimitar modos de lidar com o território, assim, podemos averiguar uma possível *cosmografia hegemônica* em suas operacionalidades (e formulações) que compõem a **internacionalização da Amazônia**. Claro que a amplitude desses cinco pontos é infinitamente pretensiosa, porém, a intenção é singela: percorrer pontos específicos da história do Brasil, tendo como referência básica práticas narrativas de alguns atores-autores que contribuíram para configurar ações político-institucionais hegemônicas para a Amazônia brasileira. Práticas narrativas que entram nos jogos de disputas por definições do que é "certo" ou "errado" fazer na **Amazônia**, delimitando, em linhas gerais, uma *cosmografia hegemônica*, determinando o entendimento da **internacionalização** que se encaixa sem novidades num modo *estruturado* de lidar com o território amazônico. Não se trata de fazer uma revisão da história do Brasil, a periodização ajuda apenas a contextualizar as narrativas que dão significados para edificar os sentidos da Amazônia e de sua suposta **internacionalização** nas estruturas narrativas de ações para o território.

É importante mencionar que durante quase todos os momentos da história do Brasil, com maior intensidade em alguns momentos específicos do que em outros, se apresentam ações externas que são julgadas por alguns como "ameaçadoras da integridade territorial brasileira". Pretensões externas correlacionadas com arranjos políticos internos que mobilizam grupos, indivíduos e movimentos interpretados como "ameaçadores da soberania nacional". Como exemplos emblemáticos disso, podemos citar dois casos distantes no tempo: a questão da abertura da bacia amazônica à livre navegação internacional durante o Império e os primeiros anos da República que opuseram grupos internos favoráveis (intelectuais liberais, comerciantes de Belém) e contrários (representantes do governo central no Rio de Janeiro), ou nas denominações políticas da época centralistas (conservadores) versus federalistas (liberais); outro exemplo pode ser verificado nas leituras das Forças Armadas brasileira acerca de cooperações internacionais (de ONGs e Fundações) a povos indígenas, movimentos sociais (Pastoral da Terra, MST), alegando haver interferências do serviço de inteligências dos EUA que se infiltraram na burocracia do terceiro setor.

Em fim, deve ficar claro que não é pretensão desta tese fazer qualquer revisão historiográfica da história oficial do Brasil, procuro indicar apenas possíveis correlações entre práticas intelectuais e a institucionalização de categorias que fundaram modos hegemônicos de territorializar a **Amazônia**. Categorias polissêmicas e porosas muitas vezes aproximam, em alianças pontuais, conservadores, progressistas, liberais, na conjunção de práticas expressas em entendimentos formais de como lidar com o território, ou seja, coadunam-se

interesses para aquilo que nomeamos de *governo da natureza* e de *cosmografias*. Decisões concretas de integrar o território em dinâmicas socioeconômicas, construções de hidrelétricas, explorações minerais, demarcações de terras indígenas, entre outras temáticas, são analisadas pontualmente na segunda parte da tese dentro da lógica do convencimento de uma opinião pública no Brasil e nos EUA. Fazendo uma leitura interessada daqueles cinco períodos acima mencionados, procuro identificar ecos que compõem a **internacionalização da Amazônia** expostos nas formulações político-intelectuais de atores-autores, sugiro a seguinte leitura: (1) período de expansão e de ocupação do território (expansão luso-brasileira; *entradas e bandeiras*; construção de fortes; guerras no extremo norte para garantir a posse portuguesa)[11] (ver anexo 3 – mapas); (2) institucionalização do território por meio de tratados e de propostas de governo para o norte do país, além da constante preocupação em se evitar guerra de secessão; (3) arranjos políticos para promover um Estado-nacional, processo de homogeneização institucional em prol da unidade nacional (**progresso nacional**); (4) práticas que objetivam forjar a ideia de **interesse nacional** vinculada com definições mais específicas de **soberania**, **segurança nacional**, buscando neutralizar a **cobiça internacional** por recursos naturais na **Amazônia**; (5) articulação de narrativas específicas acerca do **desenvolvimento regional** (*projetismo*; empreendedorismo; desenvolvimento sustentável; etnodesenvolvimento), de que modo a **internacionalização** opera dentro de práticas institucionais pretensamente democráticas? Assim, procuro relacionar, de modo não linear, mas ao mesmo tempo dentro de uma sistematização cronológica, a *institucionalização* da **Amazônia** que edifica uma *cosmografia hegemônica* formadora de narrativas para a Amazônia e da sua suposta **internacionalização**.

PROPOSTA DE UMA GENEALOGIA DE PRÁTICAS PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CATEGORIAS POR ATORES-AUTORES E A COSMOGRAFIA ESTATAL

De acordo com classificações utilizadas por Márcia Anita Sprandel, em seu artigo "Breve genealogia sobre os estudos de fronteira" (2005), a produção de trabalhos didático-descritivos, teóricos e oficiais está a serviço de "discurso [e práticas] de fixação de um determinado espaço como 'nacional' [que] ocorre, pois, tanto dentro quanto fora do país" (2005, p. 156). Sprandel analisa a produção destas narrativas em relatos de militares, geógrafos e diplomatas nas comissões demarcadoras de fronteiras e nas práticas intelectuais

[11] BANDEIRA, Moniz. O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3ª Edição. Rio de Janeiro e Brasília: Revan e Editora da UnB, [1985]1998.

institucionalizadas. Não só o período da Primeira República, analisado por Sprandel, apresenta as intrínsecas relações entre a produção intelectual (acadêmica, militar e diplomática) e as práticas estatais que buscam fundamentar posses territoriais do Brasil no direito internacional público. Também conseguimos verificar essa relação em outros períodos da história do Brasil. Fica evidente perceber de que modo instituições estatais brasileiras procuram instituir categorias para fundamentar *governos dos territórios e das naturezas amazônicas*, baseando suas práticas em modos específicos de lidar com a organização do território. As práticas diplomáticas, intelectuais e militares estão muito próximas nos momentos de **delimitar (consolidar) as fronteiras**, garantir a **posse** de terras, assegurar a **soberania nacional**, promover o **progresso**, forjar um **interesse nacional** e manter a **unidade nacional**[12].

Tendo como possibilidade a descrição breve de quadro cronológico de intelectuais, militares e diplomatas que fazem parte de uma *matriz institucional nacional* voltada para agir no território, opto por rastrear narrativas em obras de atores-autores específicos que contribuíram para a realização de uma *territorialidade estatal amazônica*. Ou seja, me propus analisar de que modo as categorias são pensadas nas obras e nas práticas de atores-autores. *Matriz institucional* essa capaz de articular práticas de forjar, dentro de uma lógica política, burocrática e militar, tanto interna quanto externamente, uma territorialidade específica, edificando quais devem ser os **interesses nacionais**. Assim, demarcar **fronteiras**, garantir a **posse**, assegurar a **soberania**, fortalecer a **unidade nacional**, promover o **desenvolvimento** e a **segurança nacional** passam a ser analisados, nesta tese, como práticas institucionais. É por meio de categorias presentes nas narrativas práticas intelectuais de alguns atores-autores que proponho analisar a efetividade de ações para o território. Categorias essas que nomeiam espaços, pessoas, povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, floresta, fauna, flora, em práticas homogeneizantes de diferenças. Desde o início da formação do território brasileiro, como é analisado ao longo dos capítulos, as categorias utilizadas para nomear as possessões se entrelaçam com narrativas institucionais de delimitação de fronteiras, reverberando em preocupações com integridade física do território. Dinâmicas institucionais que primeiro nomeiam, depois exercem domínio, enquadrando fluxos migratórios, imaginários, redes privadas, serviços estatais de segurança, de infraestruturas, de impostos que inscrevem suas

[12] Não utilizo a mesma estratégica argumentativa de Sprandel (2005), ela se preocupa em identificar o lugar das produções intelectuais sobre fronteiras na formação de uma autoimagem de país que se reflete no ensino da geografia e em planos nacionais de uma elite intelectual e política. Diferentemente, procuro analisar a lógica interna formadora de uma territorialidade estatal.

práticas no território da **Amazônia**, incorporando sua materialidade ao Estado brasileiro e se relacionando antagonicamente com os Estados Unidos da América.

Formulações programáticas específicas de cada período da história do Brasil resultados de complexas conjunturas, debates e alianças políticas são posteriormente apropriadas em narrativas que vão sendo decantadas ao longo do processo de institucionalização de “verdades sobre o território nacional”. A própria reconstrução do processo histórico de ocupação da Amazônia luso-brasileira é testemunha de uma *cosmografia* que edifica uma territorialidade estatal.

É nesse contexto que abordaremos, nos dois primeiros capítulos, narrativas presentes nas obras de atores-autores considerados representantes de uma época, contribuintes de uma análise teórico-metodológica específica para a formulação de ações administrativas. Não proponho fazer uma análise muito prolonga destes atores-autores, tampouco de suas obras, para facilitar a visualização, apresento abaixo quadro geral e alguns atores-autores que julgo importantes na formulação de uma *cosmografia estatal* para a Amazônia. Assim, ficarei limitado apenas a nove atores-autores e seus contextos históricos, a saber: (1) **Período Colonial**, Alexandre de Gusmão (1695-1753); (2) **Período Imperial**, Domingos Antonio Raiol (1830-1912) e Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875); (3) **Primeira República**, Joaquim Nabuco (1849-1910), Euclides da Cunha (1866-1909) e José Maria da Silva Paranhos Jr. (1845-1912); (4) **Geração Pós-revolução de 1930 e regime militar de 1964**, General Golbery do Couto e Silva (1911-1987), General Mário Travassos (1913-1995), Arthur Cézar Ferreira Reis (1906-1993) e General Meira Mattos (1913-2007); (5) **Redemocratização**, período que mescla tradicionais concepções de segurança nacional, ainda presente no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (2008) e na Estratégia Nacional de Defesa (Decreto nº 6.703, de 18/12/2008), e perspectivas crítica, exemplificadas nos trabalhos de Shiguenoli Miyamoto (1980; 1995) e Bertha Becker (1982; 2004)[13].

Sempre caberá o seguinte questionamento: por que esta lista de autores e não outra? Primeiro porque procurei delimitar uma amostra de atores-autores que fossem considerados, no geral, formuladores de narrativas originais. Segundo, porque as narrativas deles deveriam ter algum impacto prático na formação do território amazônico. Claro que mesmo com esses dois critérios, eu poderia montar outras listas. O fato é que esses nomes são os mais recorrentes na historiografia especializada e nos estudos da região amazônica quando se trata de grandes temáticas governamentais.

---

[13] É comum aparecer contradições nas datas de nascimento e morte de atores-autores estudados por esta tese. Irei sempre utilizar as datas referidas nas obras citadas.

QUADRO -1

BREVE GENEALOGIA

1) As primeiras narrativas que procuram apreender a realidade do espaço amazônico o fazem com base em categorias como: sertão, deserto. Marcando significados de posse durante o período colonial, o primeiro Império e o período regencial.

ATOR-AUTOR	INSTITUIÇÃO	OBRA	ANO
*Alexandre de Gusmão **(1695-1753)**	Conselheiro Imperial da Coroa de Portugal.	"Resposta ao papel do Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos sobre o Tratado dos Limites da América" foi escrita em Lisboa em 8 de Setembro de 1751.	1751
Joaquim Caetano da Silva **(1810 - 1873)**	Publicista; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; encarregado de negócios do Brasil nos Países Baixos; diplomata.	L'Oyapock et l'Amazone Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa	1861 1851
Alfred Russel Wallace	Naturalista Britânico	A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro	1853
*Domingos A. Raiol **(1830-1912)**	Político e Historiador	Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835.	1865, 1868, 1883, 1884 e 1890
* Aureliano Cândido Tavares Bastos **(1839-1875)**	Deputado geral por Alagoas em três legislaturas (1861-1863, 1864-1866 e 1867-1870)	"O Vale do Amazonas"	1866
Couto Magalhães	Forças Armadas – General	Curso de Língua Tupi; O Selvagem	1876
Joaquim Maria Nascentes Azambuja	Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco.	Limites do Brasil com as Guyanas Francesa e Inglesa. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio de Rodigues & Cia.	1892
Barão de Marajá	Político e Intelectual.	A Amazônia, As Províncias do Pará e Amazonas e o Governo Central do Brasil.	1883

2) Profissionalização dos Estudos: Fluxos de Comércio; categorizar os benefícios. Fim do Segundo Império e a primeira República.

José Verríssimo Dias de Matos	Academia Brasileira de Letras;	A Amazônia (ensaio) Cenas da Vida Amazônica	1892 1886
Torquato Tapajós	Instituto Histórico e Geográfico Brazileiro	Estudos Sobre o Amazonas: Limites do Estado	1896
Ernesto Mattoso	Ministério das Relações Exteriores – IRB (vice-cônsul do Brasil em Georgetown)	Limites da República com a Guyana Inglesa: memória justificativa dos direitos do Brasil. Belém, Diário Oficial.	1898
Jean-Jacques Élisée Reclus (Francês – 1830-1905)	Geógrafo francês	Estados Unidos do Brasil: geographia; ethnographia e estatística.	1893
Serzedello Corrêa	Ministro das Relações Exteriores (fevereiro a julho de 1892)	O Rio Acre: Ligeiro estudo sobrea a occupação Paravicini no Rio Acre: limites, navegação e commercio com a Bolivia.	1899
Thaumaturgo de Azevedo	Forças Armadas (coronel do Corpo de Engenheiros da Comissão Demarcadora de Limites)	O Acre: limites com a Bolívia. Memória sobre os limites do Brasil.	1900 1901
Lopes Gonçalves	Político (senador da República)	A fronteira brasileiro-boliviana pelo Amazonas. Lisboa, Livraria Central.	1901
Luís Cruls	Forças Armadas (chefe da Comissão Demarcadora de Limites entre Brasil e Bolívia)	Limites entre o Brasil e a Bolívia. Relatório. Rio de Janeiro, imprensa Nacional.	1902
*Joaquim Nabuco (1849-1910)	Político e Escritor	Fronteiras do Brasil e da Guiana Inglesa: o direito do Brasil, primeira memória; Frontières du Brésil et de la Guiana Anglaise, second memoire; Frontières du Brésil et de la Guiana Anglaise, troisème mémoire. Paris, A. Lahure.	1903
*Euclides da Cunha (1866-1909)	Forças Armadas; Academia Brasileira de Letras; Gabinente do Rio Branco (Ministério das Relações exteriores)	Um Paraíso Perdido	1906
Manuel de Oliveira Lima	Universidade (Geógrafo)	Lé Brésil: ses limites actuelles, ses voies de pénétration. Rapports présentes au Congrès de Géographie de Genéve.	1908
Renato Barboza Rodrigues Pereira	Forças Armadas – Exército	Comissão das Linhas Telegraphicas Estratégicas	1909/1910

		de Matto-Grosso ao Amazonas (relatório).	
*José Maria da Silva Paranhos Jr. (1845-1912)	Diplomata	Esboço da História do Brasil (1899). Efemérides Brasileiras	1902 a 1912
Capistrano de Abreu (1853-1927)	IHGB	Capítulos de História Colonial (1500-1800)	1907
Rangel Moreira	Universidade (professor de História)	Esboço histórico das nossas questões de fronteira. São Paulo, Empresa Typ. Editora O Pensamento.	1913
Bernardino José de Souza	Universidade (professor de Geografia)	Limites do Brasil. Bahia, Editora Tristão e Pinto, Livraria Econômica.	1911
Artur Orlando	Geógrafo	Fronteiras. Recife. Manuscritos.	1916
Fernando Antônio Raja Gabaglia	Geógrafo	As fronteiras do Brasil. RJ: Typographia do Jornal do Commercio.	1916
Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon	Coronel de Engenharia; Comissão de Linhas Telegráphicas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas; Diretor Geral do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI)	Relatórios oficiais e cartas. Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas (1952).	1916
Thiers Fleming	IHGB	Limites e Superfícies do Brasil e seus estados. Rio de Janeiro, Imprensa Naval.	1918
Elyseo Carvalho	IHGB	O Factor geographico na política brasileira. RJ: Monitor Mercantil.	1921
Virgílio Corrêa	IHGB	As Raias de Matto Grosso – fronteiras meridionais.	1925

3) Advento de uma profissionalização burocrática: revolução de 1930; Estado Novo (1937) e o advento de um nacionalismo integrador da Amazônia: a conquista da infraestrutura econômica.

Everardo Backheuser	Geógrafo	A Estrutura Política do Brasil. RJ: Mendonça, Machado e Cia. Geopolítica e Geografia Política. Revista Brasileira de Geografia, ano 4, n.1, jan/mar.	1926 1942
Roy Nash	Acadêmico estadunidense	A Conquista do Brasil	(1939[1926])
Carlos Delgado de Carvalho	Geógrafo	Introdução à Geografia Política. SP: Livraria Francisco Alves.	1929

		“Geografia das fronteiras”. Revista Brasileira de Geografia, I (3): 95-110.	1939
Renato Barbosa Rodrigues Pereira	Forças Armadas	Relatório de 1927 do Serviço de Inspeção de Fronteiras. Rio de Janeiro, Mnistério da Guerra.	1928
Delgado de Carvalho	Geógrafo	"Parte Regional-As divisões Regionais do País: Bases Geográficas Racionais desta Divisão" in "Geografia do Brasil", quarta edição completa, 1929, Livraria Francisco Alves	1929
Dionysio E. De Castro Cerqueira	Forças Armadas	Reminiscências da fronteira. Escrito em forma de diário pouco antes de sua morte (em 1910), sobre a demarcação da fronteira do Brasil com a Venezuela.	1928
Mário Travassos	Forças Armadas – Exército	Aspectos geográficos sul-americanos (reeditado em 1935 com o título de Projeção Continental do Brasil).	1930
João Ribeiro	Universidade (filólogo e historiador)	As nossas fronteiras – breve synopse. Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica.	1930
Candido Mariano da Silva Rondon	Marechal Rondon	Positivismo humanista no trato com povos indígenas. A ocupação do sertão amazônico, na marcha para o oeste, na perspectiva dele, teria que se basear no elemento indígena.	1865 – 1958
Pedro Calmon	Historiador e Político	História da Civilização Brasileira.	1933
Everaldo Backheuser	Historiador, geógrafo e colaborador do IBGE.	Problemas do Brasil – Estrutura geopolítica. RJ: Grupo Editora Omnia. “Geopolítica e Geografia política”. Revista Brasileira de Geografia, IV (1): 21-38. “Localização da nova capital: critérios de escolha”. Boletim Geográfico, V (58): 1.083-1.084. Curso de Geopolítica geral e do Brasil. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert.	1933 1942 1948 1952
Lima Figueira	Forças Armadas	Limites do Brasil. Rio de Janeiro, Casa Editora Henrique Velho. Biblioteca da “A Defesa Nacional”.	1936
Francisco de Paula Cidade	Forças Armadas	Notas de Geografia Militar Sul-Americana. Rio de	1934

		Janeiro: Biblioteca Militar.	
Leopoldo Nery da Fonseca Júnior	Forças Armadas	Fronteiras do Setor Sul. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio de Rodrigues & Cia.	1937
Alberto José de Sampaio (1881-1946)	cientista, ativista e professor	Phytogeographia do brasil: curso realizado no museu nacional em 1932, sob os auspícios da Univ. do Rio de Janeiro	1938
Ramayana Chevalier	Ministério das Relações Internacionais – Instituto Rio Branco	Fronteiras. Rio de Janeiro, I. Amorim.	1939
General Góes Monteiro	Forças Armadas	A Revolução de 30 e a finalidade política do exército. RJ: Adersen Editores.	s/d.
F. de Paula Cidade	Forças Armadas	Notas de geografia militar sul-americana. Rio de Janeiro: Bblioteca Militar.	1940
João Pinheiro Filho Luís Amaral	Ministério das Relações Internacionais; Revista Novas Diretrizes e Estudos Brasileiros	A Marcha para o Oeste, como fazê-la? "A organização econômico-social da Marcha para Oeste"	1940
Cassiano Ricardo		Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil.	1940
J.S. da Fonseca Hermes e Murillo de Miranda Bastos	Universidade (geógrafos)	Limites do Brasil. Trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia. Florianópolis	1940
C. Goycochêa	–	Fronteiras e fronteiros. Cia. Editora Nacional.	1943
Braz Diaz de Aguiar	Forças Armadas	Nas fronteiras da Venezuela e Guiana Britânica e Neerlandesa.	1943
Omar Emir Chaves	Forças Armadas	Fronteiras do Brasil: limites com a República da Colômbia.	1943
General Mário Travassos (1913-)	Forças Armadas – Exército	Projeção continental do Brasil	1938
Ocelio Medeiros	Jurista	Territórios federais: municípios, colônias agrícolas e administração de fronteiras. RJ: Editora Nacional de Direito.	1944

4) Período Democrático (1945 a 1964): políticas territoriais e a procura de uma geopolítica consistente.

Christovam Leite de Castro	Geógrafo	"A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica". Revista Brasileira de Geografia, IX	1947

		(2) : 279-285, abr./jun.	
Hélio Viana	Universidade do Brasil / Escola de Estado-Maior do Exército	História das Fronteiras do Brasil.	1948
J. M. Othon Sidou	Especialista em estratégia militar e geopolítica	O Instituto Internacional da Hiléia. Os Corvos rondam a Selva.	1950 1951
Paulo E. de Berredo Carneiro	Especialistas em estratégia militar e geopolítica	O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, 1951	1951
Leonardo Tocantins	Escritor	O rio comanda a vida	1952
Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias	Forças Armadas	"Conceito Estratégico Nacional". ESG- C-010-52	1952
Leo Waibel	Geógrafo	As zonas pioneiras do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Ano 17, out/dez, n.4.	1955
San Thiago Dantas	Político – Entusiasta da "política externa independente".	"O poder nacional – seus móveis, interesses e aspiração: realismo e idealismo político". ESG – A-02-53.	1953
Renato Mendonça	Historiador	Fronteiras em marcha: ensaio de uma geopolítica brasileira. RJ: Livraria São José.	1956
Jaime Cortezão (1865-1960)	Historiador	Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750); Tomo I e II, Antecedentes, Negociações e Execução. Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil.	1950 1958

5) Regime Militar (1964 a 1985). Execução de uma estratégia para a Amazônia: "ocupar para não entregar". Decisões unilaterais e o fomento a um desenvolvimento autoritário: uma geopolítica em si mesma.

*General Golbery do Couto e Silva (1911-1987)	Forças Armadas – Exército	Aspectos geopolíticos do Brasil. Rio de Janeiro: biblioteca do exército. Geopolítica do Brasil. RJ: José Olympio Editora.	1957 1967
Hélio Jaguaribe	Político /Bacharel em Direito /Cientista Político / Academia Brasileira de Letras	O nacionalismo na atualidade brasileira.	1958
Leo Waibel	Geógrafo	"Determinismo geográfico e a geopolítica". Boletim Geográfico, XIX (164): 612-	1960

		617, set./out.	
Haroldo de Azevedo	Universidade de São Paulo – Geógrafo	As Regiões Brasileiras	1964
Castelo Branco	Forças Armadas – General Presidente	O poder nacional e a segurança nacional. SP: Forum Roberto Simonsen.	1962
Pimentel Gomes	Especialistas em estratégia militar e geopolítica	Por que não somos uma grande potência? RJ: Civilização Brasileira. O Brasil entre as cinco maiores potências. RJ: Editora Leitura S.A.	1965 1969
Samuel Benchimol	Universidade Federal do Amazonas / Conselho Consultivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA)	Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia	1966
Osny Duarte Pereira	Forças Armadas	A Transamazônia: Pros e Contras (cronograma das tentativas de internacionalização da Amazônia)	1971
Teixeira Soares	Diplomata	História da formação das Fronteiras do Brasil. RJ: Conselho Federal de Cultura.	1972
* Carlos Meira Mattos (1913-2007)	Forças Armadas – Exército	Projeto mundial do Brasil. SP: Gráfica Leal Ltda. Brasil, Geopolítica e destino. RJ: Livraria José Olympia Editora. Uma geopolítica pan-Amazônica. Biblioteca do Exército Editora.	1960 1977 1980
Nelson Werneck Sodré	Historiador	História Militar do Brasil.	1979
Moniz Bandeira	Historiador	Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)	1973
Darcy Ribeiro	Antropólogo; Político.	A política indigenista brasileira. O processo civilizatório – etapas da evolução sócio-cultural. Os índios e a civilização - a integração das populações indígenas no Brasil moderno	1962 1968 1970 1970

		Os índios e a civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno	
*Arthur Cezar Ferreira Reis	Historiador, servidor público, político, governador, deputado federal.	Amazônia e a Cobiça Internacional	1960

6) Transição para redemocratização e propostas ainda conservadoras: democracia enquanto valor balizador de uma geopolítica; luta pela terra; novo ordenamento jurídico (CF/1988); comunidades tradicionais; movimentos sociais; ambientalismo.

Shiguenoli Miyamoto	Forças Armadas, Especialista em Estratégia Militar e Professor Unicamp.	O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920 – 1980)	1980
Phillip L. Kelly	Geógrafo	"Avanços recentes da Geopolítica do Brasil",	1988
Bertha Becker	Geógrafa	Geopolítica da Amazônia. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio.	1982 2004
*Carlos Meira Mattos (1913-2007)	Forças Armadas – Exército	A geopolítica e as projeções do poder. RJ: Biblioteca do Exército.	1986
Jarbas Passarinho	Forças Armadas – Exército	Internacionalização da Amazônia. "Amazônia, Patrimônio Universal?"	1991
Wanderley Costa	Geógrafo	Geografia Política e Geopolítica.	1992
Aziz Nacib Ab'Saber	Geógrafo	Amazônia: do discurso a práxis	1997
Marília Steinberger	Geógrafa	"A influência alemã na geografia política do Brasil"	1997
Iná Elias de Castro (organizadora de coletânea).	Geógrafa	Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições.	2004
Geraldo Luís Lino; Lorenzo Carrasco; Nilder Ribeiro; Sílvia Palacios	Jornalistas; Ativistas Políticos	Máfia Verde: ambientalismo Novo Colonialismo	2001
Escola Superior de Guerra (2008)	Forças Armadas	Manual Básico	2008
Estratégia Nacional de Defesa	Poder Executivo Federal (Ministério da Defesa; Gabinete de Segurança Institucional; Casa Civil; Presidência da República.	Decreto nº 6.703, de 18/12/2008	2008
** Concepções do alto-comando do Exército Brasileiro Ministério da Defesa	Forças Armadas – Exército	Entrevistas, Artigos de Oficiais, Documentos Oficiais	2009-2010

*Atores-autores analisados nos capítulos 1 e 2. Considero que eles moldam uma linguagem político-institucional para lidar com a Amazônia. Apesar de ampla, a lista não exaure os atores-autores que de algum modo contribuíram para a edificação de uma territorialidade estatal. Procurei privilegiar trabalhos históricos, geográficos e geopolíticos que narram a formação de territorialidade hegemônica da Amazônia brasileira.
** Estas narrativas são elaboradas no capítulo 6. Incluí neste quadro para dar a dimensão de completude do argumento desenvolvido ao longo da tese.

Como se sabe, essa lista está longe de esgotar os atores-autores que contribuíram para elaborar uma *territorialidade estatal* para a Amazônia brasileira, contudo, ela nos dá uma dimensão institucional de vínculos e correlações de temáticas e práticas. Além de servir para mapear os principais atores-autores que nos auxiliaram no processo de delimitar categorias editadas para lidar com a questão amazônica. Contribuindo, assim, para reconstruir a história de formação do território amazônico e sua incorporação a uma narrativa político-institucional brasileira. Enfim, nesse exercício de classificação, em que o espaço amazônico é apreendido dentro do aparelho estatal por meio de práticas de intelectuais-atores, militares, diplomatas, geógrafos, historiadores, caracteriza-se o próprio empreendimento de ocupação de terras e sua posse, colonizando almas, efetivando ideais, institucionalizando marcos técnico-legais, tudo a serviço de um projeto de Estado.

CAPÍTULO 1 – A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA NAS PRÁTICAS INTELECTUAIS: ARQUEOLOGIA DE UMA CATEGORIA TERRITORIAL.

1.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL DO PERÍODO COLONIAL E O PROCESSO DE NOMEAÇÃO PARA A POSSE DE TERRAS.

A expansão territorial empreendida por Portugal na América Meridional e no rio das Amazonas em certa medida obedecia ao curso de práticas políticas de descentralização administrativa e a práticas mercantis. Isto é, a expansão se inseriu na divisão internacional do trabalho na qual os portugueses se inseriram via uma colonização assentada na exploração extensiva da terra, na monocultura e no trabalho escravo, a fim de abastecer o mercado europeu. Senhores rurais, comerciantes, escravos negros e indígenas, ordens religiosas, colonos, bandeirantes, entre outros, empreenderam tanto o dilatamento de suas posses quanto, em conexão com as políticas do Estado português, a expansão territorial. A posse efetiva e o aparato diplomático-militar português concorreram para a defesa do princípio de uti possidetis que orientou os tratados definidores das fronteiras brasileiras (Bandeira, 1998; Cortesão, 1964; Abreu, 1963). Em termos efetivos de poder, as regulamentações administrativas, no período colonial, destacam-se pelas práticas governamentais cujos objetivos são dinamizar relações comerciais de um modo de produção mercantil e a defesa do território por meio de fortificações.

Grosso modo, podemos expor alguns fatos que marcam este período de fabricação administrativa do território que iria se denominar **região amazônica** ou **Amazonas**. Em primeiro lugar, em contraste ao sistema colonizador espanhol que dividia os territórios coloniais em governos independentes que os subordinavam diretamente à Metrópole, a exemplos dos vice-reinados do Peru, do Rio da Prata e da Nova Granada (Pomer, 1981), a administração portuguesa prezava por um modelo de unidade territorial. A União Ibérica sob a coroa de Felipe II, em 1581, que se dissolve com a restauração portuguesa do Duque Bragança (Rei D. João IV) em 1640, inaugura um período de dois Estados na colônia portuguesa nas Américas. Em 1621, a América portuguesa é constituída administrativamente pelos Estados do Maranhão e do Brasil. Das onze sedes de governos regionais, nove estavam subordinadas ao Estado do Maranhão. Por sua vez, o Estado do Maranhão estava vinculado à metrópole portuguesa, portanto, administrativamente desmembrado do Governo Geral do Brasil. Em 1774, essa divisão administrativa é modificada por Pombal (Holanda, [1936] 1997).

Em segundo lugar, as narrativas procuram identificar práticas a edificação de fortificações militares ao longo de rios e fronteiras, as fundações de vilas-cidades na ocupação do território e as expedições de reconhecimento-demarcação de limites territoriais. Essas práticas são narradas como garantidoras da posse portuguesa, por exemplo: Forte do Presépio (1616, Belém); expedição do capitão Pedro Teixeira (1637-1639); expedição do Bandeirante Raposo Tavares; Forte de Gurupá; Fundação da Capitania de São José do Rio Negro (que deu origem ao atual Estado do Amazonas); implementação de um aparelhamento defensivo da coroa portuguesa na orla fronteiriça do Amazonas e de Mato Grosso; expedição do Capitão-General Mendonça Furtado, irmão de Marquês de Pombal, que procura cumprir a missão de demarcação da fronteira estabelecida pelo Tratado de Madri, obedecendo a ordens de Lisboa, renomeando os lugares com topônimos portugueses; no século XVIII, dentro de diretrizes mercantis, o Marquês de Pombal institui a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), a fim de estabelecer o monopólio da navegação, do comércio exterior e do tráfico de escravos. Dentro dessa dinâmica administrativa de ocupação territorial, o gabinete de Pombal foi o mais efetivo. Resumidamente, as cartas pombalinas e seus critérios de ocupação da Amazônia por Portugal, em meados do século XVIII, seguiam os seguintes critérios: ocupar, colocando nomes portugueses nos espaços amazônicos do norte (capitania do Cabo Norte), noroeste e oeste (rios Negro, Branco e Solimões) e sudoeste (rios Purus e Madeira). A administração de Pombal ainda estabeleceu no rio Madeira um entreposto para assegurar a conexão entre a região amazônica com Cuiabá, ponto extremo do sistema de comunicação com o sudeste e sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e São Pedro do Rio Grande). Administrativamente, assim como afirmam Meira Mattos (1980) e Bandeira (1998), ao término do período colonial, o espaço político amazônico compreendia o Estado do Maranhão e Grão-Pará e 11 capitanias: Maranhão, Pará, Cumá, Cabo Norte (Amapá), Caeté, Goiás, Mato Grosso, São José do Javari e São José do Rio Negro. Em termos de legitimidade da soberania sobre a região, houve esforços de celebrar tratados, tais como de Utrecht (1713), de Viena (1815) e de Paris (1817)[14].

Em terceiro lugar, a categoria **Amazônia** nem sempre existiu para denominar o território que agora se pretende representar, aos poucos ela assumiu o significado que atribuímos hoje. Ao longo desta análise, observamos que há inúmeros modos de se tentar nomear, parcial ou totalmente, o território norte (comparativamente com outras regiões do país). As complexas relações socionaturais estabelecidas por europeus, ameríndios, africanos, posteriormente

[14] Ver Bandeira (1998); Cortesão (1964), Abreu (1934).

aglutinados em outras denominações administrativas, tais como brancos, caboclos, ribeirinhos, extrativistas, índios, nos ajudam a desconstruir a ideia, por vezes, naturalizada de **Amazônia** que processos de constituição de práticas administrativas, governamentais, territoriais e intelectuais estabelecem. Evaldo Cabral de Melo (1984), ao analisar as razões do maior progresso econômico das províncias do sul em relação às do norte e nordeste no período Imperial, descreveu, em poucas palavras, o contexto de difusão da categoria "região Amazônica".

> (...) O que se poderia denominar o 'novo norte' em oposição ao 'velho norte' agrário: o 'novo norte' amazônico que, graças à prosperidade da borracha, começa a afirmar sua identidade regional nos últimos anos do Império. Para os homens públicos do Império e, em grande parte, também da República Velha, a geografia regional do Brasil parecia bem simples: havia as províncias, depois estados, do norte, do Amazonas à Bahia, e as províncias, depois estados, do sul, do Espírito Santo ao Rio Grande. Nada de nordeste, nem de sudeste, nem de centro-oeste. Quando em 1888 um deputado paraense, Mâncio Ribeiro, aludiu aos 'vastos horizontes da Amazônia', causou espécie na Câmara. Um colega mineiro estranhou-lhe a expressão, indagando 'onde é essa Amazônia de que o nobre deputado tanto tem falado'; e Coelho Rodrigues, representante piauiense e lente da Faculdade de Direito do Recife, veio alertar severamente a assembleia contra o fato de que 'ultimamente vai-se acentuando, em algumas das nossas províncias, certa tendência separatista que traduz-se (sic) nas novas denominações de 'pátria paulista', 'Amazônia', etc., que me fazem recear também a divisão do Brasil se mudar-se a forma de governo'. (1984, p. 12-13).

Nessa perspectiva, o processo de diferenciação regional no Brasil se relaciona diretamente com a dinâmica dos ciclos econômicos. É nesse sentido que Melo (1984) afirma que a instalação do complexo agroexportador do café no sul-sudeste, desde 1870, enraíza a diferenciação regional em termos materiais, administrativo e imaginário. Pós-revolução de 1930, há uma readequação na nomeação das regiões.

Especificamente, o processo de formulação da denominação **região amazônica** é o que mais nos interessa. José Veríssimo, intelectual paraense, publica no Jornal do Brasil, em 1891, conjunto de artigos com o título de "A Amazônia", que apresenta uma definição identitária. Ele argumenta:

> (...) vasta região ocupada pelos dois Estados do Pará e do Amazonas (...). Esta incontestável diferenciação geográfica e histórica faz da Amazônia uma região especial no Brasil e explica as tendências separatistas que, não há negar, existem evidentemente nos dois Estados de que se compõem, principalmente no Pará (...). Em terra em que tão excitadas são desde longos anos as paixões políticas e as animosidades partidárias, e terra tão longa e largamente trabalhada pelas lutas civis e pelos motins políticos, sábio é apagar e extinguir todas as causas que possam reavivar os ódios e acender as dissensões. O fato que apontei, da singular situação geográfica-

> histórica da Amazônica, respeito ao Brasil, e de um certo espírito de desapego nacional e separação que, no fundo, existe em suas populações e que aquelas circunstâncias explicam e, em caso extremo, justificariam, deve merecer da República a mais séria atenção (VERÍSSIMO, "A Amazônia", In: Estudos Amazônicos, Belém, UFPA, 1970, p.170-71).

A categoria vai tomando forma. Ela começa a ser mentalizada como lugar, se situando em um espaço específico. A unidade histórico-social antecede aos apelos de uma unidade ecológica dentro dos processos políticos de formulação de uma identidade.

1.2. ALEXANDRE DE GUSMÃO E O TRATADO DE MADRID (1750), EL PARDO (1761) ILDEFONSO (1777): DELIMITAR (CONSOLIDAR) AS FRONTEIRAS (PERÍODO COLONIAL).

1.2.1. AS CATEGORIAS DE ALEXANDRE DE GUSMÃO

Principal *ator-autor* da administração portuguesa para as complexas e intensas negociações que culminariam no Tratado de Madri, de 1750, a atuação de Alexandre *de Gusmão* direciona a institucionalização do *espaço* que viria a constituir o território brasileiro[15]. Nos relatos que dão forma às pretensões territoriais do Estado português, Gusmão faz uso de categorias tais como **sertão**, **terras incultas**, **rio das Amazonas**, **confins**, para tentar, de algum modo, vincular o *espaço* às classificações administrativas. Essas categorias objetivam, em última instância, apoderar-se de terras, de recursos e de pessoas sob a regência do Estado português. Também são comuns as descrições com nomes de vilas, dioceses, missões e fortificações que de modo mais efetivo compõem concretamente a substância das categorias que dão visibilidade ao braço da administração colonial portuguesa nos **confins** do que se estava configurando como Brasil[16].

Para dar conta de parte do processo de institucionalização territorial do período colonial que nos interessa, optamos por restringir a análise a dois conjuntos de obras de Alexandre de Gusmão. Primeiro, a compilação realizada por Jaime Cortesão, <u>Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)</u>; Tomo I e II, Antecedentes, Negociações e Execução (Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco,1964). Segundo, <u>Colleção de Vários Escritos Inéditos Políticos e Literários de Alexandre de Gusmão</u>

---

[15] Alexandre de Gusmão nasceu na Vila de Santos, província de São Paulo, em 1695, e morreu em Lisboa em 1753.

[16] Veremos que mais adiante essas categorias são instrumentalizadas para justificar a posse de terras por luso-brasileiros, utilizando o princípio do *uti possidetis* nos tratados de delimitação das fronteiras brasileiras com os países vizinhos.

(Conselheiro do Conselho Ultramarino e Secretário Privado d'El-Rei Dom João Quinto. Porto: Na Typografia de Faria Guimarães, Rua de S. Antonio Nº 76, ano de 1841)[17].

Na primeira, encontram-se documentos específicos acerca da geografia e cartografia das expedições demarcadoras; negociações diplomáticas em Madri e Lisboa; trabalhos das comissões demarcadoras; conflitos entre jesuítas e índios das Missões. Trata-se de uma catalogação de documentos que contextualizam as negociações e as tratativas para execução do Tratado de Madrid (1750). Embora esse acordo tenha sido modificado posteriormente pelos Tratados de El Pardo, 1761, e de Santo Ildefonso, 1777, os princípios básicos estabelecidos por Gusmão no documento de 1750 não foram negados (FAUSTO [1994] 2002). O futuro Estado nacional brasileiro manteria sob sua posse praticamente toda a área de litígio ao norte e a oeste negociadas no Tratado de Madri. Entram em cena algumas categorias que dão indícios da edificação de representações que iriam institucionalizar um imaginário a serviço da administração do espaço, da formação do território e do modo como iríamos nos referir à Amazônia subsequentemente.

Na segunda coletânea, encontram-se vários documentos escritos por Alexandre de Gusmão, dentre as quais uma carta-resposta. Nela Gusmão contra-argumenta alegações feitas por Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos de que a entrega da Colônia de Sacramento, no Rio da Prata, para a coroa Espanhola teria sido um erro (mau-negócio). A carta-documento de título "Resposta ao papel do Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos sobre o Tratado dos Limites da América" foi escrita em Lisboa em 8 de Setembro de 1751. O Brigadeiro Vasconcelos tinha sido governador da Colônia de Sacramento, de 1721 a 1749. Justamente, após ter entregue o posto a pedido da coroa portuguesa, iniciou-se a execução dos termos do Tratado de 1750 que reconhecia a soberania da coroa espanhola na Colônia em troca de demarcações favoráveis a Portugal em Mato Grosso, Goiás e **rio das Amazonas**. Na tentativa de explicar para o Brigadeiro os motivos da negociação e porque ele teria realizado um bom negócio para Portugal e Brasil, Gusmão faz um denso levantamento historiográfico das relações entre Espanha e Portugal na divisão das terras dos dois impérios e expõe com maior clareza as categorias que fundam um imaginário político-administrativo das terras ao norte, tendo o Rio de Janeiro como ponto de referência.

Gusmão expõe de forma explícita seus argumentos por meio de acontecimentos históricos para justificar as pretensões territoriais portuguesas no Tratado de 1750. Ele passa pelos principais acontecimentos que marcaram a colonização das terras portuguesas na

[17] Essa obra é republicada na Série Clássica Brasileiro-Portuguesa: Os Méstres da Língua, 15. A. Gusmão: Obras, Cartas, Poesias e Teatro. Edições Cultura. São Paulo, 1943.

América, a fim de justificar porque seria mais proveitoso para o Brasil garantir a posse das margens e da boca do **rio das Amazonas** do que prolongar o litígio político-militar com a Espanha pela Colônia de Sacramento (atualmente, parte da República Oriental do Uruguai). Deixarei de lado a longa contextualização histórica que antecede o Tratado, inicialmente chamado de limites, posteriormente de Madri, de 1750, que procurava fixar os domínios das respectivas potências ibéricas nas Américas e na Ásia. O tratado revogava os limites anteriormente definidos pelo pacto de Tordesilhas, procurando fixar limites do Brasil por rios, montanhas, fronteiras naturais. Também estabeleceu o princípio, que iria permear todas as negociações posteriores da diplomacia brasileira, do *uti possidetis*, pertencendo a cada parte o que ocupassem ou explorassem efetivamente (Soares, 1939, p. 135; Carnaxide, 1979, p. 106-107). Já nas primeiras descrições, ressaltam-se as categorias que instituem um imaginário político-administrativo da **posse** portuguesa nas Américas. As categorias, **rio das Amazonas, terras incultas, confins, sertão, terras inúteis, deserto, terras na América Meridional** não só davam uma lógica para as narrativas sobre as terras incorporadas pelo Estado português, mas também instrumentalizavam práticas político-institucionais.

1.2.2. O VOCABULÁRIO DA DOMESTICAÇÃO DAS TERRAS INCULTAS.

Mesmo não fazendo uma análise exaustiva dos documentos apresentados nas referidas coletâneas, tampouco uma exegese da obra ou da biografia de Alexandre de Gusmão, ainda assim é possível verificar de que modo o território foi sendo constituído e com que categorias administração colonial foi delimitando seus domínios. No rastro das categorias, observamos que em instruções, cartas, notas, petições e acordos redigidos por Gusmão em nome da administração portuguesa, a montagem de uma nomeação territorial toma corpo tanto em termos de referências naturais (nomes de lugares, vales, rios, climas, bacias, vegetações) quanto politicamente no modo de lidar administrativamente com as terras em conquista.

> A Corte de Madrid adotou tenazmente aquela inteligência do Governador de Buenos Aires, sem embargo das facciosas razões, que da nossa parte se produziram; e quando nos queixávamos da violência com que nos retínhamos usurpado à Espanha muitas **terras na América Meridional**; argüindo que ainda que fosse verdadeira a opinião, que tinham sustentado os nossos Comissários em Badajoz, de que a linha divisória devia passar pela **boca do Rio das Amazonas**, daí mesmo se colhia que sendo o curso daquele rio quase leste-oeste, nos não podia tocar quase parte alguma, do que possuíamos pelo rio acima até à Missão de S. Pedro [futuramente Manaus], em que vão mais de setenta léguas; e que da mesma sorte tocava à Espanha tudo o que tínhamos ocupado em Mato-Grosso, Cuiabá, e parte de Goiaz; como também tudo o de que nos achávamos de posse ao norte das **Amazonas** (...) Neste estado pois de controvérsias se achavam as coisas quando se negociou o Tratado, que agora

> vemos concluído; e estando os Espanhóis de posse do território, que nos toca na margem do Rio da Prata, tendo bloqueada a Colônia para que não *pudéssemos gozar de parte alguma do território*; e achando-nos altamente usurpadores da maior parte do que no **sertão da América** possuímos (Gusmão, [1751] 1943, p. 141-142. Grifos meus).

A ideia de Amazônia, ou de região amazônica, que utilizamos contemporaneamente, ainda não fazia parte do léxico político-administrativo da época. A forma de tratar o espaço amazônico era por meio de outras referências. Primeiro é importante analisar os significados naquele tempo-espaço específico (Stocking, 1968)[18]. O que procuramos é a recorrência de formulação de categorias que dão a dimensão político-administrativa do território amazônico e em que termos elas entram no jogo de linguagens das instituições brasileiras. Observamos que Gusmão procura justificar que a Colônia de Sacramento já não tinha utilidade, na medida em que a coroa de Portugal não detinha a posse legítima[19]. Ele tenta fundamentar a legitimidade da posse do território perante a coroa de Espanha e da utilidade das terras para a realização de riqueza da coroa portuguesa. Voltando ao mesmo documento:

> Poderá V.S. também dizer que nós cedemos dum pôrto, e dum território vizinho ao mar, e o que adquirimos de novo, além do que já ocupávamos, são **sertões incultos**, e **inúteis**: ao que respondo que estas contas sempre se devem fazer lembrando-nos que êste território, que cedemos, não estava no nosso poder, e ainda assim com a cessão viemos a segurar o legítimo domínio dos outros pontos e territórios marítimos, que nos importam mais, que aquela razão por que segurávamos a pôrto, campanhas, e lagoas do rio de S. Pedro [futuramente Manaus[20]], que conforme a melhor opinião ficam de fora ainda do domínio marítimo, passando pela boca do rio das Amazonas, que nós pretendíamos; como também seguramos todas as terras, que ocupávamos pelo mesmo rio das Amazonas acima, que também se devem reputar marítimas, pois navegamos por todo ele em embarcações grandes.
>
> E pelo que toca a serem **incultas as terras**, que nos acrescem pelo novo Tratado, principiando pela Província do Uruguai, que nada tem de inculta, a experiência nos tem mostrado o quão pouco são para desprezar os **sertões**

[18] George Stocking (1968) faz distinção entre categorias analíticas presentismo (presentism) e historicismo. Ele procurar qualificar a condição em que o pesquisador procura pensar o processo histórico (e suas categorias) em seus próprios termos em oposição ao presentismo (presentism) em que os pesquisadores tendem confundir contextos passados (e culturais) em que uma categoria foi elaborada ao aplicá-las a outros momentos.

[19] A expansão territorial brasileira na Amazônia deve ser compreendida com relação às disputas no Rio do Prata, a constante política brasileira de livre navegação no Prata, o comércio em Buenos Aires e a prata de Potosi.

[20] Manaus transitou rapidamente da condição de aldeia para cidade, pois se tornou o centro da ligação entre o litoral (Belém) e o interior, em virtude de sua estratégica localização entre os Rios Negros e Solimões. Com o crescimento da economia primário-exportadora, a Província do Amazonas passou de 20 mil habitantes em 1840 para 55 mil em 1870, e 148 mil em 1890; a do Pará, de 110 mil em 1840, aumentou para 268 mil em 1870, e 328 mil em 1890 (Stella, 2009).

> **incultos** do Brasil, porque em semelhantes **desertos** é que se têm descoberto os grandes tesouros que estamos desfrutando.
>
> Trinta anos atrás se alguém houvesse desprezado como inúteis as terras de Goiaz, Cuiabá, e Mato-Grosso por serem sertões incultos, veja V.S. quanto se teria enganado; e daqui se infira, quanto é provável que se engane quem fizer pouca conta dos sertões, que pelo Tratado adquirimos de novo, pela razão de serem **incultos e remotos**.
>
> Se tanto, pois, tem sucedido em tão pequena parte dos **confins** em que nos temos encontrado, que será quando nos formos avizinhando em todo o restante daquelas vastíssimas regiões, sem que nenhuma das nações saiba até onde pode alargar-se com justiça? Os espanhóis, que estão na fé de que a maior parte da América Meridional lhes pertence pela linha de Tordesilhas, reputarão por usurpação qualquer passo que os portugueses se adiantem, e estes terão sobrado fundamento para crer que, ainda do mesmo terreno que os espanhóis têm ocupado, lhes deveria tocar muito, para igualar hemisférios, e para ressarcir as transgressões do tratado de Saragoça (Gusmão, [1751] 1943, p. 146-147).

Para descrever as terras ao norte e ao oeste do tratado de Tordesilhas, torna-se referência institucional a utilização das categorias acima destacadas. Os principais vínculos que estabelecemos para compreender essas categorias são de três ordens analíticas. Primeiro, quase sempre se trata da integração das terras ao comércio marítimo português e as configurações socioeconômicas das terras na Colônia que determinam se uma terra é **culta** ou **inculta**, **útil** ou **inútil**, ou ainda, se se localiza nos **confins** ou nas **proximidades**. Segundo, as definições das categorias procuram, de algum modo, domesticar o enorme desconhecimento, por parte da administração colonial tanto portuguesa quanto espanhola, das terras fora de sua utilização para fins de fiscalização fazendária, controle do comércio, homogeneização linguística e de crença (cristianização das almas e dos corpos). Terceiro, a total desconsideração político-institucional de etnias que habitavam o território em litígio. Essas três ordens analíticas se estendem ao longo das minhas argumentações neste capítulo e no próximo, mesmo que não faça repetidamente referência a elas. A atuação administrativa no território se realiza por meio das categorias que jogam o manto da posse legítima, a posse que não se dá por adesão dos povoamentos locais a projeto de unidade identitária ou de nação que ainda não existia, diferentemente, se dá na incorporação por tratados entre centros econômico-militares responsáveis por irradiar poder dos centros administrativos para o **sertão inculto**. A lógica é a da conquista civilizatória que resgatará o **sertão** para a utilidade da coroa.

Em resumo, dentro do contexto administrativo-burocrático em que Gusmão e o Brigadeiro Vasconcelos debatem o melhor a ser feito para a empresa colonial, percebemos que as categorias operam em duas chaves: **utilidade mercantil** e **legitimidade política**. São os jogos burocráticos de negociações políticas internas e externas que levam tanto a uma institucionalização do comércio nas localidades mais distantes dos centros integrados da colônia quanto a uma posse efetiva dos territórios em disputas, edificando, portanto, significados que, posteriormente, integram o imaginário em torno da denominada **internacionalização**.

1.2.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NOS TERMOS DA UTILIDADE MERCANTIL E DA LEGITIMIDADE POLÍTICA.

A expansão dos domínios territoriais de Portugal nas Américas ia se consolidando tanto em termos de sua institucionalização mediante tratados e acúmulo de conhecimento das novas terras quanto em termos de ocupação efetiva, mediante edificações de fortes, aldeamentos de povos indígenas em missões jesuítas, fundações de vilas, integrando essas localidades ao mercantilismo colonial. Sempre na lógica dos centros irradiadores de influência que abarcam em suas redes fluxos de mercadorias (drogas do sertão, escravos, entre outras) para escoar para a metrópole. Nos termos de Gusmão, o objetivo seria tornar as terras do Brasil **úteis** ao propósito do **mercantilismo** e da **soberania** da coroa portuguesa, numa missão administrativa, militar e espiritual (esse processo será posteriormente classificado de **civilizador**):

> Considere V.S. se fizemos mau negócio em tirar o território da margem oriental do rio Guaporé, e das Aldeias, que os Espanhóis tinham ùltramamente fundado nele donde começavam já os **seus Índios** a internar-se pelo país, e a encontrar-se com os nossos mineiros do sertão de Cuiabá; novidade de que estava para resultar em breve tempo outra contenta peor que a do território da Colônia [do Sacramento], e já principiávamos a experimentar os efeitos dela, não sendo pouco sensível o de pretenderem os Missionários Espanhóes impedir-nos a navegação do rio Guaporé por estarem senhores de ambas as margens, e do território daquelas Aldeias. (...). Na parte austral do rio das Amazonas tudo o que ocupávamos comumente não passava da borda do mesmo rio, e de alguns rios grandes, que nele desaguavam para a parte do sul; agora fica inteiramente de Portugal todo o país do rio Guaporé, ou da Madeira para o oriente até ao mar, e do rio da Madeira para cima partimos por um paralelo, que nos há-de deixar de fundo da margem das Amazonas para o sul mais de cem léguas, e isto até chegar ao rio Jutaí, que vem a ser até às montanhas dos Andes (sic) (ibid., p. 143)[21].

[21] Em termos estratégicos, Capistrano de Abreu percebe as decisões tomadas: "Maior importância que às terras prestou-se ao aproveitamento dos rios. Estabeleceu-se que a navegação seria comum quando cada um dos reinos tivesse estabelecimentos ribeirinhos; se pertencessem à mesma nação ambas as margens, só ela poderia navegar

Vale a pena destacar o modo com Alexandre de Gusmão denomina “seus índios” em contraste aos “nossos índios”. Essa distinção, desde o início do processo de demarcação das fronteiras e das disputas dentro do direito internacional, está a serviço da incorporação de etnias ameríndia e de escravos trazidos da África negra. É um processo duplo. Ao mesmo tempo em que promove uma visibilidade étnica, também torna invisível a diferença, na medida em que apaga os laços entre os povos e os insere na dinâmica das práticas de demarcação territorial entre as coroas portuguesa e espanhola. Portanto, uma visibilidade pragmática a serviço de práticas político-institucionais que procuram incorporar terras e pessoas nos padrões constituintes de uma nação brasileira embrionária. A dinâmica da institucionalização do território, à medida que a nomeação dos lugares torna possível seu conhecimento mediante a elaboração de mapas, é incorporada a lógica da administração. Como não é de se estranhar, a nomeação é uma constante nas disputas territoriais. É recorrente nos tratados relatos de dificuldades e desencontros de informações referentes às nomeações de locais, tanto por parte da administração oficial (província ou império) quanto dos países vizinhos. Gusmão mostra sua visão **estratégica**:

> Considere V.S. finalmente se fizemos mau negócio em regular duas mil léguas de fronteira com tal clareza, e por balisas tão certas, e indubitáveis, que em nenhum tempo possamos mais ter por êstes respeito altercação com os nossos vizinhos, quando até agora estávamos demarcados por uma linha meridiana, que custa muito a determinar com um relógio solar de quatro palmos, quanto mais em tantos centos de léguas, donde resultava uma contínua, e irremediável ocasião de disputas entre esta Coroa e a de Espanha. (ibid., p. 144-145).
>
> Pergunto mais – de que modo havíamos de sair dos embaraços dos limites daquele território, visto que o Tratado de Utrecht os não prescreveu por nenhum dos lados? Pergunto também se por não desistirmos do direito, que tínhamos a um território de que se nos oferecia equivalente mui racionável, devíamos perder a ocasião de consolidar por uma vez o domínio de tão vastas, e úteis Províncias, e de ampliar quase por toda a parte os nossos Estados do Brasil e Maranhão? E se convinha preferir um ajuste desta qualidade, ou ficar eternamente em um labirinto de controvérsias com Espanha a respeito dos limites da América. (ibid., p.145 – 146)

O que mais chama atenção é o fato de Gusmão, em seu propósito de assegurar o Tratado de Madri, deixa transparecer o modo de governar o território. É a institucionalização de práticas formadoras de uma territorialidade construída no poder discricionário da burocracia que

pelo canal. Para ficar com a navegação exclusiva do Prata, a Espanha trocou a Colônia do Sacramento pelas Missões do Uruguai”. Cedeu também Santa Rosa, e quaisquer outros estabelecimentos que possuísse a leste do Guaporé, mas, em compensação, recebeu a zona entre a foz do Javarí e a do Japurá, na margem esquerda do Solimões, inclusive a aldeia de São Cristovão. (Capistrano de Abreu, 1934, p. 201 apud Viana, 1948, p. 99).

vinculava os súditos a um projeto de poder para o território português nas Américas que está sendo desenhada por Gusmão. O que está em jogo é verificar nos meandros das formulações institucionais e das práticas político-administrativas como se tecem os significados nas redes de decisões políticas que baseiam ações concretas sobre o território, e vice-versa.

Mesmo que todo esse esforço de Alexandre de Gusmão tenha tido sua efetividade relativa dentro do contexto das disputas das Coroas de Portugal e da Espanha, o território em disputa e os afluentes do rio das Amazonas só seriam incorporados definitivamente ao Brasil por meio das políticas territoriais e dos tratados do Império brasileiro no século XIX. De qualquer forma, Alexandre de Gusmão, operando na linguagem dos Tratados, consegue formalizar pretensões de poder do Estado português nas terras da **América Meridional**.

1.3. DOMINGOS ANTONIO RAIOL, BARÃO DE GUAJARÁ: MOTINS POLÍTICOS E AMEAÇAS À UNIDADE NACIONAL (PERÍODO IMPERIAL).

1.3.1. ARRANJOS INSTITUCIONAIS EM QUE SE INSERE RAIOL.

Domingos Antonio Raiol testemunhou vários acontecimentos, desde o movimento cabano de 1835, quando foi uma das vítimas e ficou órfão. Como político, passou pelas crises do segundo reinado, até o estabelecimento da República em 1889. Sua obra é, em certa medida, o reflexo de sua experiência de vida, transformando-se posteriormente em fonte primordial para a historiografia que investiga o passado amazônico durante a primeira metade do século XIX e mais especificamente aqueles que analisam a Cabanagem. Suas obras: O Brasil Político (1858), Abertura do Amazonas (1867), Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni (1900), Um Capítulo de História Colonial do Pará (1894), Visões do Crepúsculo (1898), além do artigo denominado Catechese de indios no Pará. Contudo, é com Motins Políticos que recebe maior reconhecimento e ascensão (Lima, 2010, p. 89).

A trajetória político-intelectual de Domingos Antônio Raiol está associada ao **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (IHGB). O instituto, fundado no Rio de Janeiro em 21 de outubro de 1838, exercia atividades complementares à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), que, por sua vez, promovia o desenvolvimento da agricultura, lavoura e pecuária no país. Inspirado na versão francesa, *L'Institut Historique de Paris*, nele tiveram papel importante o Marechal Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa. O governo imperial procurava edificar, para a nação recém independente, um passado digno de ser contado e que inspirasse o futuro (Abreu, 2009; Lima, 2010). D. Pedro II, que assume o trono em 1840, é um dos maiores incentivadores do Instituto, que se

caracteriza por representar os interesses intelectuais da monarquia, tarefa considerada necessária em um regime que buscava firmar-se em uma época de grandes contestações e revoltas provinciais (Fausto, 2002). Além disso, o surgimento do IHGB também pode ser percebido como fruto dos interesses de uma pequena elite intelectual brasileira, pertencente (ou ligada) à capital imperial (Rio de Janeiro), que estava instrumentalizando o governo, graças à autonomia política conquistada (Lima, 2010, p. 88 – 104). O Império do Brasil também tinha a intenção de formar uma *intelligentsia administrativa*. Assim, era preciso elaborar uma história nacional monarquista e católica, inspirada em valores europeus, particularmente franceses, mas, sobretudo, executar a tarefa centralizadora de **civilizar** o território ainda **selvagem**.

Domingos Antônio Raiol, político do Império condecorado como Barão de Guajará, se dedica a analisar as revoltas políticas na província do Pará e sua trajetória político-intelectual está associada, como dito, diretamente à obra Motins Políticos. Raiol é um ator-autor que teve convicções políticas aparentemente paradoxais. Por um lado, refina suas convicções liberais ao defender a livre navegação no Amazonas/Solimões, ressaltando benefícios dos potenciais fluxos comerciais para o **progresso da província do Pará** que julgava ser o modo mais **racional** de explorar as riquezas naturais. Por outro lado, realiza uma análise bastante conservadora ao qualificar os **motins políticos,** que culminariam com o que ficou posteriormente conhecido como Cabanagem, de ataque ao poder constituído da monarquia. Podemos dizer que as ideias mais liberais encontram-se na coletânea Abertura do Amazonas, de 1867, pronunciamentos proferidos enquanto ele era parlamentar da Câmara dos Deputados[22].

Nosso foco primordial será Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835, publicada originalmente em 5 tomos, respectivamente, em 1865, 1868, 1883, 1884 e 1890. Posteriormente foi reeditada pela Universidade Federal do Pará em três volumes, no ano de 1970, na série José Veríssimo. A obra é dedicada ao Imperador D. Pedro II, o que traz à tona a perspectiva de uma elite local que se engaja na política oficial da Corte do Rio de Janeiro. É marco fundador da historiografia paraense e da análise acerca da Cabanagem. Com a publicação do primeiro volume, Raiol ingressou no IHGB, sendo eleito como sócio-

[22] Annaes do Parlamento Brazileiro: Camara dos deputados, sessão em 28 de maio de 1866. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e constitucional de J. Villeneuve & C.. 1866. Digitalizado por Google, acessado em 18/01/2011, no site http://www.archive.org/details/annaesdabibliot04bragoog .

correspondente em 8 de novembro de 1866. Uma breve biografia é feita por Nathacha Regazzini Bianchi Reisi (2005):

> Bacharel formado em 1854 pela Faculdade de Direito do Recife, Domingos Antonio Raiol nasceu em 4 de março de 1830, na vila de Vigia, Pará. Filho de Pedro Antonio Raiol, um pequeno negociante desta vila, e de dona Archangela Raiol, alternou sua intensa carreira na vida pública entre o ofício de advogado e a representação partidária, tendo sido deputado em sua terra natal e na Assembléia Geral, no Rio de Janeiro. Órfão de pai aos cinco anos de idade, Raiol provavelmente teve na figura de Bernardo de Souza Franco o papel de um provedor. Concluído o curso de Direito, passou a atuar no escritório de advocacia deste influente bacharel, aberto quando o mesmo já havia se aposentado da atividade política e parlamentar. Com o intuito de prestar-lhe uma homenagem, dedicou-lhe a obra O Brasil Político. É possível supor que a ligação com o Visconde de Souza Franco tenha facilitado a ascensão de Raiol como deputado liberal e sua inserção institucional nos quadros do governo imperial, como presidente das províncias de Alagoas, Ceará e São Paulo. Em 3 de março de 1883 recebeu o título de barão de Guajará, pouco antes de sua nomeação como presidente da Província de São Paulo. Face à preferência pelo regime monárquico, mesmo tendo sido eleito novamente como deputado pelo Pará em 1889, com a proclamação da República viajou logo para Recife, retornando a Belém no mesmo ano, onde faleceu a 12 de Outubro de 1912 (2005, p. 2).

Em Motins Políticos, Raiol explicita categorias político-institucionais que demarcam as dinâmicas sociopolíticas de revoltas[23]. Raiol consegue expressar os receios de uma 'possível desagregação territorial'. Preocupação essa que perpassa futuras alegações de potencial 'ameaça a integridade territorial nacional' que compõem o imaginário em torno da **internacionalização da Amazônia**. Diferentemente das alegações contemporâneas de 'ameaças internacionais em cooptar populações locais', para Raiol naquele momento o agente de cooptação de escravos, índios e populações marginalizadas, em geral, eram os próprios agentes públicos que não zelavam pela estabilidade política do Império e que, num contexto de disputas de poder entre elites, colocavam em risco a integridade político-administrativa do Estado brasileiro. A reedição dos 5 tomos traz um prefácio redigido por Arthur Cezar Ferreira Reis para quem Raiol revelou espírito "cívico, consciência de suas obrigações, sendo prático na solução dos problemas que devia enfrentar como governante, e admirável sensibilidade para com os problemas do espírito" (Raiol, 1970, p. 1). Esses atributos morais – que o caracterizam tanto como homem de governo (supostamente afeito à práxis e ao **espírito**

[23] Sobre o último tomo da obra, a narração se estende de fato até 1840, contrariando a disposição do título, que traz o ano de 1835. Na parte que compreende os anos de 1836 até 1840, o autor foi bem menos profuso em riqueza de detalhes e transcrição de documentos, que quase não aparecem referidos. O material que seria utilizado para cobrir este intervalo histórico se extraviou, inviabilizando assim, o mesmo padrão de escrita verificado nos tomos anteriores.

cívico) quanto de um intelectual (supostamente afeito à compreensão profunda das temáticas que se propõe analisar) são centrais para marcar o papel político-intelectual deste ator-autor.

1.3.2. CONDICIONANTES INTERNOS: MOTINS POLÍTICOS, ESTABILIDADE POLÍTICA PARA O PROGRESSO E RECEIOS DE SECESSÃO.

Motins Políticos versa sobre três momentos da história da província do Pará, no período imperial. Nas palavras do autor:

> A primeira compreende os sucessos ocorridos desde a convocação das cortes gerais em Portugal até a proclamação da independência do Brasil. A segunda compreende os sucessos ocorridos desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I. A terceira, enfim, compreende os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de abril até os lutuosos dias de 1835. Abrange, pois, o nosso trabalho, o período mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais frequentes as convulsões populares, dirigidas quase sempre pelos agentes do poder público ([1865]1970, Vol. 1, p.7)[24].

No primeiro tomo, ele relata acontecimentos que influenciaram a província do Pará, dentro do contexto das disputas políticas envolvendo a corte portuguesa no Rio de Janeiro, de 1821 a 1823 (regresso de Dom João VI a Portugal, passando pelo processo de reconhecimento da Independência na província do Grão-Pará, até o ano de 1823) [25]. A partir de 1824 ele narra acontecimentos ocorridos durante o reinado de D. Pedro I até a abdicação, em abril de 1831[26]. No período regencial, com a nomeação do visconde de Goiana para assumir o governo da província do Pará, iniciam-se tumultos que iriam levar à destituição do visconde e o início dos **motins**. Raiol descreve as configurações político-partidárias da elite político-militar da província. Nos últimos dois tomos (II e III), ele entra de fato nos 'motins políticos' que deram

[24] Curiosamente o título da obra estabelece como limite cronológico da narrativa o ano de 1835, quando se inicia o conflito. Entretanto Raiol avança até o ano de 1840, explicando no final da obra, que sua intenção era produzir uma nova narrativa sobre a Cabanagem, detendo-se desta vez, apenas no período de pacificação da província, compreendido entre 1836 e 1840 (Reis, 2005).

[25] De acordo com Thomas Henrique Stella, "o Estado do Grão-Pará, separado do Maranhão desde 1772, (...) se tornou província do Império do Brasil em 1823. Em 1850 foi dividida em outras duas províncias: Pará e Amazonas, que depois de 1889 tornaram-se Estados e ainda foi acrescido à região o Território Federal do Acre em 1903" (Stella, 2009, p. 31).

[26] Após a independência, as províncias, estabelecidas pela Constituição (1824), correspondiam às divisões administrativas construídas no período colonial. O território da província do Grão-Pará correspondia aos atuais estado do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. O conjunto territorial desses estados representa aproximadamente 3 milhões de Km^2. (Estado fora o nome dado às divisões político-administrativas que substituíram as províncias por ocasião da instalação da República, em 1889, dentro de um quadro federativo).

início aos sangrentos conflitos que os historiadores em geral denominam de Cabanagem[27]. É um relato de fôlego que procura compreender, por meio de uma densa descrição dos contextos político-sociais do que ele denomina **motins políticos**[28] (Reis, 2005; Gregório, 2009; Lima, 2010; Medeiros, 2010).

Muitas vezes, Raiol acaba fazendo relatos, catalogando fatos, nomes e acontecimentos. Esse modelo de fazer história é representativo da perspectiva historiográfica do século XIX, bastante direcionada para relatos factuais. Contudo, conseguimos observar algumas categorias elaboradas em meio às descrições históricas. Grosso modo, no relato de Raiol, os motins podem ser divididos em três momentos: primeiro refere-se ao golpe político de lideranças civis e militares que depôs o primeiro presidente da Província nomeado pelo governo regencial, agosto de 1831 (historiadores denominam de Agostada). Segundo, o conflito entre **brasileiros** associados à Sociedade Federal e **portugueses** restauradores e caramurus, deflagrando confrontos, em abril de 1833, quando se contabilizaram noventa e cinco mortes. O último momento, janeiro de 1835, é quando ocorre a invasão do Palácio do Governo e o assassinato de autoridades locais, principalmente o presidente da Província Lobo de Souza e o comandante de armas Silva Santiago (a historiografia convencionou denominar

---

[27] No verbete do Dicionário das Batalhas Brasileiras escrito por Hernâni Donato, Cabanagem (1834-1840) lê-se o seguinte: “os fermentos que produziram a revolução paraense, considerada a mais radical e violenta do período regencial, atuavam já antes da Independência, nas desavenças entre nativos e as autoridades, comerciantes, financistas, a camada influente, sempre portugueses. Inspirados pelo cônego Batista Campos, os patriotas tiveram negadas as suas reivindicações. Discriminados, afastados da vida pública, concentraram-se em fazendas e cidades do interior, encontrando apoio de populações igualmente marginalizadas – negros, índios, mestiços, brancos miseráveis. Esta adesão aos acenos de independência e igualdade foi tão extensa que ao global do movimento se deu o nome de cabanagem – alusão à condição de vida dos postulantes e em referência a movimento semelhante vivenciado em AL e PE pouco tempo antes. A repressão e o recrutamento forçado para as fileiras, utilizados também como processo de eliminação de opositores e de elementos incômodos, de reclamantes e de desafetos do presidente provincial Bernardo Lobo de Souza, provocaram a explosão. A 7/01/1835, multidão de seguidores de Francisco Pedro Vinagre ocupou Belém, executou, na rua, Lobo de Souza, o comandante das armas da província, Joaquim Silva Santiago, o cap. James Inglis; entregou o poder ao líder cabano Félix Antônio Clemente Malcher, que governaria até a maioridade do jovem Pedro, futuro imperador Pedro II, príncipe nascido no Brasil. A origem dos cabanos, as diferenças, a exaltação impediram harmonia que preservasse o conjunto e a vitória obtida. Desavieram-se pronta e rudemente. Divididos em facções, viram morrer Clemente Malcher; submeteram a capital ao novo presidente designado pela regência, marechal-de-campo Manoel Jorge Rodrigues, logo mais reocuparam Belém (14/8) depois de nove dias de combates tanto ferozes quanto sangrentos. Obedeciam então a uma revelação de chefe combatente, Eduardo Francisco Nogueira Angelim, 23 anos de idade. Em abril de 1836, exército regencial comandado pelo brg. Francisco José de Sousa Soares de Andréia voltou a predominar, impondo pacificação que em outubro levou à cadeia o chefe Eduardo Angelim. Nas selvas, porém, a resistência guerrilheira dos cabanos demandaria quatro anos de lutas, estendidas ao Baixo Tocantins, Santarém, Óbidos, até o coração do atual estado do Amazonas. Foi só a 25 de março de 1840 que se rendeu o último cabecilha cabano, Gonçalo Jorge de Magalhães. Em cinco anos de combates, a Cabanagem consumira dois terços – 40.000 homens – da população masculina paraense” (Donato, 1996, p.115-116). Outra referência para se compreender o contexto histórico das revoltas políticas na província do Pará é Chiavenato (1984).

[28] Seria interessante fazer uma comparação em busca de similaridades entre os motins do Pará do século XIX com as práticas “raiots” no sul da Ásia que Stanley Tambiah (1996) relata, envolvendo elementos étnicos, gênese de nacionalismos, conflitos e violência coletiva.

esse momento de Cabanagem). Para Raiol todos esses três momentos fazem parte do que ele denomina **motins políticos**. A escolha do vocábulo também não é aleatória (Chiavenato, 1984). De acordo com um dicionário do século XIX, Dicionário da Língua Portugueza: Recopilado por Antônio de Moraes Silva (Lisboa, 1813), **motim** se define como "s. m.; sedição, levantamento, alvoroço; gente amotinada" (1813, p. 323). A escolha do vocábulo já dá alguma evidência do que Raiol quer indicar com sua descrição. Primeiro, motim, no vocabulário da época, possui um caráter menos radical do que revolução. Talvez isso signifique que Raiol queira atribuir menor importância às revoltas ocorridas em termos de potencial de transformação política (Chiavenato, 1984; Reis, 2005; Medeiros, 2006; Lima, 2010). Raiol está convicto de que a grande lição a ser aprendida com os motins políticos do Pará é que desordem e desobediência às autoridades constituídas só levam a sofrimentos desnecessários, custos altos e retrocesso no progresso das pessoas e da nação.

Como ele privilegia as narrações e a abundância de fontes históricas durante quase todo o percurso da obra, ficam para o último tópico as análises políticas em que utiliza com maior consistência algumas categorias analíticas. Na terceira parte do volume 1, 1831-1833, capítulo segundo, item XIII, denominado "Axiomas políticos" e também no volume 5, 1835, 5ª parte, capítulo sexto, item XIV, ele expõe mais abertamente suas convicções de como deve ser o governo da província do Pará. A primeira lição que Raiol tira dos motins é que não se deve confrontar deliberadamente a autoridade constituída. Mesmo na luta política deve-se respeitar as leis e as instituições, senão os adversários, quando estiverem no poder, também não respeitarão nada, criando caos político. Ele continua na definição dos motins enquanto revoltas que devem ser evitadas para o bem comum:

> Os motins são recursos extremos a que a desesperação arrasta os povos quando já não encontram garantias na lei. Dada qualquer sublevação, cumpre não condenar somente os agentes dos atentados, deve-se também condenar os que por meios diretos ou indiretos preparam tais sucessos; eles são pelo menos cúmplices quando não sejam autores principais. A responsabilidade dos fatos muitas vezes pesa mais sobre quem os comete.
> Há muitos que consideram as massas populares como exclusivamente responsáveis pelas perturbações da ordem pública. Impressionados pelos efeitos, não buscam verificar as causas de onde se originam os acontecimentos. As sublevações são fatos complexos e provêm sempre de causas acumuladas; antes da execução há os agentes que predispõem os ânimos e desmoralizam o princípio da autoridade. A anarquia tem sempre raízes no passado e só germina em terreno de antemão preparado.
> Antes das cenas sangrentas da revolução francesa nos últimos dias do século passado houve as tristes ocorrências que excitaram os ódios das massas populares, e comentadas malignamente pelo espírito da demagogia serviram

> para irritar os ânimos e dar causa aos atentados que nos refere a história daqueles tempos. (p. 347)

Assim como Hobbes, Raiol só vê justificativa para revoltas contra as autoridades estabelecidas quando for para **resistir a tiranias que atentem contra a lei e a moral**. As revoltas deveriam ser evitadas a qualquer custo, porque só trariam prejuízos coletivos, os ganhos ficariam nas mãos de pequena minoria de líderes que viriam ocupar cargos anteriormente ocupados por seus adversários. Para Raiol, o súdito-cidadão comum estaria sempre a mercê das arbitrariedades dos dois lados. Ele assume que movimentos sociais não poderiam exceder os limites da lei, porque uma vez iniciado o processo de desobediência, a **desordem** não terá limite e as autoridades não poderão mais controlar os asseios descontrolados. Para Raiol (vol. 3, p. 1006) motins políticos acontecem porque o poder público não foi capaz de prover a população de capacitação profissional para que as pessoas pudessem desenvolver suas potencialidades; segundo, acontecimentos semelhantes ao do Pará só levam à degradação de sentimentos **fraternais** de nação e coletividade. São suas convicções que **levantes populares**, liderados por **elites políticas inconsequentes**, ao causarem instabilidade política, podem fracionar não só os mínimos consensos de convivência dentro de uma unidade nacional, mas também destruir a crença geral no progresso das famílias e dos indivíduos, o que poderia trazer conseqüências de secessão territorial. É esse ponto que faz com que Raiol esteja no panteon de nossos atores-autores. Esse receio é recorrentemente relembrado por atores sociais que operam práticas para a Amazônia brasileira contemporaneamente. Como veremos, há constantes citações de Raiol e da Cabanagem como 'lembrete' da possível 'cooptação da população local, como massas de manobra, para interesses estrangeiros na região'.

Precisamos destacar dois aspectos das convicções políticas de Raiol. Primeiro, no Brasil nos séculos XVIII e XIX, ainda em consolidação político-institucional e territorial, estava muito mais presente a sombra do desmembramento do país. Depois da proclamação da independência, em seguida a abdicação do trono por D. Pedro I, e o período regencial, as preocupações em concretizar uma estabilidade política que promovesse 'progresso' para o país estava muito mais presente, com as revoltas do período regencial. Segundo, o progresso como única força transformadora da sociedade que, na concepção de Raiol deveria ser dirigida por leis e moralidade que não deveriam ser contestadas pela força, esconde a complexa realidade deste período de intensa exploração da mão de obra escrava (negros e índios) e as desigualdades sociais incrementadas simultaneamente ao aumento do mercantilismo.

Em resumo, poderíamos classificar Raiol de liberal conservador. Se por um lado é possível ressaltar o conservadorismo presente em tais propostas, por outro, pode-se constatar sua análise realista quanto às mudanças efetivas que rebeliões populares trouxeram depois que a nova classe dirigente assume o poder. Na perspectiva dele, manter a estabilidade política para promover o **progresso** institucional da nação e dos indivíduos é de interesse comum, desencadeando o bem-comum. Percebemos que o conservadorismo de Raiol deságua em concepções liberais mais sólidas do que um conservadorismo superficial ou subordinado à lógica da submissão. É esse *conservadorismo liberal*, mesmo que aparentemente paradoxal, que Raiol ajudou a sacramentar no pensamento político-institucional brasileiro, presente, futuramente nas práticas fundadas em receios de **motins populares** na Amazônia brasileira.

1.4. TAVARES BASTOS E A LIVRE NAVEGAÇÃO NO VALE DO AMAZONAS: PROGREDIR POR MEIO DO COMÉRCIO.

Aureliano Cândido Tavares Bastos fez parte de um grupo de políticos denominados **novos liberais** que passaram a ser considerados representantes modelares do liberalismo brasileiro no século XIX. Tanto a atuação política quanto a profícua produção intelectual fizeram com que Tavares Bastos fosse considerado um dos liberais mais articulados do Império (Abreu, 2009). Tavares Bastos era advogado e publicista (jornalista), exercendo inúmeros cargos políticos na burocracia imperial. Faleceu em Nice, França, no dia 3 de dezembro de 1875, 36 anos após ter nascido em Alagoas, na cidade das Alagoas (hoje, Marechal Deodoro), em 20 de abril de 1839. Filho do magistrado José Tavares Bastos que liderava uma disputa oligárquica entre sua família e a família Sinimbu. Tavares Bastos se matricula na Faculdade de Direito de Olinda em 1854, depois se muda para São Paulo onde termina seus estudos. Em 1859, ele toma posse do cargo de oficial da Secretaria da Marinha, sendo exonerado em 1861 em represália a discurso que ele proferiu acerca dos gastos excessivos da Marinha. Elege-se deputado geral por Alagoas em três legislaturas, nos anos de 1860, 1863 e 1866. Encerra a carreira parlamentar em 1868, quando o imperador leva ao poder o ministério conservador de Visconde de Itaboraí, que dissolveu a Assembleia. Manteve sua atuação político partidária, escrevendo para jornais e publicando livros, tais como: Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro (panfleto publicado em jornais, em 1861); As Cartas dos Solitários (1962); O vale do Amazonas (1866); Memória sobre Imigração (1867); A Província: Estudo sobre a Descentralização no Brasil (1870).

Ao se ler O Valle do Amazonas (1866) e A Província (1870), não são difíceis perceber as convicções liberais de Tavares Bastos. Nas palavras de Oscar Tenório (1975):

> ele foi, na extensão da palavra, um liberal na dupla manifestação econômica e política. Inspirou-se nas doutrinas dominantes na Europa, com a lucidez de aplicá-las ao Brasil, na esperança de ver transformada a face macilenta do país (1975, p. 23).

Alfredo Bosi descreveu Tavares Bastos como “o primeiro ideólogo de nossa modernidade capitalista” (1992, p.224). Em 1864, participou da Missão Saraiva ao Rio da Prata, como secretário, depois foi ao Amazonas, em viagem de estudos e observações, de que resultou o seu livro O vale do Amazonas. Em 1870, publica A Província, com as ideias de que o centralismo unitarista imperial desarticulava as iniciativas e o progresso das províncias. Ele defendia a descentralização ou a federalização do Brasil, para promover autonomia às províncias[29].

No prefácio do livro A Amazônia para os Negros Americanos (1968), de Nicia Vilela de Luz, Sérgio Buarque de Holanda contextualiza as teias de relações e de práticas em que Tavares Bastos se engajava para convencer o governo do Império do Brasil acerca dos benefícios da abertura da navegação internacional no Amazonas:

> Quando Tavares Bastos começou a agitar o problema da livre navegação do Amazonas, a que depois se dedicaria com fervor quase apostólico, registrava D. Pedro II em seu diário íntimo de 1862 as apreensões que lhe causaria qualquer decisão precipitada em favor de semelhante projeto (...). D. Pedro, que não devia partilhar, ou ainda não partilharia, de tais entusiasmos e que, na intimidade, acusava o alagoano de ‘**falta de juízo prudencial**’, ainda tinha outras razões, todavia, razões eminentemente políticas, para não ser de igual parecer. No caso da livre navegação do Amazonas por navios de outras nações, explicará certa vez a Sinimbú, conterrâneo e agora amigo de Tavares Bastos, depois de tantas divergências de família que os separavam, que, sem se opor em tese à medida, achava pouco conveniente forçá-la enquanto não se **criassem na região interesses brasileiros que aos menos contrabalançassem os estrangeiros**. Isto dizia em voz alta e para ser ouvido. No diário, porém, que não destinava à publicação, chega a ser mais explícito: ‘Quanto ao Amazonas’, escreve, ‘**sempre tive receio dos Estados Unidos cujas relações suplantariam as de outras potências**’. E adiante, com data de 11 de junho de 1862, ainda deparamos, no mesmo diário, com estas palavras: ‘O Abrantes apresentou três propostas do ministro americano, **cujo fim é transvasar para o vale do Amazonas principalmente, os negros que se libertassem nos Estados Unidos**! O Abrantes ficou de tirar cópias de tão singulares propostas e de responder como convém ao Webb [Ministro Plenipotenciário do governo de Washington junto à Corte do Rio de Janeiro, General James Watson Webb]**’** (...) (Buarque de Holanda em prefácio de Luz, 1968, p. xi. Grifos meus).

[29] Recomendo três boas descrições analíticas da obra e da vida de Tavares Bastos: (1) Um liberalismo tardio: Tavares Bastos, Reforma e Federação. Tese de Doutorado. USP, 1989; (2) Tavares Bastos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 (Carlos Pontes); (3) Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. São Paulo: Editora 34, 1999 (Gabriela Nunes Ferreir).

Essa passagem além de pontuar as preocupações de Estado do monarca também apresenta categorias que, daqui para frente, estariam cada vez mais presentes nas **alegações prudenciais** em torno de potenciais riscos de perda territorial. Os trechos destacados em negrito mostram duas preocupações: primeiro, "falta de juízo prudencial", o imperador D. Pedro II buscava agir prudentemente para evitar riscos desnecessários em um mundo de constantes mudanças de fronteiras, período em que a corte do Rio de Janeiro ainda não havia consolidado seus interesses na região para contrabalançar os dos estrangeiros; segundo, receio da expansão territorial estadunidense observada nos séculos XVIII e XIX, seguida por uma crescente exportação de mercadorias agrícolas e produção de manufaturas de indústria. Esses fatores deveriam ser objetos de preocupação do Império brasileiro, ao passo que o governo central brasileiro não dava conta da crescente complexidade dos interesses envolvidos na formação territorial do Brasil. Além disso, havia o projeto de territorializar escravos libertos dos EUA no Vale do Amazonas para produzir algodão, comandados por companhias estadunidenses.

"Criar na região interesses brasileiros" remete ao fato de que durante o Período Imperial, a corte do Rio de Janeiro substitui a corte de Portugal na centralização das decisões políticas e na concentração dos benefícios fiscais. É nesse sentido que Tavares Bastos critica o fechamento do Amazonas, julgando ser essa decisão mais uma imposição da política centralizadora do governo imperial, submetendo as províncias do norte à dependência do Rio de Janeiro[30]. É fundamental ressaltar que Tavares Bastos é uma voz divergente das doutrinas militarizantes das fronteiras ou de uma geopolítica convencional.

Bastos enfrenta bastante oposição na defesa de suas ideias. Havia muitas divergências entre os agentes públicos, a livre navegação no Amazonas suscitava reflexões acerca das condições de exercício da soberania no território em formação. Numa perspectiva panorâmica, podemos considerar que as questões em torno da livre navegação tenham sido a gênese das formulações que dão significado a futuras concepções sobre a **internacionalização da Amazônia**. Isto é, podemos constatar que estes debates tornaram mais explícitos as preocupações em torno da necessidade da constituição efetiva de soberania sobre todo o território já demarcado e a ser delimitado por tratados; preocupações em

[30] Ao contrário de um imaginário persistente que procura projetar uma imagem pacífica da história do Brasil, a independência não foi tão pacífica assim. Inicialmente o imperador Pedro I contou com o apoio do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Importantes províncias, Bahia, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina conservaram-se fieis ao governo de Lisboa. A corte do Rio organizou uma esquadra e contratou mercenários ingleses (um comandante mercenário famoso foi Grenfell), para combater os focos de resistência portuguesa nas províncias.

estabelecer práticas que efetivamente dessem uma configuração aos interesses nacionais (mesmo que fossem os interesses da corte no Rio de Janeiro forjando a constituição de uma nacionalidade ainda não-atuante); **prudência** e **receio** ao lidar com os interesses das grandes potências econômicas e militares; fortalecimento das convicções de que seria necessário **integrar** o norte e oeste à dinâmica econômica do litoral e sudeste. Constatamos esses aspectos dentro da obra de um agente público favorável à livre navegação no Amazonas, o que poderia ser, para alguns, uma contradição, mas ao contrário mostra um projeto liberal de ocupação da região.

1.4.1. ABERTURA DA NAVEGAÇÃO NO VALE DO AMAZONAS.

Na publicação O valle do Amazonas. Estudo sobre a livre navegação do Amazonas. estatistica, producções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas (1866), Tavares Bastos expõe sua posição favorável à abertura da navegação internacional no Amazonas. Podemos dizer que para Tavares Bastos havia três questões centrais na livre navegação do Amazonas: (1) as convenções entre o Brasil e os países vizinhos para promover o progresso do comércio no Amazônia deveriam ser respeitadas, sendo o comércio entre as nações a única opção para os países civilizados (militarizar a região só traria custo desnecessário ao tesouro); (2) os benefícios fiscais da livre navegação no rio das amazonas estariam em sua exploração comercial, dentro de uma lógica mercantilista e de abertura para o comércio com as potências europeias e os EUA; (3) a **civilização** chegaria ao norte do país via a inserção da navegação a vapor, dinamizando as atividades econômicas das províncias (descentralização das tomadas de decisão sobre o comércio no sudeste do país). Bastos equaciona os interesses do Império do Brasil, das províncias do norte, dos países vizinhos e das potencias europeias e dos EUA, subordinando tudo ao comércio que a livre navegação promoveria no Amazonas. Para ele, todos os interesses poderiam convergir se o comércio florescesse. Isto é, ele trata a navegação no Amazonas e as relações entre Brasil e os países vizinhos com a lógica liberal mercantil, submetendo aos interesses comerciais qualquer tentativa de 'hegemonia sul-americana' por parte do Brasil ou por parte das potencias econômicas e militares da época que tinham interesses estratégicos na região.

A obra é baseada em viagens e observações empíricas empreendidas pelo ator-autor que dedicou quatro anos à pesquisa, realizando observações em povoamentos, vilas e cidades no Vale Amazônico e, principalmente, do trabalho de oficiais do Império, responsáveis pela coleta de impostos. Nas palavras dele:

> Para julgar conscienciosamente de um paiz é mister percorrê-lo e viver com o povo que o habita. Devia eu, portanto, visitar o Amazonas para esclarecer-me, para retificar minhas idéias e pedir ás impressões oculares a precisão que não transmitte a leitura. Resolvi partir, viajando como simples cidadão, sem caracter algum official, como touriste, como enthusiasta sincero da natureza americana, em cujos **desertos** e á sombra de cujas florestas o espirito agitado repousa das fadigas e liberta-se das tristezas, onde o espectaculo da creação apura os sentimentos varonis do homem, onde a alma enrugada pelos ventos frios da sociedade se expande e reverdece, onde a robustez do pensamento, que eleva-se contemplando, o modera, acalma e fortifica. O exito feliz da viagem eu o esperava da gentileza dos habitantes do Amazonas, de amigos estimaveis, a quem não recorri debalde no intuito de alcançar informações necessarias” (sic, Tavares Bastos, 1866, p. 4).

Tavares Bastos procura se aproximar da perspectiva local. Ele analisa minuciosamente as questões fiscais, além do ganho potencial para o Tesouro com a ampliação do comércio no Amazonas, potencializado pela entrada de navios a vapor de bandeiras internacionais, principalmente norte-americanas e inglesas. Para ele a solução do recorrente déficit nas despesas ordinárias do Tesouro, provocados pela Guerra do Paraguai e gastos subsequentes com as Forças Armadas do Brasil, estaria na **prosperidade pública**, ou seja, “o emprego dos meios directos, reducção de despeza ou lançamento de impostos, não bastam; cumpre chamar em auxilio os meios indirectos, o fomento da prosperidade publica. A livre navegação do Amazonas será das medidas deste gênero uma das mais efficazes” (sic [1866]1937, p.35).

As propostas liberais de Tavares Bastos ressaltam que a **prosperidade pública**, i.e., o **progresso**, se alcança na institucionalização do livre comércio. Para Bastos, a opinião pública, expressa numa imprensa livre e dirigida por intelectuais capazes de conduzir os anseios de prosperidade, deixaria a própria prática centralizadora dos governantes obsoleta. No intuito de experimentar suas ideias empiricamente, Bastos analisa quinze anos de comércio no Amazonas e constata que

> Poucos factos ha no mundo de espantosa rapidez no **progresso** commercial, como a do valle do Amazonas, dentro de poucos annos, depois de sentir-se a influencia da navegação a vapor. Em 15 annos triplicou o seu commercio geral: de 5,000 contos (1850) passou a 15,000 (1865). Este progresso, aliás inadmissivel para os agoureiros e os timidos de 1850, serve para annunciar o que aguarda o futuro. Tão lisonjeiro resultado é o do actual commercio das duas províncias brasileiras e de uma parte do Perú sómente (Ibid., p.39-40).

Progresso que é inicialmente calculado em termos de **prosperidade pública**, no fim da equação se traduz em **comércio**. A equação é essa: comércio traz progresso que se apresenta como prosperidade pública. Ao rebater os argumentos contrários as suas convicções, ele expõe suas principais categorias em contraposição às dos outros:

> Em nome da integridade e da tranquilidade do imperio, aconselhou-se em certa época a **clausura do Amazonas**. Angelis (pags. 186 a 188) via com horror a entrada de navios estranhos no valle desse rio e phantasiava mil desavenças provocadas pelos estrangeiros. O que neste sentido escreveu não é excedido por certos discursos de estadistas brasileiros, admiraveis de egual beatitude politica. Entretanto, as hypotheses de conflictos, que elle figurava, ainda não aconselharam a supressão das alfandegas interiores de Uruguayanna e Corumbá (sobre os rios Uruguay e Paraguay). Os factos dispensam respostas. Porque razão não aconteceria o mesmo no Amazonas? Ahi os nossos visinhos são povos pacificos, de indole e habitos mais tranquillos que os limitrophes do sul. Verdade seja que, de espaço em espaço, um dos nossos commandantes das fronteiras septentrionaes exerce a sua bravura em exagerar algum insignificante conflicto, que ás vezes elle proprio provocou ou não preveniu; ou um agente fiscal recommenda o seu zelo insistindo na possibilidade de fazer-se o contrabando; ou algum visionario descreve desacatos e phantasia invasões do territorio (sic, Ibid., p.45).

Aqui podemos encontrar expostas questões que se reproduzem contemporaneamente. Por um lado, os contrastes entre os **receios** de invasão do território por ingleses, americanos, franceses ou holandeses e os argumentos de que a possibilidade de ocupação estrangeira no Amazonas seria fantasiosa são recorrentes no debate. Esses mesmos argumentos, sentimentos e categorias são utilizados contemporanemante nas elaborações em torno da categoria **internacionalização da Amazônia**. Tavares Bastos põe em perspectiva os sentimentos demasiadamente nacionalistas e questiona a tentativa de **clausura** do vale à navegação estrangeira. Ao contrário das pretensões estrangeiras no território da Amazônia, Tavares Bastos destacava as pretensões brasileiras sobre o território dos países vizinhos. Sem se preocupar com as potências europeias e norte-americanas, ele afirma que agentes brasileiros (públicos e particulares) seriam mais ameaçadores para os países vizinhos do que aqueles são para o Brasil, expondo casos de rumores de violação de fronteiras:

> (...) Fôra melhor, portanto, em vez de prestar faceis ouvidos a eguaes clamores, fiscalisar o procedimento dos nossos commandantes de fronteira, acerca dos quaes não são raras as queixas, e desconfiar de certas informações officiosas. Uma destas, recentemente, denunciava com grande solenidade a existencia de duas colonias bolivianas situadas em territorio nosso sobre a margem direita do Uaporé: verificado o caso, taes colonias haviam sido lançadas na margem opposta (boliviana), e aliás já tinham deixado de existir. São, ao contrário, os nossos visinhos que poderiam queixar-se do procedimento das autoridades ou dos particulares para com a tripulação dos seus barcos: como os indios bolivianos, que descem o Madeira, são vigorosos, disciplinados e intelligentes, alguns brasileiros os seduzem e provocam conflictos, que, repetindo-se, pódem desanimar o nascente commercio daquelle rio. Taes ciumes, porém, entre visinhos não são rasoaveis. A politica internacional dos Estados civilisados assenta hoje em bases largas. Fraternidade e auxilio mutuo, eis a sua formula geral; ou, como se exprime Montesquieu, ‘as differentes nações devem fazer-se na paz o maior bem, e na guerra o menor mal possivel’. (sic, Ibid., p.46)

Ele cita ainda o projeto de tratado elaborado em congresso de Lima (1864) em que os governos dos países amazônicos enunciam no primeiro artigo: “Os estados contractantes obrigam-se a manter abertos ao commercio do mundo seus portos, rios, e mercados, mediante as leis e regulamentos de cada estado, ao amparo do direito das gentes” (ibid., p. 47). Para Bastos, essa deveria ser a única meta da política brasileira para o Amazonas. Ele tece críticas à tradição belicosa que objetiva expandir os domínios territoriais brasileiros, para ele essa tradição herdou o espírito expansionista português, militarizando as relações com os países vizinhos:

> Porventura a mesma tradição ainda se respeita no mundo official. Não falta ahi representante vivo desse espirito de outr’ora. A alguns delles devemos os prejuizos derramados na população quanto á necessidade de apoderar-se o Brasil de territorios desoccupados ou desconhecidos, ou pertencentes mais aos nossos visinhos do que a nós. Por outra parte, certos discipulos desta escola ha entre os proprios moços, que se querem recommendar ás secretarias ostentando o zelo sagrado, util para o avanço na carreira. Segundo essa escola, a quem talvez se pudesse imputar em parte a guerra com o Paraguay, e cuja sabedoria se admira pelos seus resultados negativos, deve o imperio adquirir todos os territorios disputados, aquelles mesmos sobre que nem a posse nem os tratados lhe dão direito. Esta phrase absurda hade-se ler em algum documento. Em resumo: embarace o Brasil as suas questões externas, levante pretensões pouco fundadas, para ao depois ter de desistir dellas com deshonra! Essa escola anda preocupada com a necessidade de colonias e postos militares nas linhas ou pontos centraes das fronteiras, estabelecimentos dispendiosos, impossiveis, inefficazes para a defeza, como demonstram as de Mato-Grosso da fronteira do Apa e do Mondego, e que a meu ver, por sua data recente, nada provam para determinar-se o ***uti possidetis***. Essa escola, finalmente, sonha **invasões** e **perigos** por toda a parte. Si o Perú, por exemplo, contracta engenheiros mechanicos para as suas modestas officinas de Iquitos, si ali monta um dique de ferro, si ali faz os reparos dos vapores com que navega os seus rios, dizem logo: ‘O Perú esconde designios contra o Brazil’. Taes receios, coloridos convenientemente, avultam aos olhos de ministros que mal conhecem os negocios publicos, a começar pela propria geographia dos paizes confinantes, e, assim, obscurecem-se e complicam-se as questões, difficultando-se o estudo e a solução. Felizes seriamos si as informações dos escriptores dessa escola, na parte positiva dos seus trabalhos, merecessem sem confiança pela escrupulosa exactidão, indagação minuciosa, e decidido horror á mentira e ao romance! (sic, ibid., p. 47-48).

Para Bastos não é na militarização das relações com os países vizinhos e na construção de fortes no território que se deveriam basear as análises para se promover os meios de realizar a abertura do Amazonas. Ele também rebate as alegações de que os interesses comerciais das potências militares e econômica da época iriam sobrepor-se aos interesses nacionais, utilizando os acordos internacionais, as declarações dos governos estrangeiros e a convicção de que o **comércio** é o “interesse maior” de todas as nações **civilizadas**. Uma possível

agressão não faria sentido dentro da perspectiva de interesses comerciais que para Bastos convergiam para os interesses de todos. Tavares Bastos acusava a tradição que denominou de belicosa e expansionista de fazer exigências infundadas antes de permitir a livre navegação, tais como fundar postos militares nas fronteiras e erigir poderosas fortificações que dominem a navegação. Para ele esse tipo de despesa não se justifica e o foco do gasto público deveria estar em outros objetivos:

> (...) para a defesa do Amazonas, quer nas suas bocas, quer no seu curso, não é de fortalezas que mais carecemos, ou antes podemos dispensa-las. Com efeito, por uma parte, com os vapores de grande marcha (mais de milha em cada cinco minutos, como os peruanos), calado mínimo e couraças, os fortes pouco valem ou valem muito menos que dantes. Demais, a defeza do littoral fluvial, quasi deserto, sem povoações e centros habitados a pequenas distancias, será melhor garantida por alguns navios de guerra rapidos e fortes, ainda que não sejam encouraçados. E o mesmo direi quanto ás duas bôcas do grande rio (sic, ibid., p. 49).

Bastos acreditava que a abertura do Amazonas demandaria, antes de tudo, frota de comércio, diques secos e portos modernos. Portanto, ao invés de corvetas e fragatas, construídas para a guerra, Bastos apostava em vapores ligeiros destinados às explorações, à polícia fiscal, à administração de boas práticas para fazer florescer o comércio. A **cautela exagerada** e a procura de garantias eram vistas por Bastos como perda de tempo que retardariam a prosperidade do norte do Império do Brasil. Dizia confiar “mais no interesse que o commercio livre ligará ao dever de respeitar a soberania territorial” (ibid., p. 53). Na perspectiva liberal e estadista dele, o mais correto estaria em deixar o comércio florescer e fiscalizar para garantir o pagamento dos encargos tributários para o governo imperial. Ele demonstrava preocupação com a localização estratégica de portos de fiscalização, para efetuar a vistoria das embarcações e evitar desvios das canoas, das mercadorias, dos direitos governamentais de recolher tributos.

Notemos que uma das preocupações de Bastos está em racionalizar o *governo do território*, mesmo que não coloque nesses termos. As racionalidades da coleta de impostos, da estratégia comercial arrojada, da subordinação de tendências militares à convicção da **prosperidade pública** pelo comércio, são para garantir a dinâmica da administração governamental. As chamadas drogas do sertão e a economia da borracha eram os motores do comércio. No contexto da economia da borracha, os complexos regimes de extração (aviamento) e de comercialização (dentro da lógica da divisão internacional do trabalho, em que o Brasil ingressa como exportador de produtos primários) não eram profundamente analisados por Tavares Bastos. Ele deixava de fora a assimetria de poder de comércio em que

os Estados nacionais se inseriam, assim como a relação entre capital e trabalho, mas o comércio aparecia como solução para todos os males, defendendo com eloquência uma cruzada **civilizatória**.

1.4.2. RELEITURAS DA LIVRE NAVEGAÇÃO E INTERESSES COMERCIAIS NORTE-AMERICANOS.

Em meio ao debate político-institucional em torno da abertura do Amazonas à navegação internacional, multiplicam-se as peças colocadas na mesa. A possibilidade real de expedição militar para assegurar interesses comerciais e os investimentos de corporações norte-americanas ia se configurando. Até meados do século XIX a política externa norte-americana orientava-se pelos princípios do isolamento e da não intervenção; comércio e paz; proteção dos direitos e dos interesses das corporações norte-americanas; e contenção da interferência europeia nas Américas (Pecequilo, 2005; Karnal, 2007). Contudo, desde 1845, novos princípios deram corpo à denominada **doutrina Monroe**: anexação de território mediante processo democrático, sem interferência de terceiros (expansão territorial norte-americana, caso do Texas); fim da colonização europeia nas Américas; concretizar as potenciais expansões territoriais dos EUA. Essas diretrizes estavam presentes nos pronunciamentos dos presidentes James K. Polk (1845), Franklin Pierce (1853), James Buchanan (1857). Nesse contexto de intenso crescimento norte-americano, as pressões em torno da livre navegação do Amazonas tomam outra dimensão (Cervo e Bueno, 2002, p. 102-103). Por outro lado, a política territorial do Império do Brasil – que buscava operar em duas dimensões, defender a livre navegação (ou a hegemonia brasileira) na região do Prata e defender incondicionalmente a integridade territorial conquistada no período colonial – criou um paradoxo: ao mesmo tempo que defendia à livre navegação no Prata, lutava por manter a exclusividade dos países amazônicos à navegação na bacia amazônica. Essa conjuntura levou ao inevitável choque com os EUA (Bandeira, 1973; Cervo e Bueno, 2002; Pecequilo, 2005; Karnal, 2007).

Contemporaneamente, é comum reler essa questão sob a ótica da **Internacionalização da Amazônia**, associando diretamente esses acontecimentos com pretensões claras do Estado norte-americano, como veremos no próximo capítulo. O fato é que o interesse na Amazônia ganha impulso nesse período de expansão econômica, militar e territorial dos EUA. As intensas disputas territoriais principalmente entre as coroas de Portugal e Espanha pelas terras nas Américas, em geral, e na Amazônia, em particular, mas também entre as coroas da Inglaterra, Holanda e França (república pós- revolução de 1789) ainda não estavam totalmente consolidadas quando os países sul-americanos proclamaram

suas independências (Menck, 2001). De fato havia uma mobilização estrangeira para promover a livre navegação do Amazonas, pressão fortemente exercida por países ribeirinhos (Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela), conforme foi densamente analisado por Aureliano Cândido Tavares Bastos ([1866] 1975), e em seus pronunciamentos no parlamento.

Precisamos distinguir a perspectiva de Tavares Bastos da perspectiva de autores contemporâneos que fazem uma releitura desses acontecimentos, tais como Arthur Cezar Ferreira Reis ([1960]1968), Nícia Vilela Luz (1968), Amado Luiz Cervo (2002), Paulo Roberto Palm ([1984] 2009), entre outros. Negando a conveniência de hierarquizar valores e a possibilidade de neutralidade analítica, apesar de reconhecer a importância da objetividade nas análises acadêmicas, vamos pensar como são lidos esses acontecimentos contemporaneamente. Eles geralmente têm como pano de fundo questões como: por que o território nacional não se desmembrou em outros países como ocorreu com a América espanhola; o processo de demarcação territorial na América do Sul; o processo de hegemonia político-militar norte-americano nas Américas; o risco efetivo da soberania dos países amazônicos no que diz respeito a suas capacidades de regulamentar seus territórios.

Em linhas gerais, a questão da livre navegação do Amazonas, numa perspectiva contemporânea, aglutinava complexos arranjos de interesses comerciais, militares e políticos que foram enumerados por Paulo Roberto Palm ([1984] 2009): pressões de interesses regionais das províncias do norte em favor da abertura; eventual influência da Guerra do Paraguai no desfecho da questão; mitos criados e propagados no Hemisfério Norte sobre a Amazônia; tentativas de colonização preventiva da região na década de 1850; importância do rio Amazonas, à época, como rota comercial, e as consequências da questão no posterior relacionamento entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos (2009, p. 9). Podemos afirmar que as disputas, debates e práticas em torno da abertura do Amazonas à navegação internacional possibilitam uma maior visibilidade em âmbito nacional e internacional das questões de conquista, ocupação, integração, segurança territorial da Amazônia.

Houve intensa campanha de atores-autores estadunidenses em prol da livre navegação do Amazonas, além de deliberadas tentativas de mobilizar a opinião pública dos EUA para efetivar uma política para o Amazonas. Tanto o denominado Plano Webb, citado acima por D. Pedro II, quanto a campanha na imprensa encabeçada pelo tenente da marinha Matthew Maury, objetivavam dar respaldo aos interesses comerciais e às pretensões de expansão territorial dos EUA. Montou-se enorme esforço conjunto de mobilização para preparar expedições ao Amazonas, visando benefícios comerciais para empresários, terra para escravos libertos norte-americanos. Ao mesmo tempo, agentes norte-americanos faziam

campanhas junto aos ribeirinhos em território brasileiro, boliviano, peruano e equatoriano, além de pressionar os governos desses países a se indispor com a monarquia brasileira e suas pretensões hegemônicas no Amazonas (Cervo e Bueno, 2002; Luz, 1968).

A intensa movimentação de Matthew Maury, no sentido de defender seus interesses comerciais frente à companhia *Amazon Mail Steam Ship*, é permeada de relações pessoais, políticas e militares envolvendo empresários, opinião pública (imprensa escrita), militares e o executivo federal norte-americano. Densa descrição em torno do Plano Webb e das mobilizações lideradas por Matthew Maury é realizada por Nícia Vilela de Luz, A Amazonia para os Negros Americanos (1968). Havia convicções geopolíticas por parte dos norte-americanos de que

> A Amazônia (...) não poderia deixar de estar nas cogitações da Inglaterra que se sentia cada vez mais dependente dos Estados Unidos para o algodão que consumiam suas fábricas 'como se ela fosse uma colônia conduzida por cordéis' e procuraria, por esse motivo 'alguma região propícia ao cultivo do algodão da qual pudesse apropriar-se neste continente'. Ora, segundo lhe indicavam as cartas dos ventos, a única região ainda não cultivada nesse continente capaz de produzir algodão era a dos afluentes meridionais do Amazonas e zonas circunvizinhas. Convinha, pois, aos americanos ser os pioneiros a conseguir a navegação do Amazonas e estabelecer aí sua influência a fim de transformá-la numa espécie de 'colônia americana', Maury falava mesmo em 'revolucionar e republicanizar e anglo-saxonizar aquele vale' construindo aí uma 'República Amazônica' (Luz, 1968, p. 63).

As disputas entre as potências militares e econômicas da época aumentavam os receios de uma intervenção. A crescente expansão econômica e militar norte-americana e os territórios da França (Guiana francesa – Caiena) e da Inglaterra (Guiana inglesa) na região complexificavam as configurações geopolíticas, possibilitando mais espaço de manobra para a diplomacia brasileira. Qualquer decisão mais firme não dependia de uma decisão unilateral dos EUA, seria necessário um concerto entre as potências. Contudo, se pensarmos apenas nos EUA, podemos lembrar que as hesitações do executivo federal norte-americano, em proferir um *ultimatum* (como havia feito em 1853 o Comodoro Perry no Japão) na questão do Amazonas, segundo Nivia Luz, se deve à multiplicidade de interesses e forças relativamente equilibradas que disputavam o poder político nos EUA. De acordo com Luz (1968), havia forças organizadas dos grandes interesses comerciais representadas pelos portos do Nordeste americano que foram decisivos para que o governo norte-americano não programasse uma política mais agressiva para a abertura do Amazonas (1968, p. 70). Como veremos nos próximos capítulos, os interesses comerciais norte-americanos regem boa parte da condução de ações político-militares para fora do *homeland*, sendo central tanto no plano retórico de

defesa dos “interesses dos cidadãos norte-americanos em qualquer parte do mundo” quanto no plano prático para se escolher pragmaticamente o mais conveniente. Ficam claras as forças heterogêneas que atuam para implementar a política externa norte-americana: os diversos interesses comerciais e as ambições político-militar de expandir territorialmente os domínios. Os interesses comerciais de companhias da costa leste dos EUA já estavam bastante consolidados no Brasil, portanto, exerciam influência suficiente na política externa dos EUA, contrabalançando positivamente na manutenção de acordos comerciais ao invés de efetivar planos megalomaníacos de intervenção militar na Amazônia. De acordo com Luz (1968) essa é a variável mais importante que freou as ambições imperialistas de alguns setores da sociedade norte-americana, principalmente de militares vinculados a corporações do Sul dos EUA.

CAPÍTULO 2 –

A REPÚBLICA E A CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS: DO POSITIVISMO MILITAR AOS DESAFIOS DEMOCRÁTICOS DA GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA.

2.1. BARÃO DO RIO BRANCO: CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS

José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do Rio Branco, é considerado um negociador pragmático que soube fundamentar em bases históricas e geográficas os direitos de propriedade de terras em litígio, conduzindo de maneira favorável ao Estado brasileiro acordos de delimitação de fronteiras. Interessa-nos analisar a elaboração de uma categoria político-institucional específica, que faz parte das práticas institucionais brasileiras, trata-se do princípio de ***uti possidetis***.

Nas definições políticas e institucionais, essa categoria já não era novidade quando o Barão do Rio Branco começa a usá-la para dar legitimidade às posses do Império do Brasil e, depois, da República. De fato, já havia sido amplamente definida nos tratados entre Portugal e Espanha na divisão das terras das Colônias nas Américas. O próprio pai do Barão do Rio Branco, Visconde do Rio Branco, havia observado que dúvidas e incertezas de tratados e guerras inutilizavam acordos, portanto, recomendava consagrar "o *uti-possidetis* como o único título e a única barreira contra as usurpações de uma e outra nação e de suas colônias na América Meridional" (Corrêa, 1899, p. 25). Os tratados de 1750 e 1777, Madri e Ildefonso, consagravam o princípio do *uti possidetis* que definiam como "cada parte ha de ficar com o que actualmente possue, excepção das mutuas cessões que em seu logar se dirão"(sic)[31]. Por sua vez, o tratado de Ildefonso afirma que "fossem mantidas as posses que tinham as duas coroas em 1750" (ibid.). O que se quer acentuar é a posse de fato, ou seja, a constatação de que a presença de cidadãos de um determinado Estado que dá a legitimidade de posse das terras ocupadas. De acordo com Serzedello Corrêa, "cada região pertencerá áquella nação que della estiver de posse effectiva no momento de sua independência, cremos que é a formula pela qual se póde definir a applicação do uti-possidetis na América do Sul" (sic, ibid. 1899, p. 26). Resumidamente, na história oficial, temos que o Barão do Rio Branco, chanceler no período de 1902 a 1912, durante as administrações dos presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, defendeu as bases do *uti possidetis*, forjando em acordos bilaterais não só os atuais contornos do território brasileiro como também a ampliação das bases para se definir a nacionalidade brasileira. É nesse jogo que etnias indígenas são incorporadas na lógica territorial do Estado. Ao mesmo tempo em que se

[31] Preâmbulo do Tratado de 1750 (apud Corrêa, 1899, p. 25).

reconhecem povos enquanto parte do Estado nacional brasileiro invisibiliza-se suas diferenças para que eles se integrem ao caminho inevitável do progresso (Farage, 1991; Souza Lima, 1995). Dentro da atuação de Rio Branco, a operacionalidade dessa categoria ganha relevância nos casos do Amapá e do Acre.

A atuação do Barão se inscreve nas seguintes contendas: (1) o território de Palmas e a contenda de limites com a República Argentina (Tratado de Montevidéu de 25 de janeiro de 1890 e arbitramento do presidente dos Estados Unidos da América); (2) disputa territorial com a Guiana Francesa (caso Amapá), pretensões da França na bacia amazônica, a controvérsia foi resolvida por arbitramento do Conselho Federal Suíço, missão do Barão em Berna; (3) limites do Brasil com a Guiana Inglesa, também ocorreu arbitramento, não de todo satisfatório aos interesses do Brasil, Joaquim Nabuco foi convidado por Rio Branco para representar o Brasil, Tratado de Arbitramento de 6 de novembro de 1901; (4) a questão do Acre, após toda a movimentação de confronto da soberania boliviana por parte de seringueiros brasileiros e o agravamento da situação com a entrada da *Bolivian Syndicate*, Paranhos Jr. costura acordos com EUA e Inglaterra, a fim de desfazer os interesses comerciais do *Bolivian Syndicate* e prevenir potenciais intervenções. Esse arranjo político deixa o caminho livre para o Brasil continuar negociando diretamente com a Bolívia (Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903); e (5) pretensões peruanas aos territórios entre os rios Javari e Madeira, expansão brasileira nas bacias dos rios Purus e Juruá (Tratado de Limites de 8 de setembro de 1909); limites com a Colômbia (tratado de 24 de abril de 1907); (6) Uruguai (tratado de 30 de outubro de 1909); e (7) Guiana Holandesa, em 1906. Em todas elas foram utilizadas a categoria do *uti possidetis* para legitimar a posse brasileira (Vianna, 1948; Palm, 1984; Burns, 2003; Stella, 2009).

2.1.1. USO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO *UTI POSSIDETIS*: HOMOGENEIZANDO A MULTIPLICIDADE.

2.1.1.1. AMAPÁ

De maneira sucinta, a institucionalização da fronteira com a Guiana Francesa pode ser compreendida em cinco atos. O Barão do Rio Branco não participou especificamente destes cinco atos de demarcação da fronteira do Amapá, mas eles se incluem nesta seção como exemplo do princípio de *uti possidetis* que seria posteriormente utilizado por ele. Primeiro, a titulação da capitania hereditária do Cabo do Norte, em 1637, pelo Estado Português, que tinha por objetivo marcar a presença luso-brasileira na extremidade costeira setentrional das

Américas. Segundo, as primeiras fixações de fronteiras por meio dos tratados de Lisboa, de 1700, e de Utrecht, de 1713, firmados entre representantes da França e de Portugal, estabelecendo a fronteira no curso do rio "Japoc ou de Vicente Pinzón". Terceiro, as constantes tentativas do Império de Napoleão I de rever os limites, as guerras napoleônicas na Europa forçaram a instalação da administração do Império de Portugal no Brasil, Brasil é alçado a Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves. D. João VI, que esteve no Brasil de 1808 a 1821, ordenou a conquista de Caiena por luso-brasileiros que ocuparam a cidade francesa entre 1809 e 1817, posteriormente restituída por convenção assinada em Paris, em 28 de agosto de 1817. Quarto, as reivindicações do governo de Luís Filipe da França. Dentro de uma nova fase de políticas de expansão colonial, que coincide com as turbulências políticas do período regencial do Império brasileiro, o governo francês de Luís Filipe, em 1835, estabelece posto militar à margem direita do Oiapoque. O governo brasileiro protestou e dentro dos acordos do Congresso de Viena, de 1817, a Inglaterra mediou o conflito e o governo francês retirou suas tropas. O Império do Brasil instalou uma colônia militar, na região do Amapá, denominada D. Pedro II à margem do rio Araguari, para garantir a posse. Por fim, a serviço do gabinete do Visconde do Rio, Joaquim Caetano da Silva, em 1853 a 1854, conduziu em Haia as negociações para o ajuste de limites com a Colônia de Suriname, questão só resolvida no início do século XX (Viana, 1948, p.140).

2.1.1.2. RORAIMA: FRONTEIRA COM A GUIANA INGLESA, SURINAME E VENEZUELA.

A fronteira com a Guiana Inglesa também tinha sido objeto de disputas com o Império Britânico em vários momentos de institucionalização do território brasileiro. Em memórias tanto do Barão do Rio Branco quanto de Joaquim Nabuco (1903)[32], observamos as intensas disputas territoriais e por povos indígenas (às vezes parceiros comerciais, às vezes escravos, às vezes súditos). O histórico de ocupação remonta a uma longa lista de expedições exploratórias, comerciais e científicas (naturalistas) por holandeses, franceses, ingleses e espanhóis no vale do Rio Branco que se liga à conquista do rio Negro pelos portugueses no século XVII[33]. Não me alongarei em uma descrição detalhada de eventos que poderiam imprimir uma dimensão mais empírica do processo de territorialização de diferentes grupos

[32] Joaquim Nabuco, "Ministro Plenipotenciário do Brazil em Missão Especial Junto a S.M. o rei da Itália", "O Direito do Brasil - Primeira Memória", apresentada em Roma em 27 de fevereiro de 1903.

[33] Levantamento sistemático e amplo é realizado por Reinaldo Barbosa e Efrem Ferreira (Eds), "Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do rio Branco", In: Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. INPA, 1997.

que ali se instituíram principalmente os complexos episódios de instalação de missões religiosas, aldeamentos e instruções para se conquistar súditos para as coroas. Destacam-se os inevitáveis conflitos de perspectivas sobre a utilização territorial dos Macuxi, Taurepang e Ingarikó (grupos de filiação lingüística Caribe) e Wapixana (filiação lingüística Arawak) (Oliveira, 1988; Almeida, 1997; Melatti, 2007; Freire, 2007).

Ficando nos relatos oficiais, em 1838, a expedição do naturalista Robert Schomburgk, sob o patrocínio da Sociedade Real de Geografia de Londres (*Royal Geographical Society*), alertou sobre a necessidade primordial para a soberania britânica da demarcação das fronteiras da colônia (Farage, 1991, p. 15-16). Estava na pauta a recém-instalada missão anglicana entre os Macuxi, localizada entre os rios Pirara e Rupununi. O Império do Brasil movimentou-se rapidamente para desalojar os ingleses, alegando haver os missionários ingleses alienados ao Brasil "quinhentos índios Macuxi e de instruí-los na língua e religião inglesas" (Farage, 1991, p. 15). Nádia Farage (1991) relata tanto de que modo os Estados nacionais lançaram mão de seus aliados indígenas para legitimar posse e comércio quanto como os povos indígenas inseriram luso-brasileiros, holandeses e ingleses nas suas redes de alianças, guerra e comércio. Há agência dos dois lados.

Quero destacar o modo como os Estados nacionais se beneficiaram dessa aliança para legitimar suas pretensões de posse pelo *uti possidetis*. Robert Schomburgk, em memorial à Coroa Britânica, esclarece os termos em jogo "se é para que os índios que habitam aquelas regiões sejam súditos úteis, a incerteza de nossa fronteira requer a particular atenção do Governo de Sua Majestade Britânica" (Schomburgk ao governador Light, 16/07/1839, apud Farage, 1991, p. 16). Fica evidente o papel central exercido por povos indígenas na legitimação de pretensões territoriais que as Coroas pretendem fundamentar a seu favor. É nesse sentido que Nádia Farage argumenta que:

> (...) a Inglaterra, avocando-se herdeira dos títulos holandeses, antigos ocupantes da Guiana, apegar-se-ia firmemente ao argumento de que seu território se estendia até onde se estendiam as alianças que, através de um sistema regular de trocas, os holandeses haviam estabelecidos com os índios dois séculos antes. Por sua parte, a defesa brasileira – fazendo intencionalmente tábula rasa do esforço dispendido pelos portugueses para a cooptação dos índios no rio Branco, e ainda de todo o debate que percorre o período colonial acerca da soberania dos povos indígenas – contra-argumentaria que apenas a presença constante dos colonizadores era título suficiente de domínio. Nesse sentido, o 'contrabando' holandês com os índios jamais poderia ser evocado para justificar a soberania inglesa sobre o território disputado (J. Nabuco, B & BGB – 2ª Memória, 1903, I, p. 272) (Farage, 1991, p. 16).

Por parte dos portugueses no século XVII e XVIII, a edificação de fortificações, entre outras medidas, tinha o claro objetivo de conter o avanço holandês no vale amazônico. Os holandeses intensificavam seus comércios por meio de aldeamentos indígenas, tráfico de índios e escambos com drogas do sertão. O importante é perceber a mudança do significado atribuído aos grupos indígenas que passam de inimigos a aliados, a súditos, definindo assim a posse legítima das terras na América Meridional. Farage constata que as práticas de holandeses, ingleses e luso-brasileiros encontram tradução no código de aliança, nas dinâmicas das relações políticas entre os povos indígenas da área, "o que era troca passou a significar penhor, o que era aliança transformou-se em vassalagem" (1991, p. 170). Há uma resignificação de práticas. Para ilustrar, Farage conta a crônica de um suposto chefe indígena Manariwan, que no relato de Schomburgk, é visto como um indígena matreiro com pouca influência sobre seu povo, mas que em outro momento é retratado como chefe supremo das nações indígenas na argumentação inglesa para legitimar sua posse. São justamente essas alegações de alianças e vassalagem que entram nas argumentações de *uti-possidetis* e que legitimam as pretensões territoriais das Coroas. A controvérsia é arbitrada pelo rei da Itália em 1904, estabelecendo os limites hoje de Roraima, arbitramento não tão favorável ao Brasil. O litígio, que ficou conhecido na diplomacia brasileira como "a questão do Rio Pirara", submetido à arbitragem do Rei da Itália foi desfavorável às pretensões brasileiras (Menck, 2001).

Outro ponto salientado pelo Barão do Rio Branco, em sua obra Esboço da História do Brasil (1992 [1889]), é que os Estados Unidos também faziam parte do jogo militar-diplomático da delimitação territorial do Brasil. A aproximação entre Brasil e EUA promovida pelo Barão do Rio Branco era uma contraposição às potências militares europeias que intensificavam suas pretensões territoriais na Amazônia. A aproximação do Brasil e dos EUA, principalmente depois da proclamação da república (1889), contribuiu para amortecer os objetivos expansionistas da Inglaterra e da França na Amazônia. Dentro de uma geopolítica territorial da época, esse fato tem relevância nas pretensões francesas e inglesas, posicionando o Brasil numa equidistância pragmática das potencias econômicas e militares da época, o que reorganiza o quadro geopolítico da região.

2.1.1.3. ACRE

A questão acreana foi subproduto da valorização de áreas fronteiriças não demarcadas, alcançadas pelo surto econômico da borracha. É importante relembrar a migração do nordeste, principalmente do estado do Ceará, para os seringais. Atraídos pela prosperidade da

economia da borracha e escravizados pelo regime de aviamento, os migrantes ocupam o alto Purus e o Juruá. Os conflitos acreanos mostraram a fragilidade dos tratados que demarcavam as fronteiras. Depois de várias revoltas contra a soberania boliviana por parte dos seringueiros brasileiros, o Estado brasileiro declarou litigioso o território ao norte do Paralelo de 10º 20'. Em um último esforço para salvar o Acre, o Ministro da Bolívia na Grã-Bretanha, Félix Aramayo, concebeu plano para arrendar o território em disputa a uma empresa estrangeira. Para o ministro boliviano, uma companhia estrangeira importante poderia assegurar a posse do território disputado. O governo boliviano assinou em Londres, em 11 de julho de 1902, contrato com Frederick Willingford Whitridge, empresário de *Wall Street*, representante do *Bolivian Syndicate*. Pelo contrato a Bolívia outorgava o poder de administrar, policiar e explorar os recursos do Acre para o *Syndicate*. O contrato previa o controle no período de trinta anos, prorrogável por mais trinta, o *Syndicate* podia exercer quase total soberania sobre o Acre (Burns, 2003, p. 101)[34].

Tendo em vista os exemplos, na época ainda recentes, do Texas e de Porto Rico, em que os empreendimentos norte-americanos antecedem disputas políticas e plebiscitos "democraticamente" apoiados pelo governo norte-americano, o governo brasileiro teve uma reação imediata e intensa. O temor era que os interesses comerciais norte-americanos dariam lugar a disputas políticas na região com os EUA, justamente no interior da Amazônia, preocupação histórica do Estado português e brasileiro. Bradford Burns (2003) registrou a leitura de um servidor do Departamento de Estado norte-americano dentro do Brasil:

> William L. Buchanan, um diplomata [norte-americano] e especialista na América Latina, muito respeitado, resumiu assim os motivos da reação brasileira: 'De modo geral, os brasileiros (...) se inclinam a reagir com ressentimento ao sindicato americano, que procura instituir um domínio com extraordinários poderes comerciais no coração da América do Sul, e nas fronteiras do Brasil. É difícil convencê-los de que o chamado Bolivian Syndicate, organizado com base em uma concessão outorgada pelo governo boliviano a F.W. Whitridge, de Nova York, é um empreendimento puramente comercial, sem a participação ou o interesse do governo dos Estados Unidos' (Burns, 2003, p. 102).

[34] De acordo com Burns, este contrato se assemelha aos contratos por meio dos quais empresas estrangeiras trabalhavam na Ásia e na África. As autoridades brasileiras, principalmente Rio Branco, iriam denunciar esse tipo de contrato e realizar movimento para manter essa modalidade de empreendimento fora das Américas e principalmente da América do Sul, por julgar que se tratava de uma violação da soberania dos Estados nacionais (Burns, 2003, p. 99 - 109). Se analisássemos a versão boliviana dos fatos, surgiriam outros posicionamentos sobre os acontecimentos. Nesse trabalho interessa-me apenas a versão brasileira dos fatos, já que o objetivo é estabelecer as narrativas brasileiras sobre o território amazônico.

De fato, não tardou em o governo boliviano e o *Syndicate* procurarem apoio no governo dos Estados Unidos. Como é de práxis, o Departamento de Estado assumiria a posição de defesa dos interesses dos cidadãos americanos e de seus empreendimentos. Segundo Burns,

> (...) no princípio de maio de 1902, antes de receber qualquer instrução de Washington, o Ministro Charles Page Bryan informou o Itamaraty de que o seu governo não tinha interesse nas controvérsias entre outras nações do Hemisfério, mas que os direitos e interesses dos cidadãos americanos precisavam ser 'protegidos', em 'qualquer lugar' e 'quaisquer que fossem' (Hay para Brian, 6 maio1902, NA, Brazilian Instructions 18/567; Brazilian Dispatches 67/413). (...) Bryan assegurou Hay [Secretário de Estado Jonh M. Hay, governo Roosevelt] de que tinha usado 'uma linguagem firme' com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, avisando-o de que os interesses americanos no Acre seriam 'observados vigilantemente e resolutamente protegido por nós' [Brazilian Dispatches, 67/426] (Burns, 2003, p. 105).

Na perspectiva desse autor, o temor do governo brasileiro logo se converteu em ações diplomáticas efetivas para neutralizar tais pretensões. Primeiro, o Barão do Rio Branco determinou que fosse mantida a proibição da livre navegação do Amazonas, até o Acre (realizada em circular do Ministro da Fazenda, em 8 de agosto de 1902). Sem o acesso fluvial ao Acre, a concessão boliviana tinha pouco atrativo comercial. Segundo, Rio Branco demonstrou ao governo de Washington a ilegalidade da concessão, alegando que a soberania da Bolívia era questionável, porque a região se encontrava em litígio entre Bolívia, Peru e Brasil. Além disso, para obter a simpatia norte-americana, o Barão evocou a Doutrina Monroe. Ele alegou que o Syndicate era composto também de capitais europeus, representando ameaça à segurança continental, porque havia sempre a possibilidade de que recaísse sob o controle alemão ou britânico (Burns, 2003, p. 110).

O Barão negociou com o governo norte-americano que exigiu justa indenização ao empreendimento de seus cidadãos. O acordo estipulou a compra do *Bolivian Syndicate* pelo governo brasileiro. Por fim, foi celebrado tratado, em 17 de novembro de 1903, em Petrópolis, com a ratificação às reivindicações dos acreanos brasileiros que desafiaram a soberania boliviana, em conflitos armados. Sylvio Rabelo (1983) contabiliza o conflito da seguinte forma:

> O Brasil incorporava ao seu mapa um território de quase 200.000 quilômetros quadrados de superfície: 142.000 dos que foram considerados antes em litígio e 48.000 inteiramente fora da pendência. Como compensação dava o Brasil à Bolívia 3.164 quilômetros quadrados repartidos à margem dos rios Abunã e Paraguai e à margem das lagoas de Cáceres, Mandioré e Gaíba. E ainda mais de 2.000.000 de libras esterlinas e uma estrada de ferro, a Madeira-Mamoré. O certo, porém, é que a misteriosa linha divisória entre o Brasil e a Bolívia desceu até o paralelo de 11º. O próprio Rio Branco não disfarçou a sua alegria

> quando escreveu: 'Pelo presente tratado o Brasil incorpora ao seu patrimônio um território mais extenso que o de qualquer dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catariana, território que produz renda anual superior à de mais de metade dos vinte Estados da nossa União'. (Rabelo, 1983, p. 248).

São nesses casos concretos de delimitação territorial tanto do Amapá quanto do Acre, em que atua o Barão do Rio Branco, que o princípio do *uti -possidetis* se institucionaliza em termos de percepção político-institucional da realidade Amazônica. O medo do vazio demográfico é combatido por ações migratórias e por projetos desenvolvimentistas. A legitimidade da posse se dá pelas pessoas, suas redes de trocas, comércio, vinculação também linguística, também pela associação político-institucional que elas reivindicam. Assim, o princípio que tanto auxiliou na consolidação territorial brasileira poderia também ser utilizado contra os interesses nacionais, na perspectiva dessas narrativas. Para garantir a soberania só ocupando, como veremos mais adiante com Arthur Cezar Ferreira Reis e a denominada Escola Geopolítica brasileira.

2.2. EUCLIDES DA CUNHA E O RECONHECIMENTO DO ALTO PURUS (1904, 1905 e 1906): DESMISTIFICAR PARA RECONSTRUIR EM NOVAS BASES.

2.2.1. TURNING POINT.

A notoriedade de Euclides da Cunha (1866-1909) permite ir direto ao que interessa desse ator-autor, deixando de lado contextualizações extensas. É preciso apenas destacar que ao lado da longa lista de escritos, há outra também ampla de cargos que ele ocupou no exército, como correspondente de jornais e como agente público a serviço do Estado brasileiro na demarcação de fronteiras[35]. Uma reflexão completa (ou mais aprofundada) das obras e da biografia extrapola os propósitos da tese. Vamos nos limitar aos trabalhos diretamente relacionados à Amazônia: <u>Um Paraíso Perdido</u> (Coletânea de textos); <u>À Margem da História</u> (Primeira Parte – Terra sem história: Amazônia); "Os Trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus" (edição bilíngue do Relatório da Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus de 1904-1905)[36].

---

[35] Em 9 de agosto de 1904, ele é nomeado Chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, por isso emerge na questão amazônica. O Ministério do Exterior publica o relatório de reconhecimento chefiado por Euclides da Cunha em julho de 1906.

[36] Os textos referidos podem ser encontrados em duas edições: (1) Euclides da Cunha: Obras Completa (em dois volumes). Biblioteca Luso-Brasileira (Série Brasileira). Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995; (2) <u>Um Paraíso Perdido. Reunião de Ensaios Amazônicos.</u> Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Editora do Senado Federal, [de 1904 a 1908] 1999/2000.

Apesar de Euclides da Cunha ter tido relevante importância no processo de reconhecimento e demarcação das fronteiras políticas entre Brasil e Peru (no Alto Purus), mais relevante ainda é observar a mudança de atitude inaugurada por ele. Com uma formação militar positivista e uma perspectiva mais objetiva das questões sociais do país, ele reformula categorias formadoras de uma territorialidade amazônica em narrativas institucionais brasileiras. Isso terá maior influência nas ações de governo pós-revolução de 1930 e regime militar de 1964. Podemos afirmar que ele colocou em risco as categorias conservadoras de um formalismo jurídico interno e do direito internacional, muito presente nas ações governamentais para a Amazônia. No plano das práticas cientificistas, ele também quebra o, denominado por ele, "deslumbrante ciclo quase mitológico" que procura equacionar a **questão amazônica** pelo deslumbre da relação **homem-natureza**. Assim, a influência político-institucional de Euclides da Cunha é notável em dois planos: desconstrução das leituras que se limitavam à chave do *formalismo jurídico* para atuar na Amazônia; crítica ao deslumbre mítico da natureza amazônica. Sua análise positivada dedutiva coloca-se a serviço de uma lógica analítica na medida em que narra sua experiência, deixando para trás as construções românticas e idealistas, apesar de apresentar uma linguagem rebuscada e erudita.

> Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele terror a que se refere [Russell] Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a Hylae prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disto, sob o conceito estreitamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país (...) É, sem dúvida, o maior quadro da terra; porém chatamente rebatido num plano horizontal que mal alevantam de uma banda, à feição de restos de uma enorme moldura que se quebrou, as serranias de arenito de Monte Alegre e as serras graníticas de Guianas. E como lhe falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares (À Margem da História – Primeira Parte/Terra sem História – Amazônia, [1906] 1995, p. 249).

Mesmo não sendo a proposta última de Euclides da Cunha, ao desconstruir a imagem idílica de uma natureza esplendorosa dentro da tradição positivista militar e da lógica analítica aristotélica, o autor consegue realizar uma descrição menos idealizada em prol de uma mais

experimentada, fruto de missão de reconhecimento da fronteira com o Peru. Podemos dizer que ele inaugura uma ecologia política ao desconstruir as imagens predominantes do que se projeta para a natureza amazônica, tendo como parâmetro perspectivas geológica e botânica, para em seguida demarcar sua análise das relações socioeconômicas. Cunha faz referência aos exploradores estrangeiros que procuravam compreender a grandeza natural da Amazônia. Havia – desde a expedição do naturalista Alexandre Von Humboldt (1767-1845) pela América Central e do Sul entre 1799 e 1804, peça importante na elaboração do conceito de **ecossistema amazônico** – uma crescente resignificação do bioma amazônico. À de Humboldt se seguem as expedições da segunda metade do século XIX: Charles Marie de La Condamine; Henry Walter Bates; Alfred Russel Wallace (A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro [1853] 1889); Herndon (1851-2); Bates (1848-59), Avé-Lallemant (1859); Agassiz (1865-6); Orton (1865), Marcoy (1867); Monnier (1886), entre outros. Na primeira metade do século XX, temos as expedições de Roy Nash (A Conquista do Brasil. Tradução de Moacyr N. Vasconcellos. Série 5ª Brasiliana. Vol. 150. SP, RJ, PE, RS: Companhia Editora Nacional, [1926]1939) e Theodore Roosevelt (Through the Brazilian Wilderness. New York: Charles Scribner’s Sons, [1914] 1926). Grosso modo, as expedições objetivavam coletar materiais da flora e fauna amazônica para envio a seus países de origens, a fim de promover exposições em museus e estudos em universidades. Esse interesse externo e o flagrante desconhecimento interno fomentaram um sentimento nos agentes públicos de que não é só demarcar a fronteira por meio de tratados que irá garantir a posse do território, seria necessário ampliar a conquista para o domínio do conhecimento científico e da exploração econômica racional. É nesse contexto de realizações que Cunha procura traçar as linhas gerais do que considera fundamental apreender na realidade natural da Amazônia:

> A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em sacados, cujos istmos a revezes se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em furos que se anastomosam, reticulados e de todo incaracterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos. Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo (...). Compreende-se bem isto: a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo, consoante as conhecidas induções de Wallace e Frederico Hartt. Nasceu da última convulsão geogênica que sublevou os Andes, e mal ultimou o seu processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão

> formando e lhe preponderam na topografia instável. Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é com que a grande lógica inconsciente das cousas. Daí esta singularidade: é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida. De Humboldt, a [Emílio] Goeldi – do alvorar do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lêde-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, d'Orbigny, Martius, [Henry Walter] Bates, Agassiz, para citar os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias. A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisiografia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a detetreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso (...) É que o grande rio, malgrado a sua monotonia soberana, evoca em tanta maneira o maravilhoso, que empolga por igual o cronista ingênuo, o aventureiro romântico e o sábio precavido. As 'amazonas' de Orellana, os titânicos 'curriquerés' de Guillaume de l'Isle, e a 'Manoa del Dorado', de Walter Raleigh, formando no passado um tão deslumbrante ciclo quase mitológico, acolchetam-se em nossos dias às mais imaginosas hipóteses da ciência. Há uma hipertrofia da imaginação no ajustar-se ao desconforme da terra, desequilibrando-se a mais sólida mentalidade que lhe balanceie a grandeza. Daí, no próprio terreno das indagações objetivas, as visões de Humboldt e a série de conjeturas em que se retravam, ou contrastam, todos os conceitos, desde a dinâmica de terremotos de Russell Wallace ao bíblico formidável das geleiras perdiluvianas de Agassiz. Parece que ali a imponência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises: às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham em hipérboles. E figura-se alguma vez em idealizar aforrado o que ressai nos elementos tangíveis da realidade surpreendedora, por maneira que o sonhador mais desensofrido se encontre bem, na parceria dos sábios deslumbrados ([1906] 1995, p. 249-251).

Euclides além de sintetizar, consegue diagnosticar a megalomania dos cronistas, naturalistas, cientistas e aventureiros que se lançam a descrever a realidade amazônica. O esforço de compreender a natureza selvagem da Amazônia recorre em categorias técnico-burocráticas utilizadas para mistificar processos de apreensão da realidade. Esta é a importância de Euclides da Cunha na narrativa deste capítulo: ele é o ator-autor mais explícito na tentativa de mudar o foco das preocupações intelectuais e, em consequência, mudar a perspectiva político-administrativa. Com sua experiência adquirida como correspondente do Jornal Estado de São Paulo para cobrir a campanha contra o Arraial de Antônio Conselheiro, tinha a sensibilidade para levar a sério a condição *socionatural* das populações no interior do país. Deixando de lado a desconstrução das imagens românticas e das descrições geológicas e botânicas que ele realizou em profundidade, percebemos que Euclides operou uma virada técnico-burocrática ao observar a Amazônia numa perspectiva menos idealizada e mais

realista, apesar de Domingos Raiol e Tavares Bastos já terem feito descrições acerca das peculiaridades locais. Cada um ao seu modo: Raiol sobre a desobediência dos agentes públicos locais que desestabilizaram o regime de legitimidade promovido pela política do império; Bastos com as propostas de descentralização do poder, promovendo uma maior autonomia para o **progresso público** nas províncias da região norte. Podemos dizer que ambos, apesar da preocupação sobre a população local, em suas análises ficam ao nível da administração, da fiscalização para coleta de impostos, da máquina político-burocrática e suas implicações nas vidas das pessoas. Diferentemente, Euclides da Cunha consegue trazer para a ordem das relações *socionaturais* a primazia das relações antropo(socio)lógica na análise de sua experiência na região.

Ele expressa a preocupação com a recorrente presença estrangeira em Manaus, em carta a Afonso Arinos e a José Veríssimo: "em que pese ao cosmopolitismo desta Manaus, onde em cada esquina range o português emperrado, ou rosna rispidamente o inglês e canta o italiano – a nossa gente ainda os suplanta com a suas belas qualidades nativas de coração – e, certo, uma das minhas impressões de sulista está no perceber que o Brasil ainda chega até cá" (Euclides da Cunha, [1904] 1998, p. 236). Talvez Euclides da Cunha concordasse com a citada preocupação de D. Pedro II que, ao analisar as questões em torno da navegação internacional do Amazonas, queria se certificar da consolidação de interesses brasileiros que pudessem se sobrepor aos dos estrangeiros. Contudo, o diferente é que Euclides coloca em perspectiva sua condição de "sulista" que conscientemente acredita no projeto civilizador vindo do Sul do país, efetivando a colonização interna, ou seja, destinado a finalizar o projeto europeu, quando afirma que: "o verdadeiro Brasil nos aterra; trocamo-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor" (Euclides da Cunha, [1904] 1998, p. 236). Não é que haja dois Brasis, um verdadeiro e outro falso (ou oficial e informal), é a percepção de que as instituições de poder estatal estão a serviço de uma dinâmica socioeconômica litorânea sul-sudeste, que se enquadra nos padrões de desenvolvimento euro-americano, enquanto a região amazônica amarga um abandono interno e um interesse externo. Esse regime contrasta com o medo institucional que fica no discurso e só se efetiva em práticas conservadoras, de risco de soberania na região.

2.2.2. AVIAMENTO: DESCONSTRUINDO O FORMALISMO JURÍDICO E O DESLUMBRE NATURAL.

Euclides da Cunha contrasta a exuberância dos relatos geológicos, botânicos, que testemunham a opulência e magnitude da natureza amazônica, com uma análise detalhada das relações humanas que ainda ecoam, desde a fundação dos primeiros povoamentos e aldeamentos no século XVI a XVIII, as instituições obsoletas de uma exploração nua, crua e precária. As dinâmicas socioeconômicas da época do extrativismo das drogas do sertão, do látex e dos aldeamentos para aprisionamento da mão de obra indígena não haviam se transformado muito. Essas dinâmicas recebem alguma pressão externa quando se observam os movimentos migratórios observados desde 1870, quando se intensificaram as explorações de seringais e da imigração nordestina. Euclides observa que o fluxo migratório alcançara o Solimões e o Purus, afirmando que o povoamento desses dois cursos fluviais tinha sido um empreendimento maranhense nas décadas entre 1840 e 1870. De acordo com ele, os fluxos se deram subindo o Madeira, como já haviam subido o Tapajós e o Xingu, depois o Purus e o Juruá. São essas correntes migratórias que atingem em 1877 o Aquyri, ou Acre. Esse macro-contexto serve para Euclides da Cunha introduzir seu principal foco que é analisar a situação do seringueiro "o homem que trabalha para escravizar-se" (Euclides da Cunha, [1906] 1995, p. 258). Ao afirmar isso ele se propõe a demonstrar a matemática da escravidão nos seringais amazônicos, analisando a prática do aviamento (Euclides da Cunha [1906] 1995, p. 253-255). Os ciclos econômicos trouxeram algum dinamismo nos fluxos comerciais, mas pouco, ou nada, modificaram as relações de trabalho, as condições de existência dos migrantes; e pioraram, sem dúvida, a condição de subsistência dos que lá já habitavam. É no seio desta descrição que caí por terra todo romantismo ingênuo do "progresso a qualquer custo". Certamente, Euclides concordaria em dizer que desenvolvimento não pode significa apenas cifra consolidadas ou dados estatísticos, acumulação de capital, se não houver um componente significativo de emancipação individual e coletivo, sem isso não deveria ser digno de se aclamar norteador do interesse nacional. Há vasta literatura acerca do **aviamento** que ainda existe até hoje (Weinstein, 1983; Santos, 1980; Lima-Ayres, 1992; Furtado, 1987; Silveira, 1979; Ribeiro, 2005; Sautchuck, 2007). De forma abreviada, aviamento é um regime de crédito (com permuta de bens) voltado tanto à atividade de produção material quanto ao consumo de bens. O aviamento organizou a atividade extrativa da borracha num mecanismo arcaico que integrava redes coordenadas por dois fluxos: crédito e produção. Ligando os pequenos extratores de borracha e o mercado exterior. Este último mantinha o controle dos

créditos em razão da demanda das economias industriais, sendo as casas exportadoras de Belém e Manaus a ligação. Controladas pelo capital inglês e norte-americano, repassavam o crédito às casas aviadoras que os distribuía a intermediários como comerciantes ou donos de seringais. Nesse ponto, praticamente desaparecia a moeda, com a borracha servindo como meio troca, no chamado comércio do regatão (Ribeiro, 2005, p. 325). O detentor de mercadorias é quem avia, ou seja, fornece mercadorias a crédito, é denominado aviador (comerciante, patrão), quem as recebe, denomina-se aviado (freguês). Há a possibilidade de um aviado se tornar aviador de terceiro, o que complexifica o sistema de credores e devedores. Santos (1980) argumenta que o aviamento apresenta um "continuum" entre os núcleos urbano e rural extrativista, característico das relações socioeconômicas da Amazônia brasileira. Desde o início da extração das drogas do sertão até a intensa exploração da borracha tanto no auge do primeiro ciclo econômico da borracha entre 1879 a 1912 quanto no segundo ciclo patrocinado pela demanda para suprir a Segunda Guerra Mundial, o regime de aviamento marcou as relações socioeconômicas da região[37].

Euclides da Cunha complexifica ainda mais a equação amazônica ao inserir correlações de variáveis naturais e sociais. Ao mesmo tempo em que descreve a opulência natural da região, presta atenção de que modo a sociedade brasileira se insere nesse cenário. Portanto, a chave do formalismo jurídico para atuar na Amazônia perde eficácia analítica quando Euclides demonstra a complexidade *socionatural* da região, dos fluxos migratórios e sua relação com os fluxos dos rios; as relações socioeconômicas que nada têm de opulenta em contraste com o deslumbre mítico da natureza amazônica pregada por uma visão idílica da região. Contudo, apesar da perspectiva crítica, não esquece que está a serviço da comissão mista de reconhecimento Brasil-Peru, portanto, os fluxos migratórios objetivam comprovar a ocupação legítima da terra por brasileiros. Esse lugar de fala não desqualifica em nada as interpretações de Euclides, ao contrário, o credencia a ansiar, mais do que qualquer outro, a

[37] Maria Verônica Secreto (2007) faz levantamento historiográfico da migração de nordestinos para a denominada **Batalha da Borracha** nos anos da Segunda Guerra Mundial. Em resposta à seca de 1932, o governo Vargas introduziu a imagem do sertanejo como um novo bandeirante, destinado a povoar os "espaços vazios" na Amazônia. A **Batalha da Borracha** era menos uma consequência das conjunturas internas e mais um programa de emergência para lidar com o déficit de borracha nos Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial. A seca de 1942 coincidiu com o começo dessa campanha, criando uma "reserva" de braços disponíveis, principalmente no Ceará, embora os nordestinos hesitassem em virar "soldados da borracha" devido às denúncias de abusos cometidos pelos seringalistas na época do boom e às imagens de trabalho semi-escravizado associadas com os seringais da Amazônia. Por isso, o governo Vargas procurava criar uma contra imagem de um novo tipo de seringueiro que ia chegar na floresta com um contrato na mão e direitos garantidos pelo governo — e até assistência monetária e social para sua mulher e seus filhos. O custo humano dessa **batalha** é contabilizado na degradação de condições difíceis de subsistência e na falaciosa promessa de prosperidade vendida pelo Estado Novo, que se esquece quando se fica demasiadamente preocupado com planos estratégicos.

plenitude da cidadania brasileira aos homens e mulheres que fazem da Amazônia natural suas realidades sociais. Euclides provavelmente diria que é por intermédio do Estado brasileiro que se alcançará a emancipação dessa realidade opressora e degradante da existência humana. São a consciência positivista e nacionalista operando conjuntamente que conformam um regime de poder que realizaria o ideal republicano de Euclides da Cunha.

2.3. GEOPOLÍTICA MILITAR BRASILEIRA: A DOUTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL APLICADA À AMAZÔNIA.

2.3.1. UMA GEOPOLÍTICA MILITAR

Para ter um quadro mais amplo de práticas territoriais que institucionalizaram categorias para o governo da Amazônia brasileira, é fundamental mencionar a, denominada por Miyamoto (1981), **escola geopolítica brasileira** e suas reverberações para políticas estratégicas[38]. É no contexto do pensamento estratégico que inicialmente emerge a categoria **internacionalização da Amazônia**, utilizada para especular sobre ingerências de potências estrangeiras em uma gama de assuntos internos atrelados à soberania e à segurança nacional. Não estamos preocupados em encontrar a origem, mas sim percorrer algumas redes de significados institucionais que compõem essa categoria. Igual às outras categorias analisadas, as categorias elaboradas pela **escola geopolítica brasileira** também estão sujeitas a tensões na tradução de suas convicções políticas em ações. A categoria **internacionalização da Amazônia** é elaborada com base em todas as outras categorias que foram ao longo da história do Brasil disciplinando a relação entre a sociedade brasileira e a natureza amazônica, ordenando a ocupação e o modo que deveríamos organizar a existência naquele espaço.

O período que se inicia com a revolução de 1930, levando ao Estado Novo de 1937 a 1945, passando pelos governos eleitos democraticamente de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960), até o governo militar de 1964 a 1985, é de crescente institucionalização de políticas estratégicas para o território amazônico. É na institucionalização de um pensamento geopolítico brasileiro que encontramos com maior clareza indícios de apropriação por parte do aparato político-administrativo de categorias que historicamente foram sendo gestadas para lidar com a complexidade *socionatural* da Amazônia brasileira. Antes de entrar nas categorias específicas que nos interessam nesse período da história do Brasil, se faz necessário distinguir dois tipos de produção geopolítica.

[38] O termo Geopolítica foi pioneiramente empregado, em 1905, por Rudolf Kjellen. Porém, de acordo com Backheuser (1924) e Miyamoto (1981), foi Friedrich Ratzel quem ultrapassou a fronteira da Geografia Política, lançando a verdadeira Geopolítica enquanto política estratégica para os Estados. Ratzel exerceu influência direta nas décadas de 1930 e 1940 sobre o *establishment* do governo alemão.

Podemos dizer que há uma geopolítica produzida pelo aparato intelectual das Forças Armadas brasileira e uma geopolítica acadêmica civil. Denomino a primeira de geopolítica militar e a segunda de geopolítica crítica. Essa é mais próxima de uma geografia política que se alinha aos preceitos teórico-práticos de Raffestin (*Pour une Géographie du Pouvoir*), Raymond Aron (1963 e 1975), e se expressa, por exemplo, nos trabalhos de Elyseo de Carvalho (1921), Everaldo Backeuser (1933; 1942), Carlos Delgado de Carvalho, Bertha Becker (1982), Marília Steinberger (1997), Wanderley Costa (1992), Márcia Anita Sprandel (2005), Elias de Castro (2004), entre outros. Contrasta com a geopolítica militar, que no Brasil se vincula aos trabalhos pioneiros de fronteira de Everardo Backheuser (1926), depois às obras dos generais Golbery (1981[a]; 1981[b]; 1967), Góes Monteiro (1999), Mário Travassos (1941) e Meira Mattos (1980) e da professora da Escola Superior de Guerra (ESG) Therezinha de Castro (1999), entre outros. Grosso modo, poderíamos afirmar que tenham estes últimos uma maior aproximação intelectual com Friedrich Ratzel (1898-1899)[39] e Paul Vidal de La Blache (1845-1918). A distinção em termos mais substanciais poderia ser colocada do seguinte modo: a geopolítica militar se preocupa mais com uma política de poder de Estado nacional; diferentemente, a geopolítica crítica se preocupa em compreender políticas territoriais e suas composições socioeconômicas. Essa distinção é puramente didática e, em última instância, é convencional.

Márcia Anita Sprandel (2005) analisa de que modo concepções geopolíticas fundamentam planejamentos do Estado brasileiro. Sprandel traça uma genealogia entre concepções geopolíticas e as reflexões de agentes públicos que classificam as discussões de fronteiras do Brasil como uma questão primordialmente geopolítica. Ela constata que há uma forte matriz militar e geográfica nas ações e reflexões da diplomacia brasileira. Em última instância, há uma marcada confluência entre as ações e reflexões da diplomacia e dos militares brasileiros. Sprandel constata que:

> Hoje posso dizer, com certeza, que os militares, diplomatas e geógrafos brasileiros que produziram reflexões sobre nossas fronteiras beberam em águas das geopolíticas alemã e francesa. Mais do que isso, que a geopolítica foi fundamental nos seus planejamentos, sempre que estiveram em posições de poder. A análise da produção mais recente (década de 1970) sobre o tema

[39] As sete leis de crescimento do Estado de Ratzel são: (1) o espaço dos Estados deve crescer com a sua cultura; (2) o crescimento do Estado-Nação acompanha outras manifestações de crescimento do povo, devendo, necessariamente, preceder o crescimento do próprio Estado; (3) o crescimento do Estado manifesta-se pela adição de outros Estados dentro do processo de amalgamação; (4) a fronteira é o órgão periférico do Estado; (5) em seu crescimento, o Estado luta pela absorção de seções politicamente importantes; (6) o primeiro ímpeto para o crescimento territorial vem de outra civilização superior; (7) a tendência geral para a anexação territorial e amalgamação transmite o movimento de Estado para Estado e aumentada a sua intensidade (Leis do Crescimento territorial dos Estados Unidos, 1896; Geografia Política, 1897, apud Castro, 1999, p. 28).

> demonstra, outrossim, uma permanência do pensamento geopolítico nos meios militares e diplomáticos nacionais (2005, p.154).

Márcia Anita Sprandel reconstruiu, no período da primeira república, a linhagem prático-intelectual das políticas para a fronteira do Estado brasileiro e sua conexão com a geopolítica alemã de Friedrich Ratzel (1844-1904) e de Rudolf Kjellén (1864-1922), a francesa de Camille Vallaux, Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956) e de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), entre outras. Propostas menos conservadoras, como a do geógrafo francês, Jean-Jacques Élisée Reclus (1830-1905), que tendiam a reconhecer a agência de múltiplos atores, infelizmente, não conseguiram muitos adeptos entre formadores de práticas militares, governamentais ou de ações da sociedade civil.

O pensamento geopolítico nacional, enquanto estudo sistematizado, foi impulsionado pelas publicações de Everardo Backheuser (1924). As associações, ao longo da história do Brasil, entre políticos e militares para a conquista do poder político, sempre levaram à quebra da disciplina e a fissão das Forças Armadas, como constata Nelson Werneck Sodré (1979). A geopolítica é uma teoria do poder, apoiada fundamentalmente no território e só tem valor, diz Oliveira S. Ferreira, se utilizar os fatores geográficos na formulação de uma política (Miyamoto, 1981, p. 7). A dinâmica de uma geopolítica militar que fundamenta um pensamento político-administrativo para o governo do território, da natureza e da nação se institui em práticas e categorias historicamente fabricadas para lidar com a complexidade territorial brasileira, em geral, e amazônica, em particular.

Em que pese a institucionalização de práticas e categorias expressas no ordenamento jurídico, o deslocamento do centro dinâmico de como governar o território amazônico – anteriormente estabelecido por fortificações militares, por fluxos migratórios e por tratados internacionais - intensifica-se na década de 1930, quando o governo Vargas incorpora a Amazônia dentro de uma estratégica política de Estado. Primeiro, o governo Vargas lança a Marcha para o Oeste, um plano de **integração** e colonização (**ocupação**) dos **vazios demográficos**, obedecendo diretrizes de um plano denominado Movimento de Reconstrução Nacional. Segundo, face à demanda por borracha, no contexto da Segunda Guerra Mundial e aos acordos estratégicos entre Washington e Rio de Janeiro, o governo executa políticas de mobilização de trabalhadores para a extração de borracha, os **soldados da borracha**, o que

leva à institucionalização do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Decreto-Lei Nº 5.813 – 14/09/1943)[40] (Cabreira, 1996).

O processo de **integração** e **colonização** é intensificado na década de 1950, quando o desenvolvimento constitui meta do governo federal. São emblemáticos os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck que executam planos estratégicos de desenvolvimento como condição necessária à segurança nacional em um ambiente institucional democrático. É fato que a preocupação em ocupar áreas pouco povoadas para evitar a perda de território para nações estrangeiras não é privilégio deste período específico. Vimos que desde a Colônia e o Império já havia uma preocupação com o **progresso** dos **sertões** brasileiros e com se efetivar uma ocupação que configuraria o **uti-possidetis**. Mas é nesse momento que as preocupações se traduzem em institucionalização de ações mais efetivas. Por exemplo, no ano de 1953 o presidente Getúlio Vargas sanciona a lei nº 1806 que institui a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia. É em 1957, durante o governo Juscelino Kubitschek, que as práticas de integração se efetivam na mudança da capital para o centro geográfico do país, demanda antiga de doutrinas geopolíticas (Castro, 1947; Ribeiro, 2008). A construção da rodovia Belém-Brasília, dando concretude a um plano de integração entre Norte e Centro-Oeste do país, é um passo significativo nesse projeto. A rodovia concluída em 1960 favorece fluxo migratório de trabalhadores, principalmente do Nordeste, em busca de terras (Ianni, 1979; Furniel, 1993). Esse processo continua e se intensifica com o governo militar pós-golpe de 1964. Em síntese, esse é o contexto histórico em que se inserem as práticas elaboradas pelos estrategistas militares. Por meio das obras dos generais Mário Travassos, Carlos de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva, é possível analisar as interfaces entre as doutrinas geopolíticas da escola geopolítica militar e as práticas para a Amazônia brasileira.

2.3.2. MÁRIO TRAVASSOS: PROJEÇÃO CONTINENTAL DO BRASIL.

De acordo com Sprandel (2005), Mário Travassos é apontado por Philip Kelly (1988) como sendo o "terceiro numa linha de homens que teriam contribuído para fazer da geopolítica um padrão integrado de pensamento político. Antecedido apenas pelo Barão do Rio Branco e por Everardo Backheuser, lhe seguiriam os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira

[40] Foram consagrados entendimentos entre a Rubber Development Corporation, agência oficial do Governo Norte-Americano, o Governo Brasileiro e entidades autárquicas fedes.

Mattos" (2005, p. 171). Seguiremos essa trilha. Mário Travassos é considerado divisor de águas na geopolítica brasileira quando comparado aos trabalhos de Backeuser (1918; 1927; 1932) e Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980), na medida em que Travassos analisa em termos mais pragmáticos a posição político-militar a ser exercida pelo Brasil em termos internacionais.

É no livro Projeção Continental do Brasil (1938), em edição de 1931 com título Aspectos geográficos sul-americanos, que o general Mário Travassos sinaliza para a mudança de papel desempenhado pelo Brasil no continente sul-americano, no Atlântico Sul e no mundo, tendo o espaço e a posição como pontos fundamentais para a análise dele. Trata-se de uma análise geopolítica do território nacional, focando nas potencialidades geográficas que o território apresenta. Grosso modo, Travassos se preocupa com o controle físico-político (militar-econômico) do subcontinente americano e as potencialidades marítimas do Atlântico e do Pacífico. Quanto maior o número de saída, maiores as possibilidades de controle de áreas vitais. Para planejar a projetação estratégica do poder brasileiro na América do Sul, ele divide sua análise espacialmente em dois pares de oposição: Atlântico versus Pacífico; Prata versus Amazonas. Traduzir politicamente as vantagens da unidade geográfica que o Brasil goza é o desafio, segundo Travassos, do plano de projetar geopoliticamente o Brasil. O estado de Mato Grosso, no Brasil, e a Bolívia são a posição geográfica central do continente e, para ele, "onde se cruzam os mais graves problemas decorrentes da composição entre o Prata e o Amazonas" (1938, p. 236). Segundo Travassos, a região amazônica poderia neutralizar a influência argentina na Bolívia, nos Andes e no Pacífico, porque o Brasil conseguiria escoar pelas águas da Bacia Amazônica as riquezas do planalto boliviano que também possibilitariam a abertura do Pacífico ao Brasil. Geograficamente, a unidade territorial nacional se garantiria pela convergência ao centro geográfico do continente das duas grandes regiões Amazônica e Platina. Ao planalto mato-grossense e no altiplano boliviano, restariam apenas traduzir essas diretrizes estratégicas em ações políticas. A unidade nacional estaria assegurada pela dinâmica política e econômica do centro geográfico do continente (1938, p. 130-133).

Garantido isso, segundo Travassos, a crescente territorialização de ativos norte-americanos na América do Sul se torna outro desafio. Para ele a influência norte-americana se realiza principalmente por causa do "fracionamento político do território sul-americano". O Brasil deveria promover estrategicamente um fortalecimento político-institucional da região. Antes, contudo, seria imprescindível colocar em ação um projeto de Brasil longitudinal que conectasse, por meio de redes de transportes terrestres e aéreos, redes de

telecomunicação e integração econômica, as regiões naturais do Brasil. O fortalecimento socioeconômico do país iria promover sua projetação no subcontinente sul-americano. Comparando o território sul-americano ao norte-americano, Travassos delineia seu projeto:

> Enquanto que no continente norte-americano ele se define claramente pela simples ligação entre dois grandes oceanos, desenvolvendo-se as linhas terrestres em território sob uma mesma bandeira e orientados, em sua maior extensão, no sentido dos paralelos, o mesmo não se verifica quando se trata da massa continental sul-americana. Essa massa se orienta principalmente no sentido dos meridianos e sobre ela se exercem as atrações dos mesmos oceanos, mas através de territórios sob diversas bandeiras. Isso conduz, no que respeita a transcontinentais, a desdobrar-se desde logo o problema, distinguindo-se as linhas transversais, de oceano a oceano, das linhas longitudinais. Assim encaradas, desde logo, a solução do problema, verifica-se que as transcontinentais sendo os paralelos respondem a necessidade econômicas, do mesmo modo que as que se orientam segundo os meridianos respondem a tendências políticas (1938, p. 191-192).

As ligações transversais levam a conduções de mão-dupla, tanto a saída para o Atlântico dos países andinos (Chile, Peru, Equador e Colômbia) quanto a saída para o Pacífico para o Brasil, Argentina e Uruguai, além de beneficiar os países mediterrâneos (Bolívia e Paraguai). É a integração econômica sul-americana tendo o Brasil como líder deste processo que visa uma "marcha para oeste" que integraria o interior ao litoral, projetando o Brasil no continente.

Contextualizando historicamente a incorporação da geopolítica nas instituições estatais, podemos verificar algumas implicações desse movimento. Primeiro, a geopolítica fazia parte das projeções políticas de setores militares brasileiros. Durante o regime militar, projeções geopolíticas justificaram construções de grandes obras (por exemplo, hidrelétrica binacional de Itaipu e a rodovia Transamazônica). Mário Travassos, na essência de seu pensamento, projetava o Brasil à posição de maior potência no cenário sul-americano, traçando grandes rumos para uma política nacional (Sprandel, 2005).

Estabelecidas as diretrizes geopolíticas para uma hegemonia brasileira no subcontinente, Travassos vê a influência "Yankee" na bacia amazônica como negativa para os interesses brasileiros. Tendo como exemplo a política norte-americana para o canal do Panamá e a Nicarágua, Travassos aponta para os interesses político-econômicos que se concretizariam na indústria da borracha, da mineração e do petróleo. Ele diz que a "esses imperativos respondem o controle exercido pelos americanos sobre o petróleo da Venezuela, da Colômbia e do Peru e a atuação da Ford na Amazônia" (1947, p. 78). A exploração da borracha, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a aliança estratégica com os EUA

para neutralização da ação alemã e italiana no Atlântico Sul, entre outros, foram ao longo do século XX fatos que sinalizaram para o fortalecimento da presença norte-americana na América do Sul. O risco territorial que a Amazônia correria desde 1945 seria de outra ordem, ou seja, seria estar no raio de atuação do aparato político-militar e empresarial dos EUA. Em contrapartida, a proposta de proteção estaria em projetar o poder socioeconômico brasileiro sobre a massa continental sul-americana.

2.3.3. GOLBERY DO COUTO E SILVA (1910 – 1987).

Boris Fausto (2002) faz uma pequena biografia de Golbery do Couto e Silva nos seguintes termos: "militar, membro da Escola Superior de Guerra desde 1952, consolidou a doutrina de segurança nacional que serviria de fundamento ideológico para a ditadura militar. Ajudou a articular o golpe de 1964, criando a seguir o SNI, que passou a chefiar com status de ministro até 1967. Presidiu o *Dow Chemical* para a América Latina (1972). A partir de 1974 chefiou o Gabinete Civil da presidência. Renunciou em 1981, por ocasião do episódio do Riocentro" (2002, p. 635). Em 1955, Golbery publica Aspectos geopolíticos do Brasil (reeditado com o título de Geopolítica do Brasil, em 1967), onde delineia projeto político para ações internas e internacionais do Brasil. Ideólogo da doutrina da **segurança nacional** (herdeiro de Góes Monteiro)**,** elaborada com base em reflexões conservadoras sobre a conjuntura política nacional e internacional, Golbery do Couto e Silva tornou-se intelectual reconhecido dentro e fora dos circuitos militares. Ele manteve forte presença no cenário político-militar brasileiro desde a década de 1960. É apontado por Boris Fausto (2002) como um dos articuladores do golpe de 1964. Depois, em cooperação com o general-presidente Ernesto Geisel, Golbery planeja a distensão para uma redemocratização motivada tanto pelos intensos conflitos internos das Forças Armadas (grupos dissidentes de direita e esquerda) quanto pela crescente oposição ao regime por parte da sociedade civil (Gaspari, 2002). Golbery também é apontado como principal idealizador e primeiro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Exerceu o cargo de chefe da Casa Militar dos presidentes Ernesto Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). No contexto das disputas ideológicas da Guerra Fria, as forças armadas edificaram a doutrina da **segurança nacional**, gestada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949, apoiada por conselheiros norte-americanos e franceses[41]. De acordo com Boris Fausto,

[41] A ESG foi inspirada nos *War Colleges* norte-americanos, onde estudavam militares de toda América Latina. A Escola Superior de Guerra apesar do nome, não se trata de uma escola voltada aos assuntos clássicos da Estratégia e da Tática. Seus estudos são voltados para a política, sendo que seu principal curso, o Curso de Altos

> (...) o general Cordeiro de Farias teve papel de relevo na formação da escola [ESG]. Mas sua principal figura, como técnico e organizador, foi o general Golbery do Couto e Silva (...). De um modo geral, podemos dizer que a partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do (...) IBAD [Instituto Brasileiro de Ação Democrática] foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico (2002, p. 453) [42].

Golbery conseguiu transformar parte de suas reflexões geopolíticas em ações políticas durante o governo militar pós-golpe de 1964. Em Geopolítica do Brasil ([1955] 1967), Golbery fundamenta suas ideias no pressuposto de que um determinado nacionalismo poderia unir a todos em torno de **objetivos nacionais permanentes**. Esses deveriam sintetizar aspirações e interesses de toda coletividade nacional em torno de ideais de **liberdade**, **segurança** e **bem-estar**. Parece paradoxal que um dos articuladores do golpe militar, reconheça como uma das aspirações nacionais a liberdade. Mas, o fato é que para ele, no contexto da polarização entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético[43], liberdade significava garantir a propriedade enquanto um direito civil. Dentro do esquema analítico de Golbery, o ponto de confluência para se definir os objetivos nacionais associava-se à definição de **nacionalismo**. Nas palavras dele:

> o nacionalismo é, ainda, toda a nossa nobreza. E, se não o for conscientemente, muito importante que o seja. Sem dúvida, o homem ente social ou político como já definido, foi e sempre será o pólo de uma hierarquia de lealdades – freqüentes vezes, palco íntimo de dilaceradores conflitos entre lealdades diferentes (...) Ser nacionalista é reconhecer, como suprema lealdade, a lealdade à nação de que se é ínfima parte, mas parcela atuante e consciente. Ser nacionalista é sobrepor, portanto, a quaisquer interesses outros, individuais ou de facções ou de grupos, a quaisquer vantagens regionalistas ou paroquiais, os verdadeiros interesses da nacionalidade. Ser nacionalista é estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina, qualquer teoria, qualquer ideologia, sentimentos, paixões, ideais e valores, quando quer se evidenciem nocivos e de fato incompatíveis ante a lealdade suprema que se deve dedicar, sobretudo, à nação. O nacionalismo é, portanto, deve ser, só pode ser um absoluto, em si mesmo um fim último – pelo menos enquanto perdurar a nação como tal. Lugar não há, nem deve haver, nem poderá haver para o nacionalismo como simples instrumento de um fim que o transcenda, como degrau apenas numa escala que o transmonte. Isso nunca será nacionalismo – será engano, será burla, será até mesmo chantagem (...) Esse, o nacionalismo sadio que deve

---

Estudos de Política e Estratégia, tem, desde a sua fundação, em seu corpo discente mais da metade de alunos civis (Braga, 2002).

[42] Para a ligação do IBAD com a Agência de Inteligência Norte-Americana (CIA), ver Dreifuss (1987).

[43] Deixaremos de lado as concepções de "guerra total" que se fundamentavam na conjuntura da guerra fria e da corrida armamentista polarizada entre as potências nucleares, EUA e União Soviética.

> inspirar, motivar, permear toda elaboração política, toda concepção estratégica, toda formulação geopolítica ([1955] 1967), p. 96, 99 e 101).

O nacionalismo é etnocêntrico, caso contrário não fundaria um sentimento de pertencimento que envolve os indivíduos em algo maior do que eles próprios e melhor do que os outros. De maneira geral, é esse sentimento nacionalista que fundamenta a doutrina da Segurança Nacional e da Soberania que impactam diretamente o modo como os governos militares pós-1964 enfocaram a questão amazônica. Golbery acredita que a observância de um nacionalismo de boa índole, significando **anticomunista** e "pró-desenvolvimento econômico aos moldes do capitalismo tradicional", levariam aos adequados **objetivos nacionais permanentes.** Apesar de delinear com precisão a dominação de uma **elite dirigente** (Silva, 1967), p. 11), ele reconhece que essa teoria das elites é acessória. O fato primordial "é que cada Estado se move ao impulso potente de um núcleo de aspirações e interesses, mais ou menos definidos com precisão num complexo hierárquico de objetivos" (Silva, 1967, p. 11). A geopolítica de Golbery parte destes objetivos nacionais que em termos gerais remetem à "persistência de todo o grupo social, do Estado e da Nação como tais – isto é, à sua sobrevivência no espaço e no tempo, sua autonomia em relação aos demais e o próprio desenvolvimento econômico e social" (Silva, 1967, p. 11). Para Golbery cada Estado propugna por seus próprios objetivos que estão fundamentados "num código moral predominantemente egoísta" (Silva 1967, p. 11) dentro do ambiente anárquico das relações internacionais envolta no formalismo de tratados e convenções "pouco duráveis".

Golbery pretende delinear a direção dos esforços institucionais dentro de um projeto de **Poder Nacional** que se potencializa na execução de ações estratégicas integradoras de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe o Estado nacional brasileiro, "da capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta" (1967, p. 13). Lutar contra quem e o quê? Em princípio, a luta é contra as ameaças comunistas e os "inimigos internos". Depois, a luta é em prol de um desenvolvimento que iria garantir a integração e a segurança nacional. Dentro de um ethos militar do sacrifício em prol de uma causa maior, Golbery invoca a nação a resolver o dilema do Bem-Estar versus Segurança com base numa política de **Segurança Nacional**. Ele decompõe diretrizes governamentais em quatro estratégias (política, econômica, psicossocial e militar) que garantiriam a segurança nacional.

As diretrizes geopolíticas traçadas por Golbery propõem a humanização, integração e valorização do território. Limitando-nos às questões voltadas para a Amazônia, na terceira fase das manobras geopolíticas propostas, o plano esboça o seguinte:

> 3ª fase – inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.-O. segundo o êxito do grande rio ([1955] 1967, p. 132).

Ao detalhar mais essa terceira fase das diretrizes geopolíticas, identificamos o plano de **conquista** da Amazônia traçado mediante a execução de grandes obras de infra-estrutura, tais como estradas:

> A 3ª fase, de conquista da Amazônia, exigirá que se tome pé firme no segundo heartland do interior, para a concretização do grande esquema de manobra, concêntrico em todo um largo e importante primeiro tempo, e a seguir divergente a partir do pólo capital de Manaus. A valia inigualável dos cursos de água nem precisa ser aí ressaltadas, desde o Guaporé, demarcando lateralmente a fronteira, até os múltiplos afluentes penetrantes do Amazonas. A Transacriana (BR-364), antevista por Euclides da Cunha, merece aqui especial referência, não seja acaso possível considerá-la como elemento essencial do próprio tamponamento inicial da fronteira. Se atentarmos para que, à medida de tudo isso, haverá que prosseguir na incorporação paulatina dos diversos maciços atlânticos de terras, o que se traduzirá em articulações internas convenientes para cada um, no povoamento e colonização, na exploração racionais dos recursos naturais – teremos pálida idéia do ingente vulto de toda a obra a concretizar para que o Brasil venha a ser, afinal, o 'colosso do Sul', como almejamos confiantes ([1955] 1967, p. 133 – 134).

De acordo com esse plano, a Segurança Nacional se faz mediante uma territorialização do Estado nacional que implique em domínio efetivo, claramente marcado por fluxos migratórios, intensa integração de atividades econômicas aos centros dinâmicos do país. Na perspectiva dos executores de um plano nacional de segurança é necessária uma garantia mínima de dominação brasileira incrustada no território nacional. Para tanto, o Estado proporciona à coletividade nacional a consecução e salvaguarda de seu Poder Nacional, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis. As indicações de Golbery apontam para uma rearticulação do território que estimulasse a ampla manobra estratégica, objetivando a **integração definitiva e o desenvolvimento de todo o espaço nacional**. É nesse contexto de articulações políticas que para Golbery a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a prática política ([1955] 1967, p. 155).

2.3.4. GENERAL MEIRA MATTOS: PAN-AMAZÔNIA.

O General Meira Mattos é considerado pela crítica especializada em estudos estratégicos (Miyamoto, 1981; Álvares, 1973), o estrategista que conseguiu deslocar, dentro das concepções geopolíticas do Brasil, os eixos de tensões do Cone Sul (Rio da Prata) para a

Amazônia (Bacia do Amazonas). Para Meira Mattos, a geopolítica se enquadra no campo das ciências, como um ordenamento de uma reflexão normativa que busca apreender as relações entre política e geografia, dentro de disciplinas como Geografia Humana (ou Antropogeografia) e a Geografia Política, sendo a geopolítica a marca da vontade política expressa em espaços geográficos, i.e., o poder de decidir sobre os espaços. A concepção de geopolítica dele é relativamente simples: "é a política aplicada aos espaços geográficos" (1980, p. 160). É justamente essa conceituação que leva Mattos a argumentar a favor do **Tratado de Cooperação Amazônica** como o melhor meio de proteger as soberanias nacionais de armadilhas político-militares de grandes potências econômicas e militares não-amazônicas. No caso da Amazônia brasileira, aplicar a política ao território seria pactuar em torno de diretrizes de **desenvolvimento**, **integração** e **soberania**, possibilitando, nos mesmos termos, a soberania dos outros Estados nacionais que compõem a bacia amazônica.

É nesse contexto que Mattos problematiza a Amazônia. Ao elaborar o conceito de **Pan-Amazônia**, ele identifica a diversidade política que envolve o que considera uma **macrounidade natural**, mas não política. Ele elabora uma análise complexa da Pan-Amazônia enquanto uma "macrounidade, onde se integram espaços geográficos, condições climáticas, província botânica, bacia hidrográfica e característica socioeconômica" (1980, p. 5). Mattos não realiza uma análise conservadora para fundamentar seus argumentos em torno de uma geopolítica pan-amazônica, ele procura delimitar objetivos específicos de integração e desenvolvimento que associem os Estados nacionais em projetos comuns. Ele exemplifica de que modo tornar o desenvolvimento um processo emancipador de povos indígenas, ribeirinhos, todos integrados a dinâmicas que movimentassem redes de trocas entre os seis países membros da bacia amazônica.

Politicamente, a Pan-Amazônia começa a criar sua concretude no **Tratado de Cooperação Amazônica**, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos oito países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela[44]). O acordo tem um caráter geopolítico de proteção e de integração econômica da região, teve uma forte articulação diplomática brasileira, sendo um tratado mais identificado com preocupações brasileiras. Mattos destaca cinco princípios fundamentais que dão sustentação aos interesses comuns: (1) são de competência exclusiva dos países da Região o desenvolvimento e a proteção da Amazônia; (2) respeitar-se-á a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais de cada Estado; (3) a cooperação regional

[44] O território francês, Guiana Francesa, não faz parte do tratado.

exerce papel fundamental para induzir o desenvolvimento e a preservação; (4) buscar-se-á o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ambiental, o que os geopolíticos militares habitualmente denominam de **exploração racional de recursos naturais**[45]; e (5) absoluta igualdade entre os parceiros (Mattos, 1980, p. 122). A Pan-Amazônia a que se refere Mattos advém de uma perspectiva totalizante da Amazônia e não de práticas nacionais sobre seus pedaços particulares da região. Ele diz

> as palavras Amazônia e pan-amazônia deveriam simbolizar a mesma imagem geográfica. Na realidade isto não acontece. Esta imensa região natural, portadora de ecologia uniforme, abrangendo o território de seis países tributários, é enfocada por seus condôminos sob uma visão particularizada. Assim é que quando o brasileiro ou o venezuelano, colombiano, peruano, equatoriano ou boliviano refere-se à Amazônia está falando na sua Amazônia nacional (Mattos, 1980, p. 122).

Para Mattos, de acordo com concepções hidrográficas, as Guianas não fazem parte da Amazônia porque seus territórios estão fora da bacia, separados pela parede do maciço guianês. Contudo, de acordo com o Tenente-Coronel Tocantins que escreveu o prefácio do livro:

> o General Meira Mattos reconhece a justa preponderância dos fatos ecológicos que devem nortear estudos e execução da política de integração pan-nacional e pan-americana das Amazônias que compõem o quadro fisiográfico sul-americano. Ele é sensível à análise geopolítica na justa medida dos princípios da escola da Ecologia Política (White, Renner, Van Walkemburg), que o General Golbery define: 'estudo dos ajustamentos político-geográficos e sociais ao meio natural, com interpenetração geográfica das relações internacionais (Tocantins no Prefácio de Mattos, 1980, p. 17).

Ele classifica a Pan-Amazônia como uma macro-unidade composta pela grande planície Pan-amazônica, abrindo-se em leque de leste para oeste, circundada ao norte pelas vertentes do maciço das Guianas, ao sul pelos degraus descendentes do planalto central brasileiro e a oeste pelos peneplanos da cordilheira andina, formando uma macro unidade, onde se integram espaços geográficos, condições climáticas, província botânica, bacia hidrográfica e características socioeconômicas (Mattos, 1980, p. 23). Comparativamente:

> a bacia abrange a extensão enorme de 7 milhões de Km^2, duas vezes maior que a do Mississipi (3,2 milhões de Km^2) e duas vezes e meia maior que a do Nilo (2,8 milhões de Km^2). O que mais impressiona nessa imensidão é a espessa floresta latifoliada tropical, do tipo hiléia, de grande extensão e homogeneidade panorâmica, cobrindo 70% de toda a região. A cobertura

[45] Em entrevista com generais de quatro estrelas do Alto Comando do exército, é recorrente essa expressão para tratar de questões que poderiam levar a uma dicotomia entre desenvolvimento e preservação, como veremos no capítulo 6.

> vegetal restante, localizada nas ladeiras das cordilheiras e do planalto brasileiro, é composta por floresta mistas de transição, zonas de cocais, cerrados e savanas (Mattos, 1980, p. 23).

Apesar de não realizar um levantamento exaustivo, Mattos se preocupa em incluir em sua geopolítica pan-amazônica as elaborações de autores de países amazônicos, dentre os quais se destacam o escritor e político peruano Vargas Llosa (A Casa Verde), o escritor boliviano Aguirre Aché (De los Andes al Amazonas), o ministro das relações exteriores venezuelano José Alberto Zambrano, o sociólogo e político equatoriano Julio Enrique Vela. Para identificar a atração que a Pan-Amazônia exerce sobre a comunidade científica mundial, Mattos nomeia parte dos naturalistas, botânicos, geógrafos, historiadores e cientistas sociais da Europa e dos EUA que realizaram trabalhos sobre a região nos séculos XVIII, XIX e XX tais como: Charles Marie de La Condamine (1771-1774); Von Martius (1794-1868); Alcide D'Orbigny (1802-1857); Louis Agassiz (1807-1873); Alfred Russel Wallace (1823-1913); Charles Hartt (1840-1878); Orvile Derby (1851-1915); Jules Crevaux (1847-1882); Koch Grunberg (1872-1924); Lévi-Strauss; Curt Nimuendaju; Paul de Cointe; A. Metraux; Pierre Gourou; Pierre Deffontaines; Harold Sioli; Ernest Fittkau; H. Klinge. Essa preocupação em levar em consideração diferentes modos de lidar com a questão amazônica e de suas unidades nacionais expressa o esforço de Mattos de não se limitar a uma perspectiva exclusivamente nacionalista brasileira tampouco a um etnocentrismo estéril. Conduzido por um pragmatismo consciente da pluralidade de ordenamentos institucionais que governam a Pan-Amazônia, Mattos se esforça em buscar traçar um plano estratégico que assegure institucionalmente as soberanias nacionais dos países amazônicos.

Dentro da lógica geopolítica elaborada por Mattos, o pacto amazônico entre os países da região serve também para rechaçar "os desígnios de interferência do gênero do defunto **Pacto da Hiléia** ou do mais recente **Projeto dos Lagos**. Nessa ordem de preocupação, a regionalização ou consagração da vocação regional da Amazônia é o melhor antídoto para coibir o aparecimento de modernas reencarnações da desmoralizada, mas persistente **manobra da internacionalização**" (1980, p. 122 e 123, grifo meu)[46]. Pragmaticamente, Mattos se preocupa em manter claro que o Tratado de Cooperação Amazônica é para manter "o contorno das esferas de soberania. Não se intenciona, de forma alguma, superpor critérios

[46] Tanto o Pacto da Hiléia quanto o Projeto Lagos são tentativas de articulação política para se executar programas amplos de financiamentos, de ajuda humanitária e de preservação ambiental, para a região amazônica. Especificamente, o projeto lagos teve uma maior elaboração teórica do Instituto Hudson (EUA) e causou uma enorme repercussão na mídia e os setores envolvidos com políticas estratégicas e geopolíticas no Brasil. Por sua vez, o Pacto Hiléia nasceu com a proposta da UNESCO de fundar o Instituto de Internacional da Hiléia Amazônica. Também muito combatida por setores militares brasileiros.

multinacionais aos nacionais. Ao contrário, proclama-se que o esforço interno continuará a ser o fator primordial no desenvolvimento dos territórios amazônicos" (1980, p. 123). Para ele, antes que as potências mundiais - como no caso da tentativa de fundação do **Instituto Internacional da Hiléia Amazônica,** mediante o Acordo de Iquitos - impusessem obrigações de cooperações e limitassem soberanias, deixando "uma porta aberta para o conhecido projeto de **internacionalização da Amazônia**, embalado pelas grandes potências" (1980, p. 124) era preciso vincular os países da região em torno de diretrizes comuns, o que fortaleceria a segurança comum. Contra a proposta do Instituto Internacional da Hiléia, Mattos argumenta:

> Mais uma vez, quando da assinatura do Acordo de Iquitos, defendido pela candura de nosso representante na UNESCO, o cientista Paulo Carneiro, e aqui pelo jornalista Carlos Lacerda, levantaram-se em oposição as vozes esclarecidas e vigilantes de expressivos valores do nosso Parlamento, da imprensa e da diplomacia, e o Acordo, afinal, não foi ratificado pelo nosso Congresso. Salvamo-nos do perigo de entregar a gestão de assuntos amazônicos a europeus, norte-americanos e asiáticos. O Instituto da Hiléia Amazônica seria realmente um condomínio internacional e uma autêntica desapropriação da região em benefício de programas extranacionais e supranacionais. Talvez, veladamente, viesse a responder ao desejo, algumas vezes manifestado, em foros internacionais, de transformar a Amazônia numa grande área-reserva de desafogo dos excessos populacionais de outras regiões. Se aceitássemos a Hiléia internacional da UNESCO, estaríamos abdicando de direitos soberanos que, como sabemos, são indivisíveis; não existe meia-soberania, nem soberania parcial (1980, p. 124).

Mattos defende uma maior integração entre o sistema de transporte, de circulação de mercadorias e de cooperação entre os países amazônicos. Isso beneficiaria não só o Brasil, mas toda a região e seria, no argumento dele, a melhor solução para defender a Amazônia. O **Tratado de Cooperação Amazônica**, nessa perspectiva, é um instrumento para integrar os países amazônicos em torno de objetivos comuns, rechaçando iniciativas que afetassem as soberanias nacionais. Mattos ressalta a importância da ecologia dentro do tratado, apontando para novas concepções de preservação, prevendo o crescimento das questões ecológicas que já se colocavam desde a década de 1970. Ele concebe a Amazônia com expressão do destino manifesto de continentalidade do Brasil, a interiorização, ou seja, a marcha da fronteira econômica para o oeste deveria ser concretizada para completar o plano geopolítico de segurança do Estado nacional brasileiro.

A proposta estratégica Pan-Amazônica de Mattos abre mão de pretensões expansionistas, no sentido da predominância política do Brasil na região, em prol de uma integração sólida, assegurando um pacto pela defesa da região pelos países amazônicos e suas

soberanias nacionais. É nesse sentido que a geopolítica preconizada por Meira Mattos estabelece três áreas-pólos de referência para a integração e expansão do território amazônico à institucionalização político-econômica dos países do pacto amazônico: sistema Solimões-Juruá (Brasil, Colômbia e Peru); sistema Negro-Branco (Brasil, Guiana, Venezuela, Colômbia); sistema Madeira e sistema Purus (Brasil, Peru, Bolívia). Ele traça linhas estratégicas para efetivar a "implantação de pólos de irradiação, que assegure a progressão sucessiva dessas frentes com a preservação ecológica dentro de um conceito tradicional e o respeito às reservas indígenas" (1980, p. 17).

Deixando Uma Geopolítica Pan-Amazônica (1980) para seguir na busca por categorias que instituíram um modo de lidar com a Amazônia brasileira, ao longo do processo de territorialização do espaço analisado neste capítulo, passemos para a obra Estratégias Militares Dominantes (1986). Logo na epígrafe do primeiro capítulo "A Guerra – uma cosmovisão filosófica", o general Meira Mattos faz duas citações que dão o tom de sua política estratégica militar:

> Quem prega a guerra é um apóstolo do demônio (John Ray, Provérbios Ingleses).
>
> Resultou disso que todos os profetas armados venceram e os desarmados pereceram (Maquiavel, II Príncipe, cap.6).

Os dois trechos sintetizam o que Mattos pretende evitar, a derrota, e o que ele quer garantir, a paz. Mattos demonstra intimidade intelectual com a filosofia política européia, citando Hobbes, Hume, John Locke, Adam Smith, Marx, Schopenhauer, Hegel, Nietzsche, Clausewitz, (séculos XVII a XIX) e alguns cientistas sociais mais contemporâneos, Raymond Aron, Anatole Rappoport e André Glucksmann. Mattos quer atualizar em termos da sociedade da técnica e das complexas relações econômicas e internacionais as constatações acerca da guerra de Clausewitz: "a guerra é um instrumento da política nacional", correlacionada com diretrizes traçadas no século V A.C. por Sun Tzu (A Arte da Guerra) sobre estratégias de dominação, "o bom estrategista é aquele que é capaz de derrotar o inimigo sem atacá-lo, de ocupar as cidades inimigas sem destruir os seus bens, de ocupar seu território sem necessidade de choques sangrentos" (Mattos, 1986, p. 4). Mattos define política e estratégia como correlatos. Ele diz que **política** é a **arte de governar**, ao passo que **estratégia** é a **arte de executar a política**, i.e., "política é a concepção de governo e Estratégia é a ação decorrente desta concepção. Política é o que fazer; Estratégia, como fazer" (1986, p. 7). Mattos dá um passo adiante quando se preocupa com os aspectos simbólicos que

norteiam um Estado nacional. Um povo pode ser dominado por um sistema de ideias e valores que venham de outro Estado.

Relacionando essas construções teórico-metodológicas à Amazônia, Mattos propõe uma estratégia militar brasileira

> (...) do ponto de vista geoestratégico podemos distinguir duas regiões amazônicas: a chamada Amazônia Oriental, gravitando em torno de Belém e São Luís, projetando-se para o segmento nordeste do nosso Atlântico, onde as forças da maritimidade predominam sobre a continentalidade. A atração do mar, aí, se faz sempre presente. Voltada para fora, para o Caribe, para Gibraltar, para a Europa Ocidental. E a Amazônia Ocidental, onde as influências marítimas chegam muito atenuadas; obrigada a viver seu destino continental, em termos de articulação vial e economia interna, se quiser progredir; voltada para dentro, com seus interesses convergindo e se irradiando de Manaus – pólo vivificador das imensas regiões fronteiriças – e, particularmente, das áreas lindeiras de inter-comunicação, Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Porto Velho e Guajará Mirim, com os países vizinhos (1986, p. 88-89)

Essa caracterização espacial serve para equacionar a estratégia militar de defesa que implica ocupação, adensamento populacional, integração por transportes, desenvolvimento aproximando dos centros dinâmicos da econômica nacional. Na perspectiva dele, sobre este imenso vazio demográfico (2 hab/km, a média brasileira é de 16hab/km, do México é de 34 hab/km, Índia 190 hab/km) deve ser projetada uma política estratégica militar nos seguintes termos. As duas regiões geoestratégicas (Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental) giram em torno de geoestratégias diferentes, a saber: a Oriental deve concentrar esforços aeronavais, defesa do litoral, dos portos, defesa contra as penetrações (principalmente pelo rio Amazonas), vigilância nas fronteiras terrestres e manutenção de uma capacidade de transporte marítimo protegido e de transporte aeroterrestre de médio raio de ação; por sua vez, a Ocidental deve priorizar a vigilância ativa nas regiões fronteiriças, em particular nas regiões de intercomunicação internacional, capacidade de manutenção de uma reserva operacional aeroterrestre e de transporte aéreo e fluvial para áreas tornadas críticas. A pretensão declarada de uma estratégia militar é de uma força de dissuasão, ou seja, a intenção é desencorajar qualquer agressão contra a soberania de Estados nacionais amazônicos. A dissuasão é preventiva. O gasto se justifica pela segurança que proporcionará[47].

---

[47] No capítulo 5 e 6 veremos os orçamentos de defesa dos EUA e do Brasil.

2.4. ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS: COMO COMBATER A COBIÇA INTERNACIONAL E CONQUISTAR A AMAZÔNIA PARA O BRASIL?

2.4.1. CONTEXTO INSTITUCIONAL EM QUE SE INSERE FERREIRA REIS.

Arthur Cezar Ferreira Reis nasceu em Manaus em 1908 e faleceu em 1993. Exerceu o cargo de professor, pesquisador, jornalista, agente político, servidor público. Ferreira Reis ocupou a poltrona n.º 39, destinada a sócios efetivos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Ele também exerceu: a chefia da Divisão de Expansão Econômica do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), entre 1953 e 1955, posteriormente transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a presidência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em 1956; a direção do Departamento de História e Divulgação do Estado da Guanabara, em 1961; a diretoria do Departamento Nacional da Indústria, do Ministério da Indústria e Comércio, quando atuou como delegado do Brasil junto à Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas, em Genebra, em 1964; o cargo de governador do Estado do Amazonas de 24 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967 (eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas); entre outros cargos (Meira, 1993, prefácio).

É provavelmente o ator-autor síntese por ter conseguido articular como ninguém práticas institucionais ao exercício intelectual de temas ligados à geopolítica do Estado para a Amazônia. Em 1930, junto à primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, publica <u>Limites e demarcações na Amazônia brasileira</u>. Desde então apresenta ampla produção. Por um lado, profundas análises críticas da situação socioeconômica e ambiental da região. Por outro, assume posição de ideólogo no fronte das batalhas por conceitos, almas, corpos e poder, representando claramente um **projeto civilizador**, recorrendo às mesmas categorias anteriormente elaboradas, tais como "tornar a Amazônia um espaço **útil**", "**integrado** não apenas nas linhas físicas de nosso patrimônio mas, principalmente, na obra de maturidade material e espiritual que nos esforçamos em realizar com êxito" (1960, p. 2). O que nos interessa destacar de Ferreira Reis é a capacidade de expressar os principais receios de um imaginário político-institucional brasileiro ao delinear práticas que se enquadram num suposto combate à **ameaça** e à **cobiça** internacional.

Desde o golpe militar de 1964, a Amazônia brasileira está sujeita a um processo de articulações territoriais que se intensificam. Agora num patamar mais agressivo de ocupação, por meio de políticas demográficas e de desenvolvimento econômico, orientadas por uma estratégia geopolítica de integração regional que tinha sido formulada nas décadas de 1950 e

1960, na Escola Superior de Guerra (Arruda, 2000; Silva, 1967; Albert, 1992). Executou-se uma doutrina de desenvolvimento orientada pela **doutrina da segurança nacional**, por meio de uma série de ações governamentais, tais como **Operação Amazônia**, **Plano de Integração Nacional**, entre outros. São, em última instância, políticas territoriais que inscrevem no espaço amazônico práticas *técnico-científico-informacionais* (Santos, 2002), (a) por meio do desenvolvimento de infraestrutura (rodovias; aeroportos; telecomunicações; logística ferroviária e rodoviária para escoamento de produção), assim como (b) por meio de construções de sistemas de monitoramento aéreo por radares (vigilância militar e voos comerciais), mapeamento geológico, identificação da riqueza mineral (Becker, 1982). De acordo com Berta Becker (1990), no contexto dos anos 1980, a matéria prima amazônica ajudou a diminuir o déficit na balança comercial, já que atraía investimentos estrangeiro para a indústria primário-exportadora. Façanha operada, burocraticamente, por uma engenharia financeiro-administrativa que permitiu alocar incentivos fiscais, créditos subsidiados, capital externo, promovendo a expansão da fronteira econômica, cada vez mais, para o norte e oeste do país, via agronegócio, mineração, madeireiras. Tudo isso politicamente preso a um sistema repressor midiático, policial e de inteligência que não dava visibilidade à oposição ou a aniquilava.

2.4.2. AS FORMULAÇÕES

Arthur Cezar Ferreira Reis, ao longo de sua produção intelectual e profissional, propôs uma releitura da história do Brasil qualificando eventos históricos como: **conquista** espiritual da Amazônia (1972; 1993); **ameaça de internacionalização** (1965); **cobiça** internacional (1973). Como pressuposto, num contexto mundial em que se insere a crescente importância estratégica da Amazônia, ele concebe três fatores decisivos: primeiro, a crescente pressão demográfica vinda do exterior; segundo, em decorrência do aumento populacional, um inevitável aumento na demanda por alimentos (ponto central na estratégia dos Estados-nação); por último, mas não menos importante, os interesses econômicos por matéria-prima que projetam uma escassez, constatando que o subsolo amazônico é tido como reserva o que provoca pressão para sua abertura ao capital estrangeiro. A conclusão é que a Amazônia é solução pragmática e fácil para boa parte dessas demandas contemporâneas. Por isso que, estrategicamente, na perspectiva dele, a atenção dos países desenvolvidos estaria direcionada para a Amazônia. Parte dos problemas do planeta poderia ser equacionada pela exploração das potencialidades da região. Para Reis, o Brasil ainda não despertou para esta realidade. Os sucessivos governos brasileiros não a reconhecem. Inevitavelmente as potências militares e

econômicas irão encontrar um meio, seja lícito ou ilícito, de lançar mão das potencialidades amazônicas. A convicção dele se baseia nos seguintes argumentos: (1) a Amazônia é um vazio demográfico, podendo absorver o excedente populacional de países superpopulosos; (2) o sistema hidrográfico da região oferece água suficiente para produção em escala planetária de alimentos (grãos, pecuária, etc.); (3) as maiores reservas de minerais, madeira e água do mundo estão na Amazônia. Assim, ela é a fronteira natural para garantir o desenvolvimento da humanidade. Se essas potencialidades se realizarem sem a soberania brasileira, as pressões internacionais irão "conduzir a soluções profundamente humilhantes para o Brasil" ([1960] 1973, p. 158), já que o país não faz uso de sua prerrogativa soberana de desenvolver as potencialidades da região.

É na publicação A Amazônia e a Cobiça Internacional ([1960] 1973) que ele analisa historicamente manifestações explícitas do que denomina de **cobiça estrangeira** sobre a Amazônia, i.e., os interesses econômicos e geopolíticos de nações desenvolvidas que visam a colocar a Amazônia em esquemas estratégicos de expropriação e colonização. É a primeira exposição sistemática da categoria **internacionalização**. Nas palavras dele:

> Ora, na Amazônia – e aí que está o perigo – o espaço físico imenso apresenta-se praticamente aberto aos mais decididos, aos mais ousados. O chamado imperialismo das nações fortes não é uma página de lirismo. Existe, e não encerrou o seu ciclo de vitalidade. Não pode nem deve ser desmerecido. Pior que ele, no entanto, é a tendência à internacionalização de trechos do mundo, que já se pretende seja operação necessária, uma solução para agasalhar aqueles que não têm onde viver ou reclamam contra a fome que os atormenta. Leia-se para exemplificar, o livro A luta contra a fome, de Robert Brittan. (...) a Amazônia, que, no entender do autor, só pode ser valorizada pela intervenção de organismos do tipo da Hiléia Amazônica, que disponham de técnicas, e de capitais internacionais vultosos, sustenta aquela tese ousada, que recebe aplausos, e sobre a qual não estamos querendo acreditar seriamente, do alcance dessa tendência à internacionalização (1973, p. 4).

Na leitura de Reis da história da formação territorial do Brasil, destacam-se algumas tentativas de potências (militares e econômicas) estrangeiras em dominar territórios amazônicos. Portanto, ao pontuar eventos, analisados com base numa resignificação de **cobiça internacional**, ele procura apresentar um padrão que leva a identificar uma constante tentativa de **internacionalizar** a Amazônia. Podemos dividir a obra em três partes principais. (1) Disputas territoriais na formação do território brasileiro (capítulo 3, "Ingleses, irlandeses e holandeses tentam a primeira sortida"; capítulo 4, "Portugueses e espanhóis disputam o domínio"; capítulo 5, "Os franceses participam da aventura"; capítulo 7, "Os ingleses sugerem a secessão"; capítulo 10, "Os franceses pretendem o Amapá"; capítulo 11, "Os

ingleses penetram no Rio Branco". (2) Projetos socioeconômicos para a região como alternativa estrangeira para dominar a região (capítulo 2, "Mundo tropical e empório de matérias primas"; capítulo 8, "A navegação do Amazonas"; durante os impasses da livre navegação e da exploração da borracha). (3) Estratégias político-militares e econômicas revestidas de expedições científicas para se apossar de recursos amazônicos (capítulo 9, "Expedições científicas escondiam propósitos"; capítulo 15, "A que vinha a expedição Iglésias?"; capítulo 16,"O episódio da Hiléia"; capítulo 17, "A pressão dos interesses universais"). Reis procura pontuar ao longo da história do Brasil de que modo a cobiça internacional se manifesta e de que modo consegue, em alguns momentos, camuflar seus interesses, menos nobres, em ideais humanitários de toda ordem:

> Já vimos, através das páginas deste ensaio, que essa cobiça começou no século XVI quando os ingleses, os holandeses e os franceses tentaram possuí-la. Os interesses da humanidade foram sempre alegados pelos que pretenderam dominá-la. Os norte-americanos, quando procuraram forçar o Brasil à abertura do rio ao comércio internacional, falavam a linguagem desse interesse coletivo. Seria criminoso manter fechadas as portas da imensa região, que já àqueles dias parecia compor um campo amplo para a exploração capitalista. Ademais, o Brasil não dispunha de recursos para um empreendimento de vulto como seria o de transformar a Amazônia, no trecho que lhe pertencia, de área, em estado de natureza, em área humanizada, isto é, utilizada em todo o potencial de que parecia dispor (1973, p. 247).

Ele quer conscientizar o leitor de que por trás dessas pretensões humanitárias escondem-se intenções políticas que motivam ações concretas de dominação.

> Ora, a grande verdade, é que o interesse sobre a Amazônia no exterior não se reduz a querer conhecê-la como espaço exótico ou de produção de alguma matéria-prima, complementar das que o Oriente e a África exportam. É um interesse muito mais vivo, que esconde outros propósitos, propósitos políticos, a que é preciso dar a devida consideração, pois significam perigo e exigem uma política capaz de impedir que se transforme em realidade muito amarga para o Brasil. A Amazônia está sendo considerada como espaço aberto ideal: a) para receber os excedentes populacionais das áreas que padecem devido aqueles excessos; b) para produzir os alimentos de que carecem aquelas multidões fustigadas pela fome inclemente e mortífera; c) para produzir a matéria-prima vegetal, animal e mineral de que carecem os grandes parques industriais do mundo (ibid.).

As preocupações estavam direcionadas por uma concepção geopolítica de **produção alimentar** e de expansão populacional de outras regiões do planeta que poderiam significar fluxos migratórios para a região. Isso, na perspectiva dele, seria o início de perda da soberania brasileira sobre o território amazônico. Dentro de um esquema geopolítico, **segurança alimentar** é base de qualquer planejamento estratégico que se preocupe com a

sobrevivência da nação enquanto entidade independente e soberana na forma de Estado nacional. Complementarmente, havia também constante preocupação com o **vazio demográfico**. Era uma tese defendida por muitos nas décadas de 1950 e 1960. Reis dá como referência o livro *Hungry people and empty lands* (1952), de Chandrasekhar.

Na perspectiva de crise demográfica e de produção alimentar, em que a UNESCO se apresenta como instituição síntese para essas ideias, havia a proposta do *Instituto Internacional da Hiléia Amazônica* para capitalizar projetos científicos e de desenvolvimento da região. Na argumentação dele:

> Se os objetivos científicos datam de outros séculos, **a idéia de internacionalização** é mais recente. Há apenas quase vinte anos alguns cientistas brasileiros, em boa-fé, propunham a criação de um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, destinado a 'promover, conduzir, coordenar e divulgar estudos da mencionada zona geográfica' e ainda 'preparar e acelerar o ulterior progresso dessa região e dos povos a ela vinculados, para o bem-estar da humanidade'. Sob os auspícios da UNESCO chegou-se a criar a referida entidade que, no entanto, encontrou, sob a liderança do ex-presidente Arthur Bernardes, forte repulsa do Congresso Brasileiro, o que levou ao abandono do convênio já assinado em Iquitos. Combatido por certos setores da vida pública nacional e acoimado de nacionalista 'estreito e agressivo', fatos posteriores deram razão a Arthur Bernardes que justificava sua oposição ao projeto pela 'sua longa experiência ao tratar com o estrangeiro' que sempre procurou 'tirar proveito de sua maior evolução' (1973, p.217).

Ferreira Reis percebe o lado positivo do programa, mas vê também que o convênio, apenas assinado e não ratificado pelos países interessados, era recebido na Europa "como uma oportunidade para expansão de capitais e populações", o que potencialmente deveria ser um ganho para a região se fosse exercida dentro dos limites soberanos de cada uma das nações que compõem a Amazônia. Na leitura dele, as entrelinhas do convênio deixavam ambiguidades e a fundação do *Instituto da Hiléia Amazônica* mais parecia um instrumento eficaz de **internacionalização** de "regiões potencialmente produtivas cujo desenvolvimento está atualmente impedido porque os homens criaram fronteiras onde realmente as naturais não existem" (Robert Britain, apud. Reis, 1973, p. 217).

Desde as primeiras expedições de portugueses e espanhóis até a **pressão de interesses universais** que caracterizam a **cobiça internacional** sobre os recursos naturais da Amazônia, ponto a ponto, a ideia central gira em torno da constatação de que "a economia da Amazônia é uma economia realizada sob práticas primárias, marcada, fundamentalmente, pela extração de produtos florestais" (1973, p. 13). É justamente por essa abundância de matéria-prima que Ferreira Reis considera que a Amazônia é um "campo de atração (...) a ser uma reserva para o

futuro. E nesse futuro é que está o grande perigo" (1973, p. 19). O problema para ele é que o Brasil se vê como nação atlântica e já se viu muitas vezes como nação platina, contudo, "nunca se realizou como nação amazônica" (1973, p. 255).

> Belém do Pará (...) foi o núcleo de toda essa história que se escreveu visando à posse da Amazônia para o Brasil, portanto núcleo de onde irradiou uma ação política, uma ação social, uma ação econômica e uma ação espiritual. Seu papel, nesse admirável ensaio imperial, foi um papel que lhe assegura situação invejável na história brasileira, tão grande como aquele de São Paulo como fonte de energia criadora para a ampliação territorial do Brasil (1965, p. 12).
>
> A Amazônia é uma realização de que nos podemos ufanar, mesmo na condição de ainda área-problema, que desafia iniciativas, programas de Estado, inteligências objetivas, pragmáticas, e impõe deveres especiais ao poder público para que haja uma natureza dominada e possuída efetivamente como parte da civilização que nos distingue (1965, p. 12).
>
> A Amazônia tem sido empresa nossa. Disso podemos nos ufanar. Penetramo-la sem desfalecimento. Ocupamo-la politicamente. Revelamo-la no possível. Dela temos extraído, para o bem-estar de outros, muito do que ela possui de útil" (1965, p.10). Continua: "O povoamento da Amazônia não foi realizado com a contribuição do estrangeiro" (1965, p. 206).

No livro <u>A Amazônia que os Portugueses Revelaram</u> (1965), Reis dá um acabamento mais completo a sua proposta:

> A Amazônia constitui, portanto, ainda, um excelente campo para a indagação, para a curiosidade, para a atenção dos técnicos, dos homens de ciência nos seus empreendimentos e preocupações para revelar, nas suas peculiaridades, as grandes áreas abertas de que dispõe a humanidade para a empresa da conquista, da exploração sistemática e do enriquecimento universal. Não é um espaço sabido nas suas mil particularidades. No caso particular do Brasil, representará cometimento que lhe há de revelar a posse daquela maturidade, essencial à sua ponderância nos quadros da civilização, essa de seu descobrimento realístico. Porque só quando conquistar a Amazônia, incorporando-a definitivamente ao seu processo dinâmico de cultura material e espiritual, é que o Brasil se afirmará, perante o mundo, como potência, capaz de manter-se nessa condição, fundamental à sua própria sobrevivência (1965, p. 22).

Ele afirma que o destino dado à Amazônia será o passaporte para o Brasil entrar no mundo desenvolvido. Essa ideia é seguidamente repetida pelos estrategistas. Reis não está preocupado em formular macroestruturas mirabolantes sem considerar a realidade local, de fato, ele se empenha em incorporar à sua análise demandas de grupos e pessoas que habitam o bioma amazônico. Em panorama histórico, ele procura salientar a experiência acumulada da população que legitimou sua ocupação ao longo da colonização luso-brasileira da região que proporcionou uma interação singular com o bioma amazônico

> (...) verdades apuradas no realismo da vida diária, experiência conseqüentemente de todo um caminhar por séculos de ligação com o meio, verdades primárias, por certo, mas que se incorporam aos conhecimentos de natureza fisiográficas e de natureza socioeconômica e estão levando o próprio poder público a abandonar a posição de mero espectador do desenvolvimento isolado, vagaroso, hesitante, da região, para transformar-se no elemento dinamizante desse processo de desenvolvimento, que deve ser apressado, por necessário à própria segurança do país (1965, p. 23).

Contudo, as riquezas produzidas localmente, acumuladas em séculos de fluxos migratórios, ciclos econômicos extrativistas e desenvolvimento do gênio humano no bioma amazônico, não foram suficientes, na perspectiva dele, para projetar a região dentro do cenário nacional. É necessário exercer uma força de desenvolvimento que promova as potencialidades do país. Destacam-se as preocupações institucionais que ele propõe para efeito de planejamento e realização de "um Brasil potência".

A institucionalização da Amazônia brasileira tem grande impulso com a definição da Amazônia Legal, estabelecida pela lei 1806, de 6 de janeiro de 1953. Reis comenta:

> A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé [hoje, Rondônia] e Rio Branco [hoje Roraima], e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º [hoje Tocantins], e a do Maranhão a oeste do meridiano 44º (...). Basta, porém, para que se compreenda o que passou a constituir a Amazônia legal, registrar secamente: totaliza agora 5.030.109 km^2, isto é, 2/3 do território brasileiro (1965, p. 24).

O projeto de Reis concebe a Amazônia como espaço disponível para a "grande aventura colonial de civilização ou sua política disciplinativa de um mundo interior" (Reis, 1965, p. 30). É pela intervenção técnico-científica no espaço natural que se executará as pretensões de desenvolvimento. Ele continua com sua delimitação empreendedora da conquista da Amazonas, falando em "esforço tecnicamente conduzido" (1965, p. 128):

> Por que, sejamos realistas, só quando conquistar a Amazônia, repito, incorporando-a aos seus quadros materiais e espirituais de vida, transformando-a, do estado de natureza em que permanece, num espaço humanizado pela técnica, pelo homem higienizado e vigoroso, em produção constante, intensa e complementar da produção brasileira, revelador tudo isso de que já conseguiu descobri-la, entendê-la e possuí-la, é que o Brasil assumirá o seu grande papel no conjunto das nações fortes, poderosas, capazes de lances decisivos (1965, p. 128).

A crença é de que a eficácia técnica garantiria desenvolvimento adequado para a projeção do Brasil no cenário político-econômico do mundo, promovendo segurança, conquista e dominação da natureza amazônica.

Percorridas as duas décadas de políticas autoritárias, orientadas em sua operacionalidade burocrática por pressupostos geopolíticos, é na redemocratização (1989) que se reconfiguram alianças para se defender um concepção de **soberania nacional** pouco emancipatória de grupos e pessoas que vivem à margem de seus direitos. Enquanto que na época da ditadura, poder-se-ia ganhar a batalha pela supressão do processo democrático, após a Constituição de 1988, mais e mais, o front é o *formalismo jurídico*, as convicções que demandam negociações e acordos. Agora é necessário conquistar principalmente almas (convicções) para se ganhar a guerra.

2.5. ESPAÇO, VALOR E PROJETO: QUE CATEGORIAS CONSOLIDAM A INSTRUMENTALIZAÇÃO TÉCNICA PARA O GOVERNO DO TERRITÓRIO.

Para sistematizar as categorias que dão a sentido a práticas territoriais, proponho catalogar as discutidas, ao longo deste capítulo, em três conjuntos, a saber: espacial, valorativo e projetivo (ou de governança). Assim, podemos agrupar seus significados e utilizar seus conteúdos para definir a categoria principal em discussão.

(1) ESPACIAL

A expertise das coordenadas geográficas faz sua parte fixando os limites, a desordem mutante da **natureza desconhecida** do território **inculto**. A crença, portanto, por trás de tratados, em ordenamentos territoriais e mapas, é que dá o tom da domesticação da terra ainda **desordenada**. É preciso considerar as categorias que buscam estabelecer referências espaciais específicas, nomeadas por suas posições geográficas ou por referências. Portanto, a boca do rio e seu leito tornam-se lugares fixos, apesar de não serem. Para definir as categorias retomarei questões pontuais dos atores-autores anteriormente discutidos, assim como lançarei mão de dicionários de época.

Confins – Termo bastante utilizado por Alexandre de Gusmão, significando: extremos, fronteiras da Terra estrangeira: os confins da Terra. O território da Amazônia já nasce para a administração estatal como lugar fronteira. Veremos que essa referência se resignifica em diferentes situações e está presente no imaginário político e institucional de vários modos.

Rio das Amazonas – é a referência mais próxima do que contemporaneamente denominamos como **região amazônica**. Ainda não estava caracterizada a identidade e as configurações sociopolíticas que identificam a peculiaridade da região atualmente.

Terra na América Meridional – refere-se aos termos do Tratado de Tordesilhas. América Meridional é a parte das Américas que estão nos meridianos. Termo anteriormente utilizado, depois substituído por América do Sul em contraposição a América do Norte. É oposto de boreal, setentrional e norte.

Sertão – categoria muito difundida. Nádia Farage, no livro As Muralhas dos Sertões (1991), consegue substancializar a operacionalidade da categoria sertão em práticas governamentais. Lugar longe do litoral centralizador das dinâmicas econômicas e políticas da colônia, é no sertão que se travam lutas civilizatórias, na perspectiva do colonizador. De acordo com o dicionário Antônio de Moraes Silva, significa "o interior, o coração das terras, oppõe-se ao marítimo, e costa; 'o rio tem seu nascimento no sertão da terra'. O sertão toma-se por mato longe da costa'" (1813, p. 693). Para outro dicionário, trata-se de "lugar inculto, afastado de povoações; floresta no interior de um continente, longe da costa" (dicionário Lello popular. Novo dicionário ilustrado da língua portuguesa. Lello & Irmão Editores, 1952). É muito comum se referir ao sertão como lugar desabitado devido à invisibilidade política de grupos marginalizados nos regimes políticos dominantes. É nessa perspectiva de invisibilidade que o sertão também pode ser "sítio ou ponto mais afastado dos terrenos cultos; lugar desabitado" (Dicionário Cultural da Língua Portuguesa, 1969). Para Gusmão ([1751] 1943), sertão não se vincula ao tipo de vegetação ou aspecto físico das terras, está relacionado ao modo de como a administração opera na realidade territorial, na transformação das posses em riqueza, ou seja, a como se institucionaliza o espaço.

Observamos que as categorias presentes nas práticas burocráticas, a saber, confins, sertão, terras incultas, rio das Amazonas, terras na América Meridional, de modo geral, acabam sendo sintetizadas na denominação **sertão**. Na perspectiva desta tese, sertão seria a categoria síntese. Sertão, de modo geral, é lugar onde a civilização ainda não chegou. São terras ainda não cultivadas ou precariamente integradas ao comércio e aos fluxos de capitais. É notável a total invisibilidade dada aos povos indígenas, na medida em que o **sertão** é lugar desabitado, por isso região passíveil de ser colonizada pelo centro do poder político-administrativo. Podemos dizer que mesmo narrativamente não há supostamente nada nele, o sertão é mentalizado como lugar, situado em um espaço. Como os lugares de verdade de Herman Melville, que não estão em mapa algum (apud F. Turner, 1990), o sertão se configura em mapas narrativos dentro de inquéritos administrativos.

(2) VALORATIVO

Apesar de a maioria das categorias já possuírem juízos de valor em seus significados , algumas exercem o papel de substantivar as relações, ou seja, de nomear. Outras desempenham uma função de qualificar as coisas, i.e., explicitar um valor intrínseco a uma realidade determinada pré-julgada. Optei por apresentar algumas categorias que implicam juízo de valor mais explícito. São as que qualificam em base a um projeto político e ideológico o que são ou o que devem ser as terras dominadas pelo empreendimento estatal.

Inculto – categoria muito presente nas obras que analisamos do período colonial e imperial. Significa não cultivado. De acordo com o Dicionário da Língua Portugueza Recopilado por Antônio de Moraes Silva (Lisboa, 1813), o emprego figurativo remete a "rude, ignorante; não cuidado; mal tratado". De fato, é nessa perspectiva que a categoria é utilizada para se referir às **terras do sertão, do vale do Amazonas**, terras que deveriam ser civilizadas.

Útil e Inútil – são duas categorias também bastante recorrentes nos períodos coloniais e imperiais, contudo, com especial utilização no período positivista da República. Empregadas geralmente no intuito de lidar com questões utilitaristas e pragmáticas no uso de terras, significando "que tem algum uso, serviço, préstimo para algum fim", domínio útil, desfrute da "coisa possuída" (Luft, 1969).

Motins políticos – muito utilizada por Domingos Raiol (1970) para designar a perturbação da ordem pública, desobediência às autoridades públicas. Empregada como sinônimo de sedição, revolta, insurreição ou rebelião. É a contestação de uma ordem estabelecida, tentando modificar o *status quo*. Assume significado negativo por perturbar as boas práticas institucionais e a ordem comum que seria de interesse de todos.

Cautela e clausura – Tavares Bastos ([1866] 1975) criticava o modo como a política de fiscalização e ocupação de terras no vale do Amazonas era operacionalizada pelas políticas imperiais da corte do Rio de Janeiro. Ao invés de investir recursos escassos em um aparato moderno e eficiente de fiscalização, deixando a iniciativa privada prosperar com o comércio livre, o Império insistia na política colonial portuguesa de gastar com edificações e manutenções de fortificações ineficientes e sem planejamento estratégico. O que para ele era um excesso de **cautela**, promovendo uma **clausura** da riqueza que deveria ter utilidade para a prosperidade pública. Cautela sendo um excesso de cuidado sem fundamento empírico e clausura sendo o aprisionamento no atraso promovido pela política conservadora do Império do Brasil. Bastos criticava o excesso de prudência e receio que estavam a serviço de uma visão conservadora que só se sentia segura com uma atuação centralista, atrasando a

prosperidade pública daquelas localidades distantes do litoral. Bastos pretendia demonstrar as vantagens de uma descentralização administrativa para o fomento do comércio e da prosperidade pública.

(3) PROJETIVO (de governabilidade)

Sob este tópico, pretendo refletir sobre de que modo o poder opera na classificação de espaços socionaturais, pessoas, coletividades e coisas. Aqui aglutinamos categorias administrativas que ordenam e disciplinam os territórios em uma determinada direção. A Coroa portuguesa, o Império do Brasil, a República Federativa do Brasil, cada um a seu tempo, tiveram modos específicos de lidar com o espaço amazônico. Pretendia-se garantir terras na América Meridional e súditos para a Coroa portuguesa; garantir a efetiva posse, fundamentada na legitimação do Direito Internacional Público e do *uti-possidetis*; garantir a efetividade da soberania, da integridade, do desenvolvimento. No período pós-constituição de 1988, surgiram práticas de preservação que tentaram reinventar o modo de lidar com os espaços *socionaturais*, por meio de articulações entre o terceiro setor, os setores público e privado, equacionando os desafios de concepções ambientalistas e desenvolvimentistas.

Posse – nas discussões para descrever a constituição do espaço amazônico e suas múltiplas territorialidades, posse é uma categoria que percorre longo processo de elaboração e influência de práticas políticas. Disputas de terras no norte e no oeste do Brasil sempre tiveram, em algum nível, vinculadas à posse da terra. Tomar posse da terra significava na Colônia mais terras além-mar para as coroas europeias, maior possibilidade de encontrar riqueza (ouro, prata, madeira, mão de obra). Edificações de fortificações ao longo do vale do Amazonas para garantir a posse eram a estratégia político-militar da Colônia e do Império. Houve uma inflexão durante o segundo Reinado (D. Pedro II) e a primeira República. Já relativamente garantida boa parte da América Meridional, a intenção era negociar acordos com base no *uti possidetis*. Ou seja, legitimar internacionalmente a posse por uma pretensão de ocupação existente. Tarefa realizada em grande medida pelo Barão do Rio Branco (auxiliado por Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco, em negociações específicas). Posse de terra é ter em seu poder os destinos do espaço e das coletividades nela contida (pessoas, recursos naturais, fauna e flora). A prática era de criar posse: fazer a posse útil.

Progresso e desenvolvimento – não cabe aqui fazer um levantamento amplo destas categorias que por si só fundam a própria modernidade ocidental e sua pretensão secular de racionalidade (Ribeiro, 1991). Por enquanto, serve ao propósito deste capítulo limitar simplificadamente os desdobramentos em práticas governamentais propostas pelos atores-autores acima analisados. Primeiro, é constatar que as duas são, em última instância,

correlatas. Mesmo que o progresso tenha uma conotação de processo linear de melhoramento ao passo que desenvolvimento tem uma conotação de crescimento econômico em estruturas de relações macros; ambas categorias se nutrem de convicções de que é possível promover, cada vez mais, uma emancipação humana perante a natureza, baseadas em sistemas simbólicos de legitimidades (políticas), de verdades (técnico-científicas) e de utopias (valorativa/ideológica). Tavares Bastos ([1866] 1975) define progresso como prosperidade pública que seria alcançada por práticas governamentais mais liberais, proporcionando o florescimento do comércio no Vale do Amazonas. Numa perspectiva mais crítica, Euclides da Cunha ([1906] 1995) percebe os descaminhos do progresso ao analisar o regime do aviamento predominante na região amazônica. O progresso precisa ser racionalizado. Não é deixar o grande empreendimento de conquista da Amazônia na mão de particulares, o empreendimento deve ser racionalizado por controle estatal (regulação), para evitar a escravização de cidadãos da república. As práticas de um Estado promotor do desenvolvimento se intensificam com a Revolução de 1930 e o Estado Novo de 1937.

Integração – se refere à mobilidade dentro do território nacional. Dentro das concepções geopolíticas mais recorrentes (de Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos, representantes da escola geopolítica brasileira), desde a década de 1950, fala-se em sistema de transportes terrestres (ferroviários e rodoviários), aéreos, navais; sistemas de comunicação (telecomunicações, radares, satélites). Portanto, integração é a mobilidade para pessoas, produtos e informação que dinamizaria tanto as trocas comerciais quanto os fluxos migratórios de região a região. Vincula-se a um determinado grau de logística.

Segurança nacional – Doutrina vinculada às mudanças institucionais das Forças Armadas brasileiras, principalmente depois da Missão Francesa ao Brasil, em 1919, das Revoltas tenentistas da década de 1920 e da Revolução de 1930. Pedro Aurélio de Góes Monteiro, responsável pela Escola Superior de Guerra e pela institucionalização do ensino da geografia militar nos currículos do Exército, contribuiu com as bases da doutrina que seria elaborada na década de 1950 (Miyamoto, 1981, p. 89-113). Grosso modo, a doutrina busca fundamentar um plano de proteção e segurança que não se limita ao território, mas se estende à própria coletividade e seus **Objetivos Nacionais** (atuais e permanentes) que Golbery do Couto e Silva elabora. Dentro do esquema geopolítico e seus fundamentos ideológicos, a **segurança nacional** aspira garantir independência da nação brasileira frente a outras potências mundiais; soberania para a autodeterminação da nação brasileira; integridade territorial, o que assegura a segurança física; progresso que emanciparia a nação do atraso

socioeconômico; preservação de valores morais e espirituais que garantiria, no contexto de guerra fria, a convicção capitalista da livre iniciativa e da propriedade enquanto direito constituinte do Estado nacional.

Projeto civilizador e conquista – categorias recorrentes no planejamento do futuro para a Amazônia brasileira. O projeto civilizador é o próprio espírito de tudo o que comentamos anteriormente, ou seja, é o pano de fundo que motiva e justifica empreendimentos governamentais e particulares para inscrever no território amazônico obras de infraestrutura e de exploração de recursos naturais. A lógica é a do projetismo (Pareschi, 2002), i.e., um pacote de técnicas e procedimentos supostamente adequados para lidar com o atraso em qualquer lugar do território de modo padronizado. A conquista segue definição semelhante.

Ameaça internacional/cobiça internacional – a formação do território amazônico e as constantes disputas nas fronteiras, principalmente com Inglaterra, Holanda e França podem ser relidas na perspectiva da ameaça e cobiça internacionais. Arthur Cezar Ferreira (1960; 1965) combina fatos históricos com uma interpretação de que há interesses das potências econômicas e militares mundiais em controlar as riquezas naturais (minerais, madeireiras, biológicas, hidrográficas) da Amazônia. Autores de livros mais recentes, por exemplo, <u>Máfia Verde: Ambientalismo Novo Colonialismo</u> (Geraldo Lino, Lorenzo Carrasco; Nilder Costa e Silvia Palacios; 2005) e <u>Estratégias Militares Dominantes</u> (General Carlos de Meira Mattos, 1986) acreditam que as ameaças e as cobiças estão em andamento por meio da dominação ideológica ambientalista. Para eles, os objetivos de preservação ambiental, demarcações continuadas de terras indígenas e unidades de reservas em áreas de fronteiras estão a serviço de interesses de Estados nacionais estrangeiros. Julgam haver uma articulação deliberada de serviços de inteligências, grupos de interesses, lobbies e Estados nacionais para travar o desenvolvimento brasileiro em prol de um enfraquecimento da capacidade brasileira de realizar seus potenciais. A Amazônia é apresentada como uma reserva para garantir futuras incursões e deveria ser mantida como estar.

Esse processo de institucionalização de significados que se instalam em diferentes categorias e instruem práticas territoriais é o que interessa delimitar. É o processo, em última instância, de institucionalização de espaços amazônicos, que transforma realidades *socionaturais* em códigos e práticas políticas e administrativas. É nomeação que está a serviço de administrar recursos dentro de uma lógica de governo da natureza para administrar as tensões, hierarquias e prioridades do poder instituído. Isso é o que dá sentido à taxonomia sobre o espaço amazônico. Argumento que as dimensões espaciais, valorativas e de

governança acima delimitadas compõem o próprio significado da categoria **internacionalização** informando suas práticas.

Euclides da Cunha em Um Paraíso Perdido (1904), com a liberdade própria dos romancistas, profetizou que a Amazônia "mais cedo ou mais tarde, (...) há de concentrar a civilização do globo" ([1904] 1999, p. 219-220). Parece que a profecia se realiza na medida em que as atenções geopolíticas ambientais se voltam para a Amazônia e na medida em que a região assume, cada vez mais, proeminência nas questões referentes à água, produção de alimentos, recursos minerais, petróleo e bioprospecção. É esse processo de resignificação constante que continuaremos analisando nos próximos capítulos.

PARTE 2 –

“Maquiavel [1513; 1513-19], conquanto inspirando-se na tradição antiga, retoma amplamente a experiência da propaganda real contra o poder eclesiástico (especialmente o dos legistas) e daí elabora a sua teoria. A famosa frase: ‘**Governar é fazer crer**’ põe em destaque as relações íntimas entre o poder e o imaginário, ao mesmo tempo que resume uma atitude técnico-instrumental perante as crenças e o seu simbolismo, em especial perante a religião. Encontramos em Maquiavel toda uma teoria das aparências de que o poder se rodeia e que correspondem a outros tantos instrumentos de dominação simbólica. As ‘aparências’ fixam as esperanças do povo no Príncipe, permitindo mobilizar e aumentar a energia daquele, fazer medo aos adversários, etc. O Príncipe, rodeando-se dos sinais do seu próprio prestígio e manipulando habilmente toda a espécie de ilusões (símbolos, festas, etc.), pode desviar em seu proveito as crenças religiosas e impor aos seus súbditos o dispositivo simbólico de que retira o prestígio da sua própria imagem”.

(Baczko, 1984, p. 301. Grifo meu).

MÍDIA E COMUNIDADE DE ARGUMENTAÇÃO: BATALHAS PARA PERSUADIR, CONVENCER E TRANSFORMAR PRÁTICAS TERRITORIAIS HEGEMÔNICAS.

A **internacionalização da Amazônia** se insere nas *narrativas hegemônicas* levadas a efeito por *atores-autores* que forjam o poder de decidir sobre o espaço amazônico, muitas vezes, tratado como **região problema** (Becker, 1982). Jornais e revistas se tornam instrumentos de divulgação, debates, prognósticos, conjunturas, repercussões e de projeções que estabelecem *proposições territoriais*. A mídia escrita é um instrumento de consolidação e de formulação de *falas*[48]. Grosso modo, podemos dizer que a mídia escrita promove a difusão de narrativas de minorias hegemônicas que expressam em suas *opiniões* um modo de interferir no espaço, influenciando programaticamente em rotinas administrativas tanto públicas quanto privadas, promovendo rotinas territoriais específicas. Reportagens, entrevistas, artigos em seções de debates/opiniões, editoriais promovem disputas políticas relativas às definições sobre os destinos da Amazônia. Especialistas de distintas formações científicas que ocupam diversos cargos nas administrações públicas e privadas (geólogos, físico-químicos, biólogos, ecologistas, economistas, geógrafos, historiadores, antropólogos, cientistas políticos, economistas, sociólogos, engenheiros florestais, agrônomos, juristas, advogados) disputam nichos de *poder*/*saber* (Foucault, [1973] 2003), de onde estabelecem **verdades** que compõem frações das práticas para a Amazônia. Todos empenhados em demonstrar sua correção por meio de evidências ancoradas ora em métodos científicos (experimentos) ora na arte de arregimentar forças em favor de suas convicções. Processos de incorporações de agentes de toda ordem objetivando indicar soluções para a **equação amazônica**, enunciadas em propostas capazes de remodelar a realidade *local, nacional e transnacional*.

São essas *teias de significados* e de práticas que configuram aparelhos de poder em que as mídias escritas exercem papéis de difusoras, promotoras e formadoras de representações políticas sobre o território amazônico. Em todos esses aspectos, percebemos o aprofundamento do processo de delimitação de territorialidades amazônicas, diminuindo a pluralidade das existências e experiências de grupos que habitam a região. Estabelecemos, nos capítulos 1 e 2, que essa delimitação se institui em termos de tratados, ocupações, posses, fortificações, programas de integração, povoamentos, geopolíticas, entre outros. Complementariamente, nos capítulos 3 e 4, a delimitação de práticas para a Amazônia é vista

[48] Para Barthes ([1957]1970) a função da mídia na sociedade contemporânea é a de naturalização e reprodução de valores e práticas burguesas, o que forma mitos naturalizados ou signos. Não me interessa discutir as muitas definições de mito, objeto de uma vasta literatura antropológica específica.

em termos de narrativas de infraestrutura (hidrelétricas e estradas), livre-comércio, fluxos migratórios, alianças para o progresso, ciclos econômicos, biopiratária, mudança climática, direitos humanos, demarcações de terras indígenas, parques ecológicos, marcos regulatórios, governança global, etc. Em última instância, tais delimitações constituem parte de um mesmo processo.

Grosso modo, as associações midiáticas que publicam jornais e revistas são heterogêneas e possuem suas próprias dinâmicas internas, com regras próprias. Geralmente, não estão desvinculadas de grupos hegemônicos (anunciantes, grupos de pressão, grupos de interesse, agentes políticos, partidos políticos) e convicções morais. Sua peculiaridade se autodefine pela missão de **informar**. A teoria crítica da Escola de Frankfurt reconhece o poder da mídia em manipular e alienar, sendo os meios de comunicação de massa instrumentos de controle do pensamento coletivo. Desde Max Horkheimer, Theodor Adorno, Erich Fromm, Herbert Marcuse e Walter Benjamin, a denominada teoria crítica se dedica, cada autor com sua especificidade, a analisar intrínsecas relações entre poder, linguagem, técnica e comunicação (Freitag, 1993). Comentaristas, por exemplo Habermas (1980; 1989), criticam a unilateralidade dos meios de comunicação na definição das opiniões coletivas que aqueles atores atribuem. Habermas amplia a teoria da comunicação com base na filosofia hermenêutica. Thompson (2004) e Canclini (1999) questionam a própria existência desse poder quase ilimitado que a teoria crítica da Escola de Frankfurt atribui aos meios de comunicação de massa. Veem a comunicação como mais complexa e consideram que suas relações de poder não se deslocam dos arranjos políticos em que se inserem.

Frente a toda essa complexidade, a intenção dos capítulos 3 e 4 é focar na denominada **notícias** (ou *fala* na perspectiva de Barthes), ou seja, no que se **informa**. A tarefa é analisar como as notícias influenciam *narrativas* que constituem *práticas territoriais*. Precisamos decodificar esse **informar**, numa perspectiva crítica, para ir além do que é dito nas páginas de jornais e revistas em termos de uma narrativa programática. É importante deixar claro que não estou preocupado com a veracidade ou verificabilidade de dados notificados em reportagens. Não farei averiguações de fontes ou de enunciados que são expostos nas páginas dos jornais e revistas enquanto **factuais** ou **verdadeiros**. Meu interesse é mostrar as articulações dos enunciados que justificam práticas discursivas formadoras de opinião, de propostas concretas que mobilizam redes, recursos, políticas e conhecimento pretensamente articuladores do interesse nacional e da soberania nacional, por um lado, e pretensamente legitimadores de concepções de direitos humanos, direitos de minorias, direitos ambientais, na inscrição de novas práticas territoriais, por outro lado. Assim, evidencio, na análise do

capítulo 3, a relação entre o que se diz da **internacionalização da Amazônia** e o que disso decanta em termos de enunciações/propostas para a Amazônia brasileira. Por sua vez, na análise do capítulo 4, destaco as mudanças de perspectiva norte-americana com relação à Amazônia, para apontar as narrativas práticas que visam intervir nos destinos da região e seu vínculo com o próprio futuro comercial, territorial, climático e de segurança dos Estados Unidos.

Na argumentação desta tese, as relações entre mídias escritas e opinião pública influenciam a criação de territorialidades que se distinguem das territorialidades locais na medida em que articulam grupos e atores-autores num contexto nacional e transnacional. É dentro de uma ampla teia de significados e práticas que as mídias escritas dão indícios das dinâmicas formadoras de territorialidades amazônicas realizadas em fóruns de debates que transcendem as territorialidades locais de pessoas e grupos que habitam a Amazônia. Aglutinar todas essas práticas sob o rótulo de *territorialidade estatal* – apesar de correr o risco de contribuir para negar a heterogeneidade de *mapas cognitivos* e formas de atuação no território amazônico – permite vislumbrar o conjunto de reflexões, experiências e saberes que forjam uma territorialidade hegemônica. O limitado número de atores-sociais que possuem voz nos meios de comunicação aponta para um viés mais hegemônico (dominante) das temáticas tratadas, na medida em que grupos marginalizados (ou invisibilizados) nas disputas *socionaturais* nacionais e transnacionais continuam sem voz ou representação, quando se utiliza a mídia como fonte de pesquisa. De acordo com Garapon,

> A mídia constitui mais do que um contrapoder e até mesmo um poder. Seu registro é o da autoridade compreendida como o poder de representar a realidade (...). Como toda ideologia ela também tem a função de dissimular. A mídia ainda mascara a origem do seu poder. Imaginar uma sociedade totalmente transparente (...) é simplesmente uma utopia (...) A mídia constitui uma autoridade bem real, porém desconcertante, uma vez que é inconsistente, inconstante e inconseqüente, o oposto de uma instituição referenciada e bem situada, estável e operante (1999, p. 92-93).

Contudo, é possível tomá-la como um meio de captar um determinado repertório de temas, que eventualmente pode contribuir à formação de um *imaginário*. Ao mesmo tempo, a exposição de ideias, convicções e fatos na imprensa escrita configura uma *arena de argumentação* (Apel, [1973] 2000). Ao mapear o que é dito sobre a Amazônia, dentro de propostas de **contra-internacionalização**, **segurança nacional**, **posse territorial**, **questões indígenas**, **infraestrutura**, **governança global**, **mudança climática**, **comércio** internacional, **responsabilidade ambiental**, **desenvolvimento econômico**, **progresso**

tecnológico, entre outras temáticas, acessamos repertórios de categorias que propõem instituir territorialidades amazônicas. A fim de analisar categorias, pressupostos práticos e conceitos articulados nas mídias escritas, lanço mão da definição de *comunidade argumentativa* de Karl-Otto Apel.. Mas a adaptarei aos meus propósitos especialmente porque a *comunidade argumentativa* pressupõe simetria de poder e de possibilidade de argumentação entre atores conscientes da história, o que vai de encontro ao que queremos salientar. Para os propósitos deste capítulo, a mídia expressa formalmente uma *comunidade argumentativa* que se realiza apenas no nível da exposição de opiniões que formam significados, com todas as assimetrias e imperfeições que tem um veículo de comunicação comprometido, na maioria das vezes, com questões políticas, para além da ideologia de informar, e com questões valorativas, projetando práticas territoriais. Tal comunidade é parte integrante de jogos de poder que contribuem para compor arranjos políticos capazes de modificar práticas privadas e estatais para lidar, em bases reais, com práticas territoriais para a Amazônia brasileira. São esquemas classificatórios que aglutinam convicções políticas, valores e práticas heterogêneos, arbitrariamente, reunidos sob a etiqueta da **internacionalização da Amazônia** ou, simplesmente, da **Amazônia**.

Jornais e revistas de circulações nacionais exercem papéis de aglutinadores de diagnósticos, opiniões, propostas, em última instância, enunciadores de **verdades**. As recorrências de categorias específicas dão indícios de que já existem formas de como pensar a Amazônia. São inúmeros os atores envolvidos nas narrativas que se encontram na mídia escrita. Grupos de pressões, partidos políticos, parlamentares, governadores, associações profissionais, ONGs, fundações, intelectuais (pesquisadores), ativistas, líderes de movimento sociais, entre outros, encontram algum espaço, dentro das conveniências dos meios de comunicação, de **informar** (**formar**) uma **opinião pública**. Evidentemente que os diferentes interesses não manifestam suas reflexões acerca de um determinado tema ou evento em pé de igualdade. Grupos impactados negativamente em por construções de hidrelétricas ou conflitos por terra são os menos contemplados pelos meios de comunicação de massa. Há pouco espaço para as alteridades, minorias mais desfavorecidas, propostas que contrariem poderes hegemônicos. Em consequência do viés existente na mídia escrita, meu interesse está em refletir acerca das temáticas tratadas, focando mais nos *artefatos taxológicos* que estruturam enunciados formadores de práticas territoriais.

O desafio, pois, desta parte da tese, está em analisar de que modo a mídia escrita no Brasil e nos Estados Unidos – enquanto arenas privilegiadas de disputas políticas – orientam o que se convencionou denominar **opinião pública**. Quero deixar claro, porém, que entendo

opinião pública, em última instância, como uma *categoria nativa* da própria mídia, muito utilizada para justificar posições políticas, na medida em que inviabiliza, dentro da lógica dos agregados estatísticos e da teoria da escolha racional, decodificar politicamente o poder hegemônico que elas representam (Caillé, 2002). Os *surveys* enquanto pesquisa quantitativa que procuram medir opiniões, intenções e preferências são considerados por muitos institutos de pesquisa a própria manifestação da **opinião pública**[49]. Essa posição aparentemente acrítica esconde jogos políticos intensos que utilizam resultados de "pesquisas de opinião", a repercussão em meios de comunicação jornalísticos, entre outros, para pressionar ações governamentais em determinadas direções.

A análise se fez com base no que coletei nos **bancos de dados** disponibilizados na Internet por jornais e revistas brasileiros e estadunidenses, a saber: no Brasil, jornal Folha de São Paulo e revista Veja; nos EUA, *The New York Times* e *Time Magazine*. O processo de escolha desses jornais e revistas passou por três critérios básicos: (1) cobertura temporal de período em que as questões amazônicas foram tomando consistência no debate político-institucional tanto brasileiro quanto estadunidense; (2) há uma concentração, no caso do Brasil, em meios de comunicação do eixo Rio de Janeiro - São Paulo e no caso dos EUA em Nova Iorque; (3) acessibilidade, i.e., a disponibilidade de bancos de dados e ferramentas de pesquisas on-line capazes de possibilitar uma busca qualificada por palavras e/ou datas específicas. Em 2008, a Revista Veja disponibilizou, na Internet, seu Acervo Digital Veja. Essa ferramenta possibilitou pesquisar todas as edições publicadas desde 11 de setembro de 1968[50]. O jornal Folha de São Paulo dispõe de serviço semelhante. Oferece tanto um serviço on-line gratuito quanto um de encomenda, em que o interessado entra em contato com a central de atendimento do jornal para efetuar busca no acervo. Esse serviço é pago e o interessado pode receber em casa cópias[51]. Por sua vez, *The New York Times* também possui um sistema de busca on-line que disponibiliza arquivos em dois grandes períodos, de 1851 a 1980 e de 1980 ao presente. Há arquivos gratuitos e outros que só podem ser acessados mediante pagamento[52]. Por último, o acervo da *Time Magazine* é mais simples e disponibiliza material desde março de 1923 ao presente. Diferentemente dos outros acervos, a maioria dos arquivos são de acesso exclusivo para assinantes. Aproveitei a disponibilidade do acervo via

---

[49] Não cabe aqui fazer uma discussão teórica prolongada acerca da lógica de inferências em questões teórico-metodológicas de pesquisa qualitativa e quantitativa. Para um debate mais específico, sugiro Gary King, Robert Keohane e Sidney Verba (1994).

[50] O acervo está disponível em http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx.
[51] Disponível no site http://acervo.folha.com.br/
[52] Disponível no site http://query.nytimes.com/search/alternate/query?query=&st=fromcse#top

computadores da Universidade da Carolina do Norte, durante minha estada nos EUA. Foi com essas ferramentas que efetivei a coleta de dados para os capítulos 3 e 4. As informações coletadas serviram para mapear temáticas, práticas, propostas, controvérsias, ou seja, tudo que gira em torno da temática da **internacionalização da Amazônia**.

Antes de prosseguir é importante destacar algumas diferenças e semelhanças entre a mídia escrita brasileira e norte-americana no que se refere à abordagem de temas amazônicos. Tanto o jornal Folha de São Paulo quanto a revista Veja não possuem uma coerência editorial baseada em convicções programáticas mais profundas. Há ampla variedade de temas e de posicionamentos políticos que se apresentam ao longo da cobertura do jornal e da revista. Por vezes, as influências de conjunturas políticas específicas se traduzem em conveniência de reportagens superficiais e de pouco conteúdo programático. Em outros momentos, contudo, tanto o jornal quanto a revista publicam artigos de profundidade crítica e de conteúdo programático. Historicamente, não há uma continuidade em termos programáticos. De modo diferente, a linha editorial do *New York Times* e da *Time Magazine* é mais estável ao longo de suas publicações. Eles defendem determinadas ideias liberais de iniciativa-privada em prol de um empreendedorismo nacional estadunidense, preocupados com a projeção e a defesa dos interesses de investimentos estadunidenses na Amazônia, assim como mais contemporaneamente ocupam-se em projetar convicções ambientais sobre a Amazônia. Claro que a diferença de perspectiva se deve à própria natureza da temática e de onde estão inseridas as mídias, o que dá a dimensão de sua inserção em dinâmicas políticas nacionais. A comparação será realizada ao longo das discussões dos capítulos.

CAPÍTULO 3 –

PRÁTICAS MIDIÁTICAS. O QUE SE DIZ DA AMAZÔNIA E DE SUA INTERNACIONALIZAÇÃO NA FOLHA DE SÃO PAULO E NA REVISTA VEJA?

> "O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, disse ontem em Belo Horizonte, que o encontro de Altamira 'está sendo explorado demagogicamente, inclusive pela imprensa internacional, o mais que pode, por aqueles a quem interessa uma impossível internacionalização da Amazônia' (...) Não existe nenhuma possibilidade em querer conversar sobre esse assunto', afirmou. De acordo com ele, a soberania brasileira será exercida em todo território nacional, 'igualmente'. 'Seja no Rio Grande do Sul, seja na Amazônia, seja em qualquer lugar, ninguém fale nisso, porque não há nenhuma possibilidade nesse assunto', afirmou" (24/02/1989, Acervo Folha, "Índios repelem troca de hidrelétrica por usina nuclear", reportagem acerca das manifestações contra a construção da Hidrelétrica Belo Monte, em Altamira, Pará, que associou povos indígenas do Xingu, deputado inglês Tam Dalyell e cantor Sting).

3.1. DE QUE MODO SE CATEGORIZA A AMAZÔNIA? DESDE QUANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO COMEÇA A SER DEBATIDA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS? E POR QUÊ?

3.1.1. LIMITES MATERIAIS DA INVESTIGAÇÃO: ASPECTOS FORMAIS.

Na Folha de São Paulo, mesmo que nas primeiras edições houvesse reportagens sobre a Amazônia, não se encontra a ocorrência da categoria **internacionalização da Amazônia** antes de 1965. Só encontramos referência depois da ruptura institucional de 1964. Há momentos específicos de maior ocorrência, como em 1989 (queda do muro de Berlim e, no Brasil, retomada de eleições diretas para presidente) e, com maior intensidade, em 1991 (CPI da **Internacionalização da Amazônia**; preparativos para a ECO-92; demarcação da terra indígena Yanomami). Essas relações entre eventos históricos específicos e maior ocorrência da categoria na mídia escrita não são aleatórias, elas indicam que há um vínculo estreito entre leituras específicas sobre a conjuntura internacional e nacional (estratégias militares, mudanças na configuração das potencias econômico-militares, crescimento de propostas ambientais) e novos arranjos político-institucionais nacionais. Essas relações impactam diretamente sobre as estratégias de difusão de um modo particular de conceber o território amazônico como veremos ao longo deste capítulo. Por sua vez, no acervo da Revista Veja, só se encontram quatro ocorrências. Sendo a primeira em 11 de setembro de 1991, bastante tardia se pensarmos que a categoria já estava sendo formulada em círculos político-militares e jornalísticos desde o início da década de 1960 com as publicações de Arthur Cezar Ferreira, Nícia Vilela Luz (1968) e, na década de 1970, do General Meira Mattos, como vimos nos dois primeiros capítulos.

Preliminarmente, é importante dimensionar as limitações materiais do banco de dados, desde os quais faço minhas considerações. Em busca realizada apenas com a palavra **Amazônia**, o resultado no acervo VEJA, que vai de 1968 a 2011, é de 3.283 ocorrências, podendo significar que uma única página tenha mais de uma ocorrência, sendo a primeira já na 4ª edição, em 30 de outubro de 1968. Resultados esses que incluem reportagens, anúncios de publicidade, comentários de leitores, editorias e ensaios de articulistas. A primeira ocorrência, por exemplo, é um anúncio. Curiosamente, uma busca pela expressão exata **internacionalização da Amazônia** só traz, como vimos, quatro ocorrências, ao passo que a pesquisa com as duas palavras separadas **internacionalização** e **Amazônia** encontramos 11 resultados. O número de notícias acerca da Amazônia contrasta com a pequena abordagem dessa questão no acervo Veja. Das onze ocorrências, cinco são de comentários ou entrevistas com pouca elaboração. Das outras, duas são do colunista Roberto Pompeu de Toledo, nos dias 28 de maio e 4 de junho de 2008. Das quatro restantes, a mais significativa é "Brasileiros às armas: recorrentes, os boatos em torno da perda da soberania sobre a Amazônia voltam em versão on-line", de 13 de fevereiro de 2002.

Depois que havia realizado minha busca no acervo on-line, a edição da Veja de 4 de janeiro de 2012 publica a seguinte reportagem de capa: "O Brasil aos olhos do mundo: Pelé e Carnaval? Óbvio. As surpresas começam nas respostas sobre quem é dono da Amazônia ou nossa capacidade de fazer a Copa do Mundo e a Olimpíada". Matéria relativamente mais interessante porque apresenta pesquisa de opinião CNT/Sensus acerca de como 18 países veem o Brasil, incluindo os EUA. De acordo com esse levantamento, 41% dos estadunidenses acreditam que a floresta amazônica deveria ser preservada sob regras internacionais. Entre outros ícones que habitam imaginários estrangeiros do que seja o Brasil, a pesquisa incluiu a Floresta Amazônica. Com o subtítulo, "A floresta da mãe Joana", a matéria conclui que "mais da metade dos estrangeiros acha que a importância ambiental da Amazônia é suficiente para que ela seja administrada de acordo com regras internacionais – e não brasileiras; 12% defendem a 'internacionalização' da floresta". Se juntássemos a intenção de desnacionalização do território com a perspectiva de que a preservação deveria ser regida por regras internacionais, teríamos um percentual ainda mais expressivo.

Por sua vez, a Folha de São Paulo disponibiliza em seu acervo, na consulta com a palavra **Amazônia**, 36.243 páginas, significando que em cada página aparece pelo menos uma vez **Amazônia**, podendo ser uma reportagem, um suplemento especial, um artigo de opinião, uma carta de leitor ou um anúncio. Há um aumento das ocorrências da palavra ao longo do tempo. Sendo que entre os anos de 1921 e 1923, houve apenas 6 páginas que

indicaram a ocorrência da categoria. O acervo Folha apresenta apenas 93 páginas para o termo fechado (frase exata) **internacionalização da Amazônia** (ver quadros abaixo). É preciso fazer uma ressalva, a ferramenta de busca possui algumas contradições e diferença de resultados nas pesquisas. Esse resultado com 93 páginas não contempla algumas matérias que possuem a categoria **internacionalização da Amazônia**. Só podemos ter certeza da qualidade do resultado ao analisar item a item. Em busca detalhada com a ocorrência dos dois termos **internacionalização** e **Amazônia**, temos um total de 247 ocorrências. Esse resultado engloba as 93 páginas da pesquisa fechada e mais inesperadamente outras reportagens que tratam diretamente da **internacionalização da Amazônia** e que não foram contempladas na pesquisa fechada. Entretanto, há também nessa pesquisa com os dois termos (internacionalização e Amazônia) apenas a coincidência de ocorrência na mesma página, contudo, em reportagens distintas[53].

Suponho que levantar uma estatística geral nos dê indicações preliminares para nossas reflexões. Focando no acervo Folha que se mostrou mais rico, apresento quadro geral sobre a busca com a palavra Amazônia. O quadro abaixo mostra a ocorrência nos intervalos de tempo indicados, relacionando década e o número de páginas que cada intervalo apresenta. Vemos que há crescente ocorrência de matérias sobre a Amazônia que sai dos iniciais três anos de 6 páginas para alcançar na década de 1924 a 1934, 407 páginas, depois aumenta para 677 na década seguinte (1934 a 1945) e continua aumentando, até alcançar o pico na década de 1968 a 1978 com 9.066 páginas que apresentam o termo Amazônia, mantendo certa regularidade nas décadas seguintes. Preliminarmente, as observações acerca das ocorrências nos permitem constatar que há uma estreita relação entre a conjuntura sociopolítica e a extensão da cobertura do jornal acerca das temáticas amazônicas em geral e da **internacionalização**, em particular.

Ao fazer um quadro para identificar a progressão em termos quantitativos do número de páginas sobre a Amazônia publicadas na Folha de São Paulo, constatamos que são nos momentos de mudanças institucionais, rupturas ou estabelecimentos de uma nova ordem político-institucional que se dá maior cobertura jornalística às temáticas Amazônicas. Uma das hipóteses que levanto é que isso ocorre porque a **Amazônia** e os receios de sua **internacionalização** nomeiam, quase protocolarmente, modos de pensar o país. Ou seja,

[53] Não sei informar porque há essa diferenciação. Tampouco os operadores do acervo com quem mantive contato por e-mail e telefone souberam explicar. Minha hipótese é que o sistema de busca não reconheça palavras separadas por hífen ou qualquer outra alteração.

refletem propostas de ações, novas ordens institucionais, novos procedimentos para se mudar a realidade nacional.

QUADRO 1 - CATEGORIA "AMAZÔNIA" NA FOLHA DE SP

Intervalos de tempo por ano	**Ocorrência por número de página**	**Porcentagem com relação ao total de ocorrência (%)**
1923 – 1921	6 páginas	0,04%
1934 – 1924	407 páginas	1,1%
1945 – 1935	677 páginas	1,9%
1956 – 1946	1.349 páginas	3,7%
1967 – 1957	1.870 páginas	5,2%
1978 – 1968	9.066 páginas	25%
1989 – 1979	8.320 páginas	23%
2000 – 1990	6.416 páginas	18%
2011 – 2001	8.132 páginas	22%
TOTAL	36.243 páginas	100%

QUADRO 2 – DETALHADO ANO A ANO DA CATEGORIA AMAZÔNIA.

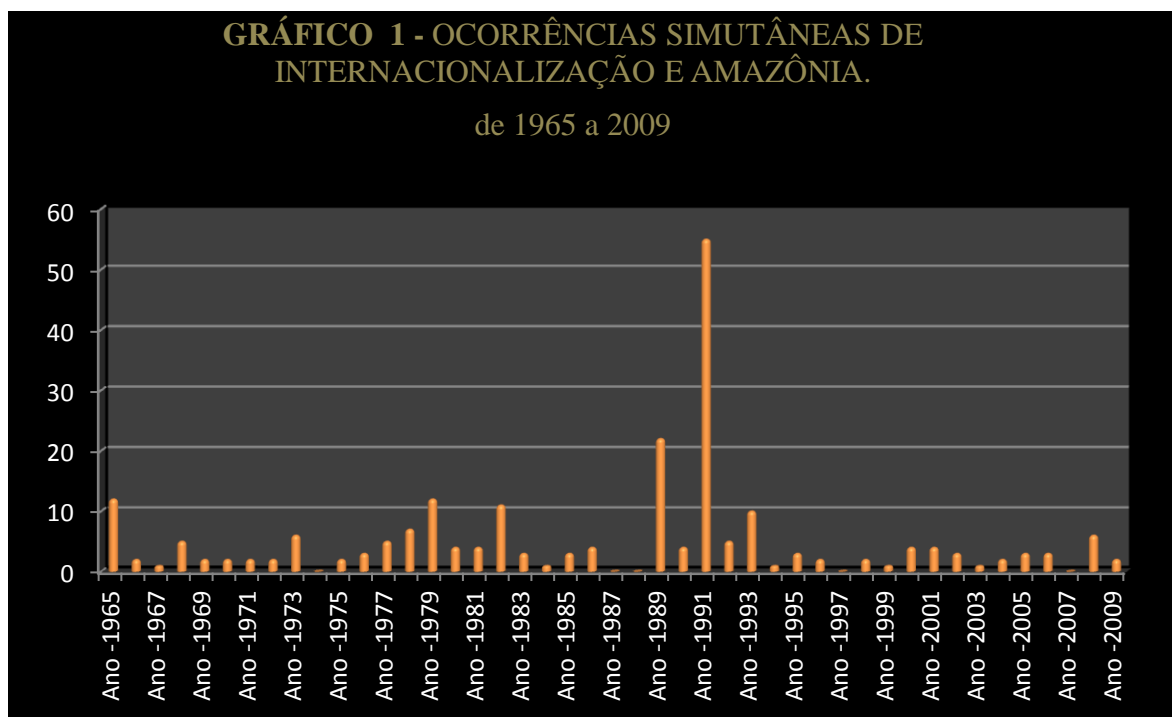
1924 a1934		**1935 a 1945**		**1946 a 1956**		**1957 a 1967**		**1968 a 1978**		**1979 a 1989**		**1990 a 2000**		**2001 a2011**	
Ano		**Ano**		**Ano**		**Ano**		**Ano**		**Ano**		**Ano**		**Ano.**	**Pág**
1924	1	1935	48	1946	72	1957	151	1968	642	1979	963	1990	79	**2001**	**1234**
1925	8	1936	63	1947	120	**1958**	**289**	1969	416	1980	806	**1991**	**1029**	2002	537
1926	14	1937	48	1948	105	1959	169	1970	599	1981	783	1992	544	2003	598
1927	28	1938	36	1949	85	1960	82	**1971**	**1140**	1982	771	1993	541	2004	633
1928	61	1939	31	1950	55	1961	135	**1972**	**1355**	1983	653	1994	461	**2005**	**1080**
1929	31	1940	31	1951	75	1962	117	**1973**	**929**	1984	685	1995	584	2006	766
1930	27	1941	82	**1952**	**199**	1963	117	1974	750	1985	739	1996	386	2007	8
1931	66	1942	86	1953	159	1964	156	1975	767	1986	605	1997	489	**2008**	**1315**
1932	51	**1943**	**173**	1954	129	1965	156	1976	730	1987	578	1998	468	2009	765
1933	66	1944	56	**1955**	**227**	1966	70	1977	751	1988	640	1999	419	2010	273
1934	54	1945	23	1956	123	**1967**	**428**	1978	987	**1989**	**1097**	2000	700	2011	126
Σ	**407**		**677**		**1.349**		**1.870**		**9.066**		**8.320**		**6.416**		**8132**

QUADRO 3 – BUSCA ABERTA OCORRÊNCIA SIMULTÂNEA NA MESMA PÁGINA DAS CATEGORIAS INTERNACIONALIZAÇÃO E AMAZÔNIA

Período	Número de Páginas
2011 – 2001	24 páginas
2000 – 1990	**87 páginas**
1989 – 1979	**85 páginas**
1978 – 1968	36 páginas
1967 – 1957	15 páginas

QUADRO 4 - CATEGORIA FECHADA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA (93 PÁGINAS): OCORRÊNCIA ANO A ANO.

1965-1975		**1977 a 1987**		**1989 a 1999**		**2000 – 2011**	
23/12/1971	Página 6	27/09/1985	Página 8	08/01/1999	Página 2	11/09/2001	Página 9
24/04/1969	Página 2	03/10/1982	3	16/04/1997	Página 10	26/05/2000	Página 67
09/08/1968	Página 3	19/10/1980	Página 7	04/12/1995	Página 11		
02/08/1968	Página 34	15/09/1979	Página 6	27/08/1993	Página 8		
05/05/1968	15	10/04/1979	Página 19	25/08/1993	Página 10		
05/05/1968	25	15/02/1979	Página 1	21/08/1993	Página 2		
26/04/1968	Página 11	05/12/1978	Página 23	20/08/1993	Página 11		

18/05/1965	Página 9	04/07/1978	Página 8	19/08/1993	Página 5		
18/05/1965	17	04/07/1977	Página 8	15/08/1993	Página 4846968		
17/05/1965	Página 4	18/05/1977	Página 7	11/08/1993	Página 2		
09/03/1965	16	03/05/1977	Página 8	19/11/1992	6		
				01/06/1992	Página 3		
				14/12/1991	Página 6		
				10/12/1991	Página 3		
				01/07/1991	Página 4		
				28/06/1991	Página 5		
				26/06/1991	Página 8		
				27/01/1991	Página 7		
				29/05/1990	Página 4		
				03/05/1989	3		
				31/03/1989	Página 9		
				23/03/1989	Página 3		
				22/03/1989	2		
				12/03/1989	1		
				11/03/1989	2		
				08/03/1989	Página 3		
				06/03/1989	Página 2		
				04/03/1989	Página 5		
				01/03/1989	Página 6		
				26/02/1989	Página 2		
				25/02/1989	3		
				24/02/1989	4		
				22/02/1989	3		
				12/02/1989	2		
				07/02/1989	1		

(A tabela que deu origem a esse gráfico pode ser consultada no anexo 4).

Primeiro, fica claro que a **Amazônia** e sua **internacionalização s**ão categorias intensamente representadas em debates *político-institucionais*. Em segundo lugar, há uma relação entre conjunturas político-institucionais que estimulam ações governamentais e

privadas para a Amazônia e a cobertura jornalística. Ao observarmos o Quadro Geral 1, constatamos que há uma crescente ocorrência da palavra **Amazônia**, acompanhando a crescente tentativa governamental de **territorializar** a região. Mais detalhadamente, as informações destacadas no Quadro 2 tentam pontuar os momentos de maior frequência da temática amazônica. O ano de 1943 apresenta 173 ocorrências. Percebemos que a temática da **Batalha da Borracha**, dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial, recebe maior atenção do jornal. No ano de 1952, as 199 ocorrências representam, grosso modo, a crescente mudança de perspectiva do governo federal, principalmente, no governo eleito de Getúlio Vargas (1951 - 1954) e suas ações para se institucionalizar práticas mais consistentes na **integração** da Amazônia à dinâmica socioeconômica do sul-sudeste do país (como por exemplo, **Plano de Valorização Econômica da Amazônia**). As 227 ocorrências no ano de 1955 simbolizam também a maior inserção do Brasil no contexto internacional. Depois das restrições à remessa de lucro definida pelo governo Vargas, é aprovada a instrução 113 da Sumoc que favorece os investimentos estrangeiros. As mudanças institucionais, tais como a transformação do Banco da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia e estímulos federais para a região, aumentam a cobertura da mídia escrita. Também outro evento importante é a fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com recursos norte-americanos, que contribuiu para aproximar ainda mais militares conservadores, políticos e empresários brasileiros com o Departamento de Estado dos EUA[54]. O ano de 1958 apresenta 289 ocorrências refletindo o **plano de metas** de Juscelino Kubitschek (slogan “Cinquenta anos em cinco” que tinha por síntese a construção de Brasília) e a interiorização do desenvolvimento, a construção da Belém-Brasília, entre outros empreendimentos (Ribeiro, 2008). Pós-ruptura institucional de 1964, observamos outro pico em 1967 com 428 ocorrências, um prenúncio da década de 1970 que apresenta um aumento nas convicções estratégicas do governo militar de que é necessário “ocupar a Amazônia brasileira”. É quando se, desloca definitivamente a dinâmica geopolítica brasileira da Bacia do Rio da Prata para a Amazônia (Bandeira, 1998). A defesa da soberania territorial na Amazônia brasileira já habitava as pautas dos manuais militares. Agora no poder político, os militares iriam intensificar não só as práticas ditas desenvolvimentistas para a região, mas também promover um debate nacional, por meio da mídia, criando um imaginário de **ameaça** e **cobiça** que deveriam ser rechaçados com uma mobilização **nacionalista**, contra a pretendida

---

[54] Há uma CPI para investigar o ISEB e promover seu fechamento, logo após o golpe de 1964 (Fausto, 2002; Gaspari, 2002).

internacionalização da Amazônia. Os anos de 1971, 1972 e 1973, respectivamente com 1.140, 1.355 e 929 ocorrências, dão indícios diretos dessa mobilização da mídia.

A redemocratização da política nacional e a promulgação em 1988 da nova Constituição Federal instrumentalizam movimentos sociais e outros atores sociais a exercerem o jogo político. Os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), debates acerca demarcações de terras indígenas e impactos de hidrelétricas, a CPI da **Internacionalização da Amazônia,** entre outros eventos, marcam os anos de 1989 e 1991, respectivamente com 1.097 e 1.029 ocorrências. Isso significa o surgimento de novas conjunturas político-institucionais para lidar com a Amazônia e sua **internacionalização**. Conflitos entre grupos compostos de militares, políticos civis e representantes da sociedade civil, muitas vezes denominados de **neonacionalistas** (reportagem da Folha de São Paulo de 23 de setembro de 1991), e as ações de ativista-intelectuais em favor de direitos de minorias (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, sertanejos) e de ambientalistas em defesa das florestas dão o novo tom das disputas para **informar** e conquistar o apoio da **opinião pública**. A primeira década do século XXI, em especial os anos de 2001, 2005 e 2008, respectivamente com 1.234, 1.080 e 1.315 ocorrências, intensificam disputas entre concepções nacionalistas e propostas de preservação ambiental. Nota-se, por um lado, concepções que vinculam uma das causas das **mudanças climáticas** ao desmatamento da floresta amazônica e que eventualmente se chocam a entendimentos acerca da soberania nacional. Por outro lado, percebem-se temáticas mais variadas de desenvolvimento sustentável, biopirataria, marcos regulatórios jurídicos, por exemplo, jurisprudências (principalmente, a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol que é disciplinada pelo Supremo Tribunal Federal) e discussões em torno do novo código florestal.

Em terceiro lugar, também ficam claras, no Quadro 4 e no Gráfico 1, as mobilizações de recursos argumentativos no intuito de formular práticas territoriais que se manifestam mais intensamente em determinados momentos. Temos dois exemplos. Primeiro, o momento de articulação da categoria **internacionalização da Amazônia**. A **cobiça internacional** e o anseio por proteger o território nacional se traduzem na nova categoria que dá o ar da sua graça em 1965, o que aumenta consideravelmente a visibilidade da Amazônia no cenário político-midiático nacional. Neste momento, a **ameaça externa** possui duas caras (1) o comunismo internacional, com seus caudilhos internos, e os **inimigos internos** (guerrilhas de esquerda), (2) o capitalismo estadunidense representado por ordens religiosas, fundações como a Rockefeller, e o futurismo-estrategista do projeto de grandes lagos do norte-

americano propalado por Hermann Kahn, membro do Instituto Hudson[55]. Segundo, os intervalos de 1989 a 1991 e de 1987 a 1997, assim como os anos de 1989 e de 1991, mostram acentuados números de páginas em que há a ocorrência das categorias **internacionalização da Amazônia**.

Essas frequências refletem a premissa de que a Amazônia entra na lógica da **segurança nacional** e da guerra contra o **inimigo interno** no contexto do governo militar pós-golpe de 1964. Para grupos conservadores nacionalistas, a **ameaça** vem de todos os lados, tanto de potências ocidentais quanto das potências socialistas (União Soviética e República Popular da China). O inimigo externo se incarna no subversivo comunista vinculado à União Soviética que, na narrativa da **segurança nacional,** é o satélite potencializador da ameaça. Praticamente, em todas as reportagens de 1968 a 1979 sobre a Amazônia constam os riscos de guerrilhas comunistas. Por exemplo, em reportagem de 10 de setembro de 1969, "Onde está o inimigo da Pátria?", que tem como subtítulo "Nós somos da Pátria a guarda", trecho do hino do soldado, destaca a importância de as Forças Armadas se prepararem para a guerra de guerrilha. No contexto de endurecimento do regime militar e de legitimação do governo militar, a reportagem destaca o papel do quartel do Comando de Fronteira do Solimões, em Tabatinga. Contudo, o inimigo da pátria não está só do outro lado da fronteira, ele também é interno: "o que acontece, porém, se o inimigo mais perigoso estiver dentro do País, como o subversivo, que quer destruir as Forças Armadas e o regime político por meio da guerrilha no campo e na cidade, do roubo de bancos e quartéis e da propaganda comunista?". Para essa guerra que não era só de confronto corpo a corpo, mas era principalmente de ideias, em 1966, foi criado na AMAN (Academia Militar de Agulhas Negras), o Departamento de Instrução Especializada para treinar cadetes nas operações de antiguerrilha, combate ao inimigo interno: "teóricos das Forças Armadas acreditam que a guerrilha, para prosperar, precisa, entre outras coisas, de uma área geográfica com cobertura vegetal intensa". A Amazônia era vista sob essa perspectiva como um potencial paraíso para os **subversivo**s. É nessa lógica que as reportagens deixam transparecer a intensa movimentação político-institucional de instrumentalizar o controle e a vigilância interna por meio de órgãos específicos: Serviço Nacional de Inteligência (SNI), Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Centro Nacional de Informações da Marinha (CENIMAR), Divisão de Segurança e Informações (DSIs), Assessorias de Segurança e Informações (ASI).

---

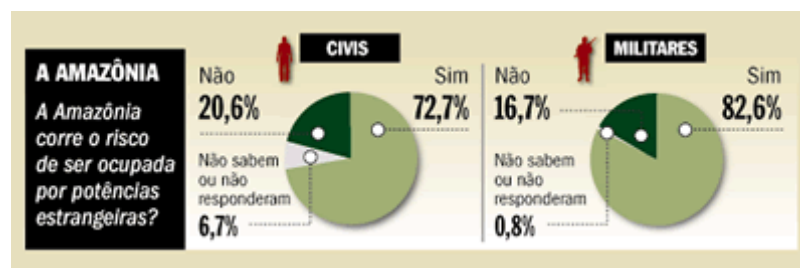
[55] Herman Kahn – estrategista militar norte-americano e futurólogo (físico nuclear), mais conhecido entre os militares brasileiros pelo Projeto Grandes Lagos – preconizava a ideia de estabelecer um lago de águas doce na Amazônia para transformar a área em grande centro de produção agrícola.

Nesse momento, as relações com os EUA não eram uma preocupação, os interesses dos EUA não eram vistos com desconfiança. Na mesma reportagem de 10 de setembro de 1969, o Ministro de Estado, General Lyra Tavares, ao expor a necessidade de reequipamento das forças armadas do Brasil foi questionado por um senador sobre as intenções dos EUA e do Brasil cuidar apenas da defesa interna, delegando a defesa externa aos Estados Unidos, se isso não seria abdicar também da soberania nacional. Segundo a reportagem o Ministro respondeu que "as preocupações dos oficiais brasileiros são com o Brasil mesmo e não com os outros países".

Porém, com a mudança de cenários, os militares mudam de postura. Depois da unificação da Alemanha Ocidental e Oriental, em 1989, e principalmente depois de 1991 com o desmantelamento da União Soviética (URSS), os EUA entram novamente no jogo como potência ameaçadora. A pergunta que os estrategistas do ocidente e do oriente se faziam era: com a possibilidade de consolidação de uma única superpotência no mundo, onde a força militar ociosa iria ser empregada agora que não há mais como justificar gastos com vigilância de fronteiras na Europa ocidental, e bases militares na Europa Ocidental (Hobsbawm, [1994] 1997; Jordan, 2009). Após a Guerra do Kuwait, de 1991, os EUA surgem como única superpotência militar no mundo (Bacevich, 2007). Nas Forças Armadas brasileiras, há a mobilização de redes militares e civis para **informar** a **opinião pública** de que as **ameaças externas** ainda estariam de pé, agora em outros moldes. Antes era uma mescla de **cobiça** capitalista norte-americana com **ameaça** comunista internacional e seus respectivos aliados internos, utilizados por forças políticas nacionais para garantir maior legitimidade a seus próprios projetos de país. Sem abandonar as ideias iniciais, o debate vem se modificando na direção de uma cobiça e de uma ameaça qualificadas, i.e., são estratégias de defesa, de sobrevivência e de inteligência de Estados nacionais, em arranjos políticos com movimentos ambientalistas, que compõem os novos desafios. Acredita-se que o capitalismo encontra outros modos de garantir o investimento de seus capitais pela via judicial e que o socialismo só terá futuro político na bandeira ambientalista (o vermelho se tornou verde). A primeira década do século XXI traz com maior intensidade esses embates, a **territorialidade** se complexifica em arranjos políticos transnacionais.

3.1.2. O QUE É FORMULADO?

Uma análise dos enunciados formulados na Folha de São Paulo e na Veja pode nos dar subsídios empíricos para perceber as transformações valorativas. Uma faceta desse processo de *transformação histórica dos conceitos* (Jasmin 2006; Koselleck 1985) consiste em que as

categorias **Amazônia** e **internacionalização da Amazônia** deslizam claramente para regimes de sentimentos nacionalistas presentes em toda a sociedade nacional. Esse sentimento nacionalista é longamente forjado ao longo de uma intensa campanha midiática, confundindo-se mesmo com os sentidos do que significa ser brasileiro. A **Amazônia** e sua **internacionalização** dizem algo sobre a nacionalidade brasileira e são utilizadas para se legitimar práticas territoriais pelo menos desde a década de 1930. O acervo Folha e o acervo Veja permitem constatar que a recorrência de debates sobre a **Amazônia** e sua **internacionalização** em meios de comunicação é quase diária. Imagine-se se estivéssemos levando em consideração outros órgãos da mídia impressa, estações de rádios e de TVs assim como sites da Internet. Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT/Sensus) e publicada na revista Veja, de 28 de novembro de 2007, em reportagem intitulada "Em que os militares miram", perguntou-se a civis e militares brasileiros se "a Amazônia corre risco de ser ocupada por potências estrangeiras?". Em quadro consolidado (reproduzido abaixo), a pesquisa afirma que 72% dos civis e 82,6% dos militares entrevistados acreditam que "sim, a Amazônia corre risco de ser ocupada por potências estrangeiras". Em contraste, apenas 20,6% dos civis e 16,7% dos militares disseram "não acreditar nesse risco". Também fica registrado na pesquisa CNT/Sensus que, no caso da Amazônia, "as Forças Armadas brasileiras não temem os países vizinhos. Temem as potências estrangeiras (além dos cientistas e dos missionários)". Apesar de não discutir as implicações sociológicas dos dados e da temática, a pesquisa é interessante, pois aponta a capilaridade da preocupação com a Amazônia brasileira.

(Fonte: Veja, edição 2.036, de 28 de novembro de 2007).

Esta enquete acaba expressando também a ampla difusão da categoria internacionalização da Amazônia. Pelo que se diz na revista, não houve problema em se identificar o significado da categoria. Há um reconhecimento por quase todos os entrevistados que souberam opinar sobre ela, fato que demonstra sua grande difusão e a ausência de questionamento sobre os intuitos da reportagem. Claro que há graus distintos de entendimentos e de potenciais

elaborações sobre a categoria, o que não é captado por esse tipo de *survey*[56]. Mesmo com limitações, é possível inferir que a *socialização* que define a nacionalidade brasileira também possui elementos que pensam o país por meio das **ameaças** que cercam a **Amazônia**, as **cobiças** dos outros em detrimento de nossa **posse** legítima. A Amazônia deixa de ser um lugar concreto e passa a ser parte do imaginário. Os marcadores que formam a dinâmica de quase toda relação de identidade social, **nós** versus os **outros (eles** ou os **de fora)**, tomam corpo na **posse** da Amazônia, como se ela fosse parte constituinte do **ser brasileiro** e da concepção política de se colocar no mundo público. Parte dos argumentos elaborados por articulistas que procuram codificar a **contra-internacionalização,** com base num conflito baseado na tensão nacionalismo versus internacionalismo, sugere que os argumentos de **governança global** e de medidas ambientais necessárias para preservar o **clima planetário** quase sempre estão a serviço de um jogo internacional potencialmente ameaçador da soberania do Estado brasileiro na região.

3.2. ANTES DA INTERNACIONALIZAÇÃO: DA NOTÍCIA PROVINCIANA À PERSPECTIVA PROGRAMÁTICA.

Antes de a categoria **internacionalização da Amazônia** ter sido, pela primeira vez, impressa no jornal Folha de São Paulo ou na revista Veja, há um histórico de construção da imagem da **Amazônia**. O período de 1921 a 1940 traz uma gama de temas que informam sobre questões aparentemente corriqueiras mas permitem perceber que as reportagens são pautadas por um interesse do centro-sul em monitorar interferências ou ingerências externas na região. Por exemplo, a primeira ocorrência da palavra **Amazônia** noticiada pelo jornal data de 5 de março de 1921, "Notícias do Pará" em que a reportagem relata a chegada de missão japonesa à região. O repórter diz que comissionado pelo governo japonês, o membro do Departamento de Agricultura e Comércio de Tóquio, Rr. Yogi, veio conhecer a indústria da pesca do Pará e do Amazonas, "devendo em breve visitar as colônias dos pescadores estabelecidas no interior do Estado" (Folha de São Paulo, Anno 1, número 13, 5 de março de 1921).

As notícias de destaque acerca da Amazônia são as que trazem estrangeiros em visita ou a negócio na região. Também há bastante destaque para as novidades em sistemas de mapeamentos na identificação de riquezas minerais e economia da borracha. Na década de 1930, ainda temos notícias paroquiais, corriqueiras, sem um caráter programático, como é o

[56] Entrei em contato com o Instituto Sensus e com a revista Veja para obter mais detalhes sobre a pesquisa, porém não obtive retorno. O ideal seria poder replicar a pesquisa e acrescentar outras questões que pudessem dar alguma indicação de como essa categoria é elaborada (pensada) pelas pessoas, mas para uma pesquisa de doutorado não há recursos disponíveis para tais incursões.

exemplo de uma série exploratória que tem início com a reportagem, “De S. Paulo ao Grão Pará” (por Luis Amaral, em 8 de setembro de 1931). Observamos um sensível aumento no interesse dos jornais do sudeste na cobertura da região principalmente por causa do empreendimento de Henry Ford na produção de borracha. Entretanto, as notícias ainda são pretensiosamente informativas, sem uma perspectiva clara de proposições. Por exemplo, em 24 de setembro de 1931, a reportagem, “Os empreendimentos de Henry Ford na Amazônia”, descreve a movimentação na margem do Tapajós e constata que “no Brasil ainda pouco se sabe a respeito dos empreendimentos que Henry Ford está levando a effeito na Amazônia, os quaes são tão importantes que têm preocupado a imprensa estrangeira” (sic). O jornal pretensamente apenas noticia. Fica evidente que a medida da importância do empreendimento é a grande cobertura promovida pela **imprensa estrangeira**, leia-se imprensa norte-americana, que dava destaque ao empreendimento, como veremos na seção destinada ao *New York Times*. Lê-se na Folha:

> As casas para trabalhadores, em Bôa Vista, situada a mais de 965 kilometros da capital do Estado do Pará, são dotadas do conforto só conhecido pelas classes mais favorecidas das cidades, Bôa Vista é uma cidade moderna, onde qualquer família, por mais humilde que seja e por um aluguel irrisório, pode gosar de todo conforto e hygiene, desde água encanada e luz elétrica até um lote de terreno de mil metros quadrados para horta e jardim. Nas ruas, que serão opportunamente arborisadas, erguem-se as casas assentes sobre sólidos alicerces de concreto, com dormitórios amplos e arejados e espaçosas varandas na frente e nos fundos. Actualmente já estão occupadas 102 dessas casas e as construções continuam (...) Nas adjacências da cidade, para que nada falte, estão sendo formados um parque e um centro de diversões. Há ainda uma escola, em pleno funccionamento, o que torna a cidade de Bôa Vista um modelo no seu gênero (sic) (24 de setembro de 1931).

Outra característica marcante é o uso de metonímias, ou seja, a tendência de utilizar a parte pelo todo, quase sempre Belém e Manaus se tornam exclusivas representações da Amazônia. Salvo algumas referências aos dois grandes centros urbanos da região, a Amazônia só é lembrada pela densidade de sua floresta, sem nenhuma referência política mais significativa (A Glória dos Bandeirantes, 23 de setembro de 1932). No fim da década de 1930, em meio às reportagens sobre a ascensão do Terceiro Reich e das guerras no Pacífico empreendidas pelo Japão na Manchúria (China), aparece uma ou outra reportagem provinciana, sem nenhuma intenção de posicionamento estratégico.

É nas décadas de 1940, 1950 e 1960 que se intensificam qualitativamente as reportagens, tendo um objetivo mais propositivo. Essa mudança de postura deve-se mais à mudança de perspectiva governamental diante da Amazônia do que a uma perspectiva crítica

dos grupos corporativos donos de jornais e revistas. Desde a ruptura institucional que instala o Estado Novo (1937), a região nasce, mesmo que timidamente, para as propostas de políticas públicas direcionadas a transformações institucionais. Além disso, a *Segunda Guerra Mundial* faz renascer a economia da borracha e práticas de **colonização**. O acordo entre os governos do Brasil e dos EUA, para o ingresso do Brasil no esforço de guerra, leva a reboque a **Batalha da Borracha**[57]. É nesse contexto que em 01 de janeiro de 1943, em meio às notícias da Segunda Guerra Mundial, noticia-se o pronunciamento do Presidente da República Getúlio Vargas. O presidente propõe uma síntese em que mostra a estratégia de fomentar a indústria de base por meio da capitalização do país e do extrativismo mineral. Ele vê a oportunidade de integrar a riqueza amazônica: "pela colonização sistematizada e aproveitamento científico das suas **reservas naturais**" (Folha, 01 de janeiro de 1943). A grande extensão territorial se torna sinônimo de reservas naturais. Ora se apequena a região, generalizando sua existência a uma ou duas cidades ,ora ela é sinônimo de recursos naturais quase sempre a serviço de um propósito externo. Isto é, os *processos decisórios* que estabelecem as propostas de políticas públicas ou empreendimentos privados não são diretamente decididos por aqueles que habitam a região e que seriam os maiores interessados em operar as transformações territoriais. Sem falar na total invisibilidade de maiorias e minorias étnicas, extrativistas e não-hegemônicas.

Especificamente na década de 1950, as reportagens começam a tratar mais intensamente de uma institucionalização da região. Aprendeu-se com a experiência transformadora durante a intensa presença de capital dos EUA, por causa da segunda guerra, que a região "necessitaria de maiores atenções" e que "seu destino não pode ser deixado apenas nas mãos de particulares" (Folha de São Paulo, 23 de janeiro de 1962), evidenciam-se convicções de que as intervenções governamentais são necessárias, para promover as mudanças desejadas. Aparecem matérias sobre o *Plano de Valorização Econômica da Amazônica*; críticas aos constantes atrasos em liberação de recursos para programas da *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (17 de agosto de 1956); levantamento geológico para determinar os recursos naturais da região do Araguaia, Projeto Araguaia (17 de janeiro de 1956); formulações propositivas da necessidade de se realizar

[57] O Brasil declara estado de beligerância aos países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) em 1942 (Fausto, 2002).

mapeamentos geológicos, hidrológicos, topográficos; notícias sobre a Carta Geologia do Brasil que mapearia as jazidas de minérios de ferro, manganês, ouro, diamante, etc.[58].

Com base no material provido pelo **acervo folha** constata-se que é nessa década que a região deixa de ser objeto apenas de notícias provincianas e passa a integrar a agenda que determina um projeto de país. Um exemplo é a reportagem "A Situação da Borracha", de 4 de março de 1951. Nesse período proposições direcionadas às práticas políticas têm mais destaque no jornal, enquanto plataforma de propaganda e arregimentação de esforços. Lê-se na última reportagem mencionada:

> Temos sempre defendido o princípio da iniciativa particular, mas quando esta se revelou pouco eficiente, como no caso da borracha, seria erro esperar que os atuais produtores consigam superar a crise. As condições de trabalho e de vida dos trabalhadores nos seringais da Amazônia devem certamente ser melhoradas, mas é duvidoso que o meio adequado de consegui-lo seja proporcionar maiores recursos aos proprietários dos seringais. Os estudos a serem feitos pelo governo não devem, pois, limitar-se a sugerir meias-medidas. É preciso aprofundar-se o exame do problema, a ponto mesmo de se propor um completo controle da produção pelo governo, através de órgãos técnicos. As empresas industriais também têm parte de responsabilidade na crise, pois as condições precárias e atrasadas existentes nas fontes de produção não lhes são desconhecidas, e é lamentável que não tenham cuidado há mais tempo de fazer o que o ministro Lafer sugeriu agora: inverter parte de seus lucros na criação de campos modernos de produção racional. Declarações feitas quinta-feira última nesta capital, pelo presidente do Banco de Crédito da Amazonas, mostram que essa entidade, que é o antigo Banco da Borracha, ainda não dispõe de informações básicas elementares. É o que se pode concluir da afirmação de que o presidente do Banco 'solicitará' ao Ministério da Agricultura que realize uma investigação sobre as condições de exploração das regiões de Belterra e Fordlândia, no Pará. Por esse inquérito, saber-se-á qual o número de árvores plantadas naquelas áreas: quantas estão em ponto de corte; quantas já estão produzindo, etc. E assim devemos esperar que o Banco possa entrar em ação, com pleno conhecimento de causa, para afinal encaminhar devidamente a solução do problema.

O jornal coloca em jogo sua visão liberal de que só a iniciativa privada promove o **progresso**. Reconhece que se faz necessária um regulamentação mais consistente por parte do Estado. Também critica todo esforço para mobilizar mão-de-obra e financiamento público, apenas para uso momentâneo, agora deixando todos desamparados, sem nenhuma perspectiva de progresso. O recrutamento e depois abandono de migrantes, principalmente do estado do Ceará, são criticados. Em um primeiro momento, se promove um chamamento para que os

[58] A lei 5.173, de 27/10/1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômico da Amazônia, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e instituiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

soldados da borracha sejam patriotas e lutem na extração da borracha para a defesa do Brasil. Em seguida, quando os interesses econômicos se desmancham, são abandonados à própria sorte. Os artigos do jornal argumentam que deveria haver uma atuação mais firme do governo na manutenção de uma economia da borracha, para garantir a sobrevivência digna dos que se dedicaram à **Batalha da Borracha**. Outro ponto, agora mais programático, das reportagens é constatar que há uma lacuna de conhecimento técnico, não havia produção de informações precisas sobre a região, critica-se a ineficiência de órgãos estatais que deveriam produzir mapas, dados técnicos, etc., mais precisos.

As notícias sobre a região vão tomando um tom muito mais programático. Os articulistas, por inúmeros fatores, começam a integrar a região no projeto de país. Eles se utilizam dos acontecimentos na região, assim como de uma imagem projetada, para influenciar os rumos do país. Assim, propuseram a cooperação entre governo e iniciativa privada para mudar o destino da indústria da borracha. É com esse *background* que, no momento seguinte, já dentro de outra ruptura institucional, agora com os militares no poder, seguiremos mais detalhadamente os argumentos que dão sustentação à categoria **internacionalização**. Dentro da abordagem do jornal, ela surge como catalisadora do debate em torno de projetos políticos para que tipo de país se quer construir.

3.3. COBIÇA E AMEAÇA: CONQUISTA E OCUPAÇÃO. SUPORTES PARA SE PENSAR DE ONDE VEM A INTERNACIONALIZAÇÃO.

Após 1964, constatamos que é recorrente a combinação de vocábulos como **cobiça** e **ameaça** para montar um argumento de que a **internacionalização** é eminente, portanto, se recomenda providências imediatas de proteção da soberania brasileira[59]. De maneira geral, as reportagens trazem quase sempre um padrão que apresenta a seguinte lógica. Primeiro se expõe um diagnóstico da conjuntura que cerca um fator específico da Amazônia, em seguida se propõe ação corretiva. Por exemplo, o Suplemento Especial, de 16 de abril de 1967, “Amazônia: um vazio cheio de riquezas”, constata que a Amazônia brasileira é um deserto verde, sem densidade populacional. O diagnóstico se assenta na premissa de que o aumento populacional do planeta levará ao escoamento dos excedentes populacionais do mundo para territórios pouco explorados de regiões periféricas do sistema econômico mundial, a Amazônia sul-americana se encaixaria perfeitamente no perfil. Depois o suplemento

[59] A busca no acervo folha com a ocorrência simultânea das três categorias (ameaça, cobiça e Amazônia) apresenta resultado com setenta e uma páginas. Já no acervo Veja, encontrei três ocorrências.

argumenta que é necessário ocupar a Amazônia com os excedentes populacionais do nordeste brasileiro e do sudeste, para criar um sentimento nacional na região e não deixar espaço vazio para migração estrangeira.

As reportagens do jornal Folha de São Paulo, desde 1965, apresentam uma forte lógica de estratégia militar tanto nos diagnósticos quanto nas sugestões propositivas do que se deve priorizar. Podemos equacionar a fórmula da seguinte maneira: **cobiça internacional** demanda ações para se rechaçar a **ameaça estrangeira**. Uma das soluções mais propostas, nesse período, é a migração interna, ocupação humana do vazio demográfico. A proposta de **colonizar** os espaços vazios da Amazônia é de duas ordens. Primeiro, capacidade de defesa em que diversos mecanismos procurariam suprir evidentes deficiências técnicas e materiais na defesa do território. Está em jogo a institucionalização de mecanismos para a produção de conhecimento técnico sobre a região com a finalidade de promover a atividade econômica tanto quanto a defesa. Estabelecem-se instrumentos institucionais para operar as ações: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (1954); Centro de Instrução da Guerra na Selva (instituído pelo decreto presidencial 53.649/1964); Colônias Militares (decreto-lei nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959), além de sistemas de monitoramento de fronteiras (Reportagem, 26 de fevereiro de 1959). O propósito é "nacionalizar as fronteiras do país, principalmente aquelas não assinaladas por obstáculos naturais" (idem). Como vimos no primeiro capítulo, práticas militares privilegiam, no caso da Amazônia, o vetor **segurança**, conforme destacou Miyamoto (1980). Desde o golpe de 1964, há um claro monitoramente das pautas dos jornais, o governo conseguia **informar**, a seu gosto, a **opinião pública**. Segundo, o adensamento demográfico, assentamento de famílias brasileiras que possam povoar a região, é visto como outro elemento essencial para a segurança, o que perpetuaria a **posse** incontestável.

Reportagens como "Cobiça internacional ameaça a Amazônia" (11 de abril de 1967), "Na Amazônia, ameaçada pela cobiça estrangeira, a borracha sofre o cerco dos concorrentes" (30 de junho de 1965), "Manifesto de Almirante Silvio Heck" (30 de junho de 1965) testemunham o processo de fixação das noções de **cobiça** e **ameaça** no *imaginário* nacional. Posteriormente temos a migração progressiva dessas categorias para a categoria síntese **internacionalização**. O acervo Folha de SP apresenta a primeira ocorrência do termo só em 9 de março de 1965, em nota intitulada "**Internacionalização** da Amazônia é 'fofoca'". Apesar da péssima qualidade do material digitalizado tanto no Acervo Folha on-line quanto no papel impresso enviando pelo serviço folha, que não permitiram uma leitura na íntegra, verifiquei que se trata de comentário, do então general Costa e Silva, desmentindo boatos de que havia um processo de **internacionalização da Amazônia**. A suspeita levantou-se por causa de

intensas movimentações de capitais, de empresas estrangeiras, que estariam atuando na região, na execução de projetos de mineração, com o apoio do governo federal. A primeira vez que a categoria aparece, surpreendentemente, é para desmentir boatos de que o governo seria conivente com práticas contra a soberania nacional. Há um jogo político. Por um lado, tenta-se apropriar da categoria para se dizer executor de práticas contra a **internacionalização**, por outro, acusam-se os adversários por serem promotores de uma **internacionalização**, ou seja, agentes da **cobiça** internacional que **ameaçaria** o interesse nacional. Há disputas políticas entre os militares que se intensificaram depois de 1968. O próprio aparato de inteligência (SNI) implantava notícias em jornais, a fim de depurar quem é quem dentro dos interesses coorporativos da nação[60].

A segunda ocorrência é uma nota, de 17 de maio de 1965, onde se lê que "o governador do Amazonas, Sr. Artur Reis, retirou-se de reunião no Ministério da Agricultura e denunciou uma tentativa de **internacionalização da Amazônia**, por meio de uma Fundação de Pesquisa Tropicais, subordinada ao Instituto Interamericano de Pesquisas Tropicais, com sede em Washington. O governador anunciou que iria recorrer ao EMFA [Estado Maior das Forças Armadas], ao CSN [Conselho de Segurança Nacional] e ao presidente da República" (17 de maio de 1965; 2ª edição, página 4). O então governador do Amazonas, Artur Ferreira Reis, um de nossos atores-autores do capítulo 2, dizia exercitar uma vigilância nacionalista permanente para os assuntos amazônicos. As diferentes tentativas de instituir fundações de pesquisa da floresta empreendidas pelas Nações Unidas (principalmente a UNESCO), Instituto Hudson, Fundação Rockefeller, recebiam forte oposição dele. Inclusive com campanhas publicitárias em jornais, o que contribuiu para se forjar um imaginário nacional em torno da temática e projetá-lo política e intelectualmente.

A terceira ocorrência é um desdobramento da segunda, "AB [governador de São Paulo Ademar de Barros] contra **internacionalização**", que diz que "o governador Ademar de Barros declarou-se ontem contrário à **internacionalização** da Amazônia, segundo denúncia do governador Artur Reis. Sobre a posição desse governador, que prometeu recorrer ao Conselho de Segurança Nacional, ao Estado-Maior das Forças Armadas e ao próprio presidente Castelo Branco, o Sr. Ademar de Barros disse concordar em termos, mas evitou considerações mais profundas sobre o problema" (18 de maio de 1965). A quarta é uma duplicação da terceira, só que em outro caderno.

[60] Hélio Gaspari (2002) realiza um levantamento documental de arquivos da embaixada norte-americana no Brasil e do Arquivo Nacional brasileiro que demonstram a operacionalidade do SNI em infiltrar agentes em jornais, além das táticas de implantação de informações.

A quinta ocorrência já é algo um pouco maior. A reportagem, "Lago destruirá jazidas de sal-gema". Relata que o deputado Bernardo Cabral, vice-líder do MDB, perante CPI da Câmara dos Deputados que examina proposta de formação de grandes lagos na Amazônia, diz que "a maior jazida mundial de sal-gema, com capacidade para abastecer toda a indústria nacional de álcalis, poderá ser posta a perder com a criação do grande lago amazônico, idéia examinada pelo Hudson Institute de Nova York". A reportagem acrescenta ainda que o deputado Bernardo Cabral reconheceria que, se "aplicados os 'argumentos centenários daquele instituto norte-americano, o Brasil se submeteria a um processo econômico e político todo voltado para o exterior, o que implicaria na chamada **internacionalização da Amazônia**" (26 de abril de 1968).

Neste momento, as temáticas amazônicas ocuparam muito mais espaço na mídia do que anteriormente, talvez reflexo das ações do governo e de parlamentares[61]. O Instituto Hudson habitava as preocupações dos estrategistas brasileiros, principalmente por causa do Projeto Lagos. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para investigar a "Aquisição de Terras por Estrangeiros", liderada pelo deputado federal Márcio Moreira Alves (requerente da CPI), dava ainda mais visibilidades para a temática específica da **internacionalização**. Seu relatório é publicado parcialmente no jornal, no suplemento Série Realidade Brasileira, de 05 de maio de 1968. A CPI investigou intensamente a compra de propriedades rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, encontrando uma série de irregularidades praticadas por **grileiros** brasileiros na venda de terras. O relatório constata que, apesar de haver um histórico interesse estrangeiro no Brasil, a década de 1950 inaugura uma crescente prática de compra de terras por estrangeiros e, desde 1966, intensifica-se o processo, notadamente por cidadãos dos EUA, de "compra de áreas de terras no interior da Bahia, norte de Goiás e região amazônica em geral" (1968, p. 117)[62]. A CPI procura dados concretos, apresenta dados de corretores, depoimentos de compradores, etc. O fato é que ela aponta diversas causas para esse fenômeno, sendo a maioria delas econômicas e não de planos conspiratórios para ocupar territórios brasileiros. Na verdade, das cinco causas para explicar o crescente interesse de estrangeiros em obter terras no Brasil, apenas uma é a hipótese de plano estratégico deliberado por serviços de inteligência de Estados nacionais

[61] A Revista Brasileira de Política Internacional, em 1968, publica uma edição inteiramente dedicada a Amazônia, onde podemos ler no Prefácio: "um dos fatos importantes na história da política internacional contemporânea do Brasil é o interesse despertado nos últimos três ou quatro anos pelo problema da Amazônia" (Revista Brasileira de Política Internacional Ano XI – Nº 41/42 – Mar/Jun 1968. Rio de Janeiro: IBRI, 1968).

[62] Utilizei o relatório publicado na Revista Brasileira de Política Internacional (A Amazônia. Ano XI – Nº 41/42 – Mar/Jun 1968. Rio de Janeiro: IBRI, 1968), por estar em melhores condições de leitura e em sua integra.

estrangeiros; as outras quatro são causas econômicas. Vejamos as causas apontadas: primeira, a especulação imobiliária, com a perspectiva de lucros futuros, já que havia uma projeção positiva no mercado nacional; segunda, o baixo custo da terra, comparativamente ao seu país de origem, faz com que "muitos agricultores e pecuaristas americanos queiram produzir no Brasil", considerado pela CPI como um fluxo de migração espontânea; terceira, a rentabilidade e segurança para investimentos externos, o Brasil, já naquela época, despontava como um país de oportunidades para se realizar bons negócios (a indústria de madeira e o agronegócio são citados)[63]; quarta, com a informação privilegiada obtida por meio de prospecções clandestinas, grupos interessados em garantir negócios mineralógicos, com grandes margens de lucro, compravam terras que sabiam ter jazidas minerais rentáveis; por último, "plano de ocupação por potências estrangeiras, de áreas fracamente povoadas do Brasil". O relatório diz que esta última causa, mesmo sendo uma hipótese, não pode ser descartada, face ao crescente "interesse despertado em todo mundo pela região Amazônica e também dada a sua perigosa **rarefação demográfica**" (grifo meu). A CPI reconhece que "essa hipótese é difícil de ser comprovada, pois, seria necessário que se conhecessem as reais intenções dos compradores de terras e estes, caso tivessem tal objetivo, procurariam dissimulá-lo ao máximo. Deve contudo ser acompanhada com cuidado, por causa de suas implicações quanto à segurança nacional". (196, p. 136). A configuração no mapa das terras, segundo o relatório, faria uma linha que penetraria nos estados de Goiás e Mato Grosso, acompanhando o paralelo de 15º, seria um cordão de isolamento da Amazônia do resto do Brasil[64]. O relatório demonstra que dados coletados apontam que a "concentração maior de terras vendidas a estrangeiros está no estado do Pará e território do Amapá, contornando a boca do Rio Amazonas, a tradicional e ainda principal via de acesso a toda a região". Nessa perspectiva essa configuração poderia trazer problemas evidentes para um plano de Defesa Nacional e o melhor seria, mesmo não tendo certeza, levar a hipótese de ocupação por potências estrangeiras em consideração.

---

[63] Os norte-americanos investiram no agronegócio brasileiro para aumentar a oferta de alimento no seu próprio mercado consumidor. Um dos meus entrevistados nos EUA, Departamento de Estado, trabalhou na década de 1970, durante 8 anos, no Mato Grosso, promovendo a produção de soja na região. Falarei mais dessa questão nos capítulos 5 e 6.

[64] Segundo o relatório havia claramente uma linha que acompanha o Rio Gurupi, abrangendo os municípios maranheses de Turiaçu e Carutapera e o paraense de Vizeu. Prosseguindo, esta linha entra pelo município paraense de Paragominas, na entrada da rodovia Belém-Brasília. A linha seguiria pelos municípios goianos de Araguatins, Tocantinópolis e Ponte Alta do Norte, para depois penetrar no Estado da Bahia, correndo pelos municípios de Formosa do Rio Preto, Barreiras, São Desidério, Correntina e Cocos.

A sexta ocorrência é uma reportagem substancial. Faz parte do suplemento especial, Série Realidade Brasileira, de 5 de maio de 1968. O título do suplemento é "Amazônia, a ocupação do vazio" que está subdividido em três cadernos e estes em subtópicos. O Caderno 2 é onde se aborda com mais especificidade as temáticas subjacentes à **internacionalização**. A primeira página desse caderno, de título "*A filosofia dos grandes lagos"*, traz um mapa da América do Sul, com destaque para a bacia amazônica, a foto do político e estrategista estadunidense Hermann Kahn e cópias de documentos com carimbos do Instituto Hudson. O caderno inicia dizendo que "ficam claras a filosofia e a estratégia do *Hudson Institute* com o seu sistema sul-americano de grandes lagos". A reportagem se propõe articular documentos, estudos, depoimentos e acontecimentos que apontam para a consolidação de projeto para a Amazônia sul-americana por parte do Instituto Hudson. O suplemento afirma que "os dois estudos do *Hudson Institute* que vão aqui publicados, pela primeira vez, preconizam a aplicação, nas áreas atrasadas da América do Sul, de uma tecnologia antiquada e de baixo custo, que eles apelidam, num jargão hermético, de 'lateral'. O projeto da *Carretera Marginal de la Selva* complementará o sistema de grandes lagos, de acordo com o hudsoniano Robert Panero. A Amazônia ficará cercada e isolada do resto do Brasil. A venda de imensas extensões de terras amazônicas, a estrangeiros, vem coroar o cerco à região". O suplemento abre a reportagem com uma mensagem especial do Ministro do Exterior, José de Magalhães Pinto, para a Folha de São Paulo, de 17 de abril de 1968. A nota do ministro de Estado (A Amazônia e a Integração Nacional) publicada na íntegra:

> (...) a incorporação efetiva da Amazônia ao espaço econômico nacional é o grande desafio desta hora. Com ela lograremos acelerar o progresso de desenvolvimento brasileiro e o de toda a América do Sul, ao criar condições mais favoráveis à integração latino-americana, pela eliminação do vazio econômico de grande parte do centro do continente. São Paulo, que no início de nossa história contribuiu decisivamente para fixar os contornos de nossas fronteiras, está chamado agora a dar – com as máquinas de sua indústria, com a experiência de seus técnicos e com as pesquisas de seus cientistas – o grande impulso à Amazônia brasileira e ligá-la definitivamente ao sul e ao leste do país. A abertura de canais de interligação das bacias do Prata e do Amazonas, o aproveitamento múltiplo dos rios da Amazônia, a exploração de seus recursos naturais em consonância com os interesses do país representam um desafio ao esforço criador dos brasileiros, tão bem representado pelo povo paulista. As diferentes 'ilhas' de civilização e progresso, que têm caracterizado o nosso desenvolvimento, se reunirão, assim, num todo contínuo, o que permitirá, pela primeira vez, pôr a serviço do homem brasileiro a totalidade do vasto espaço geográfico do país (05 de maio de 1968. Suplemento Especial. Página 2).

Nos outros subtítulos do caderno, temos os seguintes enunciados: "Numa só Amazônia, muitos países", em que se procura informar a complexidade geopolítica da Bacia Amazônia. A reportagem diz pretender informar o que estão fazendo, nas suas respectivas áreas amazônicas, os demais países. Por fim, o subtítulo mais significativo é "Segurança Nacional ou '*National Security*'", em que se questiona se as políticas públicas voltadas para a Amazônia brasileira seguem pressupostos de efetivar uma segurança nacional brasileira ou uma segurança nacional norte-americana[65], na medida em que os pressupostos de formação de uma área voltada para a segurança alimentar norte-americana estariam mais vinculados aos interesses daquele país do que aos objetivos nacionais do Brasil. O suplemento especial questiona se o *Hudson Institute* (HI), "organização que trabalha, principalmente, para o governo norte-americano", faz estudos para beneficiar os países sul-americanos ou o seu país de origem. Em acréscimo, a notícia investigada pela CPI que constata que cidadãos e empresas norte-americanos estão comprando grandes extensões de terras na Amazônia, levava a acreditar numa conspiração estrangeira para se **internacionalizar** a região. O caderno relata ainda que o HI trabalha para o Pentágono e o Departamento de Estado". Ainda no mesmo caderno, o tópico "Um sistema Sul-Americano de grandes lagos" analisa quais são as ações propostas por Robert Panero para implantar na região amazônica um sistema de sete lagos artificiais, por meio da construção de barragens baixas. Dois desses lagos seriam no Brasil, um no rio Amazonas e outro na fronteira com a Bolívia. O suplemento dá destaque aos pronunciamentos de autoridades brasileiras que se declaravam contra os planos do HI.

Numa perspectiva investigativa, o suplemento aponta ainda para as ações de corretores de terras que oferecem nos EUA terra para comprar na Amazônia. O suplemento aponta que "Stanley Amos Selig é o principal e mais conhecido vendedor de terras amazônicas nos Estados Unidos". De acordo com o jornal, ele faz parte da *Selig Brothers Real Estate CO*: "o Sr. Selig, sócio do húngaro Arpad Szuecs e do brasileiro João Inácio na grilagem e negócios imobiliários em torno de terras amazônicas, não ficou muito satisfeito com o tratamento dado ao assunto pela imprensa e pelas autoridades brasileiras. Escreveu uma carta, cheia de acusações e ameaças à CPI da Câmara que apura a venda de terras a estrangeiros". O Suplemento publica ainda todas as referências e documentos que cita. Inclusive o panfleto da venda de terras para norte-americanos.

Percebe-se que a **internacionalização da Amazônia** ia decantando no *imaginário nacional*, quase como herdeira de categorias históricas, tais como **cobiça, ameaça, posse.** Ao

[65] Como veremos no capítulo 4, a Amazônia faz parte dos planos estratégicos norte-americanos e se encontra no horizonte da segurança do Estado norte-americano.

mesmo tempo, em que a floresta é vista como patrimônio, afirma-se que só com capital de multinacionais (por exemplo, os citados na reportagem de 05 dezembro de 1978) pode-se obter a infraestrutura adequada para se acessar a riqueza: "do que adianta ter potencial hidráulico se não se pode aproveitar por falta de capital?". O paradoxo é a regra na variedade de posições que tentam instituir um regime territorial para a Amazônia, em que a **internacionalização** é trabalhada para legitimar posições.

3.3.1. A GUERRA CONTRA A NATUREZA E A LÓGICA DA OCUPAÇÃO: "INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR".

A maioria das notícias da Folha de São Paulo e da Veja reproduz acriticamente o processo de ocupação hegemônica da Amazônia brasileira, dando pouco ou nenhum espaço para vozes divergentes. Assim, podemos dizer que as reportagens ora vendem como única possibilidade viável de desenvolvimento socioeconômico da região os empreendimentos governamentais associados à iniciativa privada na abertura de estradas, construção de hidrelétricas, exploração mineral, indústria madeireira e no agronegócio; ora desempenham uma crítica formal que se limita a questionar os altos custos das obras e a falta de efetividade na entrega do **progresso** prometido[66]. Com o advento da redemocratização, mesmo que comparativamente em menor escala, a Folha de São Paulo, mais do que a Veja, tem dado algum espaço a ativista-intelectuais que articulam em determinado nível de análise as vozes de comunidades locais (extrativistas; povos indígenas; ribeirinhos, entre outros) e os efeitos de um modelo de desenvolvimento que não leva em consideração as práticas e intenções de comunidades locais, subordinadas nesse processo[67].

No período militar (1964 a 1985), a intensificação da ocupação é percebida por meio de uma metáfora de **guerra contra a natureza**. Institucionalmente, em 1965, o poder executivo anuncia a **Operação Amazônia[68]**. Em seguida, em 1966, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é instituída com o objetivo de gerar incentivos fiscais e concessões de créditos para investimentos agrícolas e industriais na região, regulamentada pela Lei 5.173 de 27.10.1966 que extingue a SPVEA e funda a SUDAM[69]. Há uma intensificação de investimentos em infraestrutura, por exemplo, a Transamazônica que

---

[66] Por exemplo, Acervo Folha, 5/01/1988, "Descontinuidade marca os grandes projetos da região".
[67] Por exemplo, Acervo Folha, 10/02/1996, "Decreto preserva área indígena, diz Jobim. Ministro diz que legislação anterior punha demarcações antigas em risco; advogado, antropólogo e índio discordam". Outro: Acervo Folha, 28/04/1977, "Bispo de Marabá denuncia projeto da Sudam e Incra".

[68] Acervo Folha, 02/09/1966, "Operação Amazônia: CB [Castelo Branco] anuncia início".
[69] Acervo Folha, 02/09/1966, "Castelo anuncia em Macapá início da Operação Amazônia".

deveria integrar o sul da Amazônia, fazendo um movimento de ocupação de leste a oeste, o que na perspectiva geopolítica dos militares garantiria um maior controle brasileiro da região[70]. Esse movimento é denominado de **fronteira pioneira** que se sintetiza no lema do governo Médici: “terras sem homens para homens sem terra”. É instituído o Plano de Integração Nacional (PIN), levando famílias da região nordeste para áreas abertas pelas estradas do governo na Amazônia[71]. Enquadram-se no mesmo processo os projetos de investimentos para mineração, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do pólo tecnológico e industrial da Zona Franca de Manaus e a abertura de novas rodovias[72].

Inicialmente, para ficar no período militar que consolida uma estrutura institucional direcionada a objetivos estratégicos de **ocupação** da Amazônia, a reportagem, de 25 de junho de 1969 (Folha de São Paulo), “A Selva Asfaltada” é exemplar ao expor de que modo as propostas se ordenam dentro de uma metáfora de guerra. A construção de cerca de 846 quilômetros de estrada entre Manaus e Porto Velho é apresentada como a metáfora da **guerra contra a natureza**: “uma grande guerra de batalhas demoradas e cansativas já dura dez anos no Norte do Brasil, para decidir a quem pertence a Amazônia, se ao homem ou à natureza”. A **guerra contra a natureza** é vista com espírito civilizador, combatendo as frentes de resistência para **amansar** a **natureza selvagem**. A reportagem, no espírito de esclarecer os desafios da guerra, expõe de modo explícito os seus elementos: “de um lado, as armas são nuvens pesadas que se desfazem em chuvas violentas, rios de água volumosas e tumultuadas, um sol de brilho claro e calor brutal e milhões de árvores de 30 metros de altura formadas em fileiras inabordáveis. Do outro lado, os inimigos são apenas seiscentos homens, armados de grandes máquinas, de pequenos comprimidos contra a malária e de um plano que estabelece o ritmo de lentas campanhas e rápidas escaramuças e até marca a data da vitória final: em dezembro de 1970”. Valoriza-se a estética do asfalto, da “estrada de terra (...) coberta (...) por uma fita negra de asfalto”, do “tom uniforme” sobre a “rica variação de verdes da floresta”, do potencial de fluxos de automóveis. A natureza enquanto oponente é concebida como algo que precisa ser combatido para se enquadrar no planejamento humano. O empreendimento é visto como dispendioso, mas que vale a pena. A estrada **amansará** a natureza bruta que oprime o homem:

---

[70] Acervo Folha, 28/06/1970, “Integração: iniciativa tomada em boa hora”.
[71] Acervo Folha, 14/11/1965, “As melhores terras do mundo - Território Federal de Rondônia - constituem parte do Plano de Integração Nacional”.
[72] Acervo Folha, 24/07/1969 e 17/09/1974, “Banco financia estradas” e “No Pará, em 1985, a maior usina de alumínio do mundo”.

> (...) natureza inimiga está sendo atacada em duas frentes por trezentos homens em cada uma. A coluna que saiu de Porto Velho marcha a 50 quilômetros por mês; a que vem de Manaus é mais lenta, avança a 1 quilômetro por dia. Quando os dois destacamentos se encontrarem no rio Matuperi, no fim do ano que vem, os homens poderão trabalhar em paz com a natureza, explorando mais racionalmente os recursos que há milhões de anos ela espalhou pela floresta.

Esse homem não é qualquer homem, é antes de tudo o brasileiro que se enquadrar nos ditames de uma política de segurança nacional. A reportagem segue fazendo referência às batalhas travadas para vencer a força da floresta. Sendo que antes, as armas eram mãos e machados, contudo, agora, “seriam substituídos pelos seiscentos operários atuais [da empreiteira mineira Andrade Gutierrez], homens que não sabem distinguir o pio do canário-da-terra do canto do rouxinol. São homens de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, há anos acostumados a construir estradas e a viver em acampamentos”[73]. A construção de uma Amazônia indomada é formulada assim:

> (...) é um esforço tantas vezes recomeçado, pois a cada conquista dos homens a natureza responde com novas armadilhas. Desmatado o terreno, consolidada uma pista, a água das grossas chuvas que caem durante seis meses por ano, ou dos rios em cheia, cobre tudo. Um paciente e minucioso trabalho de drenagem, com bombas e grandes furos ao lado da estrada, é tarefa permanente. Com a terra das caixas de empréstimo, os homens, nos dias que não chove, erguem aterros de 4 metros de altura por 9 de larguras, para que a estrada possa atravessar pântanos e alagados que a cada dia surgem na rota desmatada. Quinhentos quilômetros – dois terços da Manaus–Porto Velho – serão construídos e asfaltados sobre esses aterros.

A própria descrição de como se vence a guerra se enquadra na lógica da **ocupação** engendrada por brasileiros em progresso permanente para domar a natureza bruta da floresta e dos sistemas de chuvas. A lógica é que pelas mãos de brasileiros afeitos ao trabalho duro uma nova Amazônia vai surgir.

Além disso, a mesma reportagem dá notícia dos núcleos de povoamentos que se formam ao longo da estrada aberta: “sete núcleos de quinhentas famílias cada, com 50 hectares para cada uma, serão instalados à beira da estrada, para plantar dendê – pela primeira vez na Amazônia a população deixará as margens dos rios (...) poderão também pela primeira vez descer de ônibus para as grandes cidades do Sul e voltar a Manaus com outras noções de **conforto e progresso**”. A concepção é que o contato com os centros dinâmicos da economia

---

[73] Gustavo Lins Ribeiro (1992), ao analisar as dinâmicas de construções de obras de infraestrutura, elabora a concepção de bichos-de-obra que se enquadraria perfeitamente nessa situação.

do sudeste contaminaria as populações do norte que, por si só, irão procurar o **conforto do progresso**. Além disso, já se prevê a possibilidade de a Manaus-Porto Velho se ligar à Estrada Bolivariana, que corta a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, unindo as bacias do Orinoco e do Prata e ligando ao sistema rodoviário brasileiro. Assim se conclui, "essa ligação se completa com a estrada Porto Velho – Brasília, já aberta. Manaus deixará de ser uma 'ilha', só alcançável por avião ou pelo rio Amazonas".

O acervo Veja também traz reportagens que dimensionam essas concepções dicotômicas entre natureza amazônica e civilização brasileira em planos governamentais de combate à inflação, em projetos educacionais, entre outros, numa perspectiva que extrapola a simples guerra da conquista física[74]. A reportagem "Aula de Brasil Desconhecido", de 1º de janeiro de 1969 (Acervo Veja), noticia a operação do Projeto Rondon III para universitários. Mesmo com um caráter educacional, o projeto tem um forte apelo colonizador e de segurança nacional:

> O papel mais difícil está sem dúvida reservado aos estudantes de Medicina. Eles terão de entrar em contato com populações primitivas, cheias de preconceitos e que ainda lutam contra a morte com o óleo de rícino, o manjericão, chá de flor de laranjeira, de folhas de abacate, erva-doce e funcho. E enfrentarão doenças que só conhecem através das informações tranqüilas dos bancos escolares.

Com um discurso etnocêntrico, pouco afeito a reconhecer as diferenças e sem um mínimo de senso crítico com relação à postura colonizadora tomada pelo projeto, se afirma a a tentativa de forjar uma solidariedade nacional em torno de objetivos comuns. Contudo, o fim da reportagem revela nas próprias palavras do executor do projeto que a preocupação última é a segurança nacional e a defesa da soberania e não os aspectos humanitários: "fizemos questão de levar o maior número de estudantes para lá [Amazônia]. Assim, poderão comprovar com os próprios olhos as denúncias de infiltração estrangeira e nos dizerem o que realmente existe".

As estratégias de **ocupar**, **integrar** e **conquistar** são forjadas no discurso de dominação da natureza que se apresenta como obstáculo para as práticas governamentais e privadas, que, em última instância, são as práticas fundadoras da posse legítima do Brasil naquele território. A porta de entrada desse processo é a construção de rodovias. Há uma série de reportagens que narram o processo de abertura de corredores rodoviários na Amazônia. As principais vias rodoviárias que cruzam a Amazônia são: BR-163 (Santarém-Cuiabá); BR-319 (Manaus-Porto Velho); BR-010 (Belém-Brasília); BR-230 (denominada

[74] Por exemplo, Veja, de 18/09/1968, "Descobrir o Brasil depois de 500 anos".

Transamazônica por conectar as estradas mencionadas, especificamente Altamira-Apuí-Humaitá-Porto Velho); BR-174 (Manaus-Boa Vista); BR 364 (Cuiabá-Porto Velho; também conhecida por transoceânica que liga Brasil ao Peru). As rodovias compõem um plano geopolítico de **conquista e integração da Amazônia** que destaca duas grandes transversais: a Transamazônica (ao sul do Rio Amazonas); e a Perimetral Norte que se põe em paralelas com relação às fronteiras com as Guianas, a Venezuela e a Colômbia. É na guerra contra a natureza que habitam as perspectivas governamentais e privadas para se integrar a Amazônia e para torná-la útil ao regime de produção estabelecido por empresas intensivas em energia barata e matéria prima (ver anexo 3 – Mapa da Transamazônica).

3.3.2. NOVOS DESAFIOS E VELHOS PRESSUPOSTOS.

Tanto no jornal quanto na revista as temáticas da **internacionalização**, das **ameaças à soberania** e das **cobiças estrangeiras** se relacionam às práticas territoriais exemplificadas por projetos de infraestrutura (hidrelétricas, estradas), demarcações de terras indígenas (Raposa Serra do Sol), conflito agrário (ocupações de terras pelo MST, reivindicações de quilombolas), reconfigurações de marcos regulatórios ambientais (Código Florestal), atividades mineralógicas (mapeamentos e lavras). Os articuladores dos meios de comunicação reproduzem a lógica dos empreendimentos governamentais e mesclam essas práticas com intensos sentimentos nacionalistas, contribuindo para se vender os planos para a Amazônia como os mais adequados em determinadas conjunturas sociopolíticas. Analisaremos como essas relações se compõem em temáticas pontuais.

3.3.2.1. PROJETO CALHA NORTE

Primeiro, analisaremos o Projeto Calha Norte. Sua ativação tem uma repercussão considerável no jornal e na revista, criando atritos entre perspectivas desenvolvimentistas, ambientalistas, indigenistas e setores militares, principalmente do exército, que possuem premissas mais restritas de **segurança nacional** e **soberania**. No Acervo Folha, ao relacionarmos Programa Calha Norte (PCN) e **internacionalização** encontramos 14 ocorrências. No acervo Veja, encontram-se oito referências ao Calha Norte, contudo, nenhuma explicitamente relacionada à temática da internacionalização. A revista Veja, numa postura econômica mais afeita à livre-concorrência regulada pelo mercado, ironiza os gastos com o projeto. A reportagem “A cólera, que ameaça voltar ao Brasil depois de um século, chega às fronteiras do país”, de 24 de abril de 1991, pontua as críticas:

> O inimigo que invadiria o Brasil, saindo do interior da Floresta Amazônica, contra o qual os militares que conceberam o Projeto Calha Norte gastaram milhões de dólares, finalmente chegou ao país – só que não veio na forma de um guerrilheiro ou soldado. No início da semana passada, o amazonense Antenor González Cruz, de 23 anos, morador de Tabatinga, na fronteira com o Peru, tornou-se o primeiro brasileiro a ser considerado portador da cólera neste século.

A abordagem da Veja oscila entre um ideal liberal econômico (promotor da livre iniciativa) e um conservador político (fundamentado numa manutenção acrítica de hegemonia social). Também é importante salientar que o artigo destaca a questão da **segurança nacional** um dos argumentos legitimador do golpe de 1964.

Diferentemente da Veja, o jornal Folha de São Paulo elabora uma abordagem mais próxima das concepções do projeto. Em 11 de maio de 1986, a reportagem "A Calha Norte" dá os informes do programa que tem um caráter interministerial. O objetivo declarado é "assegurar a soberania do Brasil na Amazônia ocidental e setentrional, região das serras do Parima e Paracaíma, que compreende o Estado do Amazonas e o Território de Roraima, na fronteira com a Venezuela, hoje considerada a província mineral mais rica do mundo". Tendo como base institucional a Exposição de Motivos nº 018/1985, editada pelo General Bayma Denis, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, em caráter oficial, a reportagem declara que: a preocupação do Projeto não é apenas a extração de riqueza do solo, mas principalmente o fato de que "essa vasta região, praticamente quase impenetrável pelo lado brasileiro, no momento é percorrida, porém, por pequenos grupos nômades de índios Yanomami, que são assistidos, do lado venezuelano, por missões religiosas estrangeiras, quando não por agentes de grandes empresas ligadas à extração de minerais nobres ou à produção de diamantes". Constata-se ainda que há poucos quilômetros da área destinada ao Projeto Calha Norte, na Amazônia brasileira, "existem muitas propriedades fundiárias de tamanhos superiores ao de vários países europeus, cada uma delas pertencente apenas a um proprietário" [75]. A justificativa declarada na imprensa é que "foi para evitar a **cobiça multinacional** e o risco de **internacionalização** das riquezas dessa região rarefeita que o governo José Sarney resolveu dar urgência ao Calha Norte. Assim, as autoridades pretendem antecipar-se a iniciativas de boa fé, mas desavisadas, que se preocupem tão somente com a preservação das terras frequentadas pelos indígenas". Fica evidente que a luta identificada

[75] Não estou preocupado com a veracidade factual dos dados informados nas reportagens. Meu interesse está em mostrar sua articulação no nível da justificativa prática da legitimidade. Contudo, neste caso específico, algumas informações se encontram em dados oficiais do PCN, in: BRASIl, Ministério da Defesa, Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, Departamento de Política e Estratégia, "Subsídios para uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional" (PCN/FGV/ISAE 2001).

como **contra-internacionalização** aglutina, no fim das contas, a justificativa legitimada tanto para dotações orçamentárias quanto para condutas morais, declarando que é melhor para o **interesse nacional**, na medida em que manter sob o manto do poder público o território ainda não integrado à dinâmica econômica nacional é fundamental para superar as "grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento, promovendo a sua efetiva integração no contexto nacional"[76].

Em 30 de agosto de 1987, o político e acadêmico Hélio Jaguaribe publica, na Folha, artigo "Calha Norte". Ele constata que o projeto passa despercebido do grande público, mas que tem relevantes implicações. Nas palavras dele, o projeto

> (..) abrange a vasta faixa de fronteira do norte do Brasil, que se estende por 6.500 km, ao longo de nossas divisas com a Venezuela, a Colômbia, a República Cooperativa da Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa. Fronteiras de matas virgens, de populações indígenas com tribos ainda desconhecidas, formando uma amplíssima faixa do território nacional, totalmente **desguarnecida** pelo país. É precisamente por tais características que essa imensa região proporciona indevassados santuários para graves operações ilícitas, entre as quais avultam os aeroportos clandestinos que servem de base para o narcotráfico e para o contrabando de minerais raros.

Jaguaribe pretende designar as concepções estratégicas que implicam a segurança e a defesa nacionais vinculadas ao projeto:

> (...) na dimensão do desenvolvimento econômico-social o projeto conduz a instalação e à ampliação da infraestrutura viária, à produção de energia elétrica, ao estabelecimento de pólos de desenvolvimento econômico, ao atendimento médico-educacional das populações locais e a uma intensificação dos serviços de assistência aos indígenas pela Funai. Ainda no plano da dinamização econômica da região, o projeto contempla a intensificação de nossas relações bilaterais com os países vizinhos, tanto para facilitar o comércio fronteiriço, ou para ativar os marcos demarcatórios, como para retomar a grande proposta brasileira do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em 1978 e ratificado em 1980, mas que permaneceu, praticamente, inativo.

A argumentação de Jaguaribe é fundada na racionalidade estatal, justificando intelectualmente práticas voltadas à administração territorial na lógica de grupos hegemônicos.

Várias outras reportagens do Acervo Folha, como "'Frente Nacionalista' vence no subsolo" (29 de abril de 1988), "Plano Cohen da mineração" (16 de agosto de 1987), "Alienígenas versus indígenas" (09 de julho de 1987), "Garimpeiros causam litígio na

[76] Para uma análise profunda do Projeto Calha Norte Oliveira, uma boa referência é a coletânea organizada por João Pacheco de Oliveira: Antropologia e Indigenismo (Novembro de 1991).

fronteira" (21 de janeiro de 1991), colocam em evidência propostas que se dizem defensoras do **interesse nacional**. No entanto, essa última reportagem que traz declarações do diretor-adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, Shiguenoli Myiamoto, consegue por em evidência outra perspectiva para o Projeto Calha Norte, que não se justifica pela racionalidade da **ameaça** e **cobiça** internacional, mas por um risco calculado para se expandir a influência brasileira na região. O efeito colateral ou direcionado e não declarado do Projeto Calha Norte é a de invasão de garimpeiros brasileiros em territórios da Venezuela e da Guiana. Myiamoto afirma que

> (...) a preocupação com os limites territoriais é comum entre os países fronteiriços com o Brasil. No caso entre o Brasil e a Venezuela, o que preocupa hoje o governo venezuelano, segundo ele, é o excesso de contingente brasileiro que 'invade' o país, composto por garimpeiros que ocupam a área dos índios ianomâmi e que não respeitam as fronteiras. Os garimpeiros ocupam os territórios em função de seu potencial mineral. Com isso, criam-se regiões culturalmente brasileiras dentro do território venezuelano.

De acordo com a matéria, as comissões binacionais de verificações dos marcos fronteiriços encontram dificuldades para a delimitação devido a acidentes geográficos como rios, montanhas ou a densa floresta. Myiamoto afirma haver uma "estratégia governamental" que levou em consideração a "tendência marxista", nos anos 1980, no governo do Suriname. Também o conflito entre Guiana e Venezuela para estabelecer suas fronteiras, entre 1980 e 1985. A Venezuela ameaçava resolver a questão por vias não diplomáticas, ou seja, conflito bélico. A Venezuela reivindicava uma região montanhosa que passava por Roraima. O governo brasileiro não admitiu perder suas terras ou ter um conflito armado em seu território. A maneira de resolver o problema, de forma extra-oficial, seria ocupar a região militarmente, com isso, o governo elaborou o Projeto Calha Norte (1985) no âmbito do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Conforme a própria reportagem, o governo "alegou que o projeto tinha sido criado para ocupar a região pelo perigo de '**internacionalização**' da Amazônia". Para Myiamoto, "o projeto deveria (não oficialmente) 'empurrar' a fronteira, em uma estratégia militar de expansão de território. Mas não se faz política de expansão em caráter oficial, porque isso 'cria atritos diplomáticos'". Nessa perspectiva, a

> (...) infraestrutura (estradas, aeroportos, etc.) instalada com o Projeto Calha Norte possibilitou a 'invasão' que acontece hoje por parte dos garimpeiros. Essa ocupação não-militar, na visão dos criadores do projeto, não seria de responsabilidade do governo. Myiamoto diz que o processo de negociações diplomáticas é normal entre os dez países fronteiriços com o Brasil. Ele acrescentou que todos os países temem a ação brasileira por sua força econômica, cultural e militar.

A dimensão para qual Myiamoto chama atenção é que o Brasil pode representar a ameaça de **internacionalização** para os outros países amazônicos, uma internacionalização desde o Brasil.

3.3.2.2. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO E RIO-92: DOS COMUNISTAS (VERMELHOS) AOS AMBIENTALISTAS (VERDES). O COMBATE À INTERNACIONALIZAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO E CONSTITUCIONAL DE 1988.

Desde 1979 já se cogitava a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis ações de **internacionalização**, veja-se, por exemplo, a matéria "CPI da Amazônia já tem apoio de 25 senadores" (15 de fevereiro de 1979). A exposição de temas referentes à **defesa** da Amazônia recebe novamente atenção do Congresso Nacional, mais tarde, com uma CPI da **Internacionalização da Amazônia**, em 1991. A CPI revela que quando se trata de **internacionalização** da Amazônia ficam do mesmo lado da trincheira grupos políticos de direita e esquerda, militares e nacionalistas de diversos matizes ideológicos. A razão não é a mesma para os diferentes grupos. Os militares, desde a Constituição de 1988, se esforçam para mostrar para o conjunto da sociedade que estão comprometidos com a democracia e com suas funções constitucionais de **defesa nacional**, se preocupam principalmente com a **soberania** e a potencial desnacionalização do território. As oligarquias regionais numa atitude corporativista, para garantir o *status quo*, defendem um nacionalismo acrítico. A esquerda branda contra o capital das multinacionais e a posição periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho[77]. Entretanto, mesmo que unidos pela **internacionalização**, a paralisia é flagrante, na medida em que as forças políticas não encontram alternativas consensuais. As iniciativas são sempre as mesmas, sem mudança do panorama socioeconômico da região: não há mudança na redistribuição da renda ou melhora na educação fundamental ou ensino técnico; há falta de um planejamento industrial intensivo em conhecimento e menos em extrativismo.

A Folha de São Paulo mais do que a revista Veja dá uma cobertura ampla da CPI da **Internacionalização da Amazônia**. Este período é bastante rico para a observação das

[77] Por exemplo, ao se tentar promover a dinamização da indústria madeireira na região, com a participação de capital estrangeiro, como mercado consumidor, criou-se forte reação entre deputados de esquerda. Mesmo reconhecendo a incapacidade técnica e a limitação de pessoal do então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), de fiscalizar a indústria madeireira, o denominado Comitê de Defesa da Amazônia, composto por deputados do MDB de tendência de esquerda (exemplo, Roberto Freire, de Pernanbuco; Evandro Carrera, do Amazonas) não tinha dúvida em apoiar a linha dura do governo militar contra a proposta de se criar unidades fabris integradas para a exploração de madeira (10/04/1979, Acervo Folha, "Contrato de risco faz parte da internacionalização da Amazônia").

temáticas que envolvem a **internacionalização** na mídia escrita. Assim, as investigações da CPI, os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a demarcação da terra indígena Yanomami, tudo ao mesmo tempo fez com que os holofotes se apontassem ainda mais para as questões amazônicas, criando um terreno fértil para as elaborações acerca da **internacionalização**.

O então senador Jarbas Passarinho (PDS), que trabalhou "para que o Senado instale uma CPI sobre a Amazônia" (6 de abril de 1989), na função de Ministro da Justiça do primeiro presidente eleito diretamente depois da redemocratização, "assinou em 15 de novembro de 1991 portaria determinando que a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) demarcasse o território contínuo" dos Yanomami. A Folha noticia que a "demarcação foi homologada em decreto do então presidente Collor, de 25 de maio do ano seguinte" (19 de agosto de 1993, "Área de 9,4 milhões de hectares alimenta a cobiça"). Um dos pontos de tensão era a demarcação contínua em área de fronteira, ponto crítico para as doutrinas de segurança nacional dos estrategistas militares. Jarbas Passarinho, apesar de militar, dentro do ordenamento jurídico de 1988, não enxergava ameaça, porque a terra demarcada é de propriedade da União (art. 20; inc. II e XI). Não há contradição, na perspectiva dele, quando se assegura o ordenamento jurídico. Na contabilidade das disputas políticas, a reportagem de 19 de agosto de 1993 acredita que o presidente Fernando Collor de Mello "assumiu, com isso, o comportamento abertamente preservacionista, e preparava favoravelmente sua imagem junto às Organizações Não-Governamentais (ONGs) que participariam, no Rio, da ECO-92". Apesar de declarar expressamente o erro em se estabelecer posições maniqueístas, a reportagem coloca, de um lado, **preservacionistas**, do outro, setores das Forças Armadas. Estes últimos convictos de que as Nações Unidas estariam patrocinando um "plano de **internacionalização da Amazônia** que transformariam o território Yanomami em área de 'soberania relativa'". Para justificar sua decisão, Jarbas Passarinho, escreveu longo artigo na revista Clube Militar para dizer que "os ianomâmi não devem ser objeto de qualquer preocupação estratégica". A Folha e a Veja deram a dimensão da intensa mobilização militar nos bastidores junto à diplomacia brasileira.

Nesse mesmo contexto, o secretário do Meio Ambiente é alvo de acusações por supostas ligações suspeitas com ONGs ambientalistas internacionais que seriam promotoras da **internacionalização**: "Secretário do Meio Ambiente afirma que a preocupação com a **internacionalização** da Amazônia 'é piada'" (por Cláudio Ferreira, Folha de 19 de setembro de 1991). Acusam o Secretario de Meio Ambiente José Lutzemberger de receber dinheiro da fundação inglesa *Gaia Foundation*, para 'insistir' na preservação da Amazônia. Ele nega. As

duas primeiras ocorrências da categoria **internacionalização da Amazônia**, na revista Veja, são justamente acerca do secretário José Lutzemberger. Na reportagem “Guerra dos babacas” (VEJA de 11 de setembro de 1991), há um intenso debate entre o então secretário do Meio Ambiente e o então chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia. O debate público em torno do convencimento da **opinião pública** retratado na revista é muito significativo por pontuar, de modo explícito, as posições de ambientalistas e de militares no campo de disputas ecológicas e estratégicas dentro de práticas para a Amazônica. É uma luta para se conquistar aliados e expor convicções. Podemos dizer que essa estrutura se reproduz em vários momentos de diálogo forçado entre ambientalistas, em particular os vinculados a ONGs, e estrategistas militares das Forças Armadas brasileiras, em geral. O secretário do Meio Ambiente, em entrevista a jornalistas brasileiros durante reunião preparatória para a RIO-92, em Genebra (Suíça), ao ser instigado a comentar as declarações do general Thaumaturgo Sotero Vaz que “chamou os ambientalistas de ‘babacas’ e prometeu ‘dar porrada’ se eles tentarem ferir a soberania brasileira na Amazônia”, responde “estão nos chamando de babacas, não? (...) São eles os babacas”. Segundo a reportagem, “o secretário aproveitou e disparou contra outros desafetos. A reportagem dá destaque ainda ao comentário feito pelo secretário sobre o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, “tem mestrinhos da vida achando que essa conferência será um tribunal contra o Brasil. Ridículo. Ela é sobre a humanidade”. A reportagem parcialmente tenta dá um ar cômico à situação e às declarações do secretário, atribuindo às declarações a um momento inebriante depois de respirar o ar de Genebra. O então governador do Amazonas rebateu as declarações: “ninguém leva Lutzenberger a sério neste país”. Outras reações: “é um débil mental”, afirmou o contra-almirante Roberto Gama (ex integrante do SNI); “excêntrico e esquisito”, sentenciou deputado Atila Lins, então PFL amazonense e integrante da CPI da **internacionalização** da Amazônia.

A mesma reportagem da Veja faz uma leitura crítica da **internacionalização**, talvez isso explique porque a revista dá pouca importância para as discussões sobre a temática. Apesar de reconhecer que é importante para os atores envolvidos nessas disputas políticas, a revista afirma que o tema não “passa de uma babaquice, para ficar no nível verbal dos debatedores da semana passada”. A reportagem traça a estratégia de defesa da Amazônia dos que levam a sério as ameaças de soberania na Amazônia: “do ponto de vista de muitos militares, de alguns políticos e até de certos empresários sediados na Amazônia, haveria uma articulação internacional para tomar do Brasil a soberania sobre sua gigantesca selva tropical. Contra essa articulação, seria preciso um mecanismo eficiente de resistência, com tropas,

armas e tudo o mais que for necessário”. O artigo afirma que essa corrente defende que o “Brasil deve se colocar em pé de guerra contra o Primeiro Mundo, que quer levar um pedaço de seu território”. Constata ainda que “depois da queda do comunismo, os militares têm o ‘perigo verde’ para se ocupar”, equaciona o problema na perspectiva do concerto das nações e da ONU:

> (...) a favor dos brasileiros que caçam o fantasma da **internacionalização** diga-se que foram os estrangeiros que aguçaram essa idéia fantasiosa. O presidente da França, François Mitterrand, defende nas reuniões do G-7, o grupo dos sete países mais ricos do mundo, que a Amazônia seja declarada “patrimônio da humanidade’. A primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, também batalha para a criação de uma agência ecológica supranacional que funcionaria nos moldes do Conselho de Segurança da ONU e teria poderes de política sobre a Amazônia.

A reportagem reconhece que nem Mitterrand nem Brundtland saberiam ao certo como essas ideias poderiam ter aplicabilidade prática, na medida em que ainda temos um mundo preso às soberanias dos Estados nacionais. Em tom de anedota, a reportagem diz que o general Thaumaturgo [então comandante chefe do Comando Militar da Amazônia] até já tem um plano para repelir a invasão:

> ‘Se esses babacas tentarem entrar aqui, nós vamos cair de porrada neles como guerrilheiros’, disse Thaumaturgo ao jornal Folha de S. Paulo. ‘As Forças Armadas não vão permitir que a ONU aprove durante a Rio 92 moções de soberania restrita da região ou que crie nações indígenas sob sua égide’. Há muito tempo não se via um militar brasileiro romper tantos preceitos constitucionais de uma só vez – ao mesmo tempo que atropelava o Itamaraty, o Congresso e o próprio presidente da República – e, de quebra, lançar uma ameaça à Organização das Nações Unidas. No panorama internacional, talvez só a retórica do iraquiano Saddam Hussein seja tão esquentada. Há mesmo muito ecologista maluco que prega o congelamento da Amazônia, que seria intocável sob a guarda da ONU. Acontece que essa posição é tão radical quanto a das pessoas que temem a invasão da área, a qualquer momento, por exércitos de salvação ecológica. O mais provável é que os estrangeiros aumentem sua presença na Amazônia, mas em cooperação com os brasileiros.

Numa defesa da ordem constitucional e jurídica, sem rupturas institucionais, as declarações do general Thaumaturgo são colocadas em perspectivas:

> Ele não pode ‘cair de porrada’ sobre ninguém a não ser que receba ordens para isso. Ele deve obediência ao ministro do Exército, e este ao presidente da República, que é o comandante-em-chefe das Forças Armadas. Caso o governo brasileiro decida e o Congresso aprove a idéia de que a ONU pode criar e administrar uma reserva florestal do tamanho da Bélgica no coração da Amazônia, ao general Thaumaturgo só restará ‘cair de porrada’ no ‘babaca’ que tentar entrar na reserva. Numa democracia, militares cumprem ordens e

> não ficam ditando regras ambientais, fazendo suas próprias políticas externas ou decidindo como devem funcionar conferências da ONU. O general Thaumaturgo não foi punido por suas acrobacias inconstitucionais e vem recebendo o apoio do ministro do Exército, Carlos Tinoco, que tem sobre o assunto posições muito próximas.

A reportagem faz uma leitura legalista da situação e fundamenta seus argumentos no respeito constitucional, portanto, não inova na defesa da segurança jurídica acima de qualquer outra evidência, posição muito característica de uma perspectiva liberal anglo-saxão (Taylor, 1994). A reportagem elabora um entendimento de que os militares antes miravam nos comunistas (vermelhos) e mudaram seu alvo, agora são os ambientalistas (verdes) que representam ameaça à soberania.:

> (..) com o esfacelamento do comunismo, os militares brasileiros perderam uma de suas ocupações mais febris. Era o perigo vermelho, mais que tudo, que os mantinha naquele invejável posição de comando político, bem-dotados de verbas e treinados com esmero. Agora, tem-se um substituto. O inimigo deixou de ser vermelho para aparecer revigorado na cor verde. Nessa onda ecológica, a luta contra os invasores em potencial da Amazônia tornou-se a nova indústria das casernas.

Ainda segundo a mesma reportagem da Veja, foi ativado um lobby no Congresso que fala de guerra contra o invasor estrangeiro. O agente, de acordo com a reportagem, seria o assessor parlamentar na Câmara, comandante Sérgio Porto da Luz, oficial da Marinha, que teria a missão de discorrer sobre o perigo verde. Luz trabalha pela aprovação de um **imposto para defesa emergencial contra a internacionalização da Amazônia**, que seria conhecido pela sigla Ideia. De acordo com a Revista, o assessor parlamentar argumenta dizendo que “existe um custo para manter a Amazônia nas mãos do governo brasileiro”. O custo representado pela compra de equipamentos e pelo aumento dos efetivos militares na área deveria ficar em torno de 1,5 bilhão de dólares. A reportagem classifica de “uma bobagem de proporções amazônicas”, na medida em que reconhece que

> (...) se os países do Primeiro Mundo quiserem mesmo invadir e tomar a Amazônia será um passeio na selva para eles, com ou sem o aumento do efetivo brasileiro na região. A mãe de todas as batalhas no tapete verde seria um osso para os militares brasileiros, como foi no tapete branco para o exército iraquiano. Para o coronel da reserva Geraldo Lesbat Cavagnari, diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, a soberania brasileira está mais segura que as contas numeradas na Suíça: ‘Está na cara que a intenção das Forças Armadas ao inventar o perigo verde é ganhar um orçamento maior no próximo ano’ (Veja, 11 de setembro de 1991).

3.3.2.3. PRESSÕES E RESISTÊNCIAS: TERRAS INDÍGENAS.

Outras temáticas que suscitam fortes mobilizações de pressupostos já estruturados nos discursos e nas práticas institucionais são as contestações do atual regime de terras realizadas por **comunidades indígenas**, **quilombolas**, **extrativistas**, **assentamentos** (**acampamentos**) de trabalhadores rurais que demandam reforma agrária vinculados ao MST, a Sindicatos Rurais ou à Pastoral da Terra. Não que essas formulações sejam herméticas e tenham seu significado estritamente vinculado a determinadas práticas homogêneas de populações locais. Muito pelo contrário, há uma variedade imensa e aqui elas servem ao propósito de nomear atores políticos e não de engessar suas especificidades. Algumas propostas de cunho humanitário, religioso e ecológico que procuram apoiar lutas de demarcações de terra de comunidades tradicionais, na argumentação de alguns articulistas dos pressupostos desenvolvimentistas e da segurança nacional, esconderiam seus verdadeiros objetivos, **travar o progresso nacional**. Desde o marco regulatório constitucional de 1988, o embate político-administrativo tem se intensificado na arena jornalística.

Por exemplo, as controvérsias envolvendo demarcações de terras indígenas recebem visibilidade especial nos meios de comunicação. Raposa Serra do Sol, em Roraima, é notícia de 1988, (conflitos entre rizicultores, fazendeiros, garimpeiros e indivíduos das etnias macuxi e wapixana) até 2009 com a decisão do STF que se baseou no relatório do ministro Ayres Brito favorável à demarcação contínua da terra indígena. A reportagem “Supremo tenta evitar decisão radical sobre reserva indígena: ‘às vezes a decisão contraria as duas partes’, afirma Ayres Brito, relator do caso”, de 27 de agosto de 2008 (Acervo Folha), apresenta a disputa de modo dicotômico entre contrários e favoráveis à demarcação contínua da terra indígena. Podemos apresentá-la do seguinte modo:

CONTRÁRIOS	FAVORÁVEIS
A demarcação contínua na fronteira ameaçaria a soberania nacional, criando um enclave nas fronteiras entre Roraima e as vizinhas Guiana e Venezuela.	A demarcação contínua não impede a ação das Forças Armadas nas reservas, em especial na segurança das fronteiras, já que a terra é da União e não dos índios. Estes possuem usufruto.
A área demarcada incorporou setores produtivos que representariam ao menos 6% do PIB do Estado, além do mais os arrozeiros ocupariam apenas 1% da reserva.	A saída dos arrozeiros não prejudicaria a economia local, pois os índios passariam a produzir na área demarcada.
Arrozeiros defendiam que a demarcação fosse realizada em forma de ilhas dentro da reserva, preservando, assim, as	A demarcação em ilhas colocaria em xeque a “preservação da cultura”, pois a exclusão de parte da aldeia comprometeria

plantações e benfeitorias já existentes. Já que inicialmente Raposa e Serra do Sol eram separadas.	a organização social da etnia
Os laudos antropológicos não teriam sido feitos da maneira correta e as audiências públicas não teria ouvido todas as partes interessadas.	O governo federal argumenta que realizou todos os procedimentos jurídicos necessários e que, à época, em 1992, ainda não estavam na terra os arrozeiros que hoje disputam parte da reserva com índios.

Por um lado, ao mesmo tempo em que se fortalecem (a) as tendências homogeneizantes de especificidades étnicas e históricas em categorias administráveis, dentro da lógica de políticas governamentais (Ramos, 1994) e (b) o mascaramento de profundos processos de desigualdades materiais que criminalizam movimentos sociais por meio da *judicialização das demandas sociais* (Teixeira, 1997; Vianna, 1999), também (c) observamos que (c) a crescente segurança jurídica estabelecida por tribunais superiores disciplina, dentro de uma legalidade constitucional, processos administrativos que lidam com a diversidade territorial da Amazônia. Por outro lado, relações entre reivindicações sociais e interesses preservacionistas deslocam ações políticas de comunidades excluídas dos processos políticos municipais e nacionais para as grandes questões ecológicas planetárias, sendo, em última instância, mais um capítulo dos modelos **modernos de desenvolvimento sustentável**. De modo geral, todo esse processo político-administrativo representa pouca mudança no quadro de distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida de comunidades locais.

Em pesquisa no Acervo Folha, a ocorrência na mesma página das palavras **índio**, **preservação** e **ambiental** é intensa. Encontramos 112 páginas, com maior frequência entre as décadas de 1980 e 2010. Se juntássemos a isso outra pesquisa com categorias étnicas específicas ou com outras denominações de **comunidades tradicionais**, o resultado seria ainda mais expressivo. Esse tipo de associação, muito recorrente nas coberturas jornalísticas que reproduzem, por um lado, as práticas governamentais, por outro, as críticas de ONGs ambientalistas e instituições humanitárias, evidencia a recorrente relação entre propostas preservacionistas e aquelas destinadas a garantir direitos de **comunidades tradicionais**.

Há bastante variação ao longo do tempo nas linhas editoriais do jornal e da revista. Em certos momentos, encontramos uma maior ocorrência de artigos que elaboram a relação entre o modelo **agroexportador hegemônico** e os **interesses nacionais** de **segurança** e **desenvolvimento**. Em outros momentos, encontramos um aumento de artigos preocupados com concepções **ambientalistas** que articulam em determinado nível interesses de comunidades locais e tópicos como **mudança climática** e **preservação ambiental** em nível

global. Para ficar nas articulações mais volumosas e que suscitam um debate mais acalorado, a questão indígena tratada na Folha e na Veja reproduz argumentos de práticas *indigenistas*, i.e., interfaces entre demandas indígenas e ações estatais, principalmente com relação à demarcação de terras (Souza Lima e Barretto, 2005). As etnias e problemáticas indígenas que mais se relacionam à categoria da **internacionalização** e aos debates sobre **segurança nacional**, no jornal e na revista, são: yanomami, por conta da demarcação da terra indígena no início da década de 1990, e por estar na faixa de fronteira; waimiri-atroari, devido à resistência contra o deslocamento imposto pela construção da hidrelétrica de Balbina; macuxi e wapixana vinculados ao processo de demarcação de Raposa Serra do Sol e à polarização entre declarações ambientalistas e as de apoio aos rizicultores no contexto da decisão do STF de 2009; Kaiapó muitas vezes identificados com o Parque Nacional do Xingu e, principalmente, em razão da luta contra a construção da usina hidrelétrica Belo Monte.

São recorrentes nas reportagens categorias diacrônicas que resgatam noções evolucionistas de aculturação, integração, entre outras, enquadradas em disputas políticas que disciplinam práticas que determinaram relações territoriais de grupos minoritários (étnicos ou não) que se encontram sob o formalismo jurídico brasileiro. Nesse contexto, as etnias são abstrações que se deslocam da realidade local e perdem suas eficácias territoriais, projetando suas designações para outras dinâmicas de poder que determinam futuras práticas territoriais.

Focando mais especificamente nos yanomani, encontram-se três ocorrências**.** Em 11 de maio de 1986 (acervo Folha), o jornalista Rubem de Azevedo Lima, na matéria "A Calha Norte", diz que,

> No caso de se criar uma reserva para os sete mil índios nômades, em cima daquela faixa de fronteira, poderá vir a existir, entre o Brasil e a Venezuela, uma região teoricamente internacionalizável, a médio ou longo prazo. Se o país conceder tais reservas a uma nação indígena – que o governo, evidentemente, precisa proteger – poderão dizer que o Brasil reconheceu os direitos da etnia yanomami. Hoje, esta etnia é pura, mas, amanhã – quem sabe? – pode ser absorvida por outras, mais fortes, que não usem pedras de diamantes nos beiços, mas nos grandes negócios internacionais.

A segunda e terceira são publicadas, respectivamente, em 26 de agosto de 1987 e 19 de agosto de 1993: "Mineração e terras indígenas", por Manuela Carneira da Cunha (antropóloga, então presidente da ABA), José Albertino Rodrigues (cientista social, então vice-presidente da SBPC) e Wanderlino Teixeira de Carvalho (geólogo, então presidente da Conage); e "Índios poderão ter seus direitos revistos – Preservacionistas e empresários da Amazônia se preparam para o confronto durante a revisão constitucional", João Batista Natali (Jornalista).

O primeiro artigo inicia com uma epigrafe de Carlos Drummond de Andrade, de 1979, "Yanomami é gente como a gente. Vamos fazer força para que não acabem com esse irmão nosso em nome do progresso". Há o esforço de entidades profissionais, principalmente da Associação Brasileira de Antropologia, de estabelecer um diálogo com a *intelligentsia administrativa,* para colocar sua *expertise* a serviço de encaminhamentos mais negociados em questões que envolvam minorias (não hegemônicas), principalmente povos indígenas[78]. O artigo afirma que há recorrentes campanhas publicitárias em jornais (citado nominalmente, o Estado de São Paulo) que "visavam confundir a defesa dos direitos dos índios com uma fantasiosa conspiração internacional interessada no embargo à mineração em terras indígenas". Os autores expõem dados das disputas minerais pesquisados no livro Quem é quem no subsolo brasileiro, publicado pelo CNPq, em julho de 1987. O livro tem por base dados oficiais do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), do Ministério de Minas e Energia. Eles mostram o seguinte:

> 19% do território nacional acha-se bloqueado por autorizações de pesquisa ou de lavra mineral, sendo mais de 60% desta área localizada na Amazônia. Grupos estrangeiros detêm sozinhos 38,1% da área bloqueada por grupos econômicos. As empresas privadas nacionais vêm em segundo, com 35% e as estatais vêm por último, com 29,9%. O grupo British Petroleum/Brascan/Associados estrangeiros, somado ao grupo sul-africano Anglo-American detêm sozinhos 61% do total atribuído a grupos estrangeiros, o que corresponde a doze projetos Jari. Na faixa de fronteira em associação com pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, a British Petroleum detém seis empresas. Das áreas bloqueadas por autorizações a grupos privados brasileiros, quatro grupos econômicos controlam sozinhos mais da metade: são eles a Paranapanema, Monteiro Aranha, Brumadinho e Best.

Os autores consideram estranho que "os que lançaram tão graves acusações de conspiração internacional sequer tenham mencionado os dados arrolados acima", que na perspectiva deles configuram a "profunda **internacionalização** e privatização da exploração mineral, a verdadeira ameaça à soberania nacional e a ausência de controle do Estado sobre a política

[78] A matéria de 26 de agosto de 1987 indica que desde a identificação em área yanomami de jazidas de ouro, urânio e cassiterita, em 1975, durante o mapeamento acrofotogramétrico do projeto Radam há disputas entre empresas de mineração (que dependem de alvarás emitidos pelo Ministério das Minas e Energia), garimpeiros (geralmente, iniciam a extração e a ocupação desordenada imediatamente) e organizações ambientalistas interessadas em garantir a preservação da área indígena: "Em 1988, quando da segunda grande invasão à procura de ouro, teriam ingressado em áreas indígenas cerca de 40 mil homens, transportados por 450 aviões que operavam em pistas clandestinas. Na época, o último governador nomeado daquele ex-território federal, Romero Jucá – que havia sido superintendente da Funai e nessa condição apoiara a delimitação de terras descontínuas para os índios –, afirmava acreditar que a viabilidade econômica roraimense estava atrelada à exploração de seus recursos minerais". A matéria aponta ainda "genocídio" causado pelas epidemias de Sarampo e Malária, em 1977, quando da abertura da rodovia Perimentral Norte. Uma epidemia de sarampo matou 55% da população ianomâmi na região do rio Carrimani (Acervo Folha, 26 de agosto de 1987, "Mineração e terras indígenas").

mineral". Esse artigo é importante porque tenta mudar o foco da **internacionalização**, mesmo não indo contra a categoria em si, dizem que ela deve ser encontrada nos interesses milionários de empresas exploradoras de minerais, não na questão indígena. O conflito está, de fato, entre garimpeiros e mineradoras, em guerra aberta entre si, procurando "ocupar terreno físico e político: à tentativa das mineradoras de criar fatos consumados através da obtenção de alvarás de pesquisa correspondem as invasões recentes de garimpeiros em áreas indígenas, como a que ocorre agora na área Yanomami e que deixou saldo de mortes de um lado e de outro". Geralmente, os articuladores pró direitos indígenas ressaltam que a ausência do poder público para mediar e garantir o respeito a minorias é a causa dos maiores danos. Os minerais mais cobiçados na terra yanomami são cassiterita (Surucucus, Roraima) e ouro. Para os autores do artigo, a oposição do grupo de mineradoras é pura manobra política para garantir "reservas de mercado". A proposta dos autores, que criou um movimento de Projeto de Lei, é condicionar a extração mineral em terras indígenas só quando inexistirem outras reservas do minério em questão, em quantidade suficiente para atender às necessidades de consumo interno, justificando ainda com "reservas minerais existentes nas terras indígenas um caráter de reserva nacional de minérios", algo que poderia caracterizar **interesse nacional**. Assim, evitar-se-ia a exploração irracional e predatória que hoje se observa em terras indígenas.

A matéria de 19 de agosto de 1993 põe em pauta a questão da extensão das terras indígenas e do número de índios:

> Dificilmente os direitos indígenas deixarão de ser rediscutidos durante a revisão da Constituição. Os índios são cerca de 250 mil, divididos em 170 grupos lingüísticos, e ocupam exatos 10,53% do território nacional. Os partidários de uma limitação nos direitos territoriais dos índios argumentam que, só na Amazônia, os 741 mil quilômetros quadrados que lhes foram reservados equivalem a um pedaço da Europa em que caberiam, juntas, a Alemanha, a Áustria, a Bélgica e a Grã-Bretanha.

O artigo apresenta um mapa do Brasil, ilustrado com 519 áreas indígenas (nem todas regulamentadas), localizando 20 nações indígenas, ícones para identificar conflitos com garimpeiros, mineradoras, posseiros, madeireiros e fazendeiros. A mídia escrita cada vez mais associa, acarretando mal-entendidos de toda ordem, demandas de **comunidades tradicionais** (ou mesmo rurais) a concepções preservacionistas ou mesmo da *ideologia-utopia do desenvolvimento sustentável* (Ribeiro, 1991). As incomensurabilidades não percebidas difundem concepções que legitimam determinadas operacionalidades administrativas, dotando de orçamentos governamentais (das três esferas), de entidades

multilaterais e de ONGs (nacionais e transnacionais) ações que vinculam comunidades tradicionais e a proteção de florestas tropicais no Brasil.

3.4. RECODIFICANDO AS NARRATIVAS: TEMAS E ATORES POLÍTICOS DO SÉCULO XXI.

A **internacionalização da Amazônia** nos Acervos Veja e Folha se transforma face à crescente crítica a um modelo ideologicamente restrito de **soberania** e, cada vez mais, ideologicamente próximo de convicções ambientais. São especificamente relevantes as críticas realizadas por instituições que argumentam contra as ideias de adensamento populacional na região para garantir sua segurança, deslegitimando ações de expansão da fronteira agropastoril e o modo como elas expressam suas posições políticas nas *arenas discursivas midiáticas*. No ensaio "Amazônia: premissas para sua entrega" (28 de maio de 2008, Acervo Veja), Pompeu de Toledo analisa a política ambiental do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e a repercussão internacional da exoneração da ministra Marina Silva. Pompeu de Toledo comenta a resposta que o então recém empossado ministro Carlos Minc deu a manifestações que o questionaram sobre a **internacionalização** da Amazônia, "Carlos Minc respondeu que a aceitava – por que não? – desde que fossem internacionalizadas também Nova York e Paris". De acordo com Toledo, o assunto da **internacionalização** ressurgiu na imprensa mundial no rastro da demissão da antecessora de Minc, Marina Silva:

> (...) o jornal inglês The Independent publicou um editorial afirmando que a Amazônia 'era importante demais para ser deixada aos brasileiros'. O New York Times publicou artigo em que lembrava uma antiga frase de Al Gore, ex-vice-presidente americano, hoje santo protetor do meio ambiente global: 'ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia não é propriedade deles, e sim de todos nós'.

Pompeu lembra que a argumentação, para rebater as pretensões sobre a Amazônia, contra-atacando com a proposta também de internacionalizar Nova York e Paris, já não era inédita. Minc retomava estratégia de Cristovam Buarque, senador da República do PDT-DF. Em artigo publicado em 2000, Buarque afirma que, questionado sobre a **internacionalização** da Amazônia, num debate nos EUA, respondeu que como humanista "era a favor", assim como era a favor de internacionalizar as reservas de petróleo do mundo, libertando-as de países que arbitrariamente diminuem a extração, de internacionalizar o capital financeiro global, sujeito a manobras dos especuladores. Ele era a favor da **internacionalização** dos museus, como o Louvre. Também de Nova York, como sede da ONU, e de Paris, Veneza, Roma, Londres e Rio de Janeiro, patrimônios da humanidade, sem se esquecer do arsenal nuclear americano,

instrumento perigoso demais para estar sob controle de um único país[79]. O articulista da Veja constata que Cristovam Buarque estava "dando um chega-pra-lá nos interlocutores estrangeiros. Mas ao mesmo tempo desenhava um idílico mundo futuro, liberto das soberanias nacionais, em que tudo é de todos". O argumento é este: numa realidade ideal em que as riquezas mundiais pudessem ser fraternalmente compartilhadas entre as nações do mundo, sem fronteiras, sem pobreza, igualdade de oportunidades independente de nacionalidade ou de riqueza familiar, nesse mundo ideal é viável a **internacionalização** da Amazônia. Pompeu conclui que como esse idílico mundo futuro ainda não tinha se tornado realidade, "é bom o *Independent* e Al Gore terem um pouco de calma. A **internacionalização** só será aceitável quando se cumprirem duas premissas. Primeira: que desapareçam os estados nacionais. Segunda: que os grupos, ou comunidades, ou sociedades que restarem, mantenham entre si relações impecavelmente equitativas. Quem sabe, um dia...". Tanto a soberania do Estado nacional quanto convicções ambientais estão no centro das disputas argumentativas.

No outro ensaio de título "...e o governo se diverte" (04 de junho de 2008, Acervo Folha), Roberto Pompeu de Toledo continua a analisar a política ambiental do governo do presidente Lula. Deixando de lado toda a articulação circunstancial à troca de ministros e as críticas pontuais ao governo do então presidente Lula, fica evidente a preocupação com a incorporação de temáticas como mudança climática, política externa, defesa nacional e Amazônia que se coadunam dentro da narrativa jornalista também na temática da **internacionalização**. Ele diz:

> O Brasil em geral, e o governo em particular, ainda não entendeu o que está acontecendo. A questão do meio ambiente mudou de patamar, mundo afora. Trinta anos atrás era uma bizarria de uns poucos. Vinte anos atrás começava a ser acolhida pelos governos, mas numa posição marginal. De dez anos para cá foi se deslocando da margem para o centro e, ao impulso das notícias sobre mudança climática, chegou ao coração dos governos e das sociedades, principalmente no mundo desenvolvido. É reflexo disso que em sua recente visita ao Brasil a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, a tenha trazido como item nº 1 da agenda.

A previsão é que os EUA, que agora se encontram atrás da Europa na atenção às políticas ambientais, irão também mudar de atitude. A pergunta que o ensaio se faz é: quando o mundo desenvolvido se unir em torno da questão ambiental "com quem vão estrilar, com quem, com

[79] Buarque ganhou notoriedade nacional por ter formulado tal resposta em um evento internacional. Publicou artigo em 2000 sobre isso e há vasto material no Youtube de documentários sobre essa resposta. Entrevistei o senador em 2011, na ocasião ele disponibilizou uma pequena publicação "A internacionalização da Terra", de sua autoria. No folheto está texto preparado para palestra na Universidade of Texas Pan-American, em 14 de novembro de 2007.

quem? O Brasil. Quando se fala em clima e ambiente, fala-se em Amazônia. O Brasil já está, e estará mais ainda, na berlinda". Na medida em que a questão ambiental se desloca para o centro das preocupações de sociedades e governos, ele diz, "o fantasma da **internacionalização** da Amazônia [vai] se tornando menos fantasma. O que antes não podia ser dito em voz alta por um estrangeiro perdeu a vergonha no brado do jornal inglês *The Independent* ao comentar a demissão de Marina Silva: 'A Amazônia é importante demais para ser deixada aos brasileiros'. O que antes era produto de teorias conspiratórias ficou mais perto de virar proposta em foros internacionais". O problema colocado é saber qual é a reação brasileira. O governo brasileiro tem dimensão da importância do desafio e está preparado para agir, essas são as questões levantadas em foros internacionais e que o ensaio traz à tona. Comentando uma frase do presidente Lula, que afirmou "A Amazônia tem dono", Pompeu de Toledo diz que "é a velha síndrome, dos brasileiros em geral, e deste presidente em particular, de tratar as questões a golpe de retórica". Posto isso, ele propõe a solução:

> (...) está na hora, aliás já passou da hora, de o dono agir com firmeza contra as forças da motosserra. De inventar alternativas para as populações amazônicas que não impliquem a destruição do meio ambiente. De quebra, de iniciar, antes que outros o façam, um trabalho sério de pesquisa das propaladas riquezas da floresta – por exemplo, criando uma Universidade da Amazônia, com recursos e programas ambiciosos o suficiente para atrair os melhores cérebros, o que poderia representar um projeto científico muito mais coerente do que a proliferação sem rumo das universidades federais e uma obra de governo com a grandeza e o investimento no futuro que tentações faraônicas como a transposição do São Francisco não têm. Senão... É esperar o avanço do torniquete. Ele mal começou a se mover.

O ensaio dá o tom de que a perspectiva ambiental que vem de fora também está criando corpo na política nacional. Com um toque de ameaça externa e um toque de irresponsabilidade interna, o ensaio dá o tom de que a questão ambiental irá definir o jogo da segurança nacional na Amazônia. Mesmo que fique enigmático colocar na conta ambiental os atuais desafios da política nacional, fica claro que a narrativa jornalista está mudando seu foco, dando maior visibilidade às causas que se dizem **ambiental.**

3.4.1. A INTERNACIONALIZAÇÃO NA ERA DIGITAL

A mudança de perspectiva nas narrativas jornalistas se mostra mais explícita entre os articulistas da Veja do que nos da Folha. A reportagem "Brasileiros, às armas! Recorrentes, os boatos em torno da perda da soberania sobre a Amazônia volta em versão on-line", de 13 de fevereiro 2002 (Acervo Veja), por João Gabriel de Lima, apresenta o caso da circulação na

internet de e-mails que denunciam a existência de livros didáticos dos EUA que apresentariam imagens da Amazônia como área internacional. Ele começa dizendo que

> Ninguém diz que a Estátua da Liberdade pode ser roubada dos Estados Unidos, ou que alguém vai tirar a Torre Eiffel da França. O boato de que a Floresta Amazônia pode ser amputada do mapa do Brasil, no entanto, é recorrente – talvez pelo fato de a floresta estar longe dos grandes centros do país, a não ser para quem mora neles, um lugar inacessível, quase mítico, terreno fértil para lendas.

A reportagem faz um histórico, apontando como origem da "lenda da internacionalização" as disputas político-comerciais em torno da abertura da livre navegação do Amazonas. Ele diz:

> O medo da cobiça internacional sobre a região começou no século XIX, quando um tenente da Marinha americana, Matthew Fontaine Maury, reivindicou a abertura da navegação no Rio Amazonas para barcos estrangeiros. Foi o bastante para que se pensasse que os americanos queriam anexar a Amazônia, assim com haviam feito com o Texas ou com a Flórida. A lenda teve várias ondas ao longo do último século e meio[80].

Deixado o momento histórico, a reportagem foca no assunto principal, a saber, a mensagem que circula na internet denunciando a publicação de um livro de geografia adotado em escolas nos EUA que apresentaria a Amazônia separada dos territórios do Brasil e dos outros países amazônicos, além de texto em inglês explicando que se tratava de um território internacional (ver anexo 1). A reportagem explica o conteúdo da mensagem: "com a internacionalização, a floresta estaria a salvo dos governos 'irresponsáveis e autoritários' da América do Sul". A reportagem afirma categoricamente que "o mapa e o texto, claro, eram falsos". Ainda de acordo com a reportagem, um grupo de discussão na internet localizou dezessete erros de inglês em um texto relativamente pequeno, algo pouco provável para um livro didático. O repórter diz ter havido, por parte de internautas interessados na polêmica, exaustivo rastreamento para se encontrar o livro, *An Introduction to Geography*, atribuído a David Norman, mas não se encontrou nenhum vestígio dele nos EUA. A matéria atribui essas **lendas** à existência de grupos na sociedade brasileira que acreditam seriamente na iminente perda de soberania do Brasil na Amazônia. Ela elenca alguns desses grupos: "entre os urdidores da tese estão generais aposentados do Clube Militar do Rio de Janeiro, associações militares espalhadas pelo país, integrantes da esquerda acadêmica e marxistas radicais, alguns

[80] Narramos esses eventos históricos dos conflitos em torno da livre navegação do Amazonas no capítulo dois. Privilegio o neologismo (político-comerciais), para deixar clara a dimensão híbrida, não pura, das caixinhas que se pretendem neutras e monolíticas tais como mercado, Estado e sociedade. Porém, em uma análise mais apuradas realidades não é difícil observar as facetas fragmentadas das unidades narrativas.

deles ex-integrantes do Partido Comunista Brasileiro reunido no Núcleo Luiz Carlos Prestes, entidade que se abriga no PDT de Leonel Brizola".

Para a revista as argumentações seguem a lógica da teoria da conspiração. De acordo com a definição utilizada pela reportagem, em citação da obra Age of Anxiety: Conspiracy Theory and the Human Sciences, do jornalista britânico Adrian Quinn, "o espírito conspiratório (...) consiste em fazer ligações entre fatos disparatados. Mesmo que esses fatos sejam reais – às vezes são –, a tese resultante é frequentemente uma maluquice, porque o cimento que os une está apenas na cabeça de quem elaborou o raciocínio". O articulista segue dizendo que "a maneira como surgiu a teoria de que a Amazônia está prestes a se tornar uma zona de controle internacional monitorada pelos países ricos ilustra bem essa definição". Diz também que circulam com abundância entre grupos ligados a partidos políticos de esquerda e entre militares as célebres frases de lideres mundiais que defenderiam uma soberania compartilhada da Amazônia. Entre elas a já citada frase de Al Gore, de 1989. A reportagem diz que sempre que um político faz uma declaração dessas há logo um batalhão de diplomatas para negar e que nunca ninguém de fato defendeu isso. As teses de invasão militar, para a matéria, têm uma alta dose de antiamericanismo.

O texto argumenta que os **boatos** na internet são nocivos porque desviam a atenção do que é realmente relevante: "mais importante que discutir algo que não está em questão – a soberania brasileira sobre a Amazônia – é debater o desenvolvimento sustentado, ou seja, como levar progresso à região sem destruir a floresta. Para isso, é essencial algo que causa urticária nos xenófobos que falsificam mapas na internet: capital estrangeiro". Ela noticia que graças a uma doação de 280 milhões de dólares, a fundo perdido, do G-7, o governo federal está desenvolvendo um programa de fiscalização da floresta via satélite. Assim como havíamos identificado na seção anterior, a narrativa jornalística muda de foco e, agora, se centra nas propostas de um desenvolvimento sustentável. A matéria afirma que o foco deveria estar no ecoturismo e nas pesquisas da biodiversidade para remédios e cosméticos, ambos dependentes de financiamento externo e de maior abertura da região e não clausura: "numa época em que captar recursos e negociar bons contratos é o mais importante, tudo de que o Brasil não precisa é um ambiente xenófobo fomentado por boateiros on-line".

3.4.2. BIOPIRATARIA: MAIS UM ELEMENTO.

O material a respeito da biopirataria é farto tanto no Acervo Folha quando no Acervo Veja. Não caberia fazer um levantamento extensivo. Desde o fim da década de 1960, mesmo sem

utilizar o termo específico **biopirataria**, encontramos menções as práticas de pesquisa e retirada de fauna ou flora, material biológico, do território nacional sem o conhecimento de autoridades competentes. Exemplo é uma reportagem da Folha de 12 de maio de 1968. É no fim da década de 1990, mais especificamente em 1997, que o termo biopirataria ganha as páginas do jornal e da revista. Mesmo havendo apenas uma ocorrência de reportagem que relacione biopirataria e internacionalização, é recorrente a referência à biopirataria como uma das ações que leva à expropriação das riquezas amazônicas e que alimenta a **cobiça** e a **ameaça** estrangeira, mesmo não estando tão representada nos jornais. É depois da virada do século que a temática recebe maior atenção.

O articulista da Folha de SP, Marcelo Leite[81], em 01 de junho de 2008, escreve, sob o título "Pai e mãe da biopirataria", acerca do evento que consagra o "contrabando de aproximadamente 70 mil sementes da seringueira *hevea brasiliensis* de Santarém para os Kew Gardens de Londres, em 1876, por sir Henry Alexander Wickham (1846-1928)". Para Leite, o episódio é considerado "a mãe de todas as biopiratarias", contudo, ele faz dois questionamentos: quem foi Henry Wickham e por que demorou até a véspera da Primeira Guerra Mundial para o golpe da potência britânica render dividendos? Leite comenta que as lacunas históricas deste episódio foram supridas pelo livro The Thief at the End of the World, de Joe Jackson (2008). Consta do livro que na infância Henry Alexander Wickham maravilhou-se com a exposição de vulcanização de Charles Goodyear, "que 12 anos antes havia descoberto o processo de vulcanização da borracha". Estava exposta também a exótica matéria-prima dos **confins** da selva tropical que na leitura de Leite "ganhava a estabilidade necessária para forjar, com o aço e o petróleo, o tripé do século 20. Tentando escapar da pobreza, Wickham reinventou-se como pioneiro e explorador, com a ideia fixa de fazer fortuna com a borracha. Fracassou em quase tudo que fez". Leite diz que o destino de Wickham começa a mudar quando foi

> procurado pelos Kew Gardens, jardim botânico da rainha Vitória, quando estava passando fome numa arruinada plantação de café perto de Santarém (PA) (...) O fazendeiro fracassado revelou-se, contudo, um biopirata talentoso. Fez tudo certo, e 2.700 sementes de H. brasiliensis germinaram em Kew. O resto é história (...). Ele indicara terrenos altos e drenados como mais propícios, pois havia obtido neles as melhores sementes. A elite dos botânicos britânicos, porém, dirigiu os primeiros experimentos para áreas úmidas do Ceilão e da Índia. A demora em assimilar o conhecimento tácito de Wickham, obtido em campo, adiou por décadas o boom de borracha cultivada. Quando

[81] Autor de "Promessas do Genoma (Editora da Unesp, 2007) e de "Brasil, paisagens Naturais – Espaço, Sociedade e Biodiversidade nos Grandes Biomas Brasileiros" (Editora Ática, 2007). Blog Ciência em Dia (cienciaemdia.folha.blog.uol.com.br).

> veio, na década de 1910, os americanos é que saíram ganhando (e os barões da borracha brasileira foram à breca). Por aqui, também, muita gente acha que vai conseguir resolver o futuro da Amazônia sem nunca ter tirado os pés de Brasília.

Não se trata diretamente da internacionalização, mas a biopirataria é uma das práticas que caracterizariam a apropriação indevida de bens nacionais. Ou seja, seria uma internacionalização não pela via da ocupação territorial, mas agora num patamar mais tecnológico de utilização de substâncias, plantas, princípios ativos, etnoconhecimento, entre outros, sem passar por nenhum controle nacional.

É interessante notar que logo em seguida, o mesmo articulista, Marcelo Leite, fez questão de desfazer qualquer ilação provocada pelo artigo anterior, no artigo "O Método do Espantalho", em que ele critica a posição militar de querer vender a **doutrina da segurança nacional** por meio do medo de **internacionalização**. Ele diz que os militares e sua **doutrina da segurança** nacional venceram a disputa: "a recém-reconquistada popularidade do espantalho da '**internacionalização** da Amazônia' dá o melhor testemunho dessa vitória atrasada. Em pleno século 21, debate-se até impedir estrangeiros de adquirir propriedade no Brasil". Leite diz que a internacionalização é a conspiração mais eficiente da história, "pois dela não existem evidências concretas. A **lenda** sobrevive lastreada em velhos fatos". Ele argumenta que o serviço de inteligência das Forças Armadas brasileira cria uma ficção para desqualificar movimentos sociais, povos indígenas e ONGs ambientais. E conclui dizendo que:

> a xenofobia da **internacionalização** da Amazônia, de fato, só prejudica o país. Em primeiro lugar, atrapalha a colaboração científica internacional. Por exemplo, o projeto LBA (Experimento de Grande Escala Biosfera-Atmosfera da Amazônia), que penou para conseguir usar aviões da Nasa. Ainda hoje, criminaliza a coleta de material biológico até por cientistas brasileiros. Durante anos, impediu que se formulasse uma proposta nacional para remunerar o serviço ambiental prestado ao planeta. Seria ingênuo negar que, com a crescente explicitação dos limites físicos para explorar o capital natural (como no caso do aquecimento global), se avoluma o valor estratégico da floresta. Além dos ativos minerais, água e biodiversidade, a Amazônia estoca muito carbono – a anti-riqueza do futuro, que cria valor de troca quando se congela o valor de uso. Sim, a Amazônia é nossa. Mas seria sandice reivindicá-la só para destruí-la.

Em princípio, poderíamos afirmar que a biopirataria pode ser tanto um ato isolado de cientista ou naturalista ao subtrair alguma amostra sem autorização oficial quanto um ato coordenado de inteligência estatal ou privada para se beneficiar daquele tráfico de material natural. O fato é que em qualquer um dos dois casos a mensagem latente é negativa e leva a

crer que se faz necessário endurecer os mecanismos de controles sobre o território. A maioria das reportagens aponta o excesso de facilidades com que se realiza a biopirataria (4 de junho de 2008, Acervo Folha, "Neocolonização da Amazônia"). Disso advém as críticas de que o Brasil não investe recursos suficientes para defender a integridade da floresta e desenvolver a capacidade tecnológica para utilizar adequadamente as potencialidades da Amazônia.

3.4.3. NOVO CONSERVADORISMO? OU UMA NOVA PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA? O DILEMA ENTRE DIREITOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS, AMBIENTALISMO E SEGURANÇA NACIONAL.

Ainda dentro das disputas públicas que na narrativa midiática coloca de um lado lobbies de produtores rurais e de outros grupos organizados de ambientalistas e eventualmente movimentos sociais, a Veja, em 05 de maio de 2010, publica a reportagem **A Farra da Antropologia Oportunista,** de autoria de Leonardo Coutinho, Igor Paulin e Júlia de Medeiros, que suscitou bastante polêmica. Instituições empenhadas em promover práticas ambientais e em garantir direitos de comunidades tradicionais, tais como o Instituto Socioambiental (ISA), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outras, movimentaram suas redes profissionais para rebater as críticas. Primeiro analisemos a reportagem e depois as repercussões. A matéria, já em seu subtítulo, considera que os critérios "para a delimitação de reservas indígenas e quilombos" são frouxos e que ajudam a "engordar as contas de organizações não governamentais e diminuem ainda mais o território destinado aos brasileiros que querem produzir".

Precisamos colocar em perspectiva a própria linguagem utilizada. No geral, prefere o modo verbal indicativo ao subjuntivo, i.e., eles expressam a notícia num tom de constatação factual, não de uma hipótese. A reportagem se propõe a desconstruir a ilusão em que se encontraria a **opinião pública** brasileira com relação ao que se esconde por trás da "indústria das demarcações de terras". Parte do pressuposto de que

> as dimensões continentais do Brasil costumam ser apontadas como um dos alicerces da prosperidade presente e futura do país. As vastidões férteis e inexploradas garantiriam a ampliação do agronegócio e do peso da nação no comércio mundial. Mas essas avaliações nunca levam em conta a parcela do território que nem será explorada, porque já foi demarcada para proteção ambiental ou de grupos específicos da população.

A reportagem resgata o imaginário de que as "vastidões férteis e inexploradas" são nossa vantagem comparativa, imaginário esse presente nas categorias institucionalizadas pelas

práticas analisadas nos capítulo 1 e 2, tal como **sertão**. A matéria afirma que áreas de preservação ecológica, reservas indígenas e remanescentes de quilombos "abarcam, hoje, 77,6% da extensão do Brasil. Se a conta incluir também os assentamentos de reforma agrária, as cidades, os portos, as estradas e outras obras de infraestrutura, o total alcança 90,6% do território nacional". Não cabe aqui contrapor dados ou fazer levantamentos para comparar informações. Na perspectiva da revista, os dados são apresentados para "alertar" (**informar**) a **opinião pública** das ações do governo que, segundo eles, "pretende criar outras 1.514 reservas e destinar mais 50.000 lotes para a reforma agrária. Juntos, eles consumirão uma área equivalente à de Pernambuco. A maior parte será entregue a índios e comunidades de remanescentes de quilombos".

Para desconstruir essa "farra", a reportagem chega à "indústria da demarcação". Eles afirmam que a "legislação brasileira instaurou um rito sumário no processo de delimitação dessas áreas", simplificando ao ponto que "uma comunidade depende apenas de duas coisas para ser considerada indígena ou quilombola: uma declaração de seus integrantes e um laudo antropológico". A principal crítica levantada na revista é que "a maioria desses laudos é elaborada sem nenhum rigor científico e com claro teor ideológico de uma esquerda que ainda insiste em extinguir o capitalismo, imobilizando terras para a produção". Se utilizando de citações, algumas vezes refutadas posteriormente, de antropólogos, a reportagem procura demonstrar os trâmites de demarcação:

> Os laudos antropológicos são encomendados e pagos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Mas muitos dos antropólogos que os elaboram são arregimentados em organizações não governamentais (ONGs) que sobrevivem do sucesso nas demarcações. A quantidade de dinheiro que elas recebem está diretamente relacionada ao número de índios ou quilombolas que alegam defender. Para várias dessas entidades, portanto, criar uma reserva indígena ou um quilombo é uma forma de angariar recursos de outras organizações estrangeiras e mesmo do governo brasileiro.

A reportagem procura trilhar o caminho dos recursos para encontrar a principal motivação para tanta mobilização em torno das demarcações. Eles dizem que "não é por outro motivo que apenas a causa indígena já tenha arregimentado 242 ONGs. Em dez anos, a União repassou para essas entidades 700 milhões de reais. A terceira maior beneficiária foi o Conselho Indígena de Roraima (CIR)". Ainda de acordo com a reportagem, em dez anos, o CIR recebeu 88 milhões de reais da União, mais do que o que foi repassado para a delegacia da FUNAI de Roraima.

Mais especificamente sobre a antropologia, a reportagem critica o conceito de "índios ressurgidos". A matéria fica no nível da indignação e do pitoresco, não discutindo especificamente questões tratadas em trabalhos que analisam o que se denomina etnogênese. Veja expõe relatos de pessoas que reinventaram a identidade indígena para conseguir tratamento diferenciado perante órgãos de demarcação de terras. A reportagem diz ter constatado que

> A leniência com que a Funai analisa tais processos permitiu que comunidades espalhadas pelo país passassem a se apresentar como tribos desaparecidas. As regiões Nordeste e Norte lideram os pedidos de reconhecimento apresentados à Funai. Em dez anos, a população que se declarava indígena triplicou (...) Na Amazônia, quarenta grupos de ribeirinhos de repente se descobriram índios. Em vários desses grupos, ninguém é capaz de apontar um ancestral indígena nem de citar costumes tribais. Veja deparou com comunidades usando cocares comprados em lojas de artesanato. Em uma delas, há pessoas que aderiram à macumba, um culto africano, pensando que se tratasse da religião do extinto povo anacé. No Pará, um padre ensina aos ribeirinhos católicos como dançar em honra aos deuses daqueles que seriam seus antepassados.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é acusado de fazer distintas operações de transposição de pessoas e de estimular o surgimento de etnicidades para garantir o acesso a terra e a serviços públicos. Veja apresenta um mapa colorido, para projetar a extensão demarcada em termos de ocupação do território nacional e compara com a extensão dos estados da federação. Assim, diz que reservas e demais áreas de preservação ambiental estendem-se por 5.500.000 quilômetros quadrados (64,5% do território), equivalente aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará e Maranhão. Cidades e infraestrutura ocupam 255.000 quilômetros quadrados (3% do território), equivalentes ao estado do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Reservas indígenas e quilombos ocupariam 1.110.000 quilômetros quadrados, 13,1% do território, o que equivaleria aos estados de Goiás, Sergipe, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Assentamentos de reforma agrária ocupariam 850.000 quilômetros quadrados (10% do território), equivalente ao estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Alagoas. Subtraindo mais a extensão que pode vir a ser demarcadas em terras indígenas, quilombos, assentados da reforma agrária, unidades de conservação e demais áreas de preservação ambiental (equivalente ao estado de Pernambuco), o quadro afirma que restaria apenas 700.000 quilômetros quadrados para a produção e desenvolvimento, 8% do território, equivalente ao estado da Bahia e Piauí. Mesmo não sendo nossa intenção refazer os cálculos da revista ou averiguar sua veracidade, fica claro um erro óbvio na soma que não leva em consideração as sobreposições de terras que muitas vezes

recebem diferentes denominações. Ou seja, uma mesma extensão territorial é somada duas vezes. O mais importante é focarmos na intenção de **alertar o Brasil** de um enorme esquema de lesa-pátria. Esse modo de tentar mostrar o caminho certo para o desenvolvimento é recorrente nas matérias das duas instituições em foco. Podemos apreender um padrão que se relaciona a premissas geopolíticas.

Para relacionar esse padrão de **informar** a opinião pública brasileira sobre as ameaças ao nosso desenvolvimento e algumas premissas geopolíticas, utilizarei artigo do general reformado do exército Carlos de Meira Mattos publicado na seção Tendências/Debates da Folha de São Paulo, em 13 de abril de 2005, em que ele procura relacionar as novas temáticas que envolvem política ambiental, demarcações de territórios de comunidades tradicionais e a tese da **internacionalização**. No artigo "Escalada Autoritária", o general Meira Mattos diz que

> É antiga a idéia da **internacionalização** da Amazônia. De tempos em tempos ela volta ao palco, trazida por novos ventos, revestida em teses pseudocientíficas ou sócio-humanitaristas usadas para ocultar o seu verdadeiro objetivo político ou econômico. No começo era apenas a surpresa aplastante de quantos famosos cientistas e naturalistas, europeus e norte-americanos, diante da magnitude do cenário florestal e hidrográfico com que deparavam na Amazônia. Nos séculos 17 e 18 vieram conhecê-la e estudá-la renomados cientistas e naturalistas da Europa e dos EUA. Seus relatórios e estudos chamaram a atenção internacional para a Amazônia. Passada a fase de admiração científica pela sua colossal imagem geográfica, vieram as ambições e a cobiça.

É curioso perceber que o general percorre, mesmo que resumidamente, a eventos históricos que analisamos nos capítulos 1 e 2. Ele comenta o evento da livre navegação durante o Império de Dom Pedro II. Ele ressalta as tentativas do comandante Matthew Maury, chefe do Observatório Naval de Washington, que defendia a livre navegação internacional do rio Amazonas, em 1850[82]. O general cita ainda a data de 1948 em que fora aprovado pela UNESCO a criação do *Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*,. Dessa vez, a quebra da soberania brasileira foi evitada pela Parlamento brasileiro, baseado num parecer do então Estado-Maior Geral e na campanha veemente de protesto do senador Arthur Bernardes. Desde a década de 1980, o general constata que há uma crescente propaganda de "interferência na nossa Amazônia":

---

[82] No próximo capítulo veremos que The New York Times também trata do caso da livre navegação no Amazonas, na perspectiva do comandante Matthew Maury.

> Somando-se às hostes internacionalistas, compostas principalmente de ONGs, o ex-presidente da França, François Mitterrand, declarou, em 1991 que 'o Brasil precisa aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia'. A tese mais recente é a de que a Amazônia é 'patrimônio da humanidade', devendo ser administrada por autoridade internacional, única capaz de garantir a sobrevivência de vida no planeta. Oferecem aos países donos do território amazônico o consolo de uma soberania partilhada.

Na perspectiva dele, a propaganda e as pressões internacionais a favor dessa **internacionalização** vêm revestidas de premissas pseudocientíficas: "Amazônia, pulmão do mundo; queimadas na floresta são as responsáveis principais pela emissão de CO_2 e consequente envenenamento da atmosfera (duas acusações já cientificamente destruídas); Amazônia, último espaço de natureza e vida selvagem a ser preservado (preferida dos antropólogos, ambientalistas e indigenistas)". Ele aponta ONGs dos EUA e dos países ricos da Europa, agências de inteligências e missões religiosas que atuam na Amazônia brasileira e dispõem de dinheiro e de participação de brasileiros, como os principais responsáveis pela propagação de falsas teses ambientalistas. O último e mais recente acontecimento que propõe essa relativização da soberania brasileira na Amazônia, segundo o general Mattos, é a proposta de soberania partilhada realizada pelo francês Pascal Lamy, ex-comissário de Comércio da União Européia que se tornou diretor-geral da Organização Mundial do Comércio. Ao defender a governança global, em conferência realizada em Genebra, perante diplomatas e funcionários de organizações internacionais, Lamy, de acordo com o artigo do general, afirma que "as florestas tropicais como um todo devem ser submetidas à gestão coletiva, ou seja, gestão da comunidade internacional". Mattos conclui disso que

> não há dúvidas de que perigos rondam a nossa nunca contestada integridade territorial. Cabe ao Estado brasileiro demonstrar forte e inabalável decisão de não aceitar a violação de seus direitos soberanos. Para isso, precisará de uma diplomacia superativa e presente, capaz de desfazer no nascedouro qualquer pretensão internacionalista lesiva ao interesse nacional. Ao mesmo tempo, deve revelar notória capacidade de administrar a Amazônia, desenvolvendo eficiente política auto-sustentável que preserve sua natureza, proteja suas águas e otimize o seu povoamento.

É interessante perceber que esses eventos são revisitados toda vez que se fala da internacionalização e a intenção é pedagógica na medida em que se relembra que a soberania brasileira na Amazônia correu, corre e sempre continuará correndo perigo, cabendo aos brasileiros defendê-la. É quase um mito fundador que precisa ser revisitado para fortalecer os laços e as convicções do que somos e o que precisamos fazer para manter o legado de nossos

ancestrais. Há uma vinculação entre práticas ambientalistas e o que se aponta como novas formas de ameaça da soberania brasileira.

3.4.4. A NARRATIVA DA MUDANÇA CLIMÁTICA E DO SALVAR O PLANETA: OUTROS VALORES A CONTRABALANÇAR AS PROPOSTAS PARA A AMAZÔNIA.

É recorrente encontrarmos no jornal e na revista artigos de pesquisadores de universidades, membros de ONGs ambientalistas, equipe de pesquisadores de instituições especializadas em clima (por exemplo, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), agentes políticos, membros de partidos políticos que procuram endereçar diagnósticos, teorias, convicções e prognósticos acerca das **mudanças climáticas**. Muitos fazem um esforço de pensar de que modo essas discussões devem ser apropriadas no Brasil e por ações governamentais, ONGs e empreendimentos privados. Não se faz necessário um levantamento detalhado dessa temática na revista e no jornal, uma vez que os argumentos são muitos próximos um do outro. Optei por focar em uma reportagem especial, de 24 de outubro de 2007, "SOS Terra: países e pessoas agem ... Mas alguns ainda duvidam", da Revista Veja em que se retrata o aquecimento global e a crescente preocupação com o ambiente que advêm do desejo das pessoas em "fazer sua parte para salvar o planeta". O artigo começa com a seguinte pergunta: "em que planeta vivemos?" De acordo com ele, só há duas possibilidades: de um lado, o planeta Al Gore; do outro, o planeta dos cientistas que discordam da ideia central de Al Gore e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), denominados "céticos". A reportagem traça dois panoramas.

Primeiro panorama: "um brasileiro que nasça hoje chegará à idade adulta em um mundo hostil e diferente, no qual restarão raros ursos-polares fora do zoológico e se poderá navegar pelas ruas do Recife, submersas pela elevação do nível do mar. Seus netos viverão num ambiente pestilento, com surtos de malária, dengue e febre amarela decorrentes do clima mais quente. Na Amazônia, com temperaturas 8 graus mais altas que as atuais, a floresta se transformaria em cerrado e estaria sujeita a incêndios de dimensões bíblicas. O que se chama aqui de planeta Al Gore é aquele que o político americano descreveu em seu documentário *Uma Verdade Inconveniente*, cuja dramaticidade lhe rendeu dois dos prêmios mais cobiçados que existem". Os prémios foram o Oscar e o segundo Nobel da Paz de 2007, junto com indiano Rajendra Pachauri, presidente do IPCC. **Segundo panorama:** é traçado por um grupo de cientistas denominados de "dissidentes do clima" ou "céticos". Eles consideram que

"o IPCC e as premissas de Al Gore se tornaram as bases para 'a maior religião urbana de alcance planetário'". A base para a contestação, de acordo com a reportagem, é a obra do estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg, Cool It: O Guia do Ambientalista Cético para o Aquecimento Global. O livro se tornou um best-seller e o autor foi eleito pela revista Time uma das 100 pessoas mais influentes do mundo.

A matéria propõe sumariar as divergências entre "ambientalistas ortodoxos e céticos" numa dinâmica de quatro questões e respostas. **Primeira**: a responsabilidade pelo aquecimento global é humana? Os adeptos do aquecimento global dizem que a emissão de dióxido de carbono (CO_2) e outros gases, principalmente advindos da queima de combustíveis fósseis e da madeira de florestas, aumenta o efeito estufa. Por sua vez, os céticos acreditam que só parte do aquecimento global pode ser atribuída à ação humana. Eles colocam na equação as emissões de CO_2 de florestas em decomposição e de oceanos, afirmam que a Terra já passou por outros períodos de aquecimento antes da Era Industrial e não são conhecidos ao certo os agentes causadores. A mudança climática também pode ter uma referência cíclica de Eras Geológicas. **Segunda**: é possível amenizar o aquecimento global e de que modo? "O IPCC diz que o primeiro passo é reduzir as emissões de CO_2 para a atmosfera. A seguir, é preciso aumentar a eficiência no uso de energia para queimar menos combustíveis fósseis". Os céticos argumentam que o processo de frear o aquecimento global é lento e não pode ocorrer nas próximas décadas, sendo a opção investir em pesquisas para baratear energias alternativas e, no futuro, tornar a humanidade menos dependente de petróleo. **Terceira**: quando os efeitos do aquecimento começarão a ser sentidos? O IPCC afirma que os primeiros sinais já podem ser sentidos no aumento de enchentes, secas prolongadas e de frequência de grandes furações. Os céticos estimam que os primeiros efeitos só poderão ser medidos com maior precisão metodológica dentro de 50 a 100 anos. **Quarta:** qual é a gravidade real desses efeitos? O IPCC considera que as catástrofes naturais serão freqüentes e devastadoras. Para os céticos, os desastres serão poucos e não será difícil para a humanidade se adaptar a essas alterações climáticas.

Na conclusão, parece que a revista está mais propensa a fechar com as premissas de Al Gore do que com as dos céticos. Mesmo fazendo suas ressalvas, no geral a revista tende a reconhecer os alertas sobre a **mudança climática**. Também deixa de lado a crítica mais pesada dos denominados céticos, a saber: de que se emprega muito recurso em questões ambientais não comprovadas em detrimento de ações humanitárias prioritárias. Os céticos fazem uma leitura crítica das políticas ambientais que não se preocupam com a situação de

extrema miséria de muitas populações do mundo, em contraste a orçamentos bilionários em ações ambientais.

O que a Amazônia tem a ver com isso? Melhor ainda: qual a relação entre **internacionalização da Amazônia** e essas controvérsias da mudança climática? As teorias e prognósticos passam todos (ou quase todos) pelo papel central da floresta na manutenção do clima no planeta. Agora, com relação à **internacionalização da Amazônia** e a **mudança climática**, o fato é que na medida em que as convicções acerca da **mudança climática** se fortalecem há uma demanda crescente para ações cada vez mais proativas em vários níveis. Em resumo, os argumentos se direcionam para afirmar que continuar o desmatamento da Amazônia no ritmo atual e, simultaneamente, persistir com o consumo crescente de combustíveis fósseis, no planeta, significará o aumento da temperatura média da biosfera. A previsão é que se isso ocorrer, em algumas décadas, a própria Amazônia sofrerá um processo de "savanização" (desertificação). Além disso, as estimativas acerca das emissões de CO_2 causadas por queimadas e apodrecimentos da floresta também colocam a floresta amazônica no foco da discussão.

No Acervo Folha, alguns artigos de debates, como "Clima: quem está iludindo o público" (Jefferson Simões, 10 de julho de 2008), "Por um pacto pela Amazônia" (Simão Jatene, 5 de setembro de 2008), "Clima e Cataclismo" (Rogério Cezar Leite, 7 de agosto 2004), argumentam que a **mudança climática** é fato científico e dão a dimensão da Amazônia no debate: (1) há a previsão de que a fitomassa, que mantém gases de efeito estufa armazenados, sendo liberada, em desmatamento, queimadas e inundação, pode representar a mesma quantidade que a humanidade já consumiu de combustíveis fósseis, desde o início da Revolução Industrial. Caso isso ocorra, as previsões são as mais catastróficas (Acervo Folha, Jefferson Simões, 10 de julho de 2008); (2) Outro argumento é que nunca a concentração de gases de efeito estufa, tais como CO_2 (dióxido de carbono) e CH_4 (metano), foi tão alta na atmosfera. O que interfere na temperatura do planeta. Reconhece-se que a Amazônia já atraiu a atenção do mundo pela borracha da seringueira, pela biodiversidade, mas que agora, é pela "grave crise climática" que ela assume novamente papel protagonista. A alternativa é tornar a região espaço privilegiado para investimento em produção de conhecimento (Acervo Folha, Jefferson Simões, 10 de julho de 2008).

Nesse sentido, a Amazônia se coloca no centro dos debates da **mudança climática**. Isso tem fortes implicações geopolíticas. Uma das mais conectadas com a temática da internacionalização é que a floresta amazônica assume mais uma vez peso político no mundo. Cada vez mais, as dinâmicas internas das políticas dos países econômica e militarmente mais

poderosos demandam posturas de soluções efetivas para se conter os efeitos da mudança climática. Se as redes científicas que constroem legitimidade de ações práticas apontam a Amazônia como fator central para a manutenção do clima no planeta, as potências internacionais deverão procurar intervir em seu futuro. Isso pode representar um maior protagonismo para o Brasil e os outros países amazônicos no mundo.

3.5. "O ETERNO RETORNO": NARRATIVAS ESTRUTURADAS.

Como vimos, desde o marco regulatório da Constituição Federal de 1988, no nível das convicções políticas, as linhas editoriais caminham para debater regulamentações democráticas. Nesse sentido, tendem a aceitar mais as soluções legais de políticas governamentais nas áreas ambientais, industriais, de infraestrutura, de demarcações de terras de **comunidades tradicionais**, como estabelecidas nas lides jurídicas. Ao mesmo tempo, há uma crescente preocupação com contextualizações históricas para fundamentar as análises feitas nos meios de comunicação escritos, as abordagens, em geral, carecem de um senso crítico mais apurado para compreender os processos históricos dos conflitos e suas implicações estratégicas e geopolíticas. As reportagens tendem a ignorar as acomodações institucionais que tentam conjugar interesses de diferentes setores, Muitas vezes de um mesmo lado estão as Forças Armadas (herdeira da doutrina da Segurança Nacional da década de 1960), setores políticos conservadores (notadamente a União Democrática Ruralista), parlamentares das mais diversas legendas de esquerda e de direita. De outro lado, interesses de movimentos sociais de propostas mais radicais que contrariam as formalidades jurídicas liberais. Há uma desvalorização das tensões provocadas por movimentos sociais que nacionalizam suas lutas (Movimentos dos Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ligas camponesas) e os mais diversos movimentos indígenas, extrativistas e seringueiros que se qualificam para entrar no jogo político-institucional (Albert, 1992; Carvalho, 2001; Becker, 2007). Mesmo com todas as limitações, o jornal e a revista, ao longo do tempo, ampliam suas coberturas e dimensionam um pouco mais a complexidade de interesses, apesar de reproduzir as assimetrias de períodos anteriores.

Resumidamente, é interessante notar que há um processo de resignificação constante da Amazônia. Podcemos dizer que primeiramente a Amazônia é retratada com distanciamento, desconhecimento e pejorativamente, em contraste com a abordagem mais empolgada pelas potencialidades feita pela mídia norte-americana, como veremos no próximo capítulo. Logo em seguida, apesar do ciclo da borracha, ela é vista mais como

barreira do que provedora de recursos naturais para o **progresso** do Brasil. Promove-se uma guerra contra a natureza, em que se almeja a integração via rodovias, hidrelétricas, portos, uma espécie de dominação da floresta pela infraestrutura. Assim se conquista seus recursos, dominar é preciso para progredir. Num terceiro momento, há uma tendência de reabilitar o papel da Amazônia, pelo menos na ordem do discurso. Influenciados pela uma ideologia/utopia de **desenvolvimento sustentável** (Ribeiro 1991) o jornal e a revista tendem a ampliar suas temáticas acerca da Amazônia, dando alguma visibilidade às demandas ambientalistas, de comunidades tradicionais, entre outras. Observamos que alguns verbos, anteriormente abundantes, assim como seus substantivos, por exemplo, ocupar, integrar, conquistar, dominar, perdem espaço e diminuem de frequência em matérias programáticas que tratam da Amazônia.

Desde o início do século XXI, cresce a recorrência de reportagens que relacionam: **mudança climática** e **desmatamento** da floresta amazônica; prospecção biológica e biopirataria (pouco se diz das apropriações indevidas de saberes tradicionais); desorganização fundiária, latifundiários e crescente compra de terras por estrangeiros; indústria madeireira e ilegalidade. Essas temáticas suscitam debates acerca da **soberania**, **geopolítica**, **práticas ambientais** e **políticas desenvolvimentistas**. Mesmo não tratando diretamente da **internacionalização**, a questão nelas se encontra latente. Na primeira década deste século, os pressupostos ambientais tomam mais corpo e o papel institucional do Estado em promover a preservação ambiental recebe mais críticas.

Procurei localizar, ao longo desse capítulo, as pretensões hegemônicas de saber e poder, que se expõem em combates simbólicos, agrupando argumentos de axiomas do **desenvolvimento**, do **progresso**, da **posse**, da **defesa**, da **segurança**, da **natureza**, da **preservação**, da **mudança climática**, a fim de elevar determinadas posições políticas ao status de hegemônicas. De que modo captar a lógica normativa dessa transformação axiológica? A natureza amazônica, que em um momento é concebida como **inimiga** a ser **conquistada** e **integrada**, dentro de uma lógica de empreendedorismo cívico (privado e público), de segurança do Estado-nação (**soberania territorial**), pouco a pouco, se transforma e passa a ser agasalhada como promotora da existência humana, na venda de serviços ambientais. A janela de oportunidade que se abre na nova **economia verde** (ou ecológica) pretende reverter o quadro de que a floresta é atraso, podendo ser ganho de capital, por meio de fundos gestores de recursos globalmente captados para manter serviços ambientais. Os velhos jogos de poder entre os Estados nacionais não deixaram de existir: soberania não é negociável dentro do esquema lógico-administrativo de qualquer Estado

contemporâneo. Entretanto, o jogo se complexifica, nele encontrando-se os limites de demandas externas, divisão internacional do trabalho, serviços ambientais prestados, exploração de recursos minerais estratégicos, populações locais, desigualdade tecnológicas entre Brasil e EUA, transferência de tecnologia, produtividade e competição em mercados consumidores. Articulistas com uma perspectiva mais ecológica tendem a mostrar um panorama menos de conflito e mais de comunhão entre os povos.

Os acervos do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja nos possibilitaram verificar de que modo a categoria **internacionalização da Amazônia** entra no jogo argumentativo de convencimento (e formação) da **opinião pública nacional**, relacionada a formas de disciplinar territorialmente a natureza nas mais distintas práticas. Pudemos verificar que até agora há ciclos de maior exposição da Amazônia. No fim do século XIX e início do XX, ela atraiu a atenção pela borracha da seringueira. Depois, pelas potencialidades da biodiversidade que está sendo patenteada. Agora está no meio da mais grave crise climática que assola as discussões científicas e as decisões políticas, dando mais um testemunho de que saber e poder são um fenômeno entrelaçado e que escondem jogos de hegemonia política. Apesar de tudo isso, o fato é que ainda pouco se faz para melhorar a vida das pessoas que habitam a região. Os esforços que se fazem para garantir existência à flora e fauna, geralmente, querem impor um modo de vida restritivo (preestabelecido) às pessoas que habitam a região. A equação entre a preservação e o desenvolvimento ainda não alcançou um grau satisfatório de realização. O que fica evidente é que falta consenso entre grupos de argumentações que se utilizam dos meios de comunicação para expressar suas narrativas territoriais.

Posto isso, podemos dizer que o debate é circular. Caminha-se na direção do convencimento e não do entendimento. Os atores políticos comprometidos com suas bases, temendo piorar o quadro atual, se conformam conservadoramente com o *status quo* o que estreita as possibilidades para uma inovação institucional, novos arranjos socioambientais de produção ou reformulações de direitos emancipatórios.

Procurei analisar narrativas midiáticas que informam e transformam práticas territoriais para a Amazônia, tendo como motivo convicções nacionalistas, preservacionistas, corporativistas, empresariais, entre outros. Há quatro eixos narrativos observados no jornal e na revista. Primeiro, em nome da defesa nacional, a proposição de que a **Amazônia é nossa**, e toda a gama de proposições dela derivadas que assegurem essa **posse soberana**. São sugestões de adensamento populacional que seguem a premissa da defesa pela **ocupação**, de **integração** com os centros dinâmicos da economia nacional por meio de abertura de rodovias e ferrovias (transporte, logística e trocas de bens de consumo), de fortalecimento de sistemas

de monitoramento e defesa do território. É fácil encontrar militares das três forças, empreiteiras que investem em obras de infraestrutura na região (hidrelétricas, plataformas de petróleo e rodovias), parlamentares de esquerda e direita, população em geral, que se apropriam destas proposições. Segundo, as proposições desenvolvimentistas e ambientalistas que procuram alternativas para seus projetos. Desde a Rio-92, o Itamaraty, em colaboração com pesquisadores brasileiros, propôs que a preservação ambiental, num mundo com extremas desigualdades entre pobres e ricos, só faz sentido se for para promover maior qualidade de vida para todos os habitantes do planeta e não para manter o atual nível de consumo da Europa e da América do Norte. Terceiro, aliança entre forças externas e forças nacionais que promovem associações entre ONGs ambientais, movimentos sociais, lideranças comunitárias e ativistas intelectuais em prol de mudanças no regime de ocupação territorial, gerando pressões para uma economia alternativa mais solidária. Quarto, a lógica empresarial do movimento de expansão do centro-sul via agropecuária, madeireiras, mineradoras, garimpeiros, hidrelétricas, empresariado nacional, capital estrangeiro, gerando pressões para se intensificar práticas conservadoras de ocupação.

CAPÍTULO 4 –

"DEU NO NEW YORK TIMES": MOBILIZANDO A OPINIÃO PÚBLICA NORTE-AMERICANA.

> *The force of the newspaper is the greatest force in civilization. Under republican government, newspapers form and express public opinion. They suggest and control legislation. They declare wars. They punish criminals, especially the powerful. They reward with approving publicity the good deeds of citizens everywhere. The newspapers control the nation because they represent the people* (editorial de 25 de setembro de 1898, de William Randolph Hearst, citado em Gerald F. Linderman 1974).

Analisarei reportagens do jornal *The New York Times* (*NYT*) e da revista *Time Magazine* em termos de *narrativas-propostas* para a Amazônia brasileira. Dividirei essa cobertura jornalística em quadro períodos. Primeiro, as incursões norte-americanas na Amazônia e as possibilidades comerciais que se apresentavam nas propostas de **livre navegação** no **Vale do Amazonas**, de trocas comerciais entre produtos primários da floresta e produtos manufaturados dos EUA, representando uma **expansão comercial**. Nesse período, é comum reportagens compararem o Vale do Amazonas ao Vale do Mississipi, não só em termos de grandeza natural, mas principalmente de oportunidades comerciais e de potencialidades de negócios para o empresariado estadunidense. Destacam-se ainda as mobilizações da **opinião pública** para a defesa diplomático-militar de investimentos de cidadãos estadunidenses na região. Segundo, um período em que domina a concepção de uma aliança estratégica para a exploração da Amazônia, deixando claro que a Amazônia é percebida como reservatório estratégico de matéria-prima. Terceiro, a Guerra Fria traz um leitura das supostas ameaças comunistas na região. A ameaça seria debelada pela **aliança para o progresso**. Inicialmente os investimentos se realizam em acordos binacionais entre os Estados nacionais, mas depois migram para as burocracias *transnacionais* e *multilaterais* vinculadas ao sistema *Bretton Woods* e ao sistema ONU[83]. Quarto, a perspectiva do **desenvolvimento** incorporando cada vez mais a crítica ambientalista. Observamos uma tendência que destaca o fortalecimento de pressupostos ambientalistas e de práticas preservacionistas na agenda das instituições transnacionais. Poderíamos dizer que neste quarto momento tanto o jornal quanto a revista apresentam teses ambientalistas para informar a **opinião pública** dos EUA. Assim, ela se

[83] Um exemplo é a reportagem *"Plea for a New Kind of Point Four; Aid to the underdeveloped countries is becoming merely a way of buying allies in the 'cold war,' says an observer. He calls instead for pooled help through the U. N."*, de 22 de abril de 1956, Arquivo *The New York Times*.

tornaria cada vez mais sensível aos pressupostos da **mudança climática** e do papel atribuído à floresta amazônica neste novo contexto de **governança global** e *práticas territoriais*.

Nos quatro momentos acima definidos, a narrativa jornalística deixa transparecer a estreita ligação entre empreendimento privado e aparato estatal político-militar de defesa que são aliados de primeira ordem nas práticas empresariais fora do território dos EUA. Mesmo que os discursos sejam os do **livre-mercado** e da **livre-iniciativa**, identificamos um pragmatismo governamental que consegue pautar práticas privadas às suas demandas, na medida em que essas se apresentam em situações críticas, tais como acesso a materiais estratégicos como ocorreu na Segunda Guerra Mundial. São as dimensões conceituais desse pragmatismo que habitam as narrativas jornalísticas que analiso neste capítulo.

É claro que, por um lado, não podemos esgotar a heterogeneidade de grupos de interesses, perspectivas governamentais, ações estatais e privadas dos EUA acerca da Amazônia brasileira em uma narrativa jornalística em especial de apenas dois agentes midiáticos. Exponho a limitação principal: o próprio escopo dos veículos de comunicação que certamente não contempla a multiplicidade de opiniões, teses, argumentos e práticas presentes nos EUA acerca da Amazônia brasileira. Mesmo com essas limitações, analisar as principais matérias produzidas por esses veículos é suficiente para colecionar *evidências simbólicas* de como a Amazônia brasileira é concebida dentro dos complexos interesses estadunidenses, muitas vezes contraditórios entre si. É nesse sentido que podemos perceber a produção de convicções políticas que se relacionam à problemática da **internacionalização da Amazônia**. As principais temáticas relacionando convicções programáticas ou conveniências pragmáticas norte-americanas e a **internacionalização** são: livre navegação; empreendimento Ford[84]; Aliança Estratégica e a Segunda Guerra Mundial; Aliança para o Progresso contra a expansão do comunismo no contexto da Guerra Fria; Projeto Jarí; teses ambientalistas e suas relações com políticos; propostas de governança global para a Amazônia e mudança climática. A intenção é definir de que modo essas temáticas específicas que se vinculam com ameaças identificadas nas narrativas brasileiras produzem uma proposta para a Amazônia desde os EUA.

The New York Times e *Time Magazine* são importantes instrumentos de mobilização de forças argumentativas de múltiplos interesses. São interesses vinculados às redes produtivas que se beneficiam do bilionário orçamento de Segurança Nacional, como as cadeias produtivas de pesquisa e inovação tecnológica (Jordan, [1981] 2009). Também estão

[84] Durante a Segunda Guerra Mundial as indústrias Ford fabricaram material bélico (infantaria mecanizada e aviões bombardeiros).

as redes ambientalistas que expandem o modelo estadunidense de preservação para a legislação de outros países sob sua influência por meio de uma governança transnacional de instituições multilaterais e ONGs (Barros, 2005). Há, igualmente, os denominados *Think Tanks*, fundações e institutos que elaboram comandos estratégicos de atuação política. Estão, ainda, as agências governamentais e os partidos políticos que possuem suas agendas próprias, no sentido weberiano da burocracia profissional. Desse modo, variadas redes de interesses encontram espaço para expor seus argumentos, seja por meio de artigos de opinião seja pautando o debate político e a cobertura jornalística. Há extensa literatura especializada que analisa as relações entre a denominada **opinião pública** e o *processo decisório governamental* na democracia norte-americana (Risse-Kappen, 1991; Holsti, 2001; Sobel, 2001), especialmente no que se refere à política externa. Contudo, não é objetivo deste capítulo discutir o grau de influência que a **opinião pública** exerce sobre congressistas e outros tomadores de decisões administrativas nas formulações de políticas externas. Aceito o pressuposto de que há uma estreita relação entre políticas nacionais de segurança e a mobilização da **opinião pública** nacional. Nesse sentido, os contágios entre práticas governamentais, empreendedorismos privados e formadores de opiniões, no *The New York Times* e *Time Magazine,* produzem significados fundamentais para se compreender as elaborações de práticas territoriais para a Amazônia brasileira desde os EUA.

Encontramos nos arquivos *The New York Times*, desde meados do século XIX, e nos arquivos *Time Magazine*, desde 1923, reportagens e editoriais acerca da Amazônia. Ao longo do tempo, podemos perceber as mudanças de perspectivas no trato das questões amazônicas. Com relação ao *New York Times*, a ferramenta de busca on-line, conforme antes mencionado, organiza o Arquivos em dois grandes períodos: de 1851 a 1980 e de 1980 ao presente. Utilizarei inicialmente esta divisão temporal para sistematizar minha exposição. Se recorremos à pesquisa avançada que permite delimitar a base de dados, a opção pelos arquivos (NYT Archive 1851-1980) disponibiliza como resultado de *Brazil (and) Amazon*, 1.859 resultados. Por sua vez, desde 1981 a 2011, têm-se 1.415 ocorrências[85]. Se dividirmos o número de ocorrências por número de meses no período, teremos uma média de notícias, artigos, editoriais sobre a Amazônia brasileira. Nos primeiros 129 anos do Arquivos do Jornal, temos 1.859 ocorrências em 1.548 meses, o que dá, em média, mais de 1 ocorrência por mês (1,3 artigos por mês). Nos 30 anos do segundo período (1981 a 2011), a ferramenta de busca mostra 1.415 ocorrências em 360 meses (30 anos), ou seja, em média

---

[85] Última consulta no dia 13/11/2011.

aproximadamente 4 artigos por mês (3,93 artigos por mês).[86] É importante ressaltar que algumas reportagens têm mais de uma ocorrência, sendo o mesmo artigo, mas duas entradas para o mesmo arquivo, o que duplica a contagem em alguns casos. Também não descarto a possibilidade de que entre esses resultados estejam artigos que não tratem da Amazônia brasileira, podendo ser uma chamada para outro artigo ou uma propaganda do site Amazon.com que por ventura mesclou *Amazon* e *Brazil* na mesma página da reportagem do jornal. Mesmo assim, com base nesses primeiros dados, podemos constatar que este amplo material disponível aponta para dois questionamentos. É fato que a Amazônia desperta interesse em vários setores da sociedade norte-americana. Pergunta-se: que interesse é esse? Segundo, esse interesse em si próprio justifica que o jornal *The New York Times*, enquanto importante agente formador de opinião, invista tanto recurso para cobrir jornalisticamente a Amazônia brasileira? É fato que o periódico faz uma cobertura relativamente extensa da Amazônia[87]; e, como veremos abaixo, a cobertura é pautada por uma perspectiva política e econômica de interesse norte-americano, mesmo que muitas vezes possua um verniz humanitário ou de convicções cristãs.

De modo geral, a Amazônia entra na categoria de política externa ou em seções que tratem de negócios norte-americanos no mundo ou principalmente em seções *World*. Em se tratando de política externa norte-americana, onde em termos pragmáticos a Amazônia é tratada institucionalmente, a abordagem muda bastante ao longo da história, ligando-se estreitamente com diretrizes traçadas pelo presidente norte-americano. Como caracterizado por Cristina Pecequilo: “desde a independência, em 1776, até a consolidação de sua hegemonia no pós-1945, passando pela Guerra Fria (1947 a 1989) e o Pós-Guerra Fria (1989 a 1999), a política externa dos Estados Unidos atravessou diversas fases, cada uma correspondendo a um tipo e uma forma de posição e comportamento no sistema internacional” (2005, p. 27). As práticas da política externa dos Estados Unidos tiveram por objetivo inicial garantir a integridade e a consolidação de seu território e população, para depois ampliar a definição de **segurança** e de **interesse nacional**. Diferentes construções ideológicas e crescentes interesses comerciais levaram a distintas práticas que impactaram na presença dos Estados Unidos no Brasil, em geral, e na Amazônia brasileira, em particular (Bandeira, 1973). Elementos dessas mudanças, no que concernem a convicções ideológicas e

[86] Não farei os mesmos cálculos com Time Magazine por julgar desnecessário. Só para registro, a Time Magazine contém 265 resultados para a busca com “Brazil Amazon”. Acesso em 07 de novembro de 2011.

[87] A primeira referência data de 31/01/1852, na seção *Foreign News*, título “Miscellaneous items”, em que aborda diversos assuntos em que há interesses norte-americanos no mundo, celebra-se a bravura do Capitão William Symons no comando do Navio à Vapor Amazon em expedição ao Orinoco e ao Panamá.

operacionalidades governamentais, podem ser observados nas páginas do *The New York Times* e da *Time Magazine*. Cabe ressaltar que a multiplicidade de concepções e características não permite traçar uma narrativa monolítica. De fato é muito plural. Não é difícil encontrar argumentações contraditórias entre si. De qualquer modo, a proposta é encontrar um sentido narrativo acerca da Amazônia, sabendo que ela não é homogênea, mas sim polissêmica.

Antes de analisar as narrativas jornalísticas do *The New York Times* acerca da Amazônia brasileira, é importante termos em perspectiva o momento histórico em que se inserem as discussões. Grosso modo, em termos de convenções sobre a história dos EUA, depois da expansão interna e da consolidação de suas fronteiras, destacamos a doutrina do **Destino Manifesto** relacionada ao "rápido processo de ampliação de suas fronteiras, além das treze colônias originais da Costa Leste, consolidando um novo mapa a partir da primeira metade do século XIX" (Pecequilo, 2005, p. 55). O processo de expansão territorial que ocorre entre 1800 e 1850 leva à aquisição de territórios, por ações militares e negociações diplomáticas, como Louisiana e Flórida, respectivamente da França e da Espanha, à anexação do Texas, por meio da guerra contra os Estados Unidos Mexicanos e povos originários. Esse período dentro do quadro das relações externas norte-americanas é classificado como de isolamento. Em 1852, já encontramos as primeiras publicações do NYT articulando interesses estadunidenses na Amazônia. A **Doutrina Monroe** de 1823, a conferência Pan-Americana, a Guerra Hispano-Americana visavam, de acordo com Halliday (1999), Cervo (2002), Pecequilo (2005) e Karnal (2007), garantiriam a segurança territorial dos Estados Unidos, assim como a relativa independência dos países do continente Americano de possíveis ataques, invasões e conquistas por parte de potências europeias[88]. É comum nessa literatura especializada se identificarem duas tendências: uma postura isolacionista ou um internacionalismo mais atuante. Esta segunda tendência tem força desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Cabe-nos analisar apenas o modo como a Amazônia brasileira é retratada no jornal e na revista. O fato é que o jornal *New York Times* é simultaneamente testemunha das

[88] De acordo com Luz (1968, p. 50), "a expansão levava à anexação do Texas e à conquista do México, ao mesmo tempo em que se colocava, internamente, o problema do equilíbrio político entre os Estados escravistas e os Estados livres. Apesar do Compromisso de 1850, não escapou a alguns líderes políticos o fato de que era apenas um compromisso, que não solucionara realmente o conflito (...). A secessão, para alguns chefes sulistas, começou já a apresentar-se como a única solução possível e, como corolário, a expansão para o sul em direção a Cuba, às Américas Central e do Sul, com a finalidade de dar, ao eventual Estado escravista, uma base territorial mais sólida. Planos nesse sentido chegaram a ser traçados pelo Governador do Mississipi, John A. Quitman, veterano da anexação do Texas e da Guerra do México. Seu objetivo imediato era a ilha de Cuba, mas seu pensamento englobava, segundo Alstyne, o México e a América Central e 'o resultado seria um grande poderio dos Estados do Sul, que viria então quebrar sua união com o Norte'".

mudanças ocorridas nas políticas norte-americanas para a Amazônia brasileira e formulador de interesses para executar práticas de **exploração de recursos naturais** da região. O jornal e a revista dão indícios de que os EUA tiveram e continuam tendo interesse na Amazônia e, constantemente, procuram alternativas para expandir suas influências no destino do território amazônico.

4.1. LIVRE NAVEGAÇÃO: A AMAZÔNIA DAS OPORTUNIDADES COMERCIAIS.

Num primeiro momento, o jornal *The New York Times* (*NYT*) expressa a convicção declarada dos interesses empresariais em expandir o comércio, dando projeção aos potenciais negócios na Amazônia. As reportagens, sem questionar a vinculação entre interesses particulares e políticas governamentais, colocam os argumentos a título de interesse geral dos cidadãos norte-americanos, incentivando deliberadamente os benefícios ofertados aos empresários por parte das garantias de seus investimentos. As reportagens blindam o comércio com garantias estatais. O discurso ideológico é o da livre-iniciativa, mas não é difícil vincular ações de um capitalismo de Estado que promove a expansão dos interesses comerciais do empresariado nacional em outros territórios.

O **Vale do Amazonas** e o Brasil ocupam espaços relativamente destacados nos noticiários internacionais do *NYT* durante a segunda metade do século XIX e primeira década do XX. Os primeiros artigos, de 31 de janeiro de 1852, 25 de maio de 1852, 08 de dezembro de 1852, 25 de maio de 1852, 4 de dezembro de 1852, 29 de maio de 1852, respectivamente, de títulos "*Brazil and the Amazon"*, "*The Amazon"*, "*Trade of the Amazon (The Memorial of M.F. Maury)"*, "*Annual Report of the Secretary of the Navy"*, "*Foreign News (Miscellaneous Itens)", "South America"*, fazem parte de uma série acerca do Vale do Amazonas e seus tributários. Parte dela tem por base colunas do jornal *Washington Union*, escritos pelo Tenente Maury, considerado pelo jornal o maior estudioso da região na época[89]. No geral, os textos seguem um mesmo registro. Geralmente iniciam com uma abordagem exploratória do Vale do Amazonas e seus tributários. Eles se orientam por categorizar a **natureza**, a floresta, o clima, os regimes pluviométricos, o sistema de rios do Vale Amazônico etc. O primeiro artigo, *Brazil and the Amazon* (31 de janeiro de 1852), descreve as nascentes nas terras altas da Bolívia, Peru e Equador, passando pelos tributários (Orenoco, Madeira, Negro) até

[89] Já tratamos nos capítulos 1 e 2 com profundidade do contexto de disputa que surgiu com base nas propostas do Tenente Maury que é profundamente analisado no livro de Nícia Luz (1968).

desembocar no Atlântico, comparável, nas palavras do artigo, ao Mississipi. E dá o tom pragmático do interesse na região:

> (…) a new field of commerce is open to our enterprise. A commencement has already been made to this end. Thinking men have matured projects, looking forward to great results, in view of the vast advantages that may be derived from unrestricted mercantile intercourse between the richest Province of South America and the Atlantic ports of the United States.

O trecho é muito direto em estabelecer, já de início das reportagens sobre a região, qual é a linha editorial. O pragmatismo da política externa do século XIX se revela no modo objetivo que o jornal direciona a notícia. O artigo cita os esforços analíticos empreendidos pelo Tenente Maury, *Superintendent of the National Observatory at Washington*, que tenta conectar o destino comercial da Amazônia às correntes marítimas que segundo ele levam à Flórida e não à linha do Equador. Ele tenta justificar que o destino comercial da Amazônia estaria mais ligado aos portos do Atlântico norte do que aos do Atlântico sul, porque as correntes marítimas e os ventos desfavoreciam os países do sul que tivessem pretensões na Amazônia, principalmente Brasil e o porto do Rio de Janeiro. Ele atrela o destino comercial da região aos imperativos naturais que levariam aos EUA. O artigo destaca também que o Tenente Maury, em memorando para o Congresso dos Estados Unidos, propõe uma aproximação com o porto de Belém (Pará) que ele considera como potencial entreposto para lucrativas trocas comerciais. O artigo enfatiza que o comércio com o Brasil já tem um volume muito grande, sendo menor apenas do que com a Inglaterra e França, aumentando anualmente. Há uma clara intenção de mudar o comércio com o Brasil dando mais ênfase agora ao Vale do Amazonas que traria uma vantagem aos EUA, já que no comércio com o Rio de Janeiro (centro dinâmico da economia brasileira) a Inglaterra está em vantagem com relação aos EUA. A estratégia é construir condições favoráveis para a supremacia norte-americana no vale do Amazonas em detrimento da Inglaterra e França, grandes concorrentes dos EUA pelo comércio na América do Sul. O artigo finaliza conclamando a comunidade empresarial norte-americana e o governo a darem maior atenção às oportunidades oferecidas que devem ser aproveitadas antes que os concorrentes o façam.

O artigo *The Amazon* (25 de maio de 1852), suplemento especial, escrito pelo próprio Tenente Maury, depois de constatar as vantagens de se investir comercialmente na Amazônia, afirma:

> It will no doubt inflame our cupidity (...) Brazil rules the region, and has her own way of doing it; an absurd and offensive one, but one we may not remedy. The day has gone by for spreading religion or anything else by the

> sword; say what we will of China and Japan Expeditions. Violent and dictatorial methods may do when applied to nations without the pale of Christendom; but they are no tolerable within it (…) Brazil must be left to her own time and humor. Her disposition to-us-ward is not so friendly as it might be, or the long-wanted Commercial treaty we ask for would have been conceded long ago. With that discouraging fact in sight, it is foolish to hope for Amazonian favors (…). The gradual developments of time, if nothing else, will bring it about; and our children, no we, will have the benefit of it? Our interest is reversionary. Posterity will enjoy the reality, and we the self-denying anticipation.

Maury exigia um ultimato para que o governo imperial do Brasil cedesse à livre navegação internacional nos rios amazônicos[90]. Ele procura todos os caminhos para realizar esse objetivo. O texto é um pouco ambíguo. Ao mesmo tempo em que dá indicações de que a guerra pelo comércio não é produtiva, parece não permitir ao Brasil exercer seu direito soberano de decidir sobre seu território uma vez que exige, sem possibilidade de negativa, uma abertura do Vale Amazônico, subordinando qualquer direito internacional ao interesse comercial deles. A convicção de que o comércio é o caminho civilizador, libertando terras e pessoas da "tirania", da "mesquinhez" e do conservadorismo do governo imperial brasileiro, mais vinculado à Europa do que ao novo mundo, na perspectiva republicana norte-americana, é a manifestação do **destino manifesto** em termos pragmáticos.

Apesar de seu intenso conteúdo político, os artigos da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX quase sempre iniciam suas descrições por uma narrativa sobre clima, vegetação, solo, ou seja, um mapeamento das denominadas **condições naturais**. Começam com uma mistura de curiosidades exóticas e informações técnicas para conhecimento da região para, em seguida, destacar as possibilidades de comércio e as potencialidades que o Vale do Amazonas poderia representar para os EUA. As argumentações mais significativas são as que vinculam o destino da Amazônia ao dos Estados Unidos. É no artigo *"Amazon"*, de 08 de dezembro de 1852, que, pela primeira vez, *The New York Times* relata detalhadamente a questão da **livre navegação do Amazonas** e coloca em pauta a discussão que vinha sendo travada por Maury em uma série de colunas no *Washington Union*. Esse embate político é travado com propostas diretas de intervenção das Forças Armadas norte-americanas na Amazônia, inclusive com a justificativa de que o

[90] Esse modo imperativo de lidar com seus parceiros comerciais não era novidade, já constituía prática comum entre as potências coloniais europeias. A novidade é a entrada dos EUA no jogo. Eles se beneficiaram de Tratados Comerciais desiguais, denominados "Tratados Infames", impostos sobretudo a países africanos e asiáticos. Na primeira metade do século XIX, o governo norte-americano já promove expedições militares para defender seus interesses comerciais nas cidades de Tripoli e Argel, respectivamente, em 1801 e 1815. A China, em 1844, e o Japão, em 1854, também foram alvos dessas expedições (Fiori, 2004).

governo do Império do Brasil estaria limitando a soberania de outros países amazônicos (Peru, Colômbia, Equador e Bolívia). Os EUA defendiam essas teses evocando o direito internacional público, dando aos países tributários do Amazonas o direito de fechar contratos de navegação com empresas norte-americanas para navegar no território brasileiro[91].

Em 9 de abril de 1855, em tom de denúncia, o *NYT* anuncia que o governo imperial brasileiro teria definitivamente decidido que o **Rio Amazonas** não deveria ser aberto para navegação estrangeira. Ele especula sobre as consequências de se manter essa decisão. Para o artigo, se o governo norte-americano se furtar de impedir o fechamento, o **vale do Amazonas** que possui “enormes elementos de prosperidade e riqueza, dificilmente se sobrepujará e provavelmente se manterá privado dos benefícios do comércio e das artes civilizatórias, que acompanham a trilha do comércio” (tradução livre). O artigo ressalta a atuação do ministro norte-americano, Starkweather que, em visita ao Brasil, insistiu em desfazer esse pernicioso sistema de exclusão e que todas as nações pudessem livremente navegar o Amazonas. O artigo conclui: *“Has Mr. S. failed in his mission? And if so, does the Government of the United States quietly acquiesce? There is a principle at stake in this matter more valuable to the world than the commerce of the Amazon itself even can ever become”*. O artigo aceita que o Brasil seja proprietário do território das duas margens do rio, perto de sua foz, mas ele não possuiria as águas navegáveis dos rios situados no interior de suas fronteira. Na tese do artigo as águas pertenceriam ao Equador e outras repúblicas sul-americanas, nos quais as águas têm suas origens. Argumenta-se que algumas dessas repúblicas desejam que os EUA subam o Amazonas para manter comércio com elas. Ainda de acordo com esse argumento, “o bom senso (*common sense*) certamente deveria ensinar ao Brasil que possuir a foz do rio não lhe dá o direito de nos fechar essa avenida natural de comunicação com nossos amigos e clientes; e ‘lei internacional’, que controverter essa doutrina, é inócua. Certamente, o Brasil não pode nos compelir a duplicar nossos custos para alcançar nossos clientes no Pacífico, quando há uma rodovia pluvial estendida em suas portas, das quais eles fornecem a água, e a qual nos economizará muitos milhares de milhas em viagens, tempo valioso e risco” (tradução livre)[92]. O jornal exige providências para se preservar o direito dos EUA ao comércio da região por meio da **livre navegação** do **Vale do Amazonas**:

---

[91] Nícia Luz (1968) analisa as propostas de transpor escravos libertos norte-americanos para o Vale da Amazônia, a fim de promover o cultivo de algodão para fazer frente a Inglaterra no mercado mundial. Proposta essa encabeçada pelo comandante Maury, como vimos no capítulo 2.

[92] Recordemos que antes da construção do Canal do Panamá, no denominado istmo centro-americano, os barcos dos principais portos do Atlântico norte-americano tinham que dar a volta via Estreito de Magalhães, passagem natural navegável, para alcançar o Pacífico.

> What are the President and Mr. Marcy doing in this affair? Do they intend to let Brazil continue in the exercise of a policy towards us, which both of them profess to hold inconsistent with our just rights, and the common interests of mankind?

É significativo notar dois aspectos. Primeiro que os rios Amazonas, Orenoco, Negro e Madeira são percebidos como *highway* já preparadas pela **natureza** e que "garantiriam ao homem enorme posse sem esforço de construção"; segundo, o renitente argumento do "interesse comum da espécie humana". Tanto a questão da **natureza** quanto a do **interesse da humanidade** são fundadas na perspectiva do comércio como valor maior que deve ser alcançado pela **civilização**. Mais adiante, veremos que a argumentação manterá um pouco sua estrutura na medida em que contemporaneamente se argumentam ainda em nome da **espécie humana** ou da **natureza** para se cumprir propósitos políticos.

Dentro da lógica comercial, mais tarde, também há artigos que tratam da extração da borracha, ou seja, a indústria da borracha e sua lucratividade, abrindo excelente oportunidade de negócios para os empreendedores estadunidenses que obtiverem garantias estatais (políticas). Em 30 de abril de 1899, o artigo *"The Wilmington at Manaos [Manaus]. Hospitably Greeted by South Americans – Will Penetrate into the rich upper Amazon Country"* narra a chegada da canhoneira US Wilmington a Manaus, em 4 de abril do mesmo ano. Mantendo o padrão de relatar primeiro a **exuberância natural**, o artigo descreve o encontro das águas escuras do Rio Negro com as águas amareladas do Solimões. De acordo com o texto, o objetivo primário do "capitão A. S. Crowninsnfeld é mostrar a bandeira norte-americana em portos onde ela é raramente vista ou talvez nunca tenha sido vista, a fim de cultivar relações amigáveis com servidores públicos e população local, assim encorajando mercadores e negociadores norte-americanos em qualquer lugar que seja possível" (tradução livre). De acordo com o jornal, a missão teve um acordo prévio entre Washington e Rio de Janeiro, respeitando os trâmites diplomáticos de relações entre Estados nacionais **soberanos**. O navio não se limitou a visitar o Brasil. Estiveram em sua trajetória mais de vinte portos, alguns centros políticos e comerciais tais como Trinidad, Carupano, La Guayra (porto marinho de Caracas), Las Tablas, Barranca, Ciudad Bolivar (no Orenoco), Georgetown (Guiana Inglesa) e Paramaribo (Suriname). No Brasil visitou portos no Pará e Manaus, até alcançar Iquitos, Peru. O objetivo declarado da missão, segundo o jornal, era expandir o comércio. De acordo com o texto, a indústria da borracha, na bacia Amazônica, com sua população esparsa, exportava aproximadamente US$50 milhões de anualmente. O artigo afirma que a chave para a riqueza da indústria da borracha é Belém, que denominam de

“thriving city of about 100,000 inhabitants”. Eles constatam que a indústria da borracha é promissora e que os EUA estão preparados para obter grande parte neste rico e crescente mercado, com criteriosos esforços. Outro aspecto marcante do artigo é o aspecto preconceituoso com que descreve os comerciantes portugueses locais que, na definição do texto, são “mentirosos e pouco confiáveis, em contraste aos nativos (indígenas), generosos e hospitaleiros que fazem o trabalho árduo de retirar o látex da densa floresta e defumá-la” (tradução livre). Ainda de acordo com o artigo de abril de 1899, houve manifestações antiamericanas em Manaus, ao contrário do que ocorreu em Iquitos (Peru) onde a “população deu vivas de boas vindas ao canhoneiro norte-americano” (tradução livre). O texto procura tencionar as relações entre o Brasil e os outros países amazônicos que não teriam saída para o Atlântico, senão via o Amazonas, dando ao leitor dos EUA a sensação de que o Brasil manteria essas populações reféns de seus direitos de navegar e exercer o comércio com os EUA.

A variedade temática, neste período, é relativamente extensa. Por exemplo, há uma longa reportagem que anuncia o falecimento de Dom Pedro II. Ele é visto como liberal na política e no comércio, amante das artes e das ciências. O artigo lembra que em 1867 ele abriu a navegação no Amazonas para todas as nações (reportagem em 5 de dezembro de 1891). Em 30 de agosto de 1895, um artigo discute as disputas de fronteira entre Brasil e França. O jornal noticia a disputa por arbitragem internacional a que os dois Estados submeteram as divergências. Outro artigo narra o empreendedorismo italiano na Amazônia brasileira (*“Italians in Brazil. A notable attempt to open unexplored Amazon Territory to Trade and Civilization”,* 5 de março de 1899) e coloca em perspectiva os empreendimentos europeus nas Américas, questionando que os empresários estadunidenses estariam deixando de aproveitar oportunidades na América do Sul. É fundamental perceber a forte referência ao **comércio** em todos os artigos que tratam dos interesses norte-americanos na região.

4.2. A AMAZÔNIA DOS EMPREENDIMENTOS: HENRY FORD, SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, NELSON ROCKEFELLER E DANIEL LUDWIG.

4.2.1. EMPREENDIMENTOS DE HENRY FORD E ALIANÇA ESTRATÉGICA PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

Ao delimitar propostas para a Amazônia e relacionar momentos históricos que são revisitados em narrativas da **internacionalização,** desde a perspectiva norte-americana, podemos perceber de que modo a Amazônia é refletida na mídia escrita. Primeiro, busquei no arquivo *The New York Times* (de 1851 a 1980) reportagens que relacionam três categorias: *Rubber,*

Brazil e *Amazon*. Obtemos 375 resultados. Durante o ciclo econômico da borracha amazônica (de 1879 a 1910), as reportagens concentram suas preocupações na manutenção de uma oferta de borracha para a indústria norte-americana. Segundo, durante a Grande Guerra (1914-1918), a temática também se limita ao abastecimento de matéria-prima para o mercado norte-americano só que com um maior enfoque na borracha para o esforço de guerra. Pouco se fala efetivamente da Amazônia brasileira em termos programáticos. Terceiro, diferentemente, entre a segunda metade da década de 1920 e a primeira da década de 1940, observamos um aumento qualitativo e quantitativo das notícias que relacionam as três palavras citadas. Observamos uma preocupação programática com relação à importância da região para os destinos do **Ocidente**. Há uma concentração das ocorrências, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse período, temos um segundo momento de aprofundamento de propostas para a Amazônia brasileira, agora em bases mais urgentes que coloca em evidência uma geopolítica para a região. Porém, para acessarmos as propostas que vieram ao longo da Segunda Guerra e das propostas de exploração de matérias-primas estratégicas, é preciso apresentar os investimentos de Henry Ford na Amazônia.

A produção amazônica perdeu espaço no mercado mundial desde a entrada da borracha asiática no mercado, pelas mãos britânicas após o contrabando de sementes da *hevea brasiliensis* (seringueira) e o investimento nas *plantations* asiáticas. Além disso, encontravam-se adiantadas as pesquisas para elaboração da borracha sintética. O cenário mudou depois do ataque a *Pearl Harbor* e da subsequente interdição japonesa ao sudeste asiático o que criou a emergência de alocação de recursos militares e políticos estadunidenses para a Amazônia[93]. A Amazônia se apresentava como alternativa imediata para o aparato político-industrial norte-americano, trazendo à tona o interesse na região que já era concebida como **reserva** de **recursos naturais**. Não é difícil perceber nas reportagens as ligações entre fortes convicções acerca da iniciativa privada (livre-empreendedorismo) e interesses governamentais. Assegurar o abastecimento de borracha para a indústria norte-americana, desenvolver as potencialidades na produção de alimentos e exploração minerais são os planos imediatos que se tinha para a Amazônia. Dentro da lógica do esforço de guerra, a Amazônia foi concebida como **armazém** (*storehouse*) para sustentar o crescente consumo de matéria-prima. Inicialmente, focou-se no diagnóstico de que **matérias-primas estratégicas** deveriam

---

[93] Há determinado consenso entre historiadores de que os EUA entrariam na Segunda Guerra com ou sem o ataque de Pearl Harbor. Contudo, o evento acelerou a entrada e ajudou sobremaneira a se convencer a opinião pública norte-americana de que a **segurança** do país estava ameaçada e o não envolvimento nas rusgas europeias e japonesas levariam ao abandono de uma política de expansão comercial e da democracia enquanto ideal político (Bandeira, 1987; Hobsbawn, 1997; Pecequilo, 2005; Karnal, 2007).

ser supridas por ela, assim justificando sua proteção contra possíveis invasões da Alemanha Nazista[94].

Antes de eclodir o conflito, entre janeiro e agosto de 1923, a *American Rubber Mission,* comitiva binacional de técnicos norte-americanos e brasileiros, foi designada a realizar levantamento sobre a viabilidade de aumentar a oferta de borracha para a indústria automobilística norte-americana, tendo como missão estudar alternativas oferecidas pela Amazônia brasileira (Costa, 1993). O *NYT* só noticia as atividades da *American Rubber Mission* em 18 de dezembro de 1942 ("Clash with Jeffers on Rubber Mission: Senators draw retort that we won't be 'taken for a ride'"). Mesmo com uma carga forte de incentivos governamentais, o jornal dá mais ênfase aos aspectos privados dos arranjos institucionais para se aumentar a oferta de borracha para o mercado norte-americano. Um empreendimento de Henry Ford é noticiado no *NYT* em 25 de novembro de 1928 como monumental e necessário para garantir o abastecimento de látex para a indústria norte-americana[95]. A ocupação de vasta área de 2.500 milhas quadradas (3.700.000 acres, segundo reportagem de 30/11/1934), localizada em terras do rio Tapajós, iria racionalizar a relação entre a **natureza indomável** da Amazônia (subutilizada pelos países que a governavam, na perspectiva do jornal) e o desejo civilizador do empreendedorismo norte-americano. O empreendimento de Henry Ford no Tapajós é mais um exemplo da relação entre projetos estatais e iniciativas privadas. O jornal sentencia: "*the first man to plant rubber on a large scale in the sparsely inhabited Amazon Valley was Henry Ford. It is difficult for one not acquainted with the many factors that have affected the situation to understand why rubber had never been planted*" (25/11/1928, Arquivos *NYT*).

Em 14 de janeiro de 1935, a *Time Magazine* traz na capa Henry Ford e afirma: *"no man in all history has made so much money so quickly or so cleanly as Henry Ford"*. A reportagem faz rápido levantamento biográfico, focando na corrida industrial entre *Ford Motor Company* e os outros fabricantes de carros (Chevrolet e Plymouth). A revista só vincula o nome de Henry Ford a Amazônia em 04 de novembro de 1940, na reportagem "Brazil: Rubber Rebound?". Na sequência encontramos dois outros artigos que articulam a

---

[94] A guerra nazista na África, deixaria a porta aberta para invadir as Américas, atravessando o Atlântico Sul. De acordo com Bandeira, "Roosevelt compreendia a gravidade da situação e pagou o preço que Vargas reclamava. A Missão Militar Americana, para estudar a defesa da costa do Brasil, acompanhou a concessão do empréstimo à siderúrgica [de Volta Redonda, RJ]" (1978: 276). Também há leituras diferentes, ver "The Brazilian-American Alliance (1937 – 1945). Frank d. McCann Jr. Princeton University Press e "The Thief at the End of the World: Rubber, power, and the Seeds of empire", de Joe Jackson.

[95] De acordo com Francisco Costa (1993), a Companhia Ford Industrial do Brasil é registrada na Junta Comercial do Pará em 10 de outubro de 1927.

aliança estratégica entre Brasil e EUA: *"Foreign News: Westward Brazil"* (28 de dezembro de 1942); *"Brazil: You do it"* (28 de fevereiro de 1944). O artigo de 04 de novembro de 1940 coloca de modo muito pragmático o papel destinado ao Brasil na guerra que se desenhava com a entrada dos EUA, colocando em perspectiva o anúncio do presidente Vargas de que o Brasil estava em regime de beligerância contra o Eixo e mobilizando 80 mil soldados. A revista afirma que o valor essencial do Brasil na defesa do continente não se fundava nas mobilizações de tropas, mas em suas matérias-prima, entre elas a borracha. A reportagem diz que 98% da borracha consumida pelos EUA (600 mil toneladas no ano de 1939) eram importadas da Malásia, Conchinchina, as Índias Orientais holandesas e inglesas e de outras *plantations* do extremo oriente. Reorientar as relações comerciais de exportação de matéria-prima para a América do Sul era uma necessidade pragmática e a Amazônia entrava na equação como reserva pronta a ser explorada[96].

Um pouco antes da Segunda Guerra as influências do Eixo e dos Estados Unidos sobre o Brasil estavam balanceadas[97]. Garantir o apoio do Brasil era uma das prioridades da política externa do presidente Roosevelt para, assim manter o controle do Atlântico Sul e do continente Sul-Americano (Bandeira, 1973, p. 275; Tota, 2000). Os arranjos políticos do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) têm uma cobertura longa do *NYT*: 508 reportagens. No período em que foi comandado pelo bilionário norte-americano Nelson Rockefeller, um dos objetivos era promover um maior estreitamento das relações entre Estados Unidos e América Latina. Rockefeller tinha interesse particular em governos mais amigáveis já que mantinha investimentos milionários na região. Na perspectiva norte-

[96] A economia norte-americana era cada vez mais dependente de recursos naturais do exterior para garantir o seu desenvolvimento, e isso foi oficialmente declarado em um documento de 1974, desclassificado em 1989, NSSM-200 emitido pelo governo norte-americano. O NSSM-200 fixava uma política para garantir o fluxo contínuo de materiais para o desenvolvimento da economia norte-americana: "A localização de reservas conhecidas de minérios de mais alto teor da maioria dos elementos favorece uma dependência crescente de todas as regiões industrializadas de importações dos países menos desenvolvidos. O problema real de suprimentos minerais reside não na disponibilidade física básica, mas nos temas políticos relativos ao acesso a eles, os termos de exploração e divisão dos benefícios entre os produtores, consumidores e os governos dos países de origem". Prosseguindo diz o memorando: "Sejam quais forem as medidas que se tomem para resguardar-se de uma interrupção nos fornecimentos, a economia norte-americana requererá grandes e crescentes quantidades de recursos minerais do exterior, especialmente dos países menos desenvolvidos. Este fato amplia o interesse dos Estados Unidos na estabilidade social, política e econômica dos países fornecedores". O documento relacionava os treze países-chave considerados de especial interesse estratégico e político para os Estados Unidos: Brasil, Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia (Braga, 2002).

[97] Em 1940, o governo de Getúlio Vargas acena com a possibilidade de construir uma siderúrgica no Brasil, com o apoio da indústria alemã Krupp. Os Estados Unidos concedem imediatamente um crédito ao Brasil para financiar a siderúrgica sem a participação alemã. Dois anos depois, Getúlio declara guerra aos países do Eixo. No início dos anos 90, vem a público um documento reservado do Exército norte-americano revelando planos de invasão do Brasil pelos Estados Unidos caso Getúlio não aderisse aos aliados (Fausto, 2002; Bandeira, 2008).

americana, o Brasil sempre esteve em posição privilegiada para se acessar a América do Sul. O OCIAA organizou propagandas vinculadas em rádio, cinema e revistas, vendendo um modo de vida atraente de **consumo** que supostamente se abriria na aproximação com os EUA (Colby, 1998). John Ford, Walt Disney e Orson Welles propagavam *the American way of life.* Rockefeller, diretor do Instituto de Assuntos Inter-Americanos (1942), ligado ao OCIAA, defendia maiores recursos para a assistência técnica, principalmente com países em que havia intensas atividades extrativistas de mineração e petróleo. Tratava-se de assegurar a estabilidade política interna dos países do continente, aumentando a segurança interna aos investimentos norte-americanos em áreas estratégicas para o país, e a exportação de matérias-primas para a indústria americana[98].

Em reportagem de 07 de novembro de 1941, anuncia-se plano norte-americano para desenvolver o Brasil, "*U.S. Shaping Plan to Develop Brazil*" (Arquivos *NYT*). O artigo descreve conversas que estavam sendo mantidas entre os governos do Brasil e dos EUA para se executar projetos agrícolas e industriais, com incentivos financeiros norte-americanos. A estratégia se enquadrava no esforço de obter uma maior oferta de borracha e alimento para as tropas aliadas. Procurar um acordo com o Brasil, dentro da estratégia político-militar de controle do Atlântico Sul e do Pacífico Sul e de garantir fonte de **matérias-primas** à disposição dos aliados, fez com que o governo de Roosevelt encontrasse pontos de convergências com a perspectiva de **progresso** e **integração** do governo de Getúlio Vargas. Atuar na bacia amazônica fazia parte da estratégia político-militar: "*a vast plan for developing the Amazon Basin of Brazil agriculturally and industrially with United States Government financial aid has taken shape to the extent that informal talks have been held with Brazil about sending United States experts to make a comprehensive survey*" (07 de novembro de 1941, Arquivos *NYT*). É interessante notar que o jornal dá ênfase ao papel proeminente dos EUA no desenvolvimento da região e que ao Brasil cabe o papel de cooperação. Pesquisas para traçar de que modo deve-se financiar a exploração da borracha, a produção de alimentos, a mineração, fazem, neste momento, claramente parte do esforço de guerra, mas se transformarão em monitoramento permanente por parte de instituições norte-americanas para identificar, mapear, construir arranjos políticos e explorar recursos no pós-guerra, como exemplifica o mapeamento mineral realizado pela série do Departamento de Defesa, como veremos no quinto capítulo.

---

[98] De acordo com Braga (2002), em 1960, "investidores norte-americanos controlavam 85% das fontes de matérias-primas na América Latina. No início da década de sessenta, 97,3% do minério de ferro brasileiro estava sendo explorado por companhias controladas por grupos estrangeiros: dos Estados Unidos havia a Hanna Mining, a U.S. Steel e a Bethlehem Steel; da Alemanha a Mannesman; e da Bélgica a Belgo Mineira".

Em 14 de fevereiro de 1942, a reportagem do *NYT "Push Plan to lift output on Amazon"* relata iniciativas do presidente norte-americano Roosevelt e do Subsecretário de Estado Summer Welles na mobilização de fundos para cooperar com o Brasil e na elaboração de diagnóstico acerca das potencialidades amazônicas. A proposta era aumentar o extrativismo do látex da seringueira e investigar a extração de outros recursos naturais para suprir a indústria norte-americana no seu esforço de guerra. De acordo com a reportagem, o presidente e o subsecretário divulgaram que os Estados Unidos e o Brasil estavam estudando um programa de longo alcance para a exploração da bacia Amazônica, "com suas árvores de borracha natural (*wild rubber trees*) e riquezas minerais fabulosas (*fabulous mineral weatlh*), podendo revelar uma resposta adequada aos prementes problemas de suprimentos dos aliados" (14 de fevereiro de 1942, Arquivos *NYT*). A região é representada com base em definições de **árvores selvagens**, **riqueza mineral**, tudo dentro de uma lógica de suprimento de matérias-primas.

Em 05 de junho de 1942, o artigo "*Vital War Materials Available in Brazil, Rovensky Says Amazon Valley is Source of Raw Rubber*"[99] dá o tom da aliança entre Brasil e EUA na Segunda Guerra. O Brasil, em geral, e a Amazônia, em particular, são encarados dentro de uma **aliança estratégica** para prover **matéria-prima** de guerra para os aliados. O artigo diz ainda que dentro do esforço de Guerra "*Brazil represents perhaps the greatest **storehouse** of **vital strategic materials** that the United Nations can tap*". Ser considerada um potencial depósito (ou armazém) de matérias primas e potencial celeiro de produtos alimentícios é uma constante para a região. Em 16 de maio de 1943, a reportagem "*Brazil is building huge Food Stocks*" noticia que uma delegação fez inventário de todos os recursos que o Brasil pode suprir aos Aliados. Além disso, descreve a cooperação entre Brasil e especialistas norte-americanos para planejar a construção de imensos armazéns para estocar alimentos para envio de mantimento às tropas na Europa ocidental e no norte da África.

Em 23 de dezembro de 1942, o jornal anuncia a execução do acordo entre Brasil e EUA para suprir a demanda por borracha que se inicia com o envio de 50 mil trabalhadores para o Vale Amazônico como contrapartida do esforço brasileiro:

> *The plan to transport 50,000 men to the Amazon Valley to increase rubber production for United States war needs, tentatively reported early this month, became a reality today when James A. Russell, representing the United States Rubber Reserve Corporation, and Paulo de Assis Ribeiro, representing the Office of Brazilian Coordinator, signed an agreement setting up bases for the*

[99] Joseph C. Rovensky, assistant coordinator of Inter-American Affairs.

men's travel (U.S. and Brazil sign rubber agreement: Plan to send 50,000 workers to Amazon Valley starts. 23 de dezembro de 1942. Arquivos *NYT*).

Na mesma perspectiva de projetar operacionalmente a utilização do território amazônico, em 25 de dezembro de 1942, a reportagem "*Brazil set to give more Rubber to U.S.*", expõe os compromissos do governo brasileiro em mobilizar mão-de-obra e logística para suprir os EUA com borracha e alimento. João Alberto Lins de Barros, identificado pelo jornal como "*coordinator of economic mobilization in Brazil*", declara ao jornal que o Brasil estaria se preparando para aumentar as exportações de borracha, alimentos e **matérias-primas** para as tropas aliadas. De acordo com o jornal, o Plano objetiva desenvolver os grandes recursos do vale do Amazonas, a fim de aumentar o **comércio** entre os EUA e a **América Latina**. Em 16 de dezembro de 1945, depois do fim da Segunda Guerra, o jornal anuncia a retirada do empreendimento de Ford: "*Brazil takes Ford offer. President accepts Rich Rubber Plantations at token price*". O jornal diz que o presidente provisório José Linhares havia aceitado a oferta da *Ford Motor Company* de venda das propriedades Ford na Amazônia.

O fim da Segunda Guerra traz outro desafio para se pensar a Amazônia desde os EUA. Há uma tentativa de se reinventar os negócios norte-americanos na região. Nesse novo contexto, o Brasil cada vez mais capitalizado poderia ser uma ameaça à hegemonia norte-americana. A reportagem "*Brazil again eyes riches of Amazon: Negotiates a pact with Peru to open up the basin and enliven two ports*", de 06 de janeiro de 1954, relata os planos ambiciosos do Brasil para "conquistar a floresta amazônica": "Brazil has launched a new and ambitious plan to conquer the Amazon jungle and make that great area a source of riches, as it was in the days of the rubber boom at the end of the last century and until about 1910". Novamente a narrativa é a de demonstrar para o público norte-americano as oportunidades que existem na região, repetindo o padrão das reportagens da segunda metade do século XIX e início do XX que conclamavam por uma conquista empresarial da região.

É no bojo da reinvenção da região dentro do novo contexto de interesses norte-americanos que em 02 de maio de 1976 a reportagem "*The Expanding Empire of a Quiet Tycoon*" dá ênfase aos empreendimentos de Daniel Ludwig no Rio Jarí: "about 250 miles west of this northern Amazon jungle capital (Belém), one man has carved out for himself the largest private landholding in Brazil, and perhaps in the Americas". Podemos perceber a mudança de rumo. A corrida do governo militar brasileiro para integrar territorialmente a região por meio de estradas é percebida como uma oportunidade de novos investimentos: "the great pioneer highway, the TransAmazon, has quietly shifted its direction from social welfare to economic development" ("Brazil Reroutes Amazon Highway's Goals; Amazon

Highway Goals Shifted", 16 de agosto de 1975, Arquivos *NYT*). Outro exemplo é uma reportagem que procura reorientar os rumos dos investimentos e dos interesses norte-americanos na região: "The Amazon: a new search for El Dorado" (22 de novembro de 1980). O correspondente especial do jornal, Edwin McDowell, noticia as *plantations* e as fábricas de papel celulose que se instalam na região.

4.2.2. PROJETO JARÍ

As compras de terras por *syndicates* e cidadãos individuais norte-americanos na Amazônia são noticiadas recorrentemente depois da Segunda Guerra. Por exemplo, em 03 de maio de 1959, anuncia-se que um *syndicate* de cidadãos norte-americanos havia comprado "a controlling interest in a 3,500,000-acre tract of land bordering on the Amazon River in Brazil. The tract is to be developed and eventually resold". Já o bilionário Daniel Ludwig (1897-1992) empreendeu um grande projeto de desenvolvimento econômico na área do vale do rio Jarí. De acordo com Little (2001: 77 a 93), na década de 1960, prevendo corretamente que haveria uma demanda crescente por papel no mundo, Ludwig, em contato com Roberto Campos, então ministro da Fazenda, após longas negociações, compra, em março de 1967, empresas locais. Ludwig investe em áreas de arroz nas várzeas inundáveis (controle da drenagem e irrigação); projeto de reflorestamento, substituição da floresta nativa por espécies de alto valor econômico (ex. gmelina arbórea de origem asiática e o *pinus caribaea* de origem antilhana e eucalipto). Ludwig possuía empreendimentos em vários lugares do mundo: moderno estaleiro no Japão; fábrica de produção de sal no México; fazenda de gado de corte na Venezuela; refinaria de petróleo no Panamá; hotéis e cassinos no México e nas Bahamas; minas de carvão nos Estados Unidos e Austrália; exploração de minério de ferro na Austrália e no Brasil; *plantations* no Panamá, Paraguai e Honduras. A imprensa brasileira denunciaria as condições de exploração em que trabalhadores eram mantidos no projeto Jarí.

Em 24 de março de 1967, o NYT noticia a aquisição do bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig de terras às margens do rio Jarí. De acordo com o jornal, ele era um empreendedor que tinha propriedades espalhadas por todo mundo e não havia fronteiras para seus empreendimentos. Pesquisando nos Arquivos do New York Times a relação entre Daniel K. Ludwig e *Brazil* se obtêm dezessete resultados. Podemos fazer uma leitura completa das reportagens e dizer que as notícias trazem toda a trajetória do empreendimento no Rio Jarí do bilionário norte-americano. Em 30 de novembro de 1979, a reportagem "*U.S. Magnate, Once Assailed, is Hailed for Amazon Project*" descreve Ludwig como sendo um

empreendedor épico. De modo pejorativo, a reportagem afirma que apesar de não haver nenhum glamour no meio da floresta, Ludwig ganhou "destaque na demonologia de conservacionistas e na preocupação de nacionalistas do **terceiro mundo** preocupados com o defloramento de suas terras por estrangeiros" (tradução livre). Essa reportagem coloca na perspectiva norte-americana os conflitos para se definir de que modo **explorar** e **utilizar recursos** amazônicos. O empreendedorismo norte-americano, dentro de um modelo do **progresso** e de expansão capitalista no mundo, às vezes, entra em conflito com projetos nacionalistas. Mesmo que o expansionismo do capital norte-americano e projetos nacionalistas brasileiros tendam a convergir em concepções de **progresso** e **guerra** travados pelo homem contra a **natureza**, a diferença é que não se trata de homem, espécie humana, trata-se de nacionais, ou seja, são jogos de poder com cartas marcadas antes de serem jogos **humanísticos civilizatórios**. Dessa matéria, identificamos conflitos de duas ordens: entre nacionais e estrangeiros empreendedores; entre empreendedores e preservacionistas. Esses conflitos se evidenciam também em outro artigo, "*Ludwig May Cut Brazil Project – Letter to Military Leader Ludwig Threatens to Cut Project in Brazil Dispute Over Land Claims*" (16 de outubro de 1980, Arquivos *NYT*), em que Ludwig, o homem mais rico dos EUA, ameaça paralisar operações de 700 milhões. Quando se deparou com a burocracia paralisante e as limitações financeiras para a construção da fábrica de papel de 17 andares e a usina de energia no local que havia selecionado, Ludwig gastou 269 milhões de dólares para tê-las construídas num estaleiro japonês e depois rebocadas 17.800 milhas pelos oceanos Índico e Atlântico. A reportagem atribui às dificuldades enfrentadas pelo empreendimento de Ludwig ao nacionalismo brasileiro ao mesmo tempo em que qualifica a atitude de Ludwig de correta e de empreendedora, sem colocar em perspectiva seu próprio nacionalismo em defender o empreendimento de um cidadão norte-americano. O jornal imputa a esses entraves nacionalistas o fracasso do empreendimento. O modo grandiloquente como o jornal descreve o projeto Jarí é revelado tanto nos vocábulos heróicos constantemente utilizados para caracterizar o empreendimento na Amazônia quanto na dimensão territorial. Colocações tais como "terras isoladas e inóspitas", "tamanho do estado de Connecticut", "maior esforço já realizado por um empresário para domar a floresta amazônica", "a solidez da selva engole ambições empresariais", entre outras, empenham-se por demonstrar o esforço épico que se requer para sua conquista, além de reforçar que o empreendedorismo norte-americano bravamente enfrenta as situações mais desfavoráveis na luta civilizatória contra o mundo selvagem.

Reportagens de 29 de agosto de 1992 e 15 de janeiro de 1982, respectivamente de títulos "*Daniel Ludwig, Billionaire Businessman, Dies at 95"* e "*An Amazon buy out by Brazil"* (Arquivos *NYT*), permitem perceber que as principais características atribuídas ao projeto Jarí vão da admirável capacidade de realização do **empreendedorismo norte-americano** a estereótipos da **selva indomável**. Em termos mais pragmáticos, os articulistas do jornal atribuem à volatilidade do nacionalismo brasileiro e ao excesso de burocracia as causas para que Ludwig fracasse em seus intentos e abandonasse os empreendimentos amazônicos em 1982. As reportagens relatam que apesar de Ludwig manter constante diálogo com o governo brasileiro, tendo figuras influentes com o general Golbery do Couto e Silva como interlocutor, o ambiente de negócio não seria favorável para o empreendedorismo. Eles enfatizam duas características negativas: excesso de trâmites burocráticos e falta de linhas de financiamento. Nesse sentido, o fracasso do empreendimento de Ludwig, na perspectiva do jornal, se deve principalmente ao insucesso de convencer o governo do Brasil de manter seu apoio. Em 1982, um acordo traçado entre companhias de seguros, Banco do Brasil, empresas brasileiras e o empresário Augusto Azevedo Antunes, fechou a compra do projeto. De acordo com as reportagens, houve forte intimidação patriótica de líderes do governo para que o capital nacional assumisse o empreendimento. Para as reportagens, esse fracasso aumentou a curiosidade acerca da Amazônia e fez boa parte da fama de Ludwig nos Estados Unidos.

A reportagem mais completa sobre o projeto Jarí é publicada em 09 de novembro de 1999, de título "*A Mirage of Amazonian Size; Delusions of Economic Grandeur Deep in Brazil's Interior*", mostrando o deslumbre, a ascensão e a queda do empreendimento. O artigo afirma que o bilionário norte-americano Daniel K. Ludwig fez uma aposta ousada, "depois de comprar um pedaço da floresta amazônica maior do que o estado de Connecticut, o magnata gastou parte de sua fortuna construindo um complexo industrial, envolvendo mineração e agricultura" (tradução livre). De acordo com a reportagem, Ludwig projetou corretamente um crescente apetite mundial por produtos como papel, alumínio, porcelana, arroz, carne bovina e carne de porco, prevendo enormes rendimentos futuros para seu empreendimento. A reportagem contrasta esse cenário próspero com o fracasso que se tornou o projeto do bilionário, dizendo que a Jarí Celulose, parte do projeto, estaria à venda disponível a qualquer comprador por um dólar. Relata ainda que os atuais proprietários, um consórcio brasileiro daria bônus de até US$ 20 milhões para o comprador que quisesse assumir o empreendimento. O projeto Jarí é vendido com US$ 354 milhões em dívida. As minas de bauxita e de argila já foram desmembradas, além disso, o projeto exigiria centenas de milhões de dólares em novos investimentos, incluindo US$ 100 milhões para construir uma usina de

energia elétrica, se quiser continuar a fabricar alta quantidade e boa qualidade de celulose. A reportagem coloca em uma perspectiva crítica a recorrente leitura de El Dorado dos recursos naturais que a Amazônia sempre foi objeto:

> Like the big hopes for the China market, the notion that there are unlimited riches to be had from the Amazon is one of those dreams that never seems to die. Since the first Spanish colonizers in the New World fell under the spell of the legend of El Dorado, adventurers have arrived with the conviction they can build empires in places such as this, only to run afoul of one of the most hostile natural and business environments on the planet.

A reportagem faz a contabilidade das benfeitorias realizadas para que o projeto começasse a operar: "instalou 3.000 milhas de estrada, 37 quilômetros de ferrovia, um porto de águas profundas e uma cidade da companhia que agora tem 9.500 habitantes. Mais de 260.000 hectares foram plantados com Melina Birmanesas (Burmese Melina) e pinheiros do Caribe, que não floresceram neste clima equatorial severo, e, eventualmente, após mais custos de experimentação, o eucalipto se adaptou melhor" (tradução livre). A reportagem ainda traz citação de Ludwig, que morreu em 1992 com a idade de 95, publicada em 1980 na revista *National Geographic*, que dizia "I always wanted to plant rows of trees like corn". A matéria aponta ainda outros desafios enfrentados pelo empreendimento, agora de outra ordem:

> But the very scale of Mr. Ludwig's ambitions aroused suspicion among Brazilians, who have been distrustful of any foreign presence in the Amazon since the British destroyed Brazil's rubber industry a century ago by spiriting seeds away to Malaysia. Books with titles like "Jari: The American Invasion," and press reports suggested that Mr. Ludwig was creating his own nation with its own armed forces, using slave labor, destroying the jungle and smuggling gold abroad.

A reportagem faz inferências sobre de que modo a Amazônia se enquadra no imaginário nacional. Mesmo tendo uma visão um pouco superficial e geral da situação, o fato é que, por um lado, informa ao público norte-americano de que modo a Amazônia é tratada internamente no Brasil, por outro lado, é um exemplo da visão norte-americana das perspectivas brasileiras:

> Though Brazilians are taught in school that the Amazon is a natural wonder, and can recite the names of the river's tributaries with ease, relatively few from the big cities 1,500 miles to the south have ever set foot in the region or have a desire to visit. This distance fuels nationalistic slogans like 'the Amazon is ours', but produces very little knowledge of or sympathy for the obstacles faced by any undertaking in the jungle. In part because Brazilians regard the Amazon as a place of quick and easy riches, 'the state has not played its proper role' in the region, said Erton Sesquim Sanchez, Jari's current operations director. 'They have not come in to build schools and basic

> sewage systems, pave roads, install electric power. We're here 20 years, and we still have to confront ourselves those and other problems that are really the responsibility of the state.’ Despite the social role that companies like Jari are forced to play, calls for these companies to be expelled persist today. The October edition of Amazon Agenda, a monthly newsletter published by Lucio Flavio Pinto, author of a critical history of Jari and the region's best-known investigative reporter, describes Jari and projects like it as ‘Trojan Horses in the Amazon’ that enrich foreigners at the expense of ordinary Brazilians.

De acordo com a reportagem, isso dificulta ainda mais os empreendimentos na região que além de ter que lidar com as dificuldades naturais ainda sofrem com a falta de infraestrutura e com a hostilidade por parte dos brasileiros e do governo. No caso específico de Ludwig, ele não conseguiu a aprovação do governo para a construção de uma hidrelétrica e acabou por desistir do projeto Jarí. A reportagem diz que “the nationalists got their wish, though not quite in the form they had anticipated”. Desde o início da década de 1980, dois bancos estatais, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil (BB) investiram aproximadamente 350 milhões de dólares para manter Jarí em funcionamento, juntos, eles detêm um terço no projeto de celulose. Ao longo dos anos, as ambições originalmente concebidas pelo bilionário norte-americano foram se desmontando. Os planos de criação de gado e porcos foram arquivados. Um projeto para o cultivo do arroz, ao longo das margens do rio Amazonas, destinado a transformar o Brasil em um exportador de arroz, foi abandonado.

Depois da desistência de Ludwig, o projeto Jarí se contentou com seus limites e resolveu operar em escala bem menor[100]. A reportagem explora a contradição das práticas brasileiras para a Amazônia, na medida em que identifica que os proprietários do Jarí estavam procurando ativamente um parceiro estrangeiro. Alega-se que no momento de Ludwig se questionava o fato de o empreendimento está sendo realizado com capital norte-americano e agora já na mão de empresários brasileiros se procura o financiamento estrangeiro:

> ‘We are in a global market, and so there are no restrictions (…) The most important thing is not the origin of the capital, but the capacity to carry this undertaking ahead (…)’. Israel H. Coslovsky, chairman of Jari's board, said in an interview in Rio de Janeiro that preliminary talks with an American and a Canadian company, which he declined to identify, are already under way. But Brazilian market analysts are skeptical of the company's ability to attract significant foreign or domestic investment. (…) ‘Jari is the ugly duckling of

[100] A reportagem traz o depoimento de José Ricardo Cordeiro, presidente da Jarcel Celulose, empresa detentora do projeto: “‘Our focus these days is immensely different from what it was back in those early days (…) Before, everything was on a large scale. But we are aware we are not a big company, that Jari will never be the mega-enterprise it was projected to be, and we act accordingly”.

> the paper industry, a project in which no serious player has an interest,' said Thomas Mello Souza, who follows the Brazil pulp and steel industries for Merrill Lynch's office in Sao Paulo. 'Despite being close to the American and European markets, it is in an isolated area of difficult access, and that complicates the operation of the business, adds to operational costs and makes for a very high turnover'.

A reportagem afirma que a empresa estava se recuperando, tendo uma produção de 295 mil toneladas de celulose no ano de 1999, exportando dois terços para a Europa e outros 10 por cento para a América do Norte. O jornal identifica que embora alguns grupos nacionalistas argumentem que Jarí deva ser simplesmente fechado, o que parece improvável, pois os custos sociais e políticos para o governo brasileiro seriam altos. Embora o projeto em si tenha apenas 1.050 funcionários, mais de 70.000 pessoas estão no raio de ação dele. Pessoas que vivem em precárias condições ao longo do rio Jarí que ficariam sem meios de subsistência se a lógica estritamente econômica fosse aplicada. Essas comunidades, nos termos da reportagem, giram em torno dos projetos Jarí, A matéria termina dizendo que na cidade de Monte Dourado, a casa onde o Sr. Ludwig ficava durante suas frequentes visitas na década de 1970 é agora um museu e que ele é aclamado como visionário. A lição aprendida, na perspectiva do jornal e que a exposição do museu não demonstra, é que desde a experiência de Ludwig a Amazônia tem vantagens e desvantagens e se faz necessário ter consciência delas antes de empreender na região. Em outras palavras, a reportagem se pergunta se o projeto Jarí se tornará uma lição para as futuras aventuras, por ter se saído melhor do que a maioria dos esforços anteriores, como por exemplo, o empreendimento de Henry Ford.

4.3. GOVERNANÇA GLOBAL E AMBIENTAL: O PESO DA PRESERVAÇÃO FLORESTAL DA AMAZÔNIA NA MANUTENÇÃO DO CLIMA NO PLANETA.

Mesmo que os interesses comerciais e as convicções de soberania dos Estados nacionais não tenham mudado tanto desde os primeiros registros do *NYT*, a partir das décadas de 1970 e de 1980 as propostas ambientalistas vêm estabelecendo novas configurações políticas. De fato, as propostas de cunho ambientalistas começam a ter mais visibilidade, junto com uma perspectiva de desafios globais. Um modo simples de verificar a repercussão nos meios de comunicação da temática ambiental é identificar, nos arquivos disponíveis, os debates elaborados em torno de conferências, protocolos e comissões que discutem os desafios ambientais e colocam em questão o desenvolvimento sem limite.

Os debates em torno do Clube de Roma, nos arquivos do *NYT*, acusam 118 reportagens. Em um de 27 de fevereiro de 1972 vê-se que: "in April, 1968, a group of

scientists and intellectuals, alarmed at what they considered ominous trends in the world, met in one of the most venerable scientific institutes, the Accademia Nazionale dei Lincei in Rome, or National Academy of Linxes" (Arquivo NYT, "Club of Rome a Worldwide Organization"). O Clube teve como um dos membros financiadores David Rockeffeller[101]. A reportagem "On Reaching a State of Global Equilibrium", de 13 de março de 1972, noticia a publicação do relatório "The Limits to Growth" do Clube de Roma. A Conferência de Estocolmo (1972) também teve bastante repercussão no *NYT*. A conferência promovida pelas Nações Unidas estabelece marcos de uma governança ambiental, numa perspectiva de gestão de recursos. Os grandes debates ambientais da década de 1980 igualmente tiveram bastante repercussão como parte das tentativas de se definir parâmetros para uma governança ambiental. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983), o Protocolo de Montreal sobre destruição da Camada de Ozônio (1987), o Relatório Brundtland "Nosso Futuro Comum" (1988), mesmo ainda não relacionando **mudança climática** e **Amazônia**, trazem um entendimento cada vez maior de que é necessário constituir uma governança ambiental em termos de direito internacional público que vincule os Estados nacionais. Uma matéria, de 28 de junho de 1988, "Norway and Canada call for a pact to protect atmosphere" (Philip Shabecoff) expõe o compromisso dos primeiros ministros do Canadá (Brian Mulroney) e da Noruega (Gro Harlem Brundtland) em propor uma "law of the air", a fim de estabilizar a atmosfera terrestre e prevenir futuras degradações. De acordo com a reportagem,

> the two leaders said that the international community must now act to address a range of assaults on the atmosphere, including the global warming projected to result from the greenhouse effect, damage to the protective ozone layer and the acidification of rain and snow. Government officials, scientists and environmentalists here said that this was the first time heads of state had proposed an international agreement to protect the atmosphere from a broad range of problems caused by the burning of fossil fuels, industrial pollution and other human activities.

[101] De acordo com Colby (1998), o patriarca John D. Rockefeller teve um único filho John D. Rockefeller Jr. Em 1920, Rockefeller Jr. levantou fundos para um movimento missionário, inclusive na Amazônia brasileira, dentro de uma iniciativa de empresários norte-americanos que pregavam a "'cristianização do mundo' como um antídoto para revoluções, como a Revolução Russa" (Colby, 1998, p. 448). John Rockefeller teve cinco filhos. Os irmãos Rockefellers (David, Winthrop, John III, Nelson e Laurence). Ainda segundo Colby, "cada um desempenhou papel no atual estado da economia latino-americano: David nos negócios bancários, Winthrop na reprodução de gado, John III em controle populacional e desenvolvimento agrícola, Nelson em uma bem-sucedida conquista das fronteiras e de ditaduras militares, e Laurence no desenvolvimento de investimentos de risco, algumas vezes como parceiro de Nelson". Além dessa referência, um extenso relato de Antonio Pedro Tota (2000) sobre a formação de uma imagem sedutora de prosperidade norte-americana foi amplamente difundida no Brasil, principalmente por Nelson Rockefeller. Tota (2000) relata ainda a operacionalidade do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), dirigido por Nelson Rockefeller.

Grosso modo, o ponto fundamental da argumentação é que existe “human-induced climate change” e se procura um consenso entre países industrializados poluidores e em desenvolvimento detentores das maiores reservas ambientais. Há uma procura por evidências de que o aquecimento global (efeito estufa) que resulta em mudança nos padrões climáticos se conecta com a necessidade de preservação de florestas tropicais. Até então, nem o jornal nem a revista noticiaram a relação entre mudança climática e a preservação das florestas amazônicas. Com relação ao *NYT*, apenas em 17 de março de 1992, uma reportagem relacionou essas duas temáticas, “North-South Divide is Marring Environment Talks” (por Marlise Simons). A reportagem relata os preparativos para a ECO-92, no Rio de Janeiro, que se configura como um confronto entre países ricos (industrializados) e países pobres (primário exportadores), sem uma agenda ambiental comum. O norte preocupado em impor uma agenda ambiental e o sul preocupado em discutir a divisão mundial do trabalho. A preservação florestal da Amazônia é mencionada pelo jornal como parte dos debates sobre florestas tropicais:

> A planned treaty to protect and manage the world's tropical forests, which are vital regulators of the global climate and which harbor most of the planet’s species, has already been shelved. Brazil and other countries demanded that such a treaty be extended to all forests and had the word ‘tropical’ removed. ‘By extending the debate to all forests, there was not enough time for a binding treaty,’ a United Nations official said. ‘The best we can hope for is a declaration to save the rainforests.’ Another planned high point of the summit meeting, a treaty to protect the world's animal and plant species, is being fundamentally changed. In the past, nature has always been considered part of the common heritage. But now developing countries want the convention to state that biological resources ‘are under a country's sovereignty’ and are no longer ‘to be considered as a common heritage of humankind.’ Poor countries say this is part of their quest for equity. They have long complained that their contributions such as natural genes, or strains bred by farmers in the fields, have been reaped by foreign researchers or pharmaceutical companies for free while poor nations have to pay for seeds or other organisms protected by patents and licences elsewhere. There is still basic disagreement over how a country can profit from its biological resources.

É importante ressaltar que as propostas ambientalistas reproduzem, mesmo que criticamente, uma estrutura definidora de **desenvolvimento**, **pobreza**, colonização do saber, centralização nos países industrializados do processo decisório, etc. O que observamos nas reportagens da mídia escrita norte-americana é uma resignificação de propostas para a Amazônia, fundando outras *práticas territoriais* desde os EUA ou tendo os EUA como fonte de financiamento e de mudanças de valores. É nesse sentido que destacamos a convicção da existência de uma **mudança climática** provocada (ou agravada) pela ação humana, implicando o protagonismo

amazônico na manutenção do **equilíbrio ecológico do planeta**. Essas ideias são propagadas pelo jornal como vinculadas ao trabalho de James Lovelock e à hipótese de Gaia que as rochas, o ar e tudo mais no planeta Terra está conectado e vivo numa espécie de ser superorgânico (Arquivo NYT. 16 de junho de 2002, "The Nation; What's So New in a Newfangled Science?") [102]. Isso dá base a novas propostas de práticas de preservação florestal desde os arranjos políticos norte-americanos. Em busca relacionando "*climate change*" e *Amazon*, não encontramos, nos arquivos de 1851 a 1980 do *NYT*, nenhum registro de matéria que trate dos dois termos simultaneamente. Nos arquivos de 1981 a 2011, encontramos 136 ocorrências[103]. Na Time Maganize, encontram-se 31 resultados, sendo o primeiro artigo publicado em 24 de dezembro de 1990.

Observamos dois pontos fundamentais que relacionam **mudança climática** e **Amazônia**: (a) a propagação de convicções baseadas em discursos institucionais sobre como se processa a mudança climática em termos de compreensão científica (prognóstico); (b) sugestões de ações político-administrativas para encaminhar soluções (prescrição). Elas estão intrinsecamente relacionadas. Dentro das repercussões da Rio-92, em 29 de maio de 1994, a matéria "Panel Finds Lag in Saving Environment" aponta para propostas de operacionalizar a preservação de florestas no mundo. Essa matéria de 1994 destaca que a tentativa de unir esforços em um único plano para salvar as florestas do mundo tinha sido bloqueada pelo Brasil que, segundo a reportagem, parecia determinado a resistir por considerar a proposta uma interferência externa à sua gestão da floresta amazônica. A reportagem traz ainda o pronunciamento de Klaus Töpfer, ministro alemão do Meio Ambiente, que afirma que os esforços do mundo para financiar metas ambientais, dentro da cúpula do Rio, ficaram "significativamente aquém das expectativas e exigências". Ele pediu "esforços adicionais" aos países industrializados para darem aos países mais pobres a tecnologia para elevar os padrões de vida de forma ambientalmente correta. É recorrente a utilização de termos como "salvar o planeta", "gestão de florestas", "ambientalmente correto", o que dá o tom das convicções, apontando para a construção de práticas territoriais específicas que não são

---

[102] Há 39 artigos nos arquivos do *NYT* desde 1980 que constam o nome entre aspas de James Lovelock. Por sua vez, os arquivos da Time Magazine apresentam 12 resultados. Numa série especial da Time Magazine denominada *Heroes of the Environment* que procura destacar as personalidade protetoras do planeta, James Lovelock foi lembrado na edição de 2007. A revista coloca a hipótese de James Lovelock do seguinte modo: "Studying the earth in the 1960s, Lovelock saw a system that was, in terms of atmospheric chemistry, utterly unstable — and yet it had persisted for hundreds of millions of years. The control needed to combine such power and such stability, he decided, must have something to do with life. At the suggestion of his neighbor, the novelist William Golding, he called the living-system-as-self-regulator Gaia" (17/10/2007; Arquivos Times Magazine. Leaders & Visionaries – James Lovelock).

[103] Última consulta em 18 de novembro de 2011.

detalhadas pelo debate muitas vezes superficial dos artigos. É nesse contexto que observamos nos arquivos do *NYT* o surgimento de proposta de gestão de floresta.

A gestão de floresta toma corpo por meio da construção de um conhecimento científico que se pretende revelador de nexos causais entre mudanças climáticas e ações humanas, tais como queima de combustíveis fósseis e emissões de CO_2. Em 4 de novembro de 2003 e 9 de dezembro de 2009, os artigos *"Deep in the Amazon, Vast Questions About the Climate"* (de Larry Rohter) e *"The Earth is crying out for help"* (de Thomas Lovejoy[104]), ambos do *NYT*, de modo muito pedagógico, destacam teses ecológicas que vinculam inferências de dados estatísticos e medições climáticas, depreendendo posições político-ambientalistas desta relação:

- ✓ Há algum tempo o debate sobre o papel da Amazônia na mudança climática global está se intensificando. A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo – maior do que toda a Europa, a parte brasileira da floresta sozinha é mais de metade do tamanho do território continental dos Estados Unidos. Tem sido sempre assumida como essencial para inibir o aquecimento global na medida em que reduz o dióxido de carbono da atmosfera durante a fotossíntese.

- ✓ O dióxido de carbono é um dos principais gases que contribuem para o aquecimento global e o efeito estufa. Mas, nunca se conseguiu estabelecer se a floresta tropical está de fato funcionando como um gigante depósito que 'sequestra carbono' e 'armazena'.

- ✓ Alguns cientistas sugerem que o desmatamento indiscriminado da Amazônia se transformou em uma fonte considerável desses gases, expelindo enormes quantidades de dióxido de carbono no ar. Portanto, de solução a floresta passa a problema.

- ✓ Se de fato a Amazônia é uma fonte considerável de emissões de gás carbônico, ou se as quantidades de gás emitido e sequestrado estão em um equilíbrio permanente, alguns dos pressupostos fundamentais do Protocolo de Kyoto de 1998 sobre a mudança climática devem ser repensados. Ninguém sabe precisamente a quantidade de gases de efeito estufa que o Brasil já está bombeando para a atmosfera.

- ✓ Cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônica (INPA) estimam que as emissões de carbono no Brasil possam ter subido mais de 50 por cento desde 1990. Pelas estimativas deles, o que é eufemisticamente denominado de 'mudanças de uso da terra' agora produzem emissões anuais de 400 milhões de toneladas de gases de efeito estufa, superando os 90 milhões de toneladas geradas anualmente pelo uso de combustíveis fósseis no Brasil e fazendo deste país um dos 10 maiores emissores de gases de efeito estufa no mundo.

- ✓ Por toda a Amazônia brasileira, a floresta está sendo destruída no processo de formação de pastos para a pecuária extensiva, monoculturas, madeira, estradas e

[104] Thomas Lovejoy é presidente da divisão Biodiversidade do Centro Heinz e chefe do Painel Científico e Técnico Assessor para o Meio Ambiente Global.

assentamentos humanos em um ritmo cada vez mais rápido, contribuindo para os temores de que o equilíbrio do clima em breve poderá ser permanentemente destruído. Só no ano passado, o desmatamento aumentou em 40 por cento em relação a 2001, para cerca de 10.000 quilômetros quadrados, uma área maior do que Nova Jersey.

- ✓ Cientistas brasileiros, em conjunto com colegas norte-americanos e europeus, estão envolvidos no que é conhecido como o *Large-Scale Bio-Atmosphere Experiment in the Amazon* (LBA). O objetivo é dar uma resposta às incertezas sobre as emissões de carbono. Iniciado em meados da década de 1990, o programa reúne dados em 15 locais, incluindo dois na floresta nacional com cerca de 50 quilômetros ao sul da confluência do rio Tapajós e Amazonas.

- ✓ Desde então, anos de medições adicionais apontam para um papel mais modesto, mas ainda crucial da Amazônia na associação das emissões de dióxido de carbono. Mesmo se a floresta for armazenar uma tonelada por 2,5 hectares, a estimativa agora mais citada por pesquisadores, seria a captura de cerca de 100 milhões de toneladas de dióxido de carbono a cada ano.

- ✓ Se isso for verdade, a capacidade da floresta de armazenar gás carbônico diminui com o avanço do desmatamento e pode, eventualmente, chegar a um ponto de saturação. Mas os pesquisadores sublinham que a Amazônia é importante para a mudança climática porque a floresta desempenha um papel adicional no debate sobre o aquecimento global, que é independente da questão de saber se armazena e absorve gás carbono.

Esses pontos trazem à baila a dimensão política do saber ecológico. O primeiro passo é fundar um conhecimento seguro de si, capaz de convencer a opinião pública. Depois, trata-se de propor práticas para manter a "segurança ambiental" do planeta. De modo mais específico, as matérias ainda afirmam que há certo grau de dificuldade do Brasil aceitar qualquer sugestão de estrangeiros que é interpretada como ingerência. Elas dizem que muitos brasileiros ainda acreditam que os esforços globais para controlar e limitar o desmatamento são apenas uma cortina de fumaça para trazer a **internacionalização da Amazônia**, aos moldes do que ocorre na Antártida[105]. Podemos inferir da sequência argumentativa das matérias que depois do reconhecimento de que tudo está conectado, o próximo passo é unificar também a administração. Há uma frustração ao constatar que líderes políticos, empresariais e ambientais não conseguem negociar acordos e se escondem em narrativas mistificadoras de siglas, números e dados que só aumentam a sensação de inoperância.

Os artigos falam ainda do sistema biofísico. A biosfera e a atmosfera juntas são a chave para compreender a urgência da mudança climática, bem como a elaboração de uma

---

[105] "The issue of carbon emissions is a politically charged issue here. Brazil bristles at any suggestion by foreigners that its stewardship over the bulk of the world's largest remaining tropical forest is in any way deficient, and many Brazilians also believe that global efforts to monitor and limit deforestation are merely a smoke screen to bring about the 'internationalization' of the Amazon, along the lines of Antarctica".

resposta para a mudança climática. Especificamente a reportagem de 9 de dezembro de 2009 aponta para a complexidade sistêmica que há em diferentes regimes climáticos do planeta, além de constatar que "onde quer que olhemos no planeta, a natureza está em movimento de maneira nunca antes vista pela ciência natural. Espécies estão mudando o tempo de seus ciclos de vida". Define-se que a Terra está sendo regida por um sistema de temperatura em transformações e que as irregularidades nos sistemas de chuvas e as altas temperaturas estão impactando flora e fauna. Os argumentos se baseiam na ideia de a natureza é autoregulada e é justamente a interferência humana a causa das aceleradas mudanças. As reportagens trazem exemplos de mudanças que estão em curso em todo o mundo, exemplos de camuflagens de lebres que não acompanham a chegada mais cedo da primavera e o impacto disso na maior exposição delas aos predadores, no Ártico. Nos oceanos, são os recifes de corais e as algas que sofrem com o aumento da temperatura quebrando a simbiose entre espécies. As florestas de coníferas da América do Norte estão sendo prejudicadas por invernos mais amenos e verões mais longos, causando desequilíbrios em favor de besouros nativos. A reportagem de 2009 traz ainda as repercussões dessas mudanças para a agricultura e a segurança alimentar do planeta. A Austrália, por exemplo, teve que abandonar o arroz como principal produto de exportação agrícola por causa de secas persistentes. O encolhimento de geleiras e derretimento glacial ameaça a produtividade agrícola em muitas partes do mundo. De acordo com a matéria, Lester Brown, fundador do *Earth Policy Institute*, projeta uma dificuldade na manutenção de atuais práticas agrícolas e de produção em face do aumento das temperaturas globais.

Dentro da lógica de batalhas pela definição de certo e errado que procuram convencer atores políticos sobre a versão mais fiel da realidade natural e das mudanças do clima, dá-se a entender que estamos em um ponto de inflexão. A Amazônia assume, por vezes, papel de protagonista nesta narrativa. Seu desmatamento é tema recorrente. É comum a utilização do termo *dieback* da floresta amazônica. Esse termo retirado da botânica designa dessecamento progressivo até a morte que se inicia nas extremidades de ramos até chegar ao tronco de árvores frutíferas. A reportagem de 2009 noticia que um dos modelos climáticos detectou um aumento na temperatura global de 2,5 graus, relacionado aos efeitos de desmatamentos e queimadas no sul e sudeste da Amazônia brasileira. As mudanças climáticas mostram o início do *dieback* da floresta que se inicia nas pontas e prossegue para o centro. Isso concentraria mais dióxido de carbono na atmosfera, deixando os oceanos 30% mais ácidos o que afetaria todas as dezenas de milhares de espécies marinhas que constroem esqueletos ou conchas de carbonato de cálcio.

Essa intensa conectividade das espécies vivas e do planeta é transferida para uma narrativa justificadora de ações conectadas e globais. É a concepção de que o planeta vivo demanda uma governança global. Portanto, o desafio torna-se não só encontrar maneiras de reduzir as emissões por desmatamento e a mudança de uso da terra, mas também identificar formas de tirar CO_2 da atmosfera.

> The living planet is signaling very clearly that current greenhouse gas concentrations are already too high. So the challenge becomes not only to find ways to reduce emissions from deforestation ("REDD") and other land-use change, but also to identify ways to pull CO_2 out of the atmosphere. Because all living things are built of carbon, restoring ecosystems on a planetary scale can contribute in a meaningful way. Actions that can capture carbon include reforestation, restoring degraded grasslands and grazing lands and managing agriculture to return carbon into the soils.

As narrativas de mudança climática quase sempre passam a ideia de uma certeza catastrófica que poderá ser evitada com as ações propostas, mesmo havendo raros consensos com relação aos sintomas, causas e efeitos das mudanças climáticas. De modo simplificado, a batalha concretiza-se em inúmeros planos para se retirar da atmosfera a maior quantidade possível de CO_2. Geralmente, as propostas têm uma escala planetária. Mesmo que as ações sejam vinculadas à adesão soberana dos Estados nacionais, em que se vê claramente a ausência de comprometimento significativo dos dois maiores poluidores do mundo, Estados Unidos e China, a solução é narrada como planetária e com a irmandade dos povos. Pouco se fala de redistribuição de riquezas e das benesses do mundo industrializado. Sem mexer nas estruturas profundas de distribuição de riquezas, o cenário catastrófico ecologista fica parecendo uma releitura pós-colonial das relações entre centro e periferia.

4.3.1. A GESTÃO DE FLORESTAS: PROPOSTAS PRÁTICAS.

Como operacionalizar as propostas de **salvação** do clima e das florestas tropicais? No que se refere às florestas, o instrumento de governança transnacional mais consolidado é o REDD (*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation in Developing Countries*). Em pesquisa no banco de dados do jornal, encontramos apenas três reportagens que relacionam diretamente Brazil, Amazon e REDD. O artigo, de 6 de abril de 2008, "Amazon's 'Forest Peoples' Seek a Role in Striking Global Climate Agreements" (de Alexei Barrionuevo) articula os principais pontos do REDD, a saber:

- ✓ The plan, formally known as Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation, or REDD, would involve payments by wealthy countries, principally the United States and European nations, to developing countries for every hectare, or 2.47 acres, of forest they do not cut down.

- ✓ Some doubt it will be possible to measure how much carbon is being conserved, and question whether the forest lands involved can be protected from illegal logging and government corruption.

- ✓ Calculating what fair compensation for forest conservation would amount to is no easy task. The Woods Hole Research Center in Massachusetts recently estimated that indigenous groups should receive $10 per square kilometer for "perimeter defense."

- ✓ The total cost of paying private landholders and governments to conserve the Amazon would be $531.6 million a year by the 10th year of the program, the center calculated. Several indigenous leaders here expressed concern that such a system would ultimately be devised to compensate governments with the carbon credits, but not indigenous communities.

- ✓ "The challenge is to pay the native peoples, not the governments," said Elisa Canqui, a member of the United Nations Permanent Forum on Indigenous Issues. "They need to be direct beneficiaries in this process."

Thomas Friedman, articulista do *NYT* que escreve frequentemente sobre a Amazônia brasileira, publicou, em 11 de novembro de 2009, a reportagem "Trucks, Trains and Trees", que procura dramatizar a relação da floresta amazônica e a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, dentro de uma potencial execução do REDD. Ele diz que se pegássemos a exaustão de todos os carros, caminhões, aviões, trens e navios do mundo a cada ano, a quantidade de dióxido de carbono que todos eles emitem coletivamente para a atmosfera é menor do que as emissões que resultam da derrubada e desmatamento de florestas tropicais em lugares como o Brasil, Indonésia e Congo. Seguindo a mesma base comparativa que observamos nas outras seções, Friedman referencia as dimensões amazônicas com o território norte-americano, "perdemos mais floresta tropical do tamanho do Estado de Nova York a cada ano e o carbono liberado na atmosfera corresponde aproximadamente a 17 por cento de todas as emissões globais que contribuem para a mudança climática" (tradução livre). Friedman reconhece que levará muito tempo para trocar a frota de transporte do mundo para uma tecnologia mais livre de emissões de carbono. Contudo, na perspectiva dele, algo imediato que poderia ser feito é a eliminação dos 17 por cento de todas as emissões globais que se realiza com cortes e queimadas de florestas tropicais.

Qual é o primeiro passo na recorrente lógica dos que têm voz no jornal? De acordo com Friedman é necessário pôr em prática um novo sistema de desenvolvimento econômico, em que seja mais rentável para os mais pobres, ou seja, nações mais ricas em florestas, preservar e gerir as suas árvores ao invés de cortá-las para fazer móveis ou plantar soja. Ele diz que "sem um novo sistema para o desenvolvimento econômico nos trópicos ricos em

madeiras, você pode dar adeus às florestas tropicais. O velho modelo de crescimento econômico vai devorá-los. A Amazônia com que seus netos se relacionarão será apenas aquela que termina em ponto com e vende livros" (tradução livre). Ele diz ainda que para melhor compreender este processo é preciso estabelecer cooperação com comunidades locais. Em visita à unidade de conservação Floresta Nacional do Tapajós, ele relata a experiência de 8 mil pessoas da localidade que vivem num regime sustentável de cooperação, com financiamento do governo brasileiro e da *Conservation International*[106]. O repórter do *NYT* entusiasticamente aposta na possibilidade de que os "protetores da floresta" possam receber mais do que aqueles que desmatem. Assim, na perspectiva dele, é preciso criar estímulos econômicos para que a floresta seja a renda dos locais. Segundo o jornalista, a grande questão é saber o que ocorrerá com 38% restante de floresta que não se encontram nem em unidades de conservações nem foram desmatados pelo agronegócio. Ele diz que quanto mais fizermos o sistema brasileiro funcionar, mais dos 38% restante de floresta sem destinação serão preservados, significando assim menos carbono na atmosfera. Pragmaticamente, na linguagem do público norte-americano, ele sentencia: "But it takes money". O sistema de proteção da floresta amazônica demanda dinheiro para se intensificar a vigilância policial e melhorar a produtividade da agricultura em terras já degradadas para que não haja a necessidade de se expandir para áreas ainda florestadas. Por isso, ele diz que:

> That is why we need to make sure that whatever energy-climate bill comes out of the U.S. Congress, and whatever framework comes out of the Copenhagen conference next month, they include provisions for financing rainforest conservation systems like those in Brazil. The last 38 percent of the Amazon is still up for grabs. It is there for us to save. Your grandchildren will thank you.

Numa leitura crítica desse processo de intensificação de fluxos de investimentos para preservação da floresta, há sempre prós e contras. Às vezes, parece que a lógica da "venda de

[106] "To better understand this issue, I'm visiting the Tapajós National Forest in the heart of the Brazilian Amazon on a trip organized by Conservation International and the Brazilian government. Flying in here by prop plane from Manaus, you can understand why the Amazon rainforest is considered one of the lungs of the world. Even from 20,000 feet, all you see in every direction is an unbroken expanse of rainforest treetops that, from the air, looks like a vast and endless carpet of broccoli. Once on the ground, we drove from Santarém into Tapajós, where we met with the community cooperative that manages the eco-friendly businesses here that support the 8,000 local people living in this protected forest. What you learn when you visit with a tiny Brazilian community that actually lives in, and off, the forest is a simple but crucial truth: To save an ecosystem of nature, you need an ecosystem of markets and governance (…).The residents of the Tapajós reserve are already organized into cooperatives that sell eco-tourism on rainforest trails, furniture and other wood products made from sustainable selective logging and a very attractive line of purses made from "ecological leather," a k a, rainforest rubber. They also get government subsidies. Sergio Pimentel, 48, explained to me that he used to farm about five acres of land for subsistence, but now is using only about one acre to support his family of six. The rest of the income comes through the co-op's forest businesses. "We were born inside the forest," he added. "So we know the importance of it being preserved, but we need better access to global markets for the products we make here. Can you help us with that?"

serviços ambientais" só repete a lógica anterior de exportar os problemas para o território do vizinho. Ou seja, ao invés da indústria se modernizar e poluir menos, procuram-se soluções paliativas. Continuaria nas mãos dos mesmos, determinar qual é o papel que os outros (países em desenvolvimento que ainda detém longas extensões de florestas; comunidades tradicionais que habitam regiões preservadas) deverão desempenhar no sistema mundial. E eles (países desenvolvidos; urbano) estão dispostos a pagar pelo "serviço ambiental prestado". Pode-se dizer que é justo na medida em que as partes estejam de acordo e que acaba sendo uma troca generosa. Outros podem dizer que é uma releitura neocolonialista da divisão internacional do trabalho. Quando colocamos em perspectiva essas propostas e remontamos sua lógica histórica, não encontramos nada de inovador em suas proposições.

4.3.2. ONDE SE ENCONTRA A TEMÁTICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA NOVA ORDEM AMBIENTAL?

A multiplicidade de concepções e de aprofundamento analítico, que se realizam nas páginas do jornal, não permite traçar qualquer tipo de narrativa monolítica. Tanto a realidade que o jornal pretende retratar quanto a pluralidade de perspectivas contempladas representam apenas um fragmento da variedade de interpretações acerca da Amazônia que se tem desde os EUA. A temática da **internacionalização da Amazônia**, mesmo que tratada de modo tangencial, é vista pelos articulistas do *NYT* dentro das dinâmicas políticas de uma **governança ambiental** e de uma **governança global**, levando em consideração, contudo, aspectos da política interna brasileira. Destacamos três reportagens específicas que se aproximam dentro de uma perspectiva norte-americana da temática da **internacionalização**. Em 31 de julho de 2007, o artigo "Brazil, Alarmed, Reconsiders Policy on Climate Change: Brazil has resisted programs to reduce deforestation. In the Amazon, areas the size of New Jersey have been razed each year", escrito por Larry Rohter, tenta captar a mudança de perspectiva da opinião pública brasileira com relação às políticas ambientais. Já em 18 de maio de 2008, a matéria "Whose Rain Forest is this, Anyway?", de Alexei Barrionuevo, resgata discussões de posse e de práticas de gestão global para o território amazônico, dando ênfase aos famosos pronunciamentos de políticos norte-americanos que consideraram a floresta amazônica um patrimônio da humanidade devido à sua importância ecológica. Finalmente, em 27 de julho de 2007, o artigo "In the Amazon: Conservation or Colonialism? the Anavilhanas Nature Reserve on the Rio Negro", de Larry Rohter, que retrata de que modo os brasileiros interpretam determinadas práticas ambientais.

A primeira reportagem consegue delimitar a temática ao dizer genericamente que o Brasil continua desconfiado com o envolvimento estrangeiro em sua gestão da Amazônia. Isto é, que o Brasil vê a Amazônia como uma questão doméstica. Apesar dessa constatação, o articulista do jornal também percebe que o governo brasileiro tem se mostrado disposto a discutir questões que até recentemente considerava inegociáveis, incluindo programas baseados no mercado para reduzir as emissões de carbono resultante do desmatamento massivo na Amazônia. A matéria destaca os grupos de pressão organizados internacional e nacionalmente para debater práticas de reduzir emissões de carbono, pressionando o governo brasileiro a se comprometer com mecanismos para evitar o desmatamento. Uma das sugestões para se evitar o desmatamento é a compensação monetária para o denominado "**desmatamento evitado**", pagando agricultores, comunidades ribeirinhas e povos indígenas por serviços ambientais ao manter a floresta preservada. O ponto de convergência dessas propostas com outras como a REDD é a promoção de um modelo de preservação florestal, tendo como base o interesse da humanidade e não a exclusividade administrativa de um país específico. A justificativa é que o Brasil, assim como outros países que possuem em seus territórios grandes massas de florestas, não teria capacidade governamental (recursos, consenso interno, procedimentos administrativos aprimorados) para enfrentar o desafio.

Já na primeira frase da segunda reportagem, se observa a vinculação da discussão ambiental com os desafios geopolíticos da Amazônia: "For as long as most can remember, Brazil has gazed nervously at maps of the vast, mostly uninhabited territory of the Amazon rain forest". Recuperando fatos das décadas de 1960 e 1970, a matéria informa que as políticas de integração territorial durante o regime militar serviram para iniciar uma escalada de desmatamentos na região. O artigo diz que os generais brasileiros viam a colonização da Amazônia brasileira enquanto uma prioridade de segurança nacional. O famoso slogan deste período "ocupar para não entregar", traduzido para inglês como "occupy it to avoid surrendering it", de acordo com a reportagem, serviu de pretexto para construir estradas e estimular a ocupação de terras, tudo em nome do desenvolvimento. O breve comentário histórico que é feito julga errada a política de ocupação da floresta promovida pelo governo militar. A matéria classifica o vasto repertório de teorias conspiratórias de "ineficientes", reconhecendo que não foram elas que inspiraram o governo brasileiro a agir na Amazônia, mas sim uma concepção de segurança nacional. Destaca também a declarações de lideres de países desenvolvidos, chamados de lideres internacionais, deixando clara a tendência em projetar as opiniões deles para além dos limites de seus poderes nacionais. Trata-se das declarações sobre a Amazônia como patrimônio humano, ou seja, maior que os interesses das

nações que dividem seu território. *NYT* cita literalmente a declaração do então senador norte-americano, Al Gore: “contrary to what Brazilians think, the Amazon is not their property, it belongs to all of us”, em 1989. A reportagem reconhece que essas declarações não são elucidativas da situação em que se encontra a floresta. O articulista afirma que essas declarações só ajudam a dar suporte a velhas práticas de proteção, vigilância e cautela contra secretos invasores estrangeiros. Mesmo que a matéria destaque que agora o mundo está mais preocupado com as promessas da biodiversidade e com os perigos de aquecimento global, as políticas governamentais brasileiras muitas vezes se legitimam com base em teorias conspiratórias (*idle conspiracy theory*), mas a reportagem reconhece que não é só isso. Há muito mais por trás das ações governamentais. No sentido de vender algo desinteressado em termos de “não-ideológico” para o público norte-americano, o articulista se diz preocupado em encontrar uma saída pragmática para a preservação da floresta amazônica. Ao mencionar a questão da biopirataria, tenta mostrar os benefícios de descobertas de companhias farmacêuticas em contraste com as ineficientes proibições do governo brasileiro de impedir pesquisa científica. Na declaração de Thomas E. Lovejoy, presidente do Centro Heinz, classificado como “defensor da pesquisa ambiental”: “biopiracy is a real red herring”. Isso dá a entender que as ações governamentais contra a biopirataria é apenas um bode expiatório, que a verdade é que estão impedindo o progresso do conhecimento científico que irá contribuir para a melhoria de vida de todos no planeta. Assim, na perspectiva da reportagem, o Brasil é extremamente cauteloso com relação a trabalhos científicos de estrangeiros na Amazônia, citando o caso Marc van Roosmalen, primatologista condenado a 16 anos de reclusão por manter macacos em cativeiro sem a devida autorização das autoridades brasileiras. A matéria diz que ações restritivas do governo à pesquisa são executadas. Cita ainda ações do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para restringir o acesso à floresta, requerendo igualmente a estrangeiros e brasileiros a obtenção de permissão especial para nela entrar. De acordo com o jornal, as autoridades brasileiras alegam que maior rigor poderia separar ONGs ruins das boas, podendo detectar a biopirataria. Assim, a declaração do então secretário de Justiça do governo federal Romeu Tuma Jr., “a Amazônia é nossa. Nós queremos saber quem está indo lá e o que eles vão fazer. Isso é uma questão de soberania nacional”, se insere na construção de um sentido pouco favorável às regulações estatais. O repórter diz que essa não é uma questão tão direta como parece ser, “one man’s savior of sovereignty can be another’s despoiler of the forest”[107]. A interpretação, promovida pela

[107] Tradução livre: “O salvador da soberania pode ser o mesmo espoliador da floresta”.

reportagem, é que as políticas internas, que quase sempre expressam o dilema da preservação ou desenvolvimento, são colocadas na balança com as pretensões de projetar globalmente o Brasil enquanto um ***international player***. Em tom crítico, diz que especialistas apontam picos de desmatamento, o que deixa claro que o governo ainda não cuida satisfatoriamente da floresta. Assume como fato científico o papel da Amazônia na regulação climática do planeta, o que afeta diretamente os regimes de chuvas no Brasil e na Argentina, estendendo sua influência às chuvas na Europa e na América do Norte. Com base nas declarações de Meg Symington, diretora para a Amazônia do WWF (*World Wildlife Fund*), declara que a decomposição de árvores e o desmatamento para o desenvolvimento do Brasil, fazem com que a Amazônia seja responsável por aproximadamente metade das emissões anuais de gases estufa.

A terceira reportagem expõe o que classifica como oposição entre ativismo ambiental internacional e reação nacionalista. O jornal diz que dependendo do ponto de vista, o apoio financeiro do WWF a uma reserva natural no Rio Negro "é parte de uma tentativa louvável para conservar a floresta amazônica. Ou aponta para um plano infame, por parte de grupos ambientalistas estrangeiros, para tomar o controle da floresta Amazônica, substituindo a regulação brasileira por internacional". Afirma que, só depois de assinar um acordo com o WWF e o Banco Mundial, o governo brasileiro criou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia ARPA. Segundo a matéria, desde então, inúmeros parques nacionais e reservas cobriram área maior do que Nova York, Nova Jersey e Connecticut. A matéria noticia a pesquisa do IBOPE que 75% dos brasileiros acreditam que o Brasil corre o risco de perder a Amazônia para forças estrangeiras que cobiçam as riquezas da região. Além disso, dá notícia da proliferação de documentos na Internet sobre a cobiça estrangeira sobre a região que, para a reportagem, são fabricados para convencer os brasileiros de que a região sofre risco de invasão. [108] Considera que essa proliferação relaciona-se ao tênue controle que o governo tem da região. Como exemplo desses rumores, pontua o caso do mapa que separa a região amazônica do resto do Brasil, como uma reserva internacional, que se apresenta como um livro didático ensinado em escolas norte-americanas. A reportagem diz que o documento é repleto de erros ortográficos e de sintaxe de um tipo comum aos nativos de línguas latinas. Outro exemplo abordado é o documento que afirma que tanto o presidente Bush quanto Al Gore fizeram discursos durante a campanha presidencial de 2000 em favor de arrancar a

[108] "Some of the material circulating has been traced to right-wing nationalist groups sympathetic to the military dictatorship that ruled Brazil from 1964 to 1985. But in an unusual instance of former adversaries agreeing, organizations on the extreme left — even in the governing Workers' Party — have also endorsed the notion of a foreign plot to seize the Amazon, as have some active duty segments of the military".

Amazônia do Brasil. Em outra parte, há a citação fictícia de um general norte-americano dizendo que "se o Brasil decidir usar a Amazônia de uma forma que coloque os Estados Unidos em risco, nós devemos estar prontos para interromper esse processo imediatamente". A matéria apresenta ainda um relatório de inteligência militar brasileiro que diz que as questões ambientais e indígenas são apenas pretextos para planos mais ambiciosos:

> 'everything indicates that the environmental and indigenous problems are merely pretexts', said a recent Brazilian military intelligence report, which was made available to The New York Times by a Brazilian who received a copy and who was concerned at the views expressed. 'The main NGO's are, in reality, pieces in the great game in which the hegemonic powers are engaged to maintain and augment their domination. Certainly, they serve as cover for those secret services'..

A reportagem cita ainda Lorenzo Carrasco, editor e co-autor do livro Máfia Verde, inspirado em teorias conspiratórias envolvendo um novo colonialismo por meio de práticas ambientais. A batalha a ser ganha, segundo a reportagem, é a da opinião pública brasileira, para qualquer esforço global de preservação ambiental.

4.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA ESTADUNIDENSE.

Como propostas políticas desde os EUA relacionam-se a informar e formar a denominada **opinião pública** norte-americana. Qualquer plano governamental e privado (geralmente eles se conjugam) mais ousado só passará pelo estágio probatório se ganhar a batalha da opinião publica que mobiliza suporte à investida para determinadas ações. Independemente dos recursos empregados, a posição norte-americana depende da vitória em casa, dando legitimidade perante os eleitores. Colocações que superestimam o protagonismo das iniciativas norte-americanas dão a falsa sensação de que os EUA são os únicos que teriam a capacidade técnico-administrativa e financeira para solucionar os dilemas da região, destacando a contraposição às políticas arcaicas, protecionistas e conservadoras da realidade brasileira.

Ao longo do capítulo, observamos as propostas estadunidenses que se forjaram para a Amazônia no âmbito de dois importantes órgãos da imprensa daquele país. Resumidamente, a Amazônia esteve no foco das conquistas de novos mercados durante a abertura da navegação (expansão norte-americana), passando pelos esforços de guerra e as alianças estratégicas para o progresso (Segunda Guerra e início da Guerra Fria), seguindo empreendimentos privados de bilionários cidadãos norte-americanos. Mais recentemente se destacam as convicções

ambientalistas. Evidentemente que essas definições de períodos não fecham em si mesmas determinadas proposições político-administrativas. Na verdade, há um constante ir e vir de convicções políticas que fundamentam os projetos para a Amazônia desde os EUA.

O que é de fato importante é compreender de que modo a opinião pública estadunidense é **informada** (ou formada) acerca dos processos políticos que envolvem o *governo territorial da Amazônia*. Não podemos desprezar a influência dessa **opinião pública** na construção, aprovação e alcance de **políticas estratégicas** e **geopolíticas ambientais**, engatilhando cooperações financeiras e tecnológicas de diferentes tipos. Para mim está claro que quaisquer que sejam os projetos para Amazônia, a **opinião pública** norte-americana e os recursos que ela pode mobilizar possuem papel importante no sucesso da sua execução.

As reações quando os interesses norte-americanos são contestados se fazem sentir nos jornais e revistas. Com uma retórica pragmática e liberal, as narrativas constroem uma imagem idílica da Amazônia, muitas vezes descolada de sua complexidade ecológica (sociológica e natural), com frequência levando a falsas imagens de que a Amazônia é um grande parque florestal em que se poderia fechar os portões e controlar o acesso. É comum que o foco das reportagens seja o governo federal brasileiro, sem se reconhecer a federalização do território brasileiro e o papel institucional dos municípios. Na narrativa do *NYT*, o governo, as ONGs, as fundações e as instituições norte-americanos seriam agentes transformadores para se constituir uma realidade próspera (emancipatória) para a região. Não se colocam em perspectiva os limites de controle territorial. Mesmo nos territórios mais disciplinados, há um descontrole de sua fauna, flora, hidrologia, pessoas. Isso não é uma particularidade só da Amazônia, mas talvez do próprio padrão de ocupação territorial humano e das pretensões *panópticas* das instituições que compõem os Estados nacionais modernos (Foucault, 1979).

Observamos um padrão que tende a construir dualismos fáceis, prejudicais a entendimentos mais complexos da realidade amazônica: ou se é a favor da livre navegação ou se é contra o progresso do comércio; ou se é a favor da aliança ocidental contra os regimes autoritários e se fornece as matérias-primas necessárias para seu sucesso ou se é inimigo do mundo livre e democrático; ou se é a favor das iniciativas privadas de empreendimentos estadunidenses ou se é contra a livre-iniciativa; ou se é a favor da preservação da floresta ou se é inimigo do planeta; ou se é um brasileiro nacionalista ou se é um ambientalista comprometido com a responsabilidade ambiental do Brasil. Resumidamente, são essas mensagens que se colocam para a opinião pública norte-americana. No fundo a Amazônia

aparece como tema que interessa não apenas aos brasileiros, mas também aos norte-americanos e ao resto do mundo. É, portanto, uma questão de interesse internacional.

PARTE 3 –

O desejo de todo Estado e de seus governantes é alcançar uma condição de paz perpétua, através da conquista de todo mundo. (Immanuel Kant, Ensaio Filosófico sobre a Paz Perpétua, 1795).

A INTERNACIONALIZAÇÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS PARA UM GOVERNO DO TERRITÓRIO: MILITARES, SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIAS E ONGS.

Ocupamo-nos nas partes um e dois desta tese em analisar narrativas definidoras da **internacionalização da Amazônia**. Nesta terceira parte, procuramos verificar a operacionalidade da **internacionalização** e das narrativas subjacentes em processos burocráticos especializados no Brasil e nos EUA. Com uma bolsa sanduíche da CAPES, realizei trabalho de campo nos EUA. As partes um e dois anteriormente apresentadas fazem referência a pontos intensivamente utilizados pelos meus entrevistados na elaboração de seus argumentos e na justificativa de suas posições políticas. Assim, para perceber as principais dimensões argumentativas presentes nas narrativas acerca da **internacionalização da Amazônia**, foi fundamental percorrer os caminhos historiográficos das proposições analisadas nos capítulos um e dois e descrever o modo como a opinião pública tem sido formada (capítulos 3 e 4) no Brasil e nos EUA. Nesta terceira parte da tese, analiso as posições representativas de algumas instituições político-administrativas estatais que se relacionam ao governo estatal do território e suas preocupações com soberania, defesa nacional, projeção de interesses estratégicos nacionais, relações internacionais, segurança alimentar, crescimento econômico, entre outros. As instituições estatais elaboram narrativas estratégicas e possuem competências de planejamento com execução orçamentária pública e servindo-se de uma formalidade diferenciada em termos de operacionalidade de agentes públicos em cargos públicos.

A EPISTEMOLOGIA DO SEGREDO: DOCUMENTOS, ESTRATÉGIAS E PLANOS PARA A AMAZÔNIA.

A maioria das burocracias estatais especializadas em lidar com estratégias políticas para a Amazônia que analisei tanto nos EUA quanto no Brasil possui em suas constituições funcionais a aura do segredo. Em meus contatos de pesquisa nos EUA com servidores dos Departamentos de Defesa e Estado e no Brasil com generais do Alto Comando, servidores públicos do Ministério da Defesa, do Itamarati e do Gabinete de Segurança Institucional, foram recorrentes expressões como: **dados sensíveis**; **confidencial**; **dado negado**; **dado ostensivo**; corre em **segredo administrativo**; entre outras. As informações nessas burocracias especializadas são regulamentadas com um ordenamento jurídico específico que disciplina a divulgação de dados e informações. No Brasil, o Congresso Nacional tramita o Projeto de Lei 5.228/2009 (PL de acesso à informação) que pretende reformular e condensar

leis dispersas no ordenamento jurídico brasileiro, por exemplo: Lei nº 8.159/1991 (Política Nacional de Arquivos); Decreto nº 3.505/2000 (Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal); Decreto nº 4.553/2002 (dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado brasileiro); Decreto nº 5.301/2004 (regulamenta inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988); Lei nº 11.111/2005 (também regulamenta inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal). Nos EUA, a regulamentação e a disponibilização de documentos são mais consolidadas. Lá existe o *U.S. Department of State Freedom of Information Act* que não só regulamenta o acesso aos documentos produzidos pelo governo federal dos EUA, mas também centraliza nos serviços do *National Archives and Records Administration*, em prédio próprio, a maioria dos documentos já desclassificados, além de disponibilizar serviços on-line de acesso[109].

De acordo com Eva Horn e Sara Ogger o que diferencia o tipo de inteligência produzida por servidores públicos militares e civis do conhecimento construído em universidades é a *epistemologia do segredo* (2003, p. 66). Isso cria, ainda segundo essas autoras, um peculiar efeito de hipnose e paranóia. O segredo e a natureza fechada do serviço de inteligência obstaculizam qualquer competição, desde instrumentos de correção até mensurar os ganhos com os esforços empregados (medidas de eficiência e eficácia). Os serviços de inteligências em cooperação com o aparato de guerra projetam inúmeros cenários hipotéticos de guerra, catástrofes naturais, tudo que coloque à prova a capacidade das agências governamentais de manter a segurança nacional, i.e., ratificar a aptidão de reproduzir o poder dos Estados nacionais e de proteger os interesses dos que se vinculem a ele. As projeções catastróficas da *máquina de guerra* se transformam em ações estratégicas

[109] A regulamentação faz distinção entre documentos classificados e não-classificados. Os documentos classificados possuem um prazo antes de estar disponível ao público. De acordo com o Departamento de Estado: "The Freedom of Information Act (FOIA) generally provides that any person has the right to request access to federal agency records or information except to the extent the records are protected from disclosure by any of nine exemptions contained in the law or by one of three special law enforcement record exclusions. The FOIA applies only to federal agencies and does not create a right of access to records held by Congress, the courts, or by state or local government agencies. The FOIA does not require agencies to do research for you, answer written questions, or in any other way create records (such as lists or statistics) in order to respond to a request" (U.S. Department of State - Information Acess Guide. Office of Information Programs and Services). As exceções são tratadas em nove pontos: "The nine exemption categories that authorize government agencies to withhold information are: 1) classified information for national defense or foreign policy; 2) internal personnel rules and practices; 3) information that is exempt under other laws; 4) trade secrets and confidential business information; 5) inter-agency or intra-agency memoranda or letters that are protected by legal privileges; 6) personnel and medical files; 7) law enforcement records or information; 8) information concerning bank supervision; and 9) geological and geophysical information. The three exclusions pertain to particularly sensitive law enforcement and national security matters" (*U.S. Department of State – Information Acess Guide. Office of Information Programs and Services*. Regulamentação editada em 17 de novembro de 2010).

que se pensam em premissa de uma *guerra permanente* (Leirner, 2009). O consenso na literatura especializada é que coletar e interpretar são o que caracterizam o trabalho de inteligência (Kent, 1945; Hilsman, 1958; Betts, 1983; Heymann, 1985; Laqueur, 1985; Hamilton, 1987; Troy, 1991; Herman, 1996; Shulsky, 2002; Warner, 2002; Scott e Jackson, 2004). Coleta de dados ostensivos (públicos), manejo de fontes e produção de informações em investigações próprias com agentes de campo são um lado da moeda. O outro lado contém processamento, avaliação, interpretação e, o mais importante, repasse da informação para decisão dos formuladores de políticas públicas, os quais decidem agir com base nos diagnósticos apresentados (Horn e Ogger, 2003, p. 68)[110]. Esses dois lados de uma mesma moeda compõem o que a literatura especializada denomina de trabalho de inteligência, mesmo que desde os atentados de 11 de setembro de 2011 aos EUA, essa concepção venha recebendo pesadas críticas e se reformulando, ainda é a fórmula empregada.

Há uma extensa literatura que procura codificar os trabalhos de inteligência dentro dos Estados modernos contemporâneos. Geralmente, os próprios operadores da máquina administrativa de inteligência são os maiores formuladores. Por exemplo, Mark M. Lowenthal, presidente do *Intelligence & Security Academy* (LLC) dos EUA e ex-membro da CIA, define inteligência como sendo algo que se refere a dados reconhecidamente ou declaradamente necessários para informar *policy makers* e que tenham sido coletados, processados e especificados para suprir tais demandas. Nas próprias palavras do autor:

> Intelligence is a subset of the broader category of information. Intelligence and the entire process by which it is identified, obtained, and analyzed respond to the needs of policy makers. All intelligence is information; not all information is intelligence (…) Intelligence is the process by which specific types of information important to national security are requested, collected, analyzed, and provided to policy makers; the products of that process; the safeguarding of these processes and this information by counterintelligence activities; and the carrying out of operations as requested by lawful authorities (Lowenthal, 2009, p. 1-2).

Essa definição estabelece a inteligência estatal como processo de informar mediante uma demanda por informações específicas que orientem políticas governamentais, significando requerer, coletar, disseminar e produzir certos tipos de informações estratégicas para os interesses que alguns julguem como da nação e do Estado. Assim, inteligência é todo o processo de coleta e análise de informação que se formula em organizações estatais com a função de reproduzir orientações nacionais estratégicas de defesa, proteção, projeção de

[110] A separação entre o analista de informação e o agente de campo no modelo de inteligência estadunidense provocou críticas à NSA (National Security Agency), CIA (Central Intelligence Agency) e ao FBI (Federal Bureau of Investigation) após os ataques suicidas de 11 de setembro de 2001.

poder geopolítico, entre outros. Ainda de acordo com essa literatura específica, as agências de inteligência existem por quatro razões principais: evitar surpresas estratégicas; promover *expertise* de longo prazo; dar suporte ao processo político; e manter o sigilo de informação. Para as questões acerca da **Amazônia** e dos mecanismos político-administrativos e político-militares de uma suposta **internacionalização** de práticas territoriais conforme viemos tratando ao longo dessa tese, creio que o primeiro item merece maior destaque. Como Lowenthal define,

> The foremost goal of any intelligence community must be to keep track of threats, forces, events, and developments that are capable of endangering the nation's existence. This goal may sound grandiose and far-fetched, but several times over the past one hundred years nations have been subjected to direct military attacks for which they were, at best, inadequately prepared – Russia was surprised by Japan in 1904, both the Soviet Union (by Germany) and the United States (by Japan) in 1941, and Israel (by Egypt and Syria) in 1973. The terrorist attacks of September 11, 2001, on the United States are another example of this pattern, albeit carried out on a much more limited scale. (2009, p. 2)[111].

Na literatura norte-americana especializada, há certo consenso em relacionar inteligência com segurança nacional, i. e., política de defesa e política externa, por um lado, e segurança territorial e segurança interna, por outro. As instituições brasileiras seguem a mesma doutrina, mas ainda com pouca produção publicada. Especificamente, no Brasil, o *Gabinete de Segurança Institucional* (GSI) tem promovido por meio da *Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais* seminários, congressos e publicações na área. Há também nas universidades centros e institutos voltados para as questões estratégicas e de inteligência, geralmente vinculados a pesquisas de departamentos de Relações Internacionais, Ciência Política e História. Outra instituição que converge para promover discussões e publicações nessa temática no Brasil é a Associação Brasileira de Estudo de Defesa (ABED). Mesmo havendo uma distinção entre temáticas e objetos de inteligência e política estratégica quando comparamos Brasil e EUA, percebemos que em termos conceituais as publicações brasileiras ainda acompanham a doutrina da segurança nacional norte-americana.

---

[111] Logo na entrada do edifício da CIA no lado esquerdo numa parede em mármore se lê: "And ye shall know the truth, and the truth shall make you free" (John VII-XXXII). Contudo, Lowenthal (2009, p. 6) afirma que "Intelligence is not about truth. If something were known to be true, states would not need intelligence agencies to collect the information or analyze it. Truth is such an absolute term that it sets a standard that intelligence rarely would be able to achieve. It is better – and more accurate – to think of intelligences as proximate reality. Intelligence agencies face issues or questions and do their best to arrive at a firm understanding of what is going on. They can rarely be assured that even their best and most considered analysis is true. Their goals are intelligence products that are reliable, unbiased, and honest (that is, free from politicization). These are all laudable goals, yet they are still different from truth.

É na administração do presidente Harry Truman (1945-1949) que se institui a lei de Segurança Nacional nos EUA. Bacevich (2007) atribui a esse ato presidencial uma completa mudança da organização das Forças Armadas estadunidense, dando novos contornos à condução da política externa. Desde a aprovação do *National Security Act* (1947), em acréscimo a outros atos administrativos do executivo que instituíram a Agência de Segurança Nacional (*National Security Agency*), o Conselho Nacional de Segurança (*National Security Council*) e a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*), a **inteligência** nos EUA mudou bastante com os ataques de 11 de Setembro de 2001 e a aprovação da lei 108-458 (*Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act*), de 2004. As práticas norte-americanas precisaram se reinventar porque a ameaça à **segurança nacional** não era mais uma questão de guerra convencional contra exércitos instituídos, mas de contra-insurgentes atacando governos pró-EUA e de militantes com convicções político-religiosas profundas. No início do século XXI, há uma aproximação da inteligência estatal com atores não-estatais na formulação de novas estratégias de produção de informação. Por sua vez, a inteligência brasileira foi reformulada pela lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 e pelo Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que institui o *Sistema Brasileiro de Inteligência*, cria a *Agência Brasileira de Inteligência* (ABIN) e estabelece a integração das ações de planejamento e execução da atividade de inteligência no Brasil. No período militar, o Serviço Nacional de Inteligência servia ao aparelho de repressão política. A redemocratização do país requereu um novo modelo de inteligência. De acordo com a lei 9.883,

> (...) entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimento dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

Nem todas as agências ou sistemas de inteligências no mundo são comparáveis. Eles exercem funções e possuem objetivos distintos conforme as legislações de cada Estado. Os principais modelos de inteligência são os da: Inglaterra (MI15, MI16 e *Government Communications Headquarters*), China (*Central Military Commission* e *Communist Party*); França (DGSE – *Générale de la Sécurité Extérieure*, desde 1982); Rússia (antiga KGB – *Soviet Socialist Republics' State Security Committee*); e de Israel (*Mossad*). O modelo brasileiro se aproxima mais do estadunidense na medida em que possui várias agências estatais integradas em um sistema (Sistema Brasileiro de Inteligência, SISBIN) com uma agência central (Agência

Brasileira de Inteligência, ABIN), sendo os controles e as fiscalizações externas exercidos pelo Congresso Nacional.

Meu propósito nesta parte é analisar formulações técnico-burocráticas representativas de instituições estatais que operacionalizam políticas de segurança, inteligência, desenvolvimento, preservação ambiental e de promoção de direitos socioambientais que influenciam práticas territoriais para a Amazônia brasileira. Não é novidade relacionar riscos de segurança nacional com as crescentes questões ambientais. Johan Holst (1989), Alexander López (2009), Thomas Homer-Dixon (1991; 1994; 1995; 1996), Andrew Hurrell (1992), Ans Kolk (1996), entre outros, realizaram pesquisa que vinculam a politização e a militarização dos desafios ambientais no mundo e se aproximam do que denominamos *geopolítica ambiental*. Em termos analíticos, a Amazônia enquanto região estratégica está cada vez mais politizada e militarizada dentro de construções teórico-empíricas sobre a região o que impacta diretamente as formulações técnico-burocráticas de instituições estatais e não-estatais. As formulações das instituições também estão muito atreladas a análises acadêmicas, havendo muita porosidade nos enunciados. Por exemplo, há preocupações com hipóteses de escassez de recursos ambientais e o impacto disso em conflitos sociais. Algumas das análises acadêmicas ou outras apontam para a deterioração das condições ambientais de hoje, fato que causaria consideráveis riscos de desestabilização social (violência civil, conflitos étnicos, insurgências, desobediência civil, guerras por recursos naturais). Não é difícil perceber que a Amazônia entra tanto na ordem das proposições de potenciais soluções às ameaças de **mudança climática** quanto na ordem prática do estabelecimento de ações territoriais efetivas para concretizar decisões políticas. Tudo isso edifica o que essa tese tem denominado de *governo territorial*.

CAPÍTULO 5 – APROPRIAÇÕES PRÁTICAS: O TERRITÓRIO AMAZÔNICO NAS OPERAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NORTE-AMERICANAS.

I don't see why we need to stand by and watch a country go communist due to the irresponsibility of its own people (Henry Kissinger, National Security Advisor, 1970, Apud Schoultz, 1998, p. 349)[112].

5.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É desnecessário, neste momento, fazer uma análise histórica da atuação estadunidense relacionada ao Brasil a fim de verificar os interesses americanos em ação. Luís Moniz Bandeira, Presença dos EUA no Brasil, dois séculos de história (1973), José Luís Fiori, O poder Americano (2004), Leandro Karnal, História dos EUA – da origem ao século XXI (2007), Cristina Pecequilo, A Política Externa dos EUA (2005), Paulo Romeu Braga, "Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964" (2011), entre outros, já empreenderam tal esforço. Ainda que com enfoques diferenciados entre si, eles conseguiram analisar níveis de ingerências dos EUA no Brasil, ponderando as associações entre operações governamentais (mediante acordos político-civis e ações político-militares) e atividades empresariais (privadas) que vêm caracterizando os interesses estadunidenses em ação ao longo dos últimos dois séculos. Guardadas as devidas proporções e atendo-me ao foco dessa tese, realizei esforço similar nos capítulos 1, 2 e 4. No presente capítulo e no seguinte, privilegio aspectos de uma concretude operacional que se manifestam em entrevistas e em documentos institucionais.

Como afirmei na introdução, a pesquisa realizada nos Estados Unidos, especificamente em Washington D.C. e na Carolina do Norte, possibilitou analisar a elaboração de proposições que fundamentam de que modo burocracias especializadas norte-americanas estatais procuram projetar seus interesses na Amazônia brasileira, criando com isso modos de lidar com o território amazônico. Não é difícil identificar em documentos oficiais e em entrevistas com servidores do *Department of State* e *Department of Defense* (Pentágono) que o interesse dos EUA em outros países é o de promover a **estabilidade política** para **garantir negócios**, i.e., assegurar os investimentos dos seus cidadãos em territórios estrangeiros. É recorrente a repetição de que o interesse dos EUA em qualquer lugar do mundo seria "*ensuring a safe, secure and stable region*". Isso serve basicamente para quase todas as narrativas de ações político-militares e econômicas dos EUA. Essas

---

[112] Henry Kissinger foi dirigente do *National Security Council* (NSC) no primeiro mandato de Nixon e acumulou essa função com a de secretário de Estado no segundo governo daquele presidente (Braga, 2002).

proposições aparentemente singelas fundamentam práticas dos mais diferentes matizes. Desde o apoio político-militar a um regime descompromissado com a prática democrática até o financiamento de programas/projetos que promovam os direitos humanos. É comum encontrar as mesmas proposições se associando às práticas de ***National Security***, por exemplo: para **garantir a segurança nacional** norte-americana é preciso **promover a estabilidade institucional** em outros países, mesmo que isso signifique intervenção político-militar. Essa **previsibilidade institucional** não é a dos direitos civis mas são as garantias para os **negócios** norte-americanos.

Como vimos em parte no capítulo 4, essa preocupação com a estabilidade operacional interna dos países fornecedores de matéria-prima para a economia norte-americana se manifestou com maior intensidade em alguns momentos das relações bilaterais entre Brasil e EUA. Por exemplo, durante a Segunda Guerra mundial (1939 a 1945) e durante a articulação do golpe militar de 1964. Nesses dois períodos, houve uma clara estratégia que os governos norte-americanos executaram com eficácia: conduzir uma política de segurança interna brasileira atrelada aos interesses geopolíticos norte-americanos; em 1964 houve uma intervenção direta, a conhecida Operação *Brother Sam*, recentemente confirmada por documentos desclassificados. Com relação a este último ponto, tive acesso a uma série de documentos desclassificados (*Top Secret*), no *National Archives*, que testemunham o apoio do governo norte-americano aos grupos de oposição ao governo do presidente João Goulart. Documentos trocados entre a Embaixada em Brasília, o Consulado no Rio de Janeiro e o Departamento de Estado colocam o embaixador norte-americano, Gordon, o secretário de Defesa dos EUA, McNamara, entre outros, em articulação aberta com o movimento anti-Goulart dias antes do golpe militar representado pelo general Castelo Branco. Em 31/03/1964, o Departamento de Estado manda instruções em telegramas para o embaixador Gordon:

> For your personal information only, the following decisions have been taken in order be in a position to render assistance at appropriate time to anti-Goulart forces if it is decided this should be done. 1. Dispatch of US Navy tankers bearing POL from Aruba, first tanker expected off Santos between April 8 and 13; following three tankers at one day intervals. 2. Immediate dispatch of naval task force for overt exercises off Brazil. Force to consist of aircraft carrier (expected arrive in area by April 10), four destroyers, two destroyer escorts, task force tankers (…) Assemble shipment of about 110 tons ammunition, other light equipment including tear gas for mob control for air lift to Sao Paulo (Campinas). Lift would be made within 24 to 36 hours upon issuance final orders and would involve 10 cargo planes, 6 tankers, and 6 fighters (…) Dispatch of tankers from Aruba and of naval task force does not

> immediately involve us in Brazilian situation and is regarded by us as normal naval exerciser (ver anexo 5)[113].

Outros documentos mostram o suporte logístico que os EUA estavam dispostos a disponibilizar para que o golpe fosse bem sucedido. Como se sabe, o governo de João Goulart estava regulamentando remessa de lucros de multinacionais norte-americanas, além de promover uma aproximação política com o bloco soviético. Os documentos são testemunhas de um *modus operandi* político-institucional do aparato de inteligência norte-americano. Para uma revisão historiográfica veja-se Braga (2011), Gaspari (2002) e Norden (1998).

Constatamos em entrevistas com servidores públicos e em documentos oficiais estadunidenses que para alcançar as oportunidades comerciais e garantir a segurança interna dos EUA, a associação entre o Estado norte-americano e a iniciativa privada norte-americana promove governos favoráveis à concretização desses dois pontos, classificando tais governos de guardiões da estabilidade política. Simplificadamente a equação é essa. A preocupação é que os investimentos norte-americanos e a *homeland security* estejam garantidos por meio de um formalismo jurídico-legal ou por governos autoritários amigáveis. Estabilidade política significa determinada ordem institucional favorável aos negócios que permita previsibilidade institucional, segurança jurídica, exportação de matéria-prima e remessas de lucros. Por sua vez, de acordo com um dos mais completos compêndios, *American National Security*, que expressa acriticamente a mais fina ideologia estatal, **segurança nacional** é a defesa (salvaguarda) de um povo, território e modo de vida. Isso inclui proteção de ataque físico e nesse sentido é similar ao termo defesa (Jorlan e Taylor, [1981] 2009, p. 3-4). É essa a dimensão que o termo alcança nas narrativas técnico-burocráticas do aparato de inteligência dos EUA, perpassando formulações de interesses e valores militares e civis para se manter as bases de um Estado nacional.

Não é privilégio norte-americano pautar suas relações exteriores por interesses comerciais. A maioria dos países se orienta por um *realismo pragmático* (Rodrigues, 2003) em que interesses comerciais estão em pauta. O Brasil tampouco escapa desse expediente. Entretanto, há muitas diferenças entre EUA e Brasil, principalmente no que se refere a como instrumentalizar territórios além das fronteiras nacionais. O complexo tecnológico-industrial bélico norte-americano que mantém forte lobby no Congresso Nacional americano tem

---

[113] Não incluí todas as páginas dos documentos citados porque o anexo cresceria em muito. Priorizei as páginas iniciais que identificam os documentos que podem ser consultado em seus respectivos arquivos.

pautado parte das relações exteriores dos EUA (Kaplan, 1993). Mesmo havendo bastante controvérsia sobre o cálculo das despesas militares norte-americanas, os EUA dispõem de um orçamento de defesa de aproximadamente 600 bilhões de dólares anuais que financiam desenvolvimento de tecnologia bélica, reconstruções de países devastados por ocupações e missões de paz[114].

Essa complexa institucionalização de práticas político-militares termina por influenciar a concepção de territorialidades na Amazônia brasileira, potencializando operações futuras. Como contraponto às práticas estatais, instituições não-estatais e suas práticas de **preservação florestal**, de contenção da **mudança climática**, de **desenvolvimento sustentável** operam mais ou menos com as mesmas proposições, porém, diferem em sua forma e atuação (Barros, 2005). Não analisei os convênios entre agências governamentais estadunidenses e instituições não-estatais no que tange objetivos de segurança nacional norte-americana. Um documento interessante dos Departamentos de Defesa e de Estado que procura consolidar a regulamentação desses convênios é o "Guide to Nongovernmental Organizations for the Military: A primer for the military about private, voluntary, and nongovernmental organizations operating in humanitarian emergencies globally" (2009). Esse documento estabelece procedimentos para que instituições não-estatais provenham atividades de treinamento, logística, educação, consultorias especializadas e assistência humanitária para agências do Pentágono em missões de paz, reconstruções e desastres. Os convênios, as associações e as cooperações entre instituições estatais e não-estatais seguem as lógicas estabelecidas em critérios de elegibilidades de programas e projetos. Entretanto, outra peça deste quebra-cabeça está nas decisões tomadas em outros fóruns de associações que obedecem à lógica da **segurança nacional**.

É nesse sentido que esse capítulo percorre caminhos institucionais para encontrar significados que pretendem lidar com a Amazônia brasileira desde os EUA. São apropriações práticas de proposições que transformam a territorialidade amazônica, edificando modos de administrar o território. Assim, poderemos ter alguns indícios de como se procura transformar a territorialidade amazônica. As proposições foram coletadas em entrevistas com servidores do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa, assim como em documentos do *U.S. National Archives & Records Administration*, *Library of Congress* e do site *Wikileaks*.

---

[114] David Isenberg (2007) faz sua projeção com base no *Quadrennial Defense Review* do Pentágono que não inclui alguns gastos diretamente relacionados com inovação tecnológica nuclear do Departamento de Energia que também tem vinculação militar. Outra fonte de consulta é o *Budget of the U.S. Government*, um anuário com todas as despesas. Consultei o anuário referente ao exercício de 2010, na página 162, encontramos a descrição com gastos com defesa (Office of Management and Budget 2010).

5.2. O APARATO BUROCRÁTICO-GOVERNAMENTAL

Há uma lógica no aparato estatal norte-americano que projeta seus interesses em lugares estratégicos do mundo, por meio da integração de serviços de inteligências, serviços diplomáticos e agências de cooperação tanto do Departamento de Defesa quanto do Departamento de Estado. É importante um mínimo de compreensão da denominada *US Inteligence Community*. De acordo com J. Ransom Clark (2007), a comunidade de inteligência norte-americana possui dezesseis membros, divididos da seguinte maneira: uma agência executiva independente, *Central Intelligence Agency* (CIA); oito membros estão no Departamento de Defesa, sendo *Defense Intelligence Agency* (DIA), *National Security Agency* (NSA), *The National Geospatial-Intelligence Agency* (NGA), *National Reconnaissance Office* (NRO), *Army*, *Navy*, *Air Force* e *Marine Corps Intelligence Organizations*; dois membros são parte do Departamento de Justiça, sendo o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e o *Office of National Security Intelligence in the Drug Enforcement* (DEA); dois membros do *Homeland Security,* sendo *U.S. Coast Guard Intelligence* e *Office of Intelligence and Analysis*; vinculados ao Departamento de Estado, *Bureau of Intelligence and Research* (INR), *Department of Energy*, *Office of Intelligence* e *Department of Treasury*, *Office of Terrorism and Financial Intelligence* (ver organogramas no anexo 6).

O volume de documentos produzidos sobre o Brasil por essa estrutura disponível no *U.S. National Archives & Records Administration* é monumental. Existem também inúmeras referências que encontramos em documentos oficiais disponíveis na *Libray of Congress*. Por exemplo, há uma série específica de documentos confidenciais e secretos denominados de *Strategic Intelligence Digest* (SID) que analisam aspectos sociológicos, políticos, econômicos e científicos do Brasil (ver anexo 7; não incluí todas as páginas dos documentos dadas suas extensões. Anexei apenas as capas para exemplificar). Foram inicialmente produzidos pela Divisão de Inteligência do *War Department* que deixou de existir na administração de Harry Truman (1945-1949) após a aprovação da lei de Segurança Nacional e foi substituída pelo *National Military Establishment*, depois nomeado de Departamento de Defesa (Pentágono). Essa mesma lei instituiu o *National Security Council*, a Agência Central de Inteligência e os comandos militares unificados. Os SIDs são documentos cuidadosamente elaborados que realizam uma leitura interessada do Brasil e de suas potencialidades. Eles monitoram pesquisas nucleares, tecnologias de radar, capacidade bélica, sistema político, movimentos sociais, partidos políticos (líderes políticos), produção científica, produtividade econômica (extrativismo, agrícola e indústria). Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 observamos que os

documentos se tornam mais analíticos e menos descritivos, focando-se em conjunturas específicas em que se demanda um posicionamento das autoridades norte-americanas: negociação de materiais bélicos; transferência de tecnologia; apoio a movimentos políticos.

Em geral, os documentos que analisei produzidos nas décadas de 1930 e 1940 são mais contextuais, direcionados a se conhecer o Brasil. Diferentemente, as décadas de 1950, 1960 e 1970 apontam para análises mais pontuais sobre acordos específicos entre autoridades brasileiras e autoridades norte-americanas, inclusive descrições de conversas entre militares brasileiros e a embaixada, em 1963, anterior ao golpe militar de 1964 (ver anexo 8; não incluí todos os documentos analisados, apenas alguns a título de exemplo). Na década de 1970, a questão ambiental já começa a se apresentar. Entretanto, os documentos mais reveladores sobre as questões ambientais ainda não estavam desclassificados à época da minha pesquisa. Tive mais acesso a correspondências da Embaixada dos EUA no Brasil que procurava resolver trâmites junto ao Itamarati na concessão de visto para pesquisadores estadunidenses que pretendem pesquisar na Amazônia. Há um documento particularmente interessante pelo modo pejorativo que classifica a situação da compreensão das questões ambientais por parte de autoridades brasileiras. Trata-se de trâmites burocráticos para se conseguir permissão para que um professor de botânica da Universidade de Maryland possa realizar expedição na Amazônia. Em carta ao Departamento de Estado, o professor diz:

> Since the environment is an important subject to the present administration and to mankind as a whole, I would like to suggest an alternative to last minute concerted approaches. I think we can anticipate without much difficulty that there is going to be a continuation of the feeling among many of the underdeveloped countries that being concerned about the environment is, in the final analysis, a rich man's game. This feeling may well, in fact, be present at a low level even with countries which may be pragmatically willing to go along for 'what's in it for them'. While we know this is not just a rich man's game, we also know that it is sometimes very difficult to persuade otherwise someone whose major goal must be development (Embassy of the United States, February 12, 1971). (Anexo 9).

Esse trecho chama atenção pelo modo pejorativo em que os países "subdesenvolvidos" são referidos como inferiores em sua capacidade de compreender a real natureza das propostas. Tais convicções ideológicas de agentes públicos diretamente envolvidos em políticas norte-americanas e de professores universitários e outros colaboradores evocam práticas coloniais arcaicas. Não é possível generalizar em base a um trecho de documento e tachar todas as iniciativas ambientais norte-americanas de coloniais ou imperialistas. Mas não há como desassociar os conteúdos apresentados de um *modus operandi* da burocracia norte-americana

que tem em sua constituição aspectos etnocêntricos. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, a questão ambiental toma ainda mais peso com as discussões em torno da mudança climática, financiamento para a preservação ambiental, apoio à criação de parques nacionais (unidades de conservação), acordos militares de monitoramente aéreo-espacial e cooperações econômicas para manutenção de oferta de minérios estratégicos. Vejo tudo isso como processos por meio dos quais a máquina burocrática norte-americana vai encontrando categorias e estabelecendo classificações para criar uma taxonomia institucional no planejamento e execução de suas ações na Amazônia.

Como não é de surpreender, a Amazônia aparece em todas as décadas mencionadas como objeto de análises conjunturais e como objeto de interesses específicos. Os interesses que os EUA demonstram em determinados momentos, suscitando ações coordenadas tanto por iniciativas privadas quanto por ações governamentais, também aparecem em documentos do *National Achives* e do *Library of Congress*. Mais contemporaneamente, o interesse estratégico despertado pela Amazônia pode ser classificado em diferentes aspectos: ambiental, dentro das projeções de aquecimento global e da biodiversidade de fauna e flora; por reservas minerais que se mostram estratégicas para a indústria; pelo grande reservatório de água doce; por patentes milionárias passíveis de serem obtidas por meio de prospecções biológicas. Não há razão para a estrutura burocrática de defesa e de segurança nacional dos EUA não estarem preocupadas em projetar geopoliticamente seus interesses na Amazônia. Encontramos indícios desse interesse ao percorrer argumentos de diferentes segmentos de atuação político-burocrática. Minha análise privilegia três conjuntos que compõem uma narrativa de inteligência estatal, atuando em prol de uma segurança nacional norte-americana ao pensar a Amazônia, a saber: dados ostensivos (no jargão dos serviços de inteligência, "dados ostensivos" significa informação pública, disponível em meios de comunicação de amplo acesso) analisados por agências governamentais, tais como monografias de militares das academias de formações de oficiais dos EUA e relatórios vazados para o público pela ONG Wikileaks; minhas experiências junto a servidores públicos estadunidenses do Departamento de Estado e de Defesa; documentos obtidos no *National Archives* e na Biblioteca do Senado.

5.2.1. AS PROPOSIÇÕES ESTATAIS ACERCA DA AMAZÔNIA: U.S. DEPARTMENT OF STATE & U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE.

Durante minha estada nos EUA, tive o privilégio de ser hospedado em Washington D.C. por um casal de servidores públicos do Departamento de Estado que tinham servido no Brasil na

década de 1970. Tivemos intensas conversas acerca das relações bilaterais entre EUA e Brasil e como elas encontraram complementaridades de interesses ao longo da história das duas nações. Contudo, eu insistia em saber mais sobre as formulações da burocracia especializada estadunidense que se interessa na Amazônia, tentando obter mais informações sobre os interesses norte-americanos na região e como eles são operacionalizados em trâmites burocráticos. Graças a esse casal, consegui marcar outras entrevistas com servidores dos Departamentos de Defesa e de Estado.

O primeiro ponto que ficou evidente foi a dose de nacionalismo que perpassava as convicções de que deve haver mesmo algum tipo de preponderância dos interesses norte-americanos em qualquer região do globo, legitimado por interesses comerciais mútuos; liberdade dos povos comercializarem ainda que muitas vezes independentemente da vontade de seus governos opressores; convicção de que eles estão entregando o progresso aos países não-desenvolvidos; envios de ajudas humanitárias; etc. Na verdade, prefere-se denominar essa atitude de **patriotismo**, já que **nacionalismo** tem conotação pejorativa e é termo utilizado para governos estrangeiros não-alinhados aos interesses norte-americanos.

Em segundo lugar, as entrevistas tinham o propósito de tentar ilustrar as convicções morais por trás de ações institucionais no trato com temáticas amazônicas. Mesmo sem restrições formais de uma entrevista estruturada, eu sempre perguntava diretamente sobre a temática da **internacionalização**. É curioso que eu não precisava explicar muito a categoria já que *internationalization* é uma palavra amplamente reconhecida como desnacionalização de algo ou como submissão a regras internacionais. Resumidamente, eles diziam não levar muito a sério essa ideia. No geral, os servidores públicos dos EUA que entrevistei consideram que falar de **internacionalização da Amazônia** serve apenas para justificar um orçamento para os militares brasileiros, i.e., os militares brasileiros buscam justificar diante do contribuinte-cidadão brasileiro a importância de seu trabalho. Mesmo declarando que não concordam com a tese da **internacionalização**, dizendo que o governo norte-americano não entraria em tal empreendimento, eles consideram que o uso da ideia é legítimo porque traz a temática da **segurança nacional** para o centro das disputas políticas. Como o Brasil sempre foi aliado dos EUA e um consumidor de equipamento bélico estadunidense, a lógica é que mais segurança para o Brasil significa mais vendas para as indústrias norte-americanas. Além disso, não acreditam que haja qualquer possibilidade de intervenção militar norte-americana no Brasil porque nos momentos críticos prevalece a cooperação bilateral, sendo a Segunda Guerra Mundial o exemplo mais mencionado nas entrevistas. As disputas para se obter transferência tecnológica para o Brasil são uma constante tanto nas iniciativas brasileiras

quando na percepção dos agentes burocráticos norte-americanos. Exemplos são documentos publicados no *wikileaks* que abordam negociações para transferência de tecnologia na compra de caças pela Força Aérea Brasileira e acordos bilaterais de defesa. O que os servidores públicos norte-americanos não conseguiam entender é que apesar dessa histórica dependência brasileira em relação à tecnologia e ao capital norte-americano, políticos e militares brasileiros constroem cenários de disputas abertas com os EUA. Documentos publicados no site da Wikileaks chegam a classificar de paranoia brasileira o receio com a soberania da Amazônia:

> The political preoccupation with imagined threats to sovereignty in the Amazon, however, serves the practical purpose of tasking the military with developing greater capabilities to project power into the region most likely to be affected by instability in neighboring countries (C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 03 BRASILIA 000035. SUBJECT: BRAZIL,S DEFENSE STRATEGY -- MILITARY CONSIDERATIONS. (ver anexo 10 – Conjunto de documentos do Wikileaks)[115].
>
> One of the most notable elements of the strategy has been the focus on the defense of the Amazon region. While the document notes that this region faces ongoing security challenges from uncontrolled borders and potential instability in neighboring states, it also indulges in the traditional Brazilian paranoia concerning the activities of non-governmental organizations and other shadowy foreign forces that are popularly perceived as potential threats to Brazil's sovereignty. The strategy calls for greater use of mobility and monitoring technology to improve security in the Amazon region and for the shifting of forces north as needed to improve security there (C O N F I D E N T I A L SECTION 01 OF 05 BRASILIA 000034. SUBJECT: BRAZIL,S NEW DEFENSE STRATEGY--STRATEGY FOR DEVELOPMENT. (ver anexo 10)[116].

Transparecem nas entrevistas e nos documentos determinadas convicções de superioridade tecnológicas que faz com que o Brasil só tenha a oferecer o território e os recursos naturais porque a tecnologia, a capacidade administrativa, os recursos técnicos, o capital, para se alcançar a potencialidade amazônica só os EUA podem oferecer ao Brasil. A mensagem geral que se reproduz de diferentes modos é a seguinte: basta o Brasil e os outros países amazônicos cooperarem para que toda a humanidade se beneficie das maravilhas ofertadas pela floresta amazônica.

---

[115] É o autor do documento que classifica seu nível de sigilo. Na maioria das vezes o servidor público é conservador, é melhor peca por excesso mais do que por omissão. Segundo um entrevistado do Departamento de Estado, é comum comentário do tipo: se você não quer ter seu relatório em uma das páginas do Washington Post, o melhor é classificá-lo.

[116] Esses documentos do Wikileaks não possuem datas específicas de sua produção, mas são todos de aproximadamente 2007 a 2011.

Em terceiro lugar, para evitar a falsa impressão de que há um consenso generalizado com relação, em momentos, alguns dos entrevistados expressavam preocupações, notoriamente quando a **internacionalização** significava construir uma resistência aos interesses norte-americanos na América do Sul, em geral, e na Amazônia, em particular. Esse receio veio à tona depois de eu comentar que uma das teses da **internacionalização da Amazônia** é que o Plano Colômbia seria uma ambientação das forças armadas norte-americanas para combate em território tropical e na floresta amazônica. Eles negam veementemente essa versão. A justificativa para o Plano Colômbia que deram foi, como era de se esperar, a oficial, i.e., trata-se de uma operação contra o narcotráfico (dentro da política de diminuição da oferta de drogas nos EUA) e para auxiliar o Estado colombiano a debelar as guerrilhas que dividem o país. O estabelecimento de bases militares na America do Sul é naturalizado pelos servidores que consideram isso **normal** dentro das políticas de defesa do continente e para combater o narcotráfico internacional (Glebov e Rodrigues, 2009). Um *Intelligence Memorandum*, da CIA, “Narco-Insurgent links in the Andes”, de 29 de julho de 1992, faz referências ao modo como os **insurgentes** das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) operam o cultivo da coca e o preparo da cocaína para financiar operações políticas (ver anexo 11).

Desse modo, podemos delimitar, quatro conjuntos de proposições em que as convicções dos servidores civis e militares entrevistados tendem a se enquadrar: (1) discurso oficial; (2) cenários ambientais catastróficos e a hipótese de uma necessária ocupação da **Amazônia** para se garantir a *segurança ambiental* norte-americana; (3) política externa norte-americana e intervenções; (4) tecnologias e alianças estratégicas.

(1) É muito comum a simples reprodução do discurso oficial quando se pergunta sobre potenciais intervenções norte-americanas em outros países. Em geral, a primeira resposta é a da soberania dos países amazônicos acima de qualquer interesse que venha a se configurar. O assunto é elaborado superficialmente quando pensado em termos gerais:

> A country makes its own domestic policy, whatever she judges appropriated (...). Of course, everybody has environmental obligations, but a nation has the right to have its independence and sovereignty (...). It is out of question to say what should or should not be done (servidor público do Departamento de Estado).

Muitas vezes, as conversas demoravam a evoluir para além do discurso oficial, ficando presa às convenções internacionais e às proposições de que há um sistema internacional ordenado com regras a que os EUA e outros países se submetem. Perguntei se havia alguma política

norte-americana para a Amazônia. Invariavelmente a resposta era negativa. A justificativa para que os EUA não tivessem uma política específica para a Amazônia era que os EUA não poderiam ter uma política para o território de outro Estado-nacional. Ou seja, a Amazônia não é território norte-americano, portanto, os EUA não deveriam se meter deliberadamente por meio de uma política de governo. Os entrevistados se limitavam a falar sobre iniciativas mais gerais que promovem a preservação da **floresta tropical** e a prevenção da **mudança climática**, sugerindo que seria mais provável haver mais informações acerca da Amazônia na *Environmental Protection Agency* (EPA) do que nos Departamentos de Estado e Defesa. O tenente-coronel do Departamento de Defesa utilizou a expressão "there is no smoking gum" para afirmar que não havia evidências de que os EUA tenham qualquer plano delineado para a conquista militar da Amazônia. De acordo com um diplomata norte-americano que serviu na Embaixada em Brasília, Washington fica feliz em ver o Brasil como um país estável e forte militarmente. Ainda de acordo com ele, isso traz estabilidade para a região, ao contrário do que está ocorrendo com a Venezuela. Especificamente, ele disse que os EUA não levam a sério as preocupações dos generais brasileiros com relação à **internacionalização da Amazônia**. Considera, mais uma vez, que esse imaginário em torno da internacionalização é útil para os militares brasileiros, mas *"we don't change our point of view on that (...) the answer is easy: there is no plan for a military occupation"*. Se tivéssemos tratando exclusivamente de uma formalidade discursiva, a entrevista se encerraria na medida em que não há espaço para contestações. Contudo, é nas convicções políticas e no modo como elas operacionalizam ações estatais que encontraremos indícios de como a Amazônia é pensada desde os EUA e de que modo ela é ou poderá ser objeto de deliberações político-militares.

(2) É possível superar um pouco as colocações oficiais quando começamos a tratar de hipóteses, cenários futuros e questões ambientais. A hipótese de um colapso climático e ambiental, inclusive com escassez de água para consumo e para produção de alimentos, tendo como agravante o crescimento populacional do mundo, faz com que os entrevistados deixem a posição confortável do discurso oficial e passem a expor um pouco mais suas convicções políticas. As constatações de que potencialmente haverá escassez de água e que isso impactará a produção de alimento fizeram com que eles formulassem alternativas possíveis de ações por parte do governo norte-americano. Geralmente, eles pensaram em acordos bilaterais com benefícios mútuos. Os argumentos tendem a relacionar vantagens tecnológicas que os EUA detêm e as potencialidades em termos de **recursos naturais** que a Amazônia tem a oferecer. Grosso modo, acredita-se que a rápida mudança tecnológica faz com que os cenários catastróficos se alterem e não se concretizem. Recursos são melhores explorados

com tecnologias mais eficientes. Um dos entrevistados do Departamento de Estado afirmou que achava anacrônico, em pleno século XXI, qualquer plano de invasão do Brasil, que isso até soava engraçado. Ele disse que não conseguia imaginar um cenário que justificasse tal ato. Outro entrevistado, agora do Departamento de Defesa, o tenente-coronel, elaborou uma resposta mais articulada em termos de preocupações com **mudança climática** e qual o papel da **Amazônia** na perspectiva dele, articulando os impactos dessa relação com a **Segurança Nacional** dos EUA. Ele disse que não dá para prever totalmente vinte a trinta anos à frente, porque as coisas mudam rapidamente, ainda não sabemos dos impactos ambientais no longo prazo. Ele afirma que água é uma das questões centrais, principalmente por seu impacto na produção de alimento. Ele confirmou que os EUA sempre trabalham cenários futuros, contudo, muitas das questões ainda estão em aberto, sem uma alocação efetiva de recursos para sua resolução. Com relação à mudança climática, afirmou que as análises estão no início e os programas feitos sobre esse assunto ainda são preliminares. O mais importante é que ele reconheceu uma preocupação estratégico-militar com relação à Amazônia e aos cenários climáticos. Os diplomatas do Departamento de Estado dizem que as pressões ambientais aumentaram e serão cada vez maiores para que os países façam mais para proteger seus recursos naturais. Segundo eles, a pressão é sobre todos. Para ilustrar a crescente mudança de agenda em que a questão ambiental apresenta-se cada vez mais no centro das deliberações políticas, um diplomata norte-americano contou um caso presenciado por ele quando era um dos assessores do secretário do Departamento de Estado, Warren Minor Christopher (durante o primeiro governo do presidente Bill Clinton, 1996). Na definição de agenda em visita ao Brasil, ele diz que houve uma polarização entre lobbies ambientalistas e lobbies empresariais que dividiu também o Departamento de Estado. Tinha ficado acertado que o secretário iria fazer um "environmentalist statement" em Manaus e um "business statement" em São Paulo. Devido a imprevistos de última hora, o secretário só teria tempo de fazer um dos pronunciamentos pois teria que reduzir a visita. Internamente o lobby ambiental prevaleceu e o secretário decidiu manter Manaus em detrimento de São Paulo. A intenção era mandar claramente uma mensagem para os lobbies ambientalistas norte-americano, mostrando que os EUA estavam preocupados com a questão ambiental e que estariam na Amazônia para incentivar práticas ambientais sustentáveis e a redução do desmatamento florestal. Ele chegou a cancelar a visita a São Paulo. Entretanto, a pressão dos assessores forçou uma adaptação. O assessor que entrevistei disse que o secretário não poderia deixar de ir a São Paulo pois lá haveria uma concentração de muitos empresários e políticos não só do Brasil, mas também de Buenos Aires e Santiago. Muita gente havia se deslocado para ir ouvi-lo. O diplomata

pontuou que houve uma polarização entre o lobby ambientalista pró-Manaus e o lobby empresarial pró-São Paulo. Ao final, o Secretário Christopher acabou fazendo os dois pronunciamentos. O entrevistado teve o intuito de demonstrar de que modo as questões ambientais estão cada vez mais presentes na agenda do Departamento de Estado e de que modo está competindo por espaço com uma agenda empresarial. Disse ainda que países europeus como Holanda e Alemanha possuem um lobby ambiental forte, mas têm menos a ver com as questões amazônicas do que os EUA, sendo os EUA o melhor parceiro ambiental para o Brasil. Esse diplomata citou as cooperações científicas estabelecidas no âmbito da NOAA (*National Oceanic and Atmospheric Administration*) que fortalecem as alianças entre Brasil e EUA, sendo fundamental para o processamento de imagens que monitora o desflorestamento e mensura a sua influência na atmosfera e nos regimes de chuvas no mundo.

No geral, os entrevistados acreditam que essas suspeitas das ambições estadunidenses vêm de ideias geopolíticas do século XIX e XX, mas que compreendem os militares brasileiros que se preocupam com isso. Afirmou que o mundo não é mais o mesmo. As pretensões norte-americanas na Amazônia podem ter crescido na perspectiva do Brasil por causa dos movimentos ambientalistas das décadas de 1970, 1980 e 1990. Porém, os EUA não têm nenhuma intenção de regular o território de outros países aliados. O programa de segurança dos EUA não contempla a Amazônia. O programa de segurança dos EUA procura instrumentalizar os países para que eles possam controlar seus territórios, é o caso das ajudas para combate ao narcotráfico na Colômbia. Na década de 1990, o tráfico de drogas através do território brasileiro era alto, principalmente, se utilizando de rotas amazônicas. A intenção do programa de segurança dos EUA é ajudar o Brasil a controlar seu espaço aéreo e terrestre, sendo o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAN) uma excelente iniciativa de parceria entre Brasil e EUA (ver anexo 12).

(3) Quando levantava perguntas que procuravam relacionar campanhas militares norte-americanas no mundo e a possibilidade de ocorrer o mesmo na Amazônia, as respostas tendiam a convergir para o mesmo ponto. No geral, tentavam justificar guerras em que os Estados Unidos se envolveram em termos de autodefesa (reação a uma agressão), de luta por liberdade, democracia, direitos humanos, para garantir a segurança nacional norte-americana e os investimentos norte-americanos em território estrangeiro.

Como veremos no capítulo 6, de acordo com alguns militares brasileiros, o Plano Colômbia é um plano de combate para treinar tropas norte-americanas na região amazônica. Com essa informação, procurei nos catálogos eletrônicos do *U.S. National Archives &*

Records Administration algum documento que relacionasse Amazônia e treinamento de familiarização, o único documento que encontrei foi o vídeo-documentário de título: "Amazon Basin Familiarizations Training" (ARC Identifier 68954/Local Identifier 342-USAF-36000), datada de 1947 e 1963 (ver anexo 13). É um documentário do Departamento de Defesa com imagens de tropas em treinamento. Não era o bastante, então estendi a dúvida aos meus entrevistados. De acordo com o Tenente-Coronel do Pentágono, o Plano Colômbia é uma cooperação para auxiliar o Estado colombiano que desde a década de 1950 encontra dificuldade de **controlar** seu próprio território. Portanto, ele acredita que os EUA cooperam para que haja uma maior eficácia na eliminação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN). O foco do Plano Colômbia, de acordo com ele, é o combate ao narcotráfico, fazendo parte dos esforços norte-americanos contra as drogas. O plano envolve treinamento, integração de inteligência militar, venda de equipamentos, tudo para melhorar a capacidade operativa das Forças Armadas da Colômbia. Portanto, não haveria tropas norte-americanas treinando na Colômbia. Ele afirmou que salvo engano haveria 700 soldados norte-americanos na Colômbia, o que, na sua avaliação, é muito pouco. O Tenente-Coronel me recomendou acessar o site de uma ONG que fiscaliza as ações militares norte-americanas, lá eu poderia confirmar quantos soldados norte-americanos estão na Colômbia (www.ciponline.org). Melhor do que saber exatamente o número de soldados foi observar que o site da ONG possui informações acerca dos gastos com o Plano Colômbia[117] De acordo com o site foram gastos 3.15 bilhões de dólares que se converteram em recurso para indústria bélica norte-americana e pouco para a construção de uma infraestrutura de inclusão social na Colômbia. O mais interessante é que a ONG procura encontrar os trâmites no congresso dos EUA de lobbies que querem militarizar ainda mais as políticas exteriores estadunidenses, o denominado *military-industrial-congressional complex*. O uso excessivo e constante de tropas na política exterior norte-americana é visto como um mecanismo interno que integra produção privada de material bélico, inovação tecnológica para uso militar, a comunidade de inteligência e uma política exterior debilitada em termos negociais e fortalecida em termos de persuasão político-militar.

(4) Em última instância, os entrevistados dão ênfase aos avanços tecnológicos para enfrentar os desafios futuros. Nesses termos, eles consideram que a tecnologia desenvolvida nos EUA é muito mais apropriada para enfrentar o desafio ambiental futuro da Amazônia do que a tecnologia que o Brasil detém. Portanto, para aproveitar o que a Amazônia possui em

---

[117] De acordo com uma resolução do Congresso, os EUA poderiam dispor de 400 soldados e 400 civis para as operações na Colômbia, contudo, havia uma discussão durante o governo Bush para se dobrar essa permissão.

termos de potenciais, em qualquer circunstância, o melhor caminho para o Brasil é realizar acordos bilaterais com os EUA. Alguns dos entrevistados citaram literalmente as Alianças Estratégicas entre Brasil e EUA durante a duas guerras mundiais e propuseram o mesmo tipo de operacionalidade político-institucional. As guerras levaram a cooperações bilaterais para o suprimento de borracha para a indústria norte-americana. Como vimos no capítulo 4, a Amazônia era concebida durante a Segunda Guerra como um armazém com reservas de matéria-prima para suprir os aliados, ainda hoje essa mesma perspectiva é compartilhada por burocracias especializadas norte-americanas. Por exemplo, dois dos entrevistados do Departamento de Estado citaram o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) como cooperação que garante um maior controle territorial da Amazônia para o Brasil e que depende de tecnologia estadunidense. Eles afirmam que antes do SIVAM o Brasil não tinha muito controle do espaço aéreo amazônico. Na perspectiva deles, a empresa norte-americana que ganhou a licitação em concorrência com os franceses melhorou o controle do território. E na lógica do controle e estabilidade do território para se negociar, não há controle se não houver informação, ao passo que não há segurança nem estabilidade se não houver controle[118]. Dentro das tecnologias de satélites e produção de imagens, a Amazônia entra no mercado de venda de imagens. É nesse sentido que eles colocam a aliança estratégica como sendo um serviço oferecido pelos EUA:

> Explicitly and implicitly U.S. have provided a security umbrella for countries, helping to keep the peace that has fostered stunning economic growth (entrevistado do Departamento de Estado, março de 2010).

5.2.2. COLOCANDO AS ENTREVISTAS EM PERSPECTIVA: COMANDOS MILITARES, BASES MILITARES E A INFLUÊNCIA POLÍTICA A MEIO CAMINHO DA PERSUASÃO MILITAR.

Mesmo com perguntas que provoquem o debate, é compreensível que os entrevistados não tenham comentado todos os detalhes referentes às políticas de defesa e de segurança nacional que hipoteticamente possam se vincular a Amazônia. A maioria das vezes, eles se prendem a detalhes narrativos que constroem uma realidade muita vezes aquém de fatos consolidados da política externa estadunidense. Por isso, proponho fazer alguns contrapontos e colocar em perspectiva as narrativas deles. Primeiramente, não é difícil reconhecer a existência de uma *máquina de guerra* estadunidense operada por valores patrióticos e humanitários, lobbies industriais, inovações tecnológicas, elevado consumo interno de matéria-prima de outros

---

[118] Sobre o SIVAM há uma dissertação do *Naval Postgraduate School*: “Amazon Surveillance System (SIVAM): U.S. and Brazilian Cooperation”. E. P. Wittkoff. Accession Number: ADA374105. Defense Technical Information Center. Dec, 1999. Acesso em http://handle.dtic.mil/100.2/ADA374105 .

países (exemplos: petróleos e minerais). Nesse sentido, operações de guerra, forças de paz, deposições de governos contrários aos interesses norte-americanos, ocupações, operações cirúrgicas, bases militares, reativação da Quarta Frota da Marinha Americana (USSOUTHCOM – *United States Southern Command*) geograficamente responsável em cobrir Caribe, América Central e América do Sul, todos esses fatores dimensionam o poderio político-militar norte-americano. No contexto político-militar da América do Sul, poderíamos dizer que o Plano Colômbia, a polêmica em torno das bases militares no Peru e no Equador e a reativação da Quarta Frota trazem para perto da Amazônia o poderio bélico norte-americano em termos mais efetivos. Os meus entrevistados não fazem essa correlação. Mas, é fato que há uma estreita relação entre política partidária (eleições), demanda por matéria-prima para o mercado interno, interesses empresariais e atividade militar. Os entrevistados reproduzem o posicionamento político do Pentágono, alegando que as bases militares e as frotas provêm segurança para a região onde elas se encontram (ver anexo 3 – mapa das bases militares dos EUA no exterior).

De acordo com relatório do Pentágono, *Base Structure Report: Fiscal Year 2007*, mais de 190 mil soldados e 115 mil civis estão servindo em 909 instalações militares em 46 países e territórios. Em termos de ocupação de área, as Forças Armadas norte-americanas possuem ou alugam 795 mil acres de terra e 26 mil prédios avaliados em US$ 146 bilhões (Lutz, 2001). De acordo com Catherine Lutz (2009), Chris Best e David Vine (2009), esses dados oficiais de bases militares norte-americanas fora dos EUA ainda omitem detalhes. Por exemplo, não incluem dados considerados secretos (de relevante importância para a segurança das operações). Assim, amplas construções militares no Iraque e no Afeganistão, instalações não declaradas em Israel, Kuwait, Filipinas, entre outras, não estão contabilizadas nesses agregados. Além disso, as forças armadas norte-americana treinam 100 mil soldados anualmente em 180 países, para colaborar localmente com as operações militares e, estrategicamente, se familiarizar com as capacidades operacionais de parceiros e potenciais (futuros) inimigos. Essa possibilidade de transformação de atuais colaboradores em futuros inimigos é reconhecida pelos estrategistas norte-americanos por meio da categoria “blowback” (tiro que sai pela culatra).

Não entraremos nos detalhes de formação da hegemonia militar norte-americana e na dinâmica da marinha norte-americana que projeta o poder estatal para além das fronteiras

nacionais se vinculando à operação das bases militares (Smith, 2003; Lutz, 2009)[119]. Além dos aspectos financeiros e estratégicos, também há os custos que são pouco levados em consideração, tais como impactos socioambientais. Por exemplo, queima de combustíveis fósseis, armas nucleares, transtornos cotidianos causados pela massiva presença de militares em determinadas localidades, promovendo prostituição, intensificação do comércio de álcool e tabaco, distúrbios neurológicos em crianças com a contaminação de reservatórios d'água por combustíveis de jatos, transformação no modo de vida em áreas rurais causada pela intensa movimentação de maquinário militar, entre outros.

Em 2009, o Pentágono gastou mais de 85 bilhões de dólares e empregou mais de 90 mil cientistas em inovações tecnológicas (Lutz, 2009, p. 16). Apesar das inovações tecnológicas mudarem a importância estratégica das bases militares fora do território norte-americano, a manutenção delas tem um significado político e simbólico. Uma base militar na década de 1940 significava poder fazer uma entrega de material bélico dos EUA para tropas britânicas no Oriente Médio com segurança, por exemplo. Assim, entregar material demandava uma longa viagem por meio de bases. Portanto, estrategicamente, era necessário haver lugares de reabastecimento para que as jornadas se completassem. No início da década de 1970, uma aeronave estadunidense poderia fazer as mesmas entregas com maior autonomia de voo. Hoje, pode realizar boa parte das tarefas sem escala (Lutz, 2009, p.16). Além do mais os porta-aviões, expressão de uma força imperial, são bases militares flutuantes com bastante mobilidade. É nesse sentido que as bases militares em território estrangeiro precisam ser analisadas como produtos de dois processos político-militares: como a projeção de poder hegemônico de um Estado nacional e como um processo de expansão comercial do mercado norte-americano. Se vincularmos a expansão do capitalismo ao poder político-militar dos EUA, podemos pensar na concepção de império norte-americano que se vincula à projeção de poder e à instrumentalização de territórios.

São justamente as relações político-econômicas e político-militares estatais e privadas que modificam e dão novas configurações territoriais que tento perceber no modo como os Estados Unidos lidam com territórios (matéria-prima; mão-de-obra) de outros Estados

---

[119] "Between 1947 and 1990, the United States was asked to leave France, Yugoslavia, Iran, Ethiopia, Libya, Sudan, Saudi Arabia, Tunisia, Algeria, Vietnam, Indonesia, Peru, Mexico, and Venezuela. Popular and political objection to the bases in Spain, the Philippines, Greece, and Turkey in the 1980s meant that those governments were able to negotiate significantly more compensation from the Unites States. Portugal threatened to evict the Unites States from important bases in the Azores unless it ceased its support for independence for its African colonies, a demand with which the United States complied. In the 1990s and later, the United States was sent packing, most significantly, from the Philippines, Panama, Saudi Arabia, Vieques, and Uzbekistan" (Lutz, 2009, p. 14). Além desses citados por Lutz também há questões importantes nas bases do Japão, Taiwan, Coréia, Austrália e Nova Zelândia.

nacionais, em geral, e com a Amazônia brasileira, em particular. Outros pesquisadores já analisaram as relações entre os fluxos de capitais e de investimentos norte-americanos com a mobilização de força militar em território estrangeiro em base militar, frotas e invasões (Fiori, 2004; Harvey, 2005; Pieterse, 2006; Wallerstein, 2006). Eles procuram evidenciar uma estreita relação entre demanda por matéria-prima para suprir o mercado empresarial interno e a operacionalidade militar. Os fluxos financeiros norte-americanos se relacionam tanto a uma lógica capitalista do poder quanto a uma lógica político-militar estatal do poder. Tudo isso fundamentado em um pragmatismo operacional que envolve busca por segurança nacional, constatações estratégicas de ameaças externas, valores cristãos extremados, entre outros fatores. Um dos meus entrevistados, quando estávamos discutindo sobre a necessidade dos EUA manterem um extenso arsenal bélico e o fato de praticamente todo o Ocidente viver sob o guarda-chuva militar dos EUA e da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), justificou: “Someone has to keep one’s feet on the ground”. Penso que essa expressão é muito representativa de um pragmatismo institucional vivenciado ideologicamente nos EUA. Manter os pés no chão pode significar muitas coisas. Não há dúvida de que neste contexto de políticas estratégicas e de poder hegemônico signifique hegemonia militar, predominância econômica e imposição de valores, para livrar os EUA da permanente insegurança do mundo. A ideologia que sustenta a presença militar estadunidense em outro país na pretensão de manter determinada **estabilidade política** reproduz uma lógica interna de interesses empresariais e de um regime de produção, procurando obter privilégios com regimes diferenciados para investimentos.

5.3. ENCONTRANDO A AMAZÔNIA NO *NATIONAL ARCHIVES* E NA *LIBRARY OF CONGRESS:* EXPERIÊNCIAS COM INSTITUIÇÕES E DOCUMENTOS.

Para melhor dimensionar a pesquisa de campo em Washington D.C. faz-se necessário também descrever minha experiência nas instituições que disponibilizam informações governamentais. Tanto a *Library of Congress* quando o *National Archives* exigem registros para se ter acesso ao acervo. Graças à minha condição de *Visiting Scholar* da Universidade da Carolina do Norte (Chapel Hill), consegui me qualificar para acessar os acervos (ver anexo 14. Library of Congress – Reader Card; Research Card – National Archives & Records Administration; UNC One Card – The University of North Carolina at Chapel Hill). A biblioteca do Congresso tem uma política mais flexível, sendo necessário apresentar qualquer documento válido, por exemplo, o passaporte. O *National Archives* tem uma política mais restritiva de acesso e de cópias, obedecendo legislação específica. O prédio do *National*

Archives na área de Washington D.C. (7th e 9th Streets com Pennsylvania Avenues) se limita a expor documentos mais demandados pelo público em geral, por exemplo, originais manuscritos da Constituição e do *Bill of Rights*, dados sobre migrações e genealogias de famílias. Os acervos mais atuais com registros de Departamentos, Embaixadas e Agências se encontram em outro prédio do *National Archives and Records Administration,* em College Park, em Maryland, nas cercanias de Washington. O próprio Arquivo disponibiliza transporte diário gratuito do *National Archives* em Washington D.C. para o National Archives em College Park, sendo uma viagem de aproximadamente 40 minutos. Meu interesse de pesquisa estava no acervo de College Park.

5.3.1. *LIBRARY OF CONGRESS.*

Descreverei, primeiro, minha experiência na Biblioteca. O sistema de pesquisa on-line da Biblioteca do Congresso (*Library of Congress Online Catalog*) concentra amplo acervo digital que pode ser acessado em computadores disponibilizados no local. Consegue-se acessar praticamente tudo o que é produzido acerca da Amazônia em universidades, em institutos de estudos estratégicos e em escolas militares dos Estados Unidos, com a ferramenta de busca da Biblioteca. Por se tratar de um volume de material muito extenso, apesar dos dez meses da minha bolsa sanduíche, foi impossível analisar tudo que havia disponível. Por isso, foquei em três tipos de documentos que se mostraram mais promissores para meus questionamentos: *Congressional Research Service (CRS) Report for Congress*; monografias e dissertações produzidas por oficiais das Forças Armadas dos EUA; artigos acadêmicos digitalizados. Mesmo documentos antigos que foram publicados apenas em papel são digitalizados e disponibilizado no sistema da biblioteca, o que facilita bastante a busca e a consulta. As duas últimas categorias de documentos (monografias de oficiais e artigos acadêmicos) são mais amplas em termos de aglutinação de informações. Há enorme disponibilidade de material da *Army War College* e da *Naval Postgraduate School*. Grosso modo, os militares pensam mais sobre a formação histórica do território amazônico, disputas por soberanias entre Estados nacionais amazônicos, dinâmicas político-militares que regem planos de **seguranças nacionais** dos países amazônicos, além de dissertarem sobre geopolítica da Amazônia. Esses documentos desempenharam um papel na definição de alguns argumentos, estando devidamente citados ao longo da tese. Em termos mais operacionais da burocracia especializada do Estado norte-americano, focarei minha descrição no *Congressional Research Service Report for Congress* por haver se mostrado mais promissor.

Os *CRS Reports* refinam ideologicamente o significado de um *estado permanente de guerra* em que se devem mobilizar imaginações e recursos para antecipar as potenciais catástrofes que se avizinham aos EUA. Há uma série de *CRS Reports* que se enquadram no título *Brazil-U.S. Relations* e abordam as mais diferentes temáticas de interesses entre os EUA e o Brasil. De acordo com o CRS RL33456, de 22 de novembro de 2011, por exemplo, embora tenham emergidos alguns conflitos pontuais, a ascensão do Brasil à sétima economia do mundo aumentou o engajamento nas relações entre Brasil e EUA em questões como combate ao narcotráfico, combate ao terrorismo, segurança energética, comércio, direitos humanos e preservação ambiental. Esse mesmo CRS ainda faz um levantamento de como o Brasil tem sido tratado nas últimas resoluções e propostas do Congresso Americano:

> Several pieces of legislation have been introduced, including bills that would suspend foreign assistance to Brazil (H.R. 2246) and the issuance of visas to Brazilian nationals (H.R. 2556) until the country amends its constitution to allow for the extradition of its citizens, and bills (H.R. 3039 and S. 1653) designed to accelerate visa processing for citizens of Brazil and other countries. Additionally, the House initially adopted a provision (H. Amdt. 454), which was dropped from the final legislation (H.R. 2112), that would have prevented the United States from providing payments to the Brazil Cotton Institute as it agreed to do to temporarily resolve a World Trade Organization dispute with Brazil (p. Summary).

Apesar de este documento específico analisar dinâmicas sociais, políticas e econômicas do Brasil, fazendo uma digressão sobre os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, priorizando dinâmicas modificadoras do papel do Brasil no mundo e suas relações com os EUA, são as questões ambientais que trazem a Amazônia para o centro da discussão. Primeiro, o *CRS Report* reconhece a grandeza tão propalada da Bacia do Amazonas:

> It holds 20% of the Earth's fresh water and 10% of all known species. The Amazon also holds 10% of the world's carbon stores and absorbs nearly 2 billion tons of carbon dioxide each year, making it a sink for global carbon emissions and an important asset in the prevention of climate change. Approximately 60% of the Amazon falls within Brazilian borders, making Brazil home to 40% of the world's remaining tropical forests (p. 29).

Os esforços do Brasil são analisados como adequados para os interesses mútuos: Fundo Amazônia que pretende arrecadar entre doadores governamentais e não-governamentais aproximadamente 21 bilhões até 2020, para financiar conservação florestal, pesquisa científica e desenvolvimento sustentável; aumento no número de unidades de conservação (o Brasil está em quarto lugar, proporcionalmente ao território, na prática de

manter sobre proteção legal reservas florestais). O *CRS Report* destaca programas ambientais estadunidenses que financiam a conservação de florestas tropicais no Brasil, promovendo atividades ambientalmente orientadas em comunidades rurais pobres. O relatório destaca a iniciativa da U.S. Agency for International Development (USAID) para a conservação da Bacia Amazônica:

> USAID provided Brazil with $10 million for environmental programs in FY2009 [Fiscal Year 2009], $14 million in FY2010, and an estimated $11.5 million in FY2011. The Obama Administration requested $5 million for environmental programs in Brazil in FY2012. In August 2010, the United States and Brazil signed a debt-for-nature agreement under the Tropical Forest Conservation Act of 2008 (P.L. 105-214), which will reduce Brazil's debt payments by $21 million over five years. In exchange, the Brazilian government will commit those funds to activities to conserve protected areas, improve natural resource management, and develop sustainable livelihoods in the Atlantic Rainforest, Caatinga, and Cerrado ecosystems (p. 31).

Esse *CRS Report* não é o único que demonstra os trâmites governamentais em que se empenham recursos para o cumprimento de metas estabelecidas. Outros CRS Reports, "*Climate Change and International Deforestations: Legislative Analysis"* (Order Code RL34634) e "*Debt-for-Nature Initiatives and the Tropical Forest Conservation Act: Status and Implementation*" (Order Code RL31286), também estabelecem parâmetros para a legislação ambiental estadunidense, dando indícios de que no Congresso há mais preocupação em definir diretrizes de uma **gestão ambiental** do que com controle efetivo de territórios mediante uma espécie de **governança global**. Algumas das diretrizes são estabelecidas por convicções científicas formuladas em outros fóruns de debates. Por exemplo, o CRS *"Climate Change and International Deforestations"*, de 22 de agosto de 2008, estabelece nexos causais que legitimam decisões políticas na definição de ações internacionais para a preservação ambiental:

> Deforestation accounts for nearly 20% of anthropogenic greenhouse gas emissions in the world. Deforestation results in carbon emissions when trees and underlying vegetation are burning or decomposing. Deforested areas that are later cultivated also release carbon to the atmosphere when soil carbon is oxidized. Further, deforested areas converted to other land uses (e.g., pastures) might sequester less carbon than forests, enabling greater levels of CO2 in the atmosphere. Providing incentives to prevent deforestation in foreign countries has been proposed in climate change legislation. An objective of this legislation is to provide funding from carbon markets to assist foreign countries in reducing deforestation and increasing forest restoration and afforestation. Challenges to this approach include implementing deforestation reduction activities in developing countries that may lack the capacity to monitor and enforce measures, avoiding harm to indigenous communities who

> rely on forest resources, and matching policies with the various drivers of deforestation in different regions around the world. Legislative policies on deforestation and climate change are analyzed in this report, and challenges for restoring forests in the tropics are discussed.

Os *CRS Reports* que de algum modo mencionam a Amazônia estabelecem duas relações principais: Amazônia e mudança climática; Amazônia e mecanismos de financiamentos de conservação de florestas tropicais. Os CRS reproduzem essas relações cristalizando enunciados causais tais como: desmatamento é igual a aumento do efeito estufa; mudança climática se combate com preservação da floresta amazônica; "tropical forests make up the largest proportion of carbon stored in terrestrial land masses and are thought to be a carbon sink"; "preventing deforestation will reduce the entry of carbon into the atmosphere", entre outras. Com base nesses axiomas, os *CRS Reports* sugerem legislações tanto internas quanto externas que destinem recursos orçamentários norte-americanos para países que detêm cobertura florestal e que executem políticas de preservação de seus recursos naturais conforme critérios estabelecidos pelos doadores de recursos (*eligibility requirements*). Esse mesmo mecanismo de elegibilidade é utilizado por instituições multilaterais (Banco Mundial e BID) em cooperação técnica internacional e financiamentos a governos e setor privado. É nesse sentido que o CRS Report "*Debt-for-Nature Initiatives and the Tropical Forest Conservation Act: Status and Implementation*", ao analisar a criação das iniciativas do débito-por-natureza, propõe reduzir as obrigações financeiras de **países em desenvolvimento**, desde o fim da década de 1980, em troca de pagamento da dívida com moeda local para entidades não-governamentais que atuassem na conservação de **recursos naturais**, contabilizado nos EUA como fundo ambiental. O *CRS Report* propõe o aperfeiçoamento de mecanismos financeiros para reestruturar dívidas de países **em desenvolvimento** de que o governo estadunidense fosse credor, destinando percentagem de pagamentos (serviço da dívida), em moeda local, para financiar programas de conservação florestal dentro do próprio país devedor. Esse mecanismo administrativo-financeiro é denominado *debt-for-nature swaps*. Nas palavras do *CRS Report*:

> Most early transactions involved debt owed to commercial banks and were administered by non-governmental conservation organizations and referred to as three-party swaps. Since 1987, three-party transactions have generated more than an estimated $117 million in local currency for conservation projects, as a result of the purchase of approximately $168 million in debt (face value) for $49 million. Other debt-for-nature initiatives involved official (public) debt and were administered by creditor governments directly with debtor governments (termed bilateral swaps). In the early 1990s, the United States restructured, and in one case sold, debt equivalent to a face value of

> nearly $1 billion owed by Latin American countries; these transactions were authorized by Congress as part of the Enterprise for the Americas Initiative (EAI), which broadened the scope of debt swaps to include a number of social goals. Nearly $178 million in local currency for environmental, natural resource, health protection, and child development projects within debtor countries was generated from these swaps. The model for debt-for-nature initiatives, outlined in the EAI, was expanded in the Tropical Forest Conservation Act (TFCA) to include countries around the world with tropical forests. Under this program, debt can be restructured in eligible countries, and funds generated from the transactions are used to support programs to conserve tropical forests within the debtor country. Since 1998, $82.6 million has been used under the TFCA to restructure loan agreements in eleven countries, and nearly $136.5 million in local currency will be generated in the next 12-26 years for tropical forest conservation projects. The TFCA was authorized for appropriations under P.L. 108-323 until FY2007. This law also authorized funding to conduct audits and evaluations of agreements in place and allow for the principal on debt agreements to be treated by the debt-for-nature transaction. (…) Debt-for-nature transactions are generally viewed as a success by conservation organizations and debtor governments because of the funds generated for conservation efforts. The appeal of debt-for-nature transactions has been tempered in recent years, however, by higher debt prices on secondary markets and lower appropriations. As a result, fewer transactions have taken place (CRS Report RL31286, Summary).

Mais uma vez, é preciso ser dito que não há um consenso geral acerca de como os EUA devem lidar com as questões amazônicas. Há lobbies ambientais, religiosos e da indústria bélica atuando no Congresso Nacional norte-americano, cada um tentando colocar o poderio estatal (financeiro e militar) a serviço de suas missões na maioria das vezes declaradas libertárias e humanitárias. Ao longo desta análise, vimos a recorrência de pelo menos três categorias: estabilidade política; interesses de negócios; e segurança nacional. Penso que elas podem potencialmente identificar um padrão na construção de políticas para o território amazônico.

5.3.2. *NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION.*

Os documentos em posse do *National Archives & Records Administration* remetem a uma operacionalidade funcional e a uma racionalidade burocrática de dominação legal (Weber, [1921] 2004). A maioria dos documentos que analisei são registros funcionais e se enquadram na legislação específica que regulamenta a disponibilização de informações das Agências e Departamentos governamentais dos EUA, *Freedom of Information Act (FOIA)*. A maioria dos documentos que me interessaram é do Departamento de Estado, do Pentágono e da Agência de Inteligência Central (CIA). No geral, testemunham a operacionalidade do Estado norte-americano, contudo, os mais atuais que lidam com questões ambientais

diretamente ainda não foram desclassificados, apesar de alguns terem registros não estão disponíveis para pesquisa: "*this series is unprocessed so access restrictions have yet to be determined. Unprocessed materials are not made available to researchers*".

A primeira orientação do FOIA é que o interessado por documentos de uma determinada agência governamental procure no sistema on-line. Foquei minhas primeiras buscas na CIA. A pesquisa on-line não se mostrou promissora. Relacionando Amazônia e Brasil, apenas encontrei alguns documentos, o mais relevante foi um relatório: *National Intelligence Estimate – Brazil*, de 21 de março de 1968, classificado como Secreto e agora desclassificado (abaixo faço mais referência acerca desse documento). Como segundo passo, as instruções do FOIA sugerem enviar solicitações aos órgãos com a apresentação de uma estimativa de quanto estaria disposto a gastar com as cópias (de acordo com a legislação, tanto os custos com cópias quanto o serviço de tirar as cópias devem ser custeados pelo interessado na pesquisa). Imprimi o formulário e fiz o requerimento, mandando via serviço postal a solicitação. Estava seguindo as instruções: *play by the rules*. Aproximadamente, dois meses depois, recebi em meu endereço em Chapel Hill, North Carolina, a resposta oficial da CIA:

> This is a final response to your undated Freedom of Information Act (FOIA) request, received in the office of the Information and Privacy Coordinator on 15 October 2009, for records regarding 'all previously released National Intelligence Estimates on Brazilian Amazon (Rainforest).' We conducted a search of our database of previously released records that contain copies of documents released over the years to thousands of other FOIA requesters and were unable to locate any records pertaining to your request (23 de outubro de 2009, Central Intelligence Agency, Information and Privacy Coordinator Delores Nelson). (ver anexo 15).

Não esperava receber nada significativo. Primeiro porque a regra, em geral, de desclassificação não se aplica automaticamente, apesar dos esforços de agilizar a disposição de informações ao público regulado pelo dispositivo legal *Executive Order 13392 (Improving Agency Disclosure of Information)*. Segundo porque como o FOIA estabelece que o requerente pague as horas de trabalho de quem executar a tarefa além das cópias, ouvi de um servidor público do Departamento de Estado que os trâmites ainda não estão regulamentados. Terceiro, talvez meu orçamento não tenha sido suficiente para a execução da tarefa. Geralmente, as pesquisas não são realizadas porque ainda não há como calcular tal despesa ou porque o órgão ainda não tem uma estrutura para disponibilizar esse serviço. Nessas circunstâncias o melhor a fazer seria mesmo procurar o que havia disponível no *National Archives & Records Administration* (NARA).

O sistema de busca do Arquivo Nacional, denominado *Archival Research Catalog (ARC)*, é um catalogo on-line que classifica e organiza os materiais disponíveis no NARA (ver anexo 16; disponibilizarei apenas uma amostra para exemplificar). A classificação dos documentos contém as seguintes referências: ARC identificador; órgão criador; tipo do material arquivado; local onde o documento se encontra; referências de onde o documento pertence (se é de uma série; período de publicação); restrições de acesso (os documentos desclassificados recebem a designação *unrestricted*); restrição de uso (se pode ser reproduzido ou não). Em geral, fiz buscas relacionando diversos termos: *Amazon; Brazil; internationalization; Brazil; geopolitics of South America; rain forest*; entre outros. A pesquisa on-line apresentou os mais variados registros de documentos sobre o Brasil e a Amazônia. Precisei de ajuda profissional. No próprio prédio do NARA, em College Park, um dos serviços disponíveis é a assessoria de especialistas que ficam na sala de pesquisa para auxiliar os usuários. Nessa sala, a divisão é feita separando catálogos (pastas com registros) de documentos produzidos por agências civis e catálogos de documentos produzidos por agências militares. Além de ajudar a definir a base de dados que pretendemos pesquisar, os especialistas do NARA também ensinam a preencher os formulários de solicitação das caixas com os documentos. As caixas com os documentos ficam armazenadas em local ao qual os usuários não têm acesso. Há uma disposição de horários em que as solicitações podem ser realizadas e mais ou menos em duas ou três horas eles fazem as entregas das caixas solicitadas. Essa operação ocorre aproximadamente cinco vezes ao dia. Portanto, para ganhar o dia de pesquisa é importante realmente saber o que se quer. A logística de encontrar documentos, preencher requerimentos, encaminhar solicitações, receber as caixas de documentos, é relativamente demorada e com problemas de identificação do que realmente importa para uma pesquisa. Algumas vezes os documentos não são encontrados, apesar da numeração dada pelo ARC e do preenchimento correto das fichas de solicitação. Assim, nem tudo que encontrei nos registros on-line consegui acessar efetivamente. Apesar de poder encontrar algumas séries de documentos arquivados tendo os países como critério principal, não há uma divisão sistemática por países na maioria dos arquivos. Muitas das caixas de documentos possuem uma divisão interna da própria repartição que os produziu. Isso dificultou um pouco minha busca por questões amazônicas tratadas pela burocracia estadunidense, entretanto, apesar das dificuldades acessei e copiei muito material.

Resumidamente, os documentos analisados que dizem respeito ao Brasil e/ou a Amazônia foram majoritariamente: correspondências entre o Departamento de Estado e a Embaixada e os Consulados; relatórios produzidos pelo Departamento de Estado acerca de

fatos políticos, sociais e econômicos do Brasil; descrições sobre políticos e militares de projeção nacional; instruções para adidos militares no Brasil; instruções e pareceres do Pentágono sobre negociações de venda de material bélico para as Forças Armadas brasileiras; diagnósticos promovidos pela NSA (*National Security Agency*); estudos sobre o Brasil que os Departamentos de Defesa e de Estado e a Agência Central de Inteligência produziram; relatórios de inteligências produzidos pela CIA e por órgãos de inteligência dos Departamentos de Estado e de Defesa. No geral, posso afirmar que são documentos que testemunham a operacionalidade do Estado norte-americano em território estrangeiro, procurando compreender a complexidade interna do Brasil ao mesmo tempo em que intenciona projetar os interesses norte-americanos dentro de conjunturas sociopolíticas e econômicas específicas. Grosso modo, os documentos analisados expressam claramente temáticas de três conjunturas mundiais: a operacionalidade do aparato estatal norte-americano pós-Segunda Guerra Mundial traz claramente uma carga da Guerra Fria, documentos datados entre 1946 e 1966 demonstram articulações da inteligência norte-americana para influenciar a política interna do Brasil, desestimulando políticos de esquerda que se aproximassem da influência da União Soviética, os presidentes Jânio Quadros e João Goulart são classificados muitas vezes como **demagogos perigosos de esquerda** (ver anexo 17 – conjunto de documentos que trazem descrições detalhadas das articulações entre o embaixador Gordon e o secretário de Defesa McNamara); a ascensão dos militares brasileiros, em 1964, ao poder político ajuda os EUA a operacionalizar o processo de debelar as ameaças comunistas no subcontinente sul-americano; desde a década de 1970, observamos a questão ambiental tendo lugar nas considerações do aparato burocrático, por exemplo, o documento: “Brazil: if development brings pollution, so do it”, 2 de março de 1972 (Department of State, INR/American Republics XR E 5 BRAZ) (ver anexo 18).

Não é necessário ter acesso aos documentos do final das décadas de 1990 e 2000 para saber que as questões ambientais estão ganhando cada vez mais repercussão dentro do aparato de inteligência, relacionando-se inclusive com problemática de Segurança Nacional como constatamos nas monografias encontradas na *Library of Congress*. Complementarmente aos documentos do *National Archives*, encontram-se na *Library of Congress*: “Brazil’s National Defense Strategy: Prospects for the Twenty-First Century” (Master’s thesis by Lundgren, Kenneth S., Naval Postgraduate School Monterey, CA); “Amazon Surveillance System (SIVAM): U.S. and Brazilian Cooperation (Wittkoff, E.P., Naval Postgraduate School, Monterey, CA, 1999); “Amazon, priority for Brazilian National Defense Policy (Pereira, S.J., Army War College, Carlisle Barracks, PA, 2000). Não fiz uma

catalogação completa de todos os documentos analisados no Arquivo Nacional, porque há muito material sem implicações argumentativas. Desse modo, considero melhor me ater à análise dos conteúdos dos documentos mais significativos, mesmo que de alguns já tenha feito referência. Apenas para exemplificar o volume de documentos e a extensão de temáticas, porei em anexo alguns resultados de pesquisas documentais do *National Archives* (ver anexo 16).

Há uma série denominada *National Intelligence Estimate* que é produzida para monitorar condições políticas, sociais e econômicas de diferentes países. Tive acesso a três destes sobre o Brasil, um produzido em 21 de março de 1968, outro em 13 de janeiro de 1972 e o último em 11 de julho de 1975. Claro que não são as datas ideais, eles teriam sido mais importantes se fossem mais recentes. Contudo, estes documentos nos trazem alguns detalhes interessantes, mostrando regularidades que fazem refletir sobre como a burocracia estadunidense especializada trata realidades estrangeiras desde sua própria racionalidade e poderio. Esses documentos dão uma dimensão geral sobre que tipo de informações as agências de inteligência procuram consolidar e expõem alguns padrões que vale a pena identificar. O primeiro tópico do documento de 1968 esclarece que o objetivo é: "to estimate the situation in Brazil and the **prospects for the next year or two**" (p. 1). O documento de 1972 no mesmo tópico afirma: "this estimate assesses the situation in Brazil and the **outlook for the next several years**" (p. 1). A mudança de 1968 para 1972 está nas projeções que deixam de ser de um ano para vários anos. De acordo com os documentos, na década de 1970, há mais estabilidade sociopolítica. A consolidação dos militares no poder político no Brasil dá a garantia ao governo estadunidense de que a ameaça comunista na América do Sul está potencialmente contornada na medida em que o regime militar do Brasil estava propenso em intervir nos destinos políticos de seus vizinhos, principalmente na Bolívia, no Uruguai, na Argentina e no Chile (ver anexo 19 – Memorandos da Casa Branca que descreve encontro entre Henry Kissinger e presidente-general Emílio Médici, de 9 de dezembro de 1971).

Analisando primeiro o documento de 1968, outros dois tópicos se mostram relevantes para compreender de que modo o Brasil e a Amazônia são pensados desde os EUA: "*nationalistic feelings, which for the most part have long had an anti-US cast*"; "*program of arms acquisition*". Dentro do contexto dos governos militares pós-golpe de 1964, o documento considera que apesar do crescente nacionalismo no Brasil, *"the Costa e Silva governmment will maintain a much friendlier attitude toward the US than the Quadros or Goulart regimes did"*. O próprio uso de termo como **governo** para se referir ao mandato do general-presidente Costa e Silva em contraste com a utilização de **regimes** para a

administração dos presidentes civis Jânio Quadros e João Goulart é tendencioso. Especificamente sobre o nacionalismo, o documento procura compreender seus fundamentos:

> This nationalism has for many years been grounded in the deeply held conviction that because of its size, population, and natural resources, Brazil is destined to be a great power. Nationalist sentiment has always cut across social lines and ideologies, and despite a reservoir of good will toward Americans has in most of its forms long had an anti-US cast. Leftwing students and academicians condemn US programs with the Ministry of Education as 'cultural imperialism'. Some businessmen accuse the US of trying to undermine or take over Brazilian enterprises. Some politicians charge the US with trying to subordinate Brazil to its foreign policies. Many Brazilian, civilian and military, feel that the US fails to give it the favorable treatment to which it is entitled by reason of its past support of the US and the prospect that it will be a powerful US ally in the future (p. 4-5).

O documento procura pontuar de que modo esse nacionalismo brasileiro interfere nos negócios norte-americanos. É objetivo do próprio *National Intelligence Estimate* analisar as conjunturas políticas para identificar potenciais ameaças aos interesses norte-americanos e nesse caso particular o nacionalismo brasileiro parece um impasse para algumas cooperações, negócios e relações bilaterais. O documento também comenta que políticos como o governador do Amazonas[120], "make headlines by charging the US with sinister designs on the Amazon region – from looting its radioactive ore to planning to settle North American Negroes within it". Esse é o tema do livro de Nicia Luz (1968) que teve relativa repercussão na mídia brasileira. O documento ainda aponta como efeito do nacionalismo brasileiro a associação entre estudantes de esquerda e políticos conservadores que denunciaram o programa de controle de natalidade, em regiões do interior do país, também financiado com recursos dos EUA, como uma tentativa dos EUA para manter o Brasil como um satélite fraco e despovoado. Os comentários acerca de aquisições de materiais bélicos para as Forças Armadas brasileiras são constantes nos documentos do NARA. Especificamente neste documento de 1968, há uma referência a uma lei norte-americana que restringe a venda de armamentos com sofisticados sistemas tecnológicos a alguns países. O Brasil, por exemplo, não estaria qualificado para comprar alguns equipamentos. O documento critica essa restrição porque o Brasil obteria equipamento similar na Europa, a disputa era em torno dos caças F-5 (EUA) e *Mirage* (França).

O *National Intelligence Estimate*, de 1972, constata que os investimentos norte-americanos no Brasil naquele momento eram de 1.7 bilhões e representavam metade de todo

---

[120] Ele não escreve o nome do governador, mas acredito que seja Artur César Ferreira Reis que governou no período de 1964 a 1967 e que era bastante crítico à atuação dos EUA na Amazônia, também conhecido por seu nacionalismo, como vimos no capítulo 2.

o investimento estrangeiro no Brasil. Devido à visibilidade e ao montante, o documento receia uma vulnerabilidade na mudança das regras do jogo na medida em que os industriais de São Paulo assumirem que não teriam como competir com a tecnologia mais avançada e os investimentos mais abundantes dos empreendimentos estrangeiros. O documento cita a Amazônia duas vezes. A primeira vez identificando o programa de desenvolvimento da Amazônia levado a cabo pela construção da Trans-Amazônica:

> By far the government's most ambitious scheme – comparable in scope to the earlier construction of Brasilia – is the plan to tap the natural resources of the Amazon Basis and to open it up to economic development. Two vast highways, crisscrossing the interior, are already under construction. Seven new cities are planned, and the government hopes to resettle farmers from the Northeast alongside the highways. The government hopes that the projects will give a substantial boost to Brazil's economic development, though it is relatively realistic about the difficulties of exploiting the area and of getting people to settle there. Beyond this, the Trans-Amazonic program has become an important symbol for Brazil's military leaders. To them, it represents Brazil's coming of age and achieving its manifest destiny. In addition, they see security advantages in having the western frontier more accessible and want to provide access to several untapped mineral deposits (p. 6 – 7).

Na segunda vez, pondera os benefícios do programa de desenvolvimento para a Amazônia que com pesados gastos governamentais apresentaria resultados a longo prazo enquanto que a curto prazo representaria gastos governamentais e desequilíbrio fiscal. Na sua interpretação, o programa poderia significar tanto uma oportunidade de negócios para corporações norte-americanas como um risco com os gastos governamentais sem resultados imediatos, algo que poderia levar a instabilidades políticas no país.

> In the long run, the Trans-Amazonic project will probably pay dividends in terms of national development, but in the meantime the government will have some difficult problems in trying to deal with Amazonia. Much of the soil is not especially fertile, and it tends to deteriorate rapidly under traditional methods of cultivation (…). An additional problem is the huge cost of the project (over $500 million). Funds are already being diverted from other regions, and the government may find itself spending even more than it plans (p. 7).

Por sua vez, o National Intelligence Estimate, de 1975, está mais focado na análise econômica do Brasil, no crescimento do PIB, no extraordinário crescimento do comércio brasileiro com países comunistas (China e países do leste europeu) e com países africanos, na influência da crise do petróleo na economia brasileira devido à extrema dependência brasileira do petróleo da Arábia Saudita. Além disso, o documento também analisa as relações bilaterais entre Brasil e EUA.

> Brazil's foreign policy will almost certainly diverge increasingly from that of the US as it pursues its own interests throughout the world. Disagreements are most likely to involve economic issues such as trade, nuclear proliferation, and the role of multinational corporations. Brazil will continue to side with the less developed countries on many issues, as it strives to escape its traditionally dependent role vis-à-vis the US and Western Europe (…). Despite differences on specific issues, Brazil will continue overall to desire close and cooperative relations with the US, which will continue to be very important to Brazil in the economic and security fields. Brazil clearly recognizes the realities of economic interdependence and the constraints imposed upon its own autonomy by its need for foreign capital, technology, and raw materials. As a rapidly industrializing society of continental dimensions, Brazil will be a growing market for US exports and US foreign investment. It recognizes the US as the primary defender of the non-communist world and identifies with US security objectives, particularly in the hemisphere (p. 15).

O documento esclarece, nos termos dos interesses norte-americanos, a vinculação entre Brasil e EUA. Resumidamente, o interesse mútuo está na dependência brasileira ao capital e à tecnologia norte-americana. Os EUA vêem um crescente mercado para suas exportações e para seus investimentos, sendo o Brasil um aliado nas políticas de segurança do hemisfério.

Muitos dos documentos do *Department of State* e do *Department of Defense* são indicativos de conversas, negociações e conjunturas sobre a aquisição de equipamento bélico por parte das Forças Armadas brasileiras. Os documentos são classificados como: *Memorandum; Memorandum of Conversations; Telegram; Informative*; entre outros. Eles indicam as mais diversas conjunturas de negociações para a venda de equipamentos e transferência de tecnologia dos EUA para o Brasil. Por exemplo, o memorando de conversações do Departamento de Estado, de 9 de fevereiro de 1970, de título "Mr. Richard Aldrich on Brazil's interest in Military Jet Aircraft", relata preocupações de que o governo brasileiro poderia adquirir caças franceses, ingleses ou italianos. O memorando afirma que "Brazilians were shopping in Europe only because we had closed the door to U.S. aircraft to them" (ver anexo 20). A intenção do documento é tentar reorientar as conversações para que o governo brasileiro adquira os equipamentos bélicos da indústria norte-americana. Isso é uma constante dessas instruções da embaixada e dos consulados no Brasil, facilitando negócios para a indústria norte-americana. Não é difícil encontrar um padrão fartamente reproduzido nos documentos.

***

Resumidamente, a conclusão que chego depois dessa descrição acerca da narrativa técnico-burocrática estadunidense é relativamente simples: constatei que o Estado norte-americano planeja suas ações, procurando formar uma burocracia capaz de lidar com

diferentes contextos, países e situações, a fim de manter sob controle oportunidades comerciais (para seus nacionais) e de segurança (para seus investimentos). Todo esse aparato burocrático focado em monitorar os países, em geral, e o Brasil, em particular, procura garantir uma constante mobilização de recursos materiais e de legitimidade política.

CAPÍTULO 6 – EXPERIMENTANDO INSTITUIÇÕES E ATORES NO BRASIL

6.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesse capítulo volto-me para alguns aparatos administrativos estatais que procuram institucionalizar narrativas para a Amazônia brasileira. Inicialmente, podemos dizer que estamos diante da lógica da *dominação legal* orientada em procedimentos estatutários e contratuais dentro de regimes jurídicos. Para Weber, o domínio moderno da burocracia se caracteriza nos seguintes aspectos:

> There is the principle of official jurisdictional areas, which are generally ordered by rules, that is, by laws or administrative regulations. This means: (1) the regular activities required for the purposes of the bureaucratically governed structure are assigned as official duties; (2) The authority to give the commands required for the discharge of these duties is distributed in a stable way and is strictly delimited by rules concerning the coercive means, physical, sacerdotal, or otherwise, which may be placed at the disposal of officials; (3) Methodical provision is made for the regular and continuous fulfillment of these duties and for the exercise of the corresponding rights; only persons who qualify under general rules are employed. In the sphere of the state these three elements **constitute a bureaucratic agency**, in the sphere of the private economy they constitute a bureaucratic enterprise. Bureaucracy, thus understood, is fully developed in political and ecclesiastical communities only in the modern state, and in the private economy only in the most advanced institution of capitalism (Weber, [1968] 2006, p. 49).

Qualificando um pouco mais a burocracia, Weber compreende que a dominação legal se realiza em virtude de estatuto. A ideia básica da dominação burocrática é que "qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma". Assim, obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer (Weber, 1979, p. 128-129). É nesse sentido que as guerras travadas para formar opiniões, convicções e narrativas legitimadas se tornam tão preeminentes nas democracias liberais como Brasil e EUA, na medida em que elas determinarão os rumos dos estatutos (leis, constituições, resoluções) e, por consequente, o destino das pessoas, do território, da natureza, da vida.

Tanto nas entrevistas com agentes do Estado brasileiro quanto na minha experiência com instituições e documentos, ficou claro que há quase consenso em torno da questão da **soberania**. Ninguém propõe desmobilizar a jurisdição do Estado brasileiro sob o território. Poderia arriscar a dizer que a **soberania** é um consenso. Ninguém se atreve a macular sua

imagem. Entre militares as narrativas acerca da soberania são sempre muito marcadas, entre servidores públicos civis há um sentimento nacional de preservação das instituições nacionais e de manutenção da **soberania**. O problema se instala quando começamos a desmembrar a abstração do conceito de **soberania** em ações concretas de instituições. É na operacionalidade institucional da soberania que as diferenças se manifestam explicitamente. Por exemplo, o longo processo de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da Terra Indígena Raposa Serra do Sol com seu desfecho, em 18 de março de 2009, favorável à demarcação contínua e retirada de não-índios. O plenário do Supremo e a cobertura jornalística deram grandes destaques à dicotomia entre etnias indígenas e rizicultores (ou arrozeiros), constantemente utilizando a categoria **internacionalização da Amazônia**. O que foi para alguns um evidente atentado a soberania nacional, para outros é a mais legítima e legal observância de direitos constitucionais plenamente em concordância com a soberania nacional. A soberania por si só não diz muito. É preciso decodificá-la nas narrativas e práticas institucionais, detalhando as elaborações burocráticas. São esses meandros institucionais que procuramos analisar em entrevistas e documentos. Seguindo um pouco a estrutura do capítulo anterior, decidi sistematizar meus relatos em seções que representam minha experiência com algumas instituições brasileiras que operam práticas para a Amazônia brasileira.

6.2. NARRATIVAS PRÁTICAS E PRÁTICAS NARRATIVAS ESTATAIS.

6.2.1. REGISTROS DO ARQUIVO NACIONAL

Em visita ao Arquivo Nacional do Brasil (Coordenação Regional do Arquivo nacional no DF), obtive o auxilio de um técnico (historiador) que realizou a busca nos acervos disponíveis. Expliquei que estava procurando arquivos do Governo Federal que tivessem a expressão **internacionalização da Amazônia**, principalmente documentos relacionados à segurança nacional, defesa nacional e inteligência. Como exigido, preenchi requerimento, em formulário próprio do Arquivo, solicitando pesquisa nos arquivos disponíveis. Aproximadamente um mês depois, recebo em meu endereço ofício (nº 222/2011/COREG-AN) me orientando para os procedimentos necessários para obter cópias dos documentos encontrados (ver anexo 2). Marquei na lista os documentos que interessavam, paguei a guia de recolhimento para a conta única do tesouro, com a quantia dos custos com cópias, assinei declaração de responsabilidade pelo uso de informações sobre terceiros e fui pessoalmente entregá-los no Arquivo Nacional. Depois de um mês recebi em minha casa as cópias

solicitadas dos documentos. Grosso modo, posso dizer que obtive dois conjuntos de documentos: primeiro, atas em formato eletrônico do Conselho Nacional de Segurança (CNS) de 1934 a 1989 que não se vinculavam especificamente com a expressão **internacionalização da Amazônia**; segundo, documentos da pesquisa específica obtida mediante a expressão **internacionalização da Amazônia** em bancos de dados do Arquivo. A princípio, analisarei o segundo conjunto de documentos, deixando o primeiro conjunto de documentos para eventuais citações.

Minha expectativa seria traçar um roteiro de como a expressão teria sido apropriada nas práticas oficiais de instituições do governo federal. Para minha surpresa, a primeira ocorrência da expressão **internacionalização da Amazônia**, no acervo do Arquivo Nacional, é de 22 de outubro de 1981. Sem dúvida essa não é a primeira vez que a expressão é apropriada pelo aparato estatal. Como vimos nos capítulos 1 e 2, a própria ideia de internacionalização da Amazônia é gestada por *intelectuais orgânicos* e desde sua origem teve uma organicidade profunda com práticas estatais. O fato é que dos documentos disponíveis no Arquivo Nacional do Brasil, essa é a data em que aparece a primeira ocorrência. É relativamente tarde se comparado com o momento em que a expressão passou a circular em meios político-jornalísticos, como analisamos nos capítulo 1, 2 e 3. Isso provavelmente se deve a vários fatores: precariedade na conservação, disponibilização e armazenamento de documentos oficiais desde o Império até a transferência da capital do país para Brasília; falta de clareza legal na disponibilização de documentos produzidos em repartições públicas; entre outros. Essas primeiras ocorrências são marcadas pelas disputas ideológicas da guerra fria, sendo a suposta ameaça estrangeira não oriunda das potências ocidentais - EUA, Inglaterra, Alemanha e França-, mas sim da socialista, União Soviética (URSS). Assim como parte das explicações para o golpe de 1964 está na intensa guerra ideológica entre EUA e URSS, o Brasil dentro do espectro político-militar norte-americano procura equacionar planos estratégicos nacionais que tenha como principal inimigo externo também a União Soviética e a ameaça comunista. É nesse sentido que a guerrilha do Araguaia era vista como uma ameaça de **internacionalização** comunista da região. Só com o fortalecimento de convicções ambientais mais direcionadas a práticas territoriais (demarcações de unidades de conservação e terras indígenas) que o aparato de inteligência brasileiro militar e civil se preocupou mais especificamente com ameaças do “mundo democrático liberal”. No fim das contas, todos são vistos como inimigos da nação. De maneira geral, os operadores do aparato estatal de inteligência militar e civil que tratam da defesa da soberania legitimam, narrativamente, suas convicções com um nacionalismo

maniqueísta, enxergando ameaça em quase tudo e todos, muitas vezes, um nacionalismo difícil de definir em termos práticos.

Em 22 de outubro de 1981, a primeira ocorrência é um documento produzido pela Divisão de Segurança e Informação, do Ministério da Justiça, de título "pronunciamento na Câmara dos Deputados sobre a ocupação da Amazônia por estrangeiros". O documento faz referência ao discurso em plenário do deputado federal Jerônimo Santana (PMDB/RO) que "faz denúncias da ocupação por estrangeiros de uma área da Amazônia, onde estariam sendo feitas pesquisas minerais". O documento recomenda que haja uma investigação dos fatos na medida em que considera que "a denúncia é minuciosa, com a citação de fatos e pessoas, envolvendo ainda a atuação da Política Militar local e de uma firma, do ramo de mineração e metais, sediada em Belo Horizonte (MG), da qual fariam parte norte-americanos, canadenses e brasileiros, além de uma ação possessória já em curso". O documento disponibiliza como anexo a transcrição integral do discurso. Não há uma análise detalhada das colocações, ficando mais no seu registro. Além desse, encontrei outros documentos só com registro de acontecimentos, sem análise e sem uma indicação prática para que a informação pudesse ser utilizada (anexos 24 e 25).

A segunda ocorrência é um documento confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI – Presidência da República), de 6 de novembro de 1984, com assunto "internacionalização da Amazônia – publicações" que relata o envio de fotocópia do jornal *El Universal*, da Venezuela, pelas associações comerciais do Amazonas e de Roraima. Há inúmeros documentos que fazem referência a essa publicação do *El Universal*. O jornal traz a matéria "Sectores de ultraizquierda pretendem internacionalizar a Amazônia", supostamente a informação teria sido extraída de documentos confidenciais do governo venezuelano. De acordo com a análise do SNI, a matéria "traduz, em seu conteúdo, a real intenção por parte de FORÇAS DE ESQUERDA INTERNACIONAL em desenvolver uma estratégia de OCUPAÇÃO DE POSSESSÕES Amazônicas, o que atenta também contra a soberania brasileira". A primeira constatação é que a internacionalização dentro do aparato de inteligência e de política ideológica do regime militar é concebida como um ato de grupos políticos de esquerda. A análise do SNI continua:

> O referido documento denuncia a participação de entidades ANTROPOLÓGICAS, ECOLÓGICAS e SOCIOLÓGICAS vinculadas à esquerda que tentam tornar legítima, perante o Governo Venezuelano e os outros países do TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, a idéia da criação de uma RESERVA INDÍGENA de grande parte na AMAZÔNIA, justificada pelo critério de RESTRIÇÃO DE SOBERANIA e pertinência da mesma ao PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE através de um

> Movimento Doutrinário (...). Com esta plataforma, (...) o Grupo ECOSOCIOANTROPOLÓGICO que adota esta linha ideológica, pressiona uma aceleração do Movimento Doutrinário, buscando apoio, não só do governo venezuelano, como também das entidades legais, da mobilização de pessoas de influência de outros países, de inocentes úteis pertencentes a centros acadêmicos, que possibilitem a debilitação principalmente dos países assinantes do TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA o que culminaria com a conquista de um TERRITÓRIO COMUM e LIBERADO que facilitaria as infiltrações esquerdistas planejadas sob caráter legal (sic).

Percebe-se a utilização de muitos neologismos para designar o que se entende por esquerda naquele contexto histórico-político. Temos a antropologia, a ecologia e a sociologia e suas articulações acadêmicas acusadas de articular doutrina responsável por legitimar legalmente um território autônomo na Amazônia venezuelana que agregue índios e preservação ambiental. O documento do SNI afirma que o governo venezuelano procurou identificar os impactos negativos sobre os interesses nacionais venezuelanos gerados por projetos ecológicos e pela opinião pública internacional interessada em "proteção das matas tropicais e proteção ao indígena". De acordo com a tradução do SNI, setores da ultra-esquerda estariam desenvolvendo uma estratégia encaminhada à internacionalização da Amazônia. Ainda segundo o documento do SNI, os venezuelanos acreditam que haja uma "forte pressão internacional encaminhada a obter o acesso direto aos recursos naturais não renováveis no Maciço das Guianas e na Faixa do Orenoco". Eles acreditam que essa situação se coloca porque, além da importância econômica, estratégica, de segurança e defesa, são zonas do país nas quais se observam os maiores vazios demográfico e de poder, portanto, sem exercício pleno de soberania. Eles monitoram as associações entre setores internacionais e nacionais, tendo como argumento central que políticas de criação de reservas indígenas e parques nacionais "inspiradas desde o exterior, requerem para seu êxito a colaboração de pessoas, que dentro de cada país as apóiem ativamente em seus objetivos. Nesse contexto, procuram mobilizar a opinião pública nacional e internacional com o apoio, às vezes inocente, de certos círculos acadêmicos e científicos". É nesse sentido que eles dizem querer identificar o que chamam de "distorções do problema indigenista presente em alguns projetos", afirmando que essas práticas não são casuais e sim causais na medida em que fazem parte de estratégias de projeções econômicas e de poder de países não-amazônicos. É significativo o número de referência que essa matéria de jornal teve, facilmente percebido na lista de materiais que o Arquivo Nacional disponibilizou.

O terceiro documento, de 7 de fevereiro de 1985, é produzido pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) e tem por título "Movimento indigenista de internacionalização da

Amazônia". Este documento trata do mesmo assunto do documento anteriormente mencionado, analisa a matéria do jornal venezuelano "El Universal". Contudo, é mais específico ao comentar as questões da "soberania restrita" e de "patrimônio comum da humanidade", além de descrever a repercussão na mídia brasileira. O documento procura estabelecer o argumento de que projetos de proteção de florestas tropicais e de demarcação da terra indígena Yanomami têm seus centros de deliberações em países europeus e nos EUA que concebem ideologicamente suas missões exteriores aos objetivos nacionais dos países amazônicos. Ressalta que a "Declaração de Barbados pela libertação do indígena", promovido pelo Conselho Mundial de Igrejas e o Instituto de Etnologia de Berna (Suíça) estabelece que "os indígenas da América continuam submetidos a um relação colonial de domínio (...) posição que nega a possibilidade dos indígenas se libertarem do domínio colonialista e decidirem seu próprio destino". O documento afirma que a antropologia imposta pelos centros científicos estrangeiros é uma antropologia comprometida com os ditames de práticas de "soberania restrita" e da Amazônia como "patrimônio comum da humanidade":

> "a antropologia que hoje se requer na América-Latina, não é aquela que usa os indígenas como simples objetivos de estudos, mas que os vejam como povos colonizados e se comprometem em sua luta pela libertação e ... por outra parte forneça aos povos colonizados os conhecimentos antropológicos, tanto referente a eles como à sociedade que os oprime, a fim de colaborar em sua luta pela libertação".

O documento ressalta que esta declaração foi assinada por dois representantes da antropologia venezuelana Nelly Arvelo de Jimenez (IVIC) e Esteban Emilio Mosony (Universidad Central de Venezuela – UCV), ambos ligados aos projetos de reserva da Biosfera Yanomami, apresentados pelo Instituto Venezuelano de Investigações Científicas (IVIC) e a Fundação La Salle, respectivamente. Para os analistas do CMA, os problemas observados nessa declaração são seus ataques à unidade nacional, integridade territorial, soberania do Estado sobre recursos naturais.

O quarto documento, de 10 de outubro 1985, produzido pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), tem por título "Presença de policiais dos EUA na Amazônia". O documento afirma que agentes especiais norte-americanos, oficialmente no Brasil, são cinco policiais que trabalham no *Drug Enforcement Administration* (DEA), com escritório na Embaixada dos EUA. O documento expressa preocupação com atividades não-declaradas de agentes policiais estadunidenses na Amazônia e traz em anexo o acordo de cooperação no

combate ao tráfico ilícito de drogas, celebradas entre Brasil e EUA, em 1983. Constata que há uma constante presença de policiais estadunidenses circulando em território brasileiro, em decorrência de a região estar sendo transformada em produtora de *epadu*[121] e em rota de drogas para o mercado dos Estados Unidos. O documento recomenda alguns procedimentos: confirmar a presença de policiais norte-americanos na Amazônia; em caso positivo, qual a frequência, número de policiais e aspectos legais dessas visitas; verificar desvio de objetivos de missões de policiais norte-americanos e as ameaças à soberania brasileira na região. A vinculação com a **internacionalização da Amazônia** se evidencia nesse último procedimento.

O quinto documento, de título "'Operação Yanomami' desencadeada para reprimir atuação estrangeira na Amazônia", de 20 de janeiro de 1986, produzido pelo Centro de Informação do Departamento de Política Federal, é um registro de uma operação de inteligência na terra indígena Yanomami. O documento relata a importância estratégica da região amazônica e dá a dimensão da Operação Yanomami que procura averiguar ingerências externas. Segundo o documento, devido à conjuntura adversa que o Brasil estava passando, era possívelvislumbrar um "novo ciclo de pressões sobre a região amazônica". A operação foi desencadeada pela Divisão de Política Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento de Política Federal (DPMAF/DPF) e por militares da Força Aérea Brasileira (FAB), especificamente nas Serras dos Surucucus e do Parima. A Serra dos Surucucus está localizada em Roraima, a 340 km de Boa Vista, com pista de pouso no posto indígena da FUNAI. A Serra do Parima também se localiza em Roraima e faz fronteira com a Venezuela, a 420 km de Boa Vista, permitindo pouso por helicóptero em clareiras. O documento registra coordenadas, latitudes e longitudes, para identificar locais de pouso (pistas e clareiras na mata), além de catalogar as missões e os postos indígenas da FUNAI. Também procura mapear em coordenadas as pistas de pousos, as comunidades indígenas, os garimpos e os rádios transmissores existentes em comunidades de difícil acesso. O principal ponto é identificar estrangeiros na região, fazendo levantamento de missões religiosas estrangeiras: canadenses, vinculados ao *Unevangelized Fields Mission* (Toronto, Canadá); a UFM Internacional (Pensylvania, EUA), vinculada à Missão Evangélica da Amazônia (MEVA); missões do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) vinculados a Novas Tribos (MNTB); *Mission Aviation Fellowship* (MAF) vinculada à Sociedade Asas do Socorro (SAS). O documento constatou também que há um movimento de aeronaves pousando mensalmente na

[121] Planta que também pode ser utilizada para fabricar cocaína.

região com estrangeiros, identificados localmente como americanos. Também identifica um grupo de italianos que se apresentam como agricultores, mas que segundo as ferramentas que possuem indicam que são garimpeiros. Menciona-se, igualmente, missionários de distintas denominações e nacionalidades. A Operação Yanomami retirou garimpos ilegais, apreendendo equipamentos e queimando barracos e combustíveis em áreas de garimpo. Os nomes de lideranças indígenas, missionários, servidores da FUNAI, técnicos agrícolas, garimpeiros, fazendeiros, entre outros, foram rasurados e não podem ser lidos. É nesse contexto que o documento menciona a **internacionalização da Amazônia** enquanto uma possibilidade que precisa ser monitorada na medida em que grupos estrangeiros ocupam a região e doutrinam a população local (ver anexo 21 – apenas uma parte do documento está disponível em anexo).

O sexto documento é um relatório do Gabinete do Ministro do SNI, de título "Amazônia: interesses internacionais", de 07 de janeiro de 1987, sobre o conselho de administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O documento afirma que o programa é "um instrumento de defesa da pretensa tese de 'intocabilidade da Amazônia em benefício da Humanidade". Ele ressalta "os problemas de ingerências externas na Região, em especial a problemática indigenista". Um ponto significativo do documento é expor, mesmo que não sistematicamente, a legislação que compõe o quadro institucionalizante das questões ambientais no Brasil, a saber: criação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA, em 1952); Código Florestal (Lei nº 4.771/65); Código de Caça (Lei nº 5.197/67); Código de Pesca (Decreto-Lei nº 221/67); Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/67 e Decreto-Lei 318/67); Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (Decreto-Lei nº 289/67). No plano externo, o documento aponta como eventos marcantes a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em julho de 1972. De acordo com o texto, os vinte e seis princípios da Declaração de Estocolmo não defendem a tese preservacionista de intocabilidade da natureza, mas a conservacionista de exploração racional de recursos. No ano seguinte à conferência, o governo brasileiro instituiu a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA – Decreto nº 73.030/73). O documento afirma que a política ambiental foi revigorada no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND/NR), norteando a política nacional do meio ambiente no período de 1986 a 1989. Posto isso, faz um histórico do que ele considera ingerências externas na região amazônica: criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica em 1949; "Sistemas de Grandes Lagos Sul-Americanos", ligando Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina, projetado pelo Instituto Hudson,

em 1965; solicitações de empresas nacionais, associadas a multinacionais, para exploração minerais na faixa de fronteira da Amazônia abrangendo grandes extensões de terras; pressão estrangeira à manutenção do equilíbrio ecológico da Amazônia; atuação de parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia (CEE); ações de Senadores e Deputados dos EUA junto ao Secretário do Tesouro norte-americano e ao presidente do Banco Mundial, no sentido de impedir fluxos de recursos de empréstimos para o Brasil, a fim de pressionar programas ambientais mais específicos; decisão da Associação dos Países Exportadores de Estanho de intervir politicamente sobre o Brasil, com a finalidade de evitar o aumento da produção brasileira deste mineral; "tentativas de criação de parques indígenas binacionais, realizadas por órgãos de apoio à causa indigenista, inclusive do exterior, merecendo especial destaque o que envolve os Yanomami, na fronteira Brasil/Venezuela"; "estímulo a ações estranhas à causa indígenas na região, tendo em vista a existência já identificada de reservas naturais não renováveis, em especial, nas áreas de fronteiras"; "fornecimento regular de recursos financeiros por entidades internacionais a organizações religiosas na Amazônia (...) particularmente ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI)"; "condução de estudo da química troposférica da Região Amazônica, através da realização do programa conjunto NASA-COBAE/CNPq/INPE, recentemente aprovado pelo Governo brasileiro"; "condução de estudo de radiação retroespalhada na Região, de acordo com Memorando de Entendimento entre a COBAE[122] e a Agência Espacial Européia (ESA)"; "desenvolvimento do Programa TROPENBOS pela 'National Forest Service' da Holanda, que visa frear ou paralisar o desflorestamento atual dos trópicos"; "Projeto da Floresta Tropical Omida de Maracá, que a 'Royal Geographical Society' pretende desenvolver na Ilha de Macará, com a colaboração do INPA (...)"; "levantamento de dados da Região, por diversas expedições científicas estrangeiras com objetivos e atuação duvidosas"; "pressões junto a agências de financiamento, em moeda estrangeira, para vincular a liberação desses incentivos, ou do fornecimento de maquinário e implementos, em troca de medidas do Governo brasileiro relativas à demarcação de Áreas Indígenas, com paralisação ou cessação de trabalhos de prospecção geofísica e geoquímica, impondo, ainda, a revisão de áreas de alagamento de barragens"; "asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho – Rio Branco, a ser financiada pelo BID, que impôs inúmeras exigências para a liberação dos recursos, condicionando, inclusive, essa liberação ao cumprimento do Plano denominado PMACI, que define a regularização fundiária de inúmeras Áreas Indígenas". As correlações entre esses eventos

[122] A Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) e a Administração Nacional para Espaço e Aeronáutica (NASA).

estão presentes na construção de argumentos, não só nesse documento específico, mas em quase todos do aparato militar e de inteligência estatal, como indicativos de quebras da integridade territorial nacional, flexibilizações da soberania e de ameaças aos interesses nacionais, ou seja, são formas em que a **internacionalização da Amazônia** se apresenta. O documento afirma literalmente que

> (...) os fatos expostos levam a crer num possível recrudescimento de interesses externos na pretensa tese de internacionalização da Amazônia, principalmente em função da existência de grandes vazios políticos e socioeconômicos, proporcionando facilidades à influência alienígena de toda sorte.

O documento atribui ao atual recrudescimento da pressão externa ao momento de crise financeira que o Brasil enfrentava na década de 1980, tolhendo a autonomia nacional frente a organismos econômicos internacionais e a governos estrangeiros. Segundo o texto, a forma mais intensa de pressão é a questão indígena, identificando as missões religiosas com projetos de desnacionalização do território amazônico. Em sua conclusão, afirma que:

> O interesse estrangeiro na Região Amazônica manifesta-se, há várias décadas, por um copioso elenco de ocorrências, orientado segundo dois enfoques distintos. Um, de cunho eminentemente econômico que, segundo levantamentos, não revela presença externa inquietadora, no conjunto de empreendimentos da Região. Outro, de origem imprecisa, rotulado como de natureza filantrópica e, às vezes, científica, que causa apreensão pela atuação duvidosa dos agentes envolvidos (...) Finalmente, cabe enfatizar que, em qualquer foro de debate sobre a Amazônia, o Brasil deverá sempre adotar posições cautelosas quanto às ajudas oferecidas. Somente após uma avaliação segura, num contexto maior em que se considerem os reais interesses nacionais, é que o Brasil deverá assumir compromissos internacionais (ver anexo 22).

O sétimo documento "Debate sobre a internacionalização da Amazônia" é o relato de conferência na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 21 de março de 1989, promovida pela Associação dos Docentes da UFPA, Centrais Elétricas do Maranhão (CEMA), Eletronorte, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN). O documento declara que "o objetivo principal do encontro foi tentar esclarecer aos presentes que a internacionalização da Amazônia não é o objetivo dos ecologistas, como o Governo vem divulgando". Citando a fala de um palestrante, "os ecologistas do mundo inteiro têm se mostrado preocupados com a devastação indiscriminada que vem ocorrendo na Amazônia, enquanto que o próprio governo federal é que já internacionalizou a Amazônia, vendendo seu solo ao capital estrangeiro". O

documento continua dizendo que os palestrantes argumentaram que o Governo Federal procura impedir que os ecologistas se manifestem com relação à Amazônia, alegando questões de soberania nacional, mas de fato por conveniência política ou financeira o governo "já vem praticando, desde os governos militares, a internacionalização da Amazônia". Mais especificamente, relata que:

> Falando da internacionalização da Amazônia, [nome do palestrante rasurado] comentou que nos Governos Militares era usada como bandeira a frase 'integrar a Amazônia para não entregar', no entanto, 'o solo Amazônico está internacionalizado, pois, mesmo com a vinda da Nova República, foram mantidos todos os contratos de exploração mineral na Amazônia', concluiu. (Ver anexo 23).

Com base nos debates de encerramento, em especial na intervenção do debatedor professor do Centro de Geociências da UFPA, o documento elenca as cinco teses para serem elaboradas pelos que lutam para manter a Amazônia:

> (1) A internacionalização da Amazônia já se deu, à medida que grandes projetos de interesse do capital internacional se desenvolvem na região e não servem os interesses da mesma. Eles foram e são implantados sem a participação dos Amazônidas; (2) É uma falácia induzir a população brasileira que há um complô ou um projeto internacional de ocupação física da Amazônia. Uma ação como essa não interessa, fundamentalmente, a nenhuma estratégia geopolítica militar ou de outra natureza. Esse argumento só serve a um governo desprestigiado que procura algum ponto para se promover, enquanto aos militares uma aparente ameaça externa é um excelente agente aglutinador da tropa e fonte de prestígio e legitimação perante a sociedade; (3) O Governo brasileiro não tem uma política de desenvolvimento da Amazônia e conservação. Em decorrência disso o dinheiro público, através de incentivos fiscais e financiamentos a juros baixos, tem fomentado a devastação da região. (4) Um programa de fomento a estudos e pesquisas sobre o meio ambiente da Amazônia, de 4 a 6 bilhões de dólares, por exemplo, como foi proposto por ecologistas internacionais, pode trazer grandes benefícios à região, aos grupos de pesquisas da Amazônia e não necessita, obrigatoriamente, ser um elemento da perda da soberania nacional sobre a região. Um programa como esse, pode, no máximo, ameaçar o capital internacional, que prefere ter maior liberdade e ação na Amazônia. Também desagrada os países do primeiro mundo devido ao potencial de aparecimento de conhecimento novos que podem se transformar em produtos, próprios então do nosso país, e que podem fazer sombra e concorrência ao capitalismo central, ao menos em algumas áreas; (5) O governo inventou a venda de títulos da dívida pública. Isso sim é internacionalização. Como esse governo mostra agora essa fobia perante a internacionalização fantasma da Amazônia? Não há um projeto de troca da Amazônia pela dívida externa. Essa idéia é por si simplista (...) Essa é realmente uma conversa para enganar o povo brasileiro. (Ver anexo 22).

O mesmo conjunto de documentos ainda traz a repercussão da conferência na mídia local. A conferência de fim da década de 1989, retratada no documento, fortalece o pensamento

crítico às ações estatais arbitrárias que tentam encontrar abrigo legítimo na narrativa da internacionalização.

O oitavo documento é uma carta entregue ao Serviço Nacional de Informação, Agência Curitiba, endereçada à Casa Militar (Presidência da República). O documento é catalogado como "Carta – Declarações sobre possível ocupação da Amazônia", de 3 de março de 1989. Na carta, uma jornalista [nome rasurado] expõe sua experiência em círculos intelectuais e políticos de Nova Iorque. Diz que por intermédio de Allard Lowestein, secretário político de Robert Kennedy, teve acesso a um suposto "Plano de Estudos para a Ocupação da Amazônia Brasileira", supostamente de autoria do governo Nixon. A jornalista diz que não lhe foi permitida uma cópia, mas ela leu o documento. De acordo com ela, a CIA e o Pentágono planejavam a ocupação em três partes a serem executadas em 50 anos: Invasão Cultural; Invasão Econômica; Invasão Armada. Não há um detalhamento dessas fases. A carta relata encontros com um grupo político progressista de Nova Iorque, adidos militares brasileiros, embaixador brasileiro, relatando tudo num ar de espionagem e segredo. Ao fim da carta, a jornalista coloca à disposição a sua editora e jornal "Marcha: Imprensa Livre" para uma campanha publicitária de mobilização nacional contra os supostos planos. O SNI não faz uma análise detalhada do documento, apenas coloca em anexo uma folha timbrada do SNI com o título Esclarecimentos Complementares. Nessa folha, o SNI faz três constatações: (1) que o documento foi entregue à Agência Regional pela jornalista [nome rasurado] que declarou na ocasião que fazia a entrega por orientação do Major da Aeronáutica [nome rasurado], ex-servidor da Agência; (2) consultaram o Major que negou enfaticamente a afirmação da jornalista, declarando que o último contato com ela teria sido há 10 anos; (3) a jornalista teria um extenso prontuário na Agência Regional do SNI.

Obtive outros documentos do Arquivo Nacional, mas não vale a pena descrevê-los. De fato, selecionei os oito mais significativos. Desse modo, podemos inferir alguns enunciados que trabalham com a expressão **internacionalização da Amazônia**. Primeiro, há uma preocupação do aparato de inteligência estatal em monitorar a questão da **internacionalização da Amazônia** que em si suscita questões de segurança nacional e defesa. Segundo, o termo é naturalizado. É utilizado sem maiores questionamentos analíticos, salvo no relato sobre a conferência da UFPA. Terceiro, a expressão se mostra operacional na fundamentação de práticas governamentais para o território amazônico na medida em que legitima a mobilização de recursos, tropas, averiguações e imaginário político para atuação na região. Quarto, há um tratamento burocrático-administrativo sobre a **internacionalização** que se concretiza em práticas governamentais. Quinto, durante a guerra fria, a preocupação com a

internacionalização tinha seu foco no mundo comunista e nos grupos de esquerda que atuavam em território brasileiro, mas com a desarticulação ideológica da guerra e o fim do bloco socialista, o foco virou para as questões ambientais. Sexto, faltam propostas alternativas de política regional de desenvolvimento e de política ambiental que contemplem as necessidades da soberania e da defesa nacional que as instituições de defesa e inteligência tanto insistem. Elas ficam presas a um nacionalismo maniqueísta etnocêntrico. Sétimo, os EUA são uma referência recorrente como potenciais agentes da quebra de soberania brasileira na região. Oitavo, existe uma desconfiança generalizada das cooperações entre instituições estrangeiras e brasileiras que atuam na Amazônia; sem muita qualificação das acusações, falta um conhecimento detalhado das cooperações em termos de ações efetivas nas comunidades beneficiadas por tais ações.

6.2.2. “SOBERANIA NÃO SE NEGOCIA”: OS GUARDIÕES DO TERRITÓRIO.

Procurei em 2009 e 2010 encontrar definições no Alto-Comando do Exército brasileiro para as questões que permeiam as temáticas da **Amazônia** e de sua **internacionalização**. Conforme detalhado na introdução, esta seção é elaborada com base em entrevistas com generais de quatro estrelas do Auto-Comando do Exército brasileiro da reserva e da ativa, assim como com coronéis que ocupam cargos no Ministério da Defesa (MD) e no Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A primeira convicção que um dos generais expressou é que “**soberania** não se negocia” e que “flexibilizar **soberania** é sua inexistência”. O primeiro ponto que fica claro é que as convicções militares se fundamentam em construções teóricas e na defesa incondicional das bases que fundaram os Estados nacionais modernos. Precisamos salientar alguns dos conceitos basilares das convicções e argumentos político-militares que o oficialato defende. As entrevistas possibilitaram um significativo enquadramento da perspectiva militar na delimitação da temática da **internacionalização** e de como ela é apropriada em práticas político-militares. Na verdade, a narrativa político-militar acerca da **internacionalização da Amazônia** institui outro termo: **contra-internacionalização**. Eles preferem falar de contra-internacionalização para marcar posição de combate prático-narrativo de ideias como a da **governança global**, **flexibilização de soberania**, **soberania parcial**, **gestão compartilhada** ou qualquer outro termo que signifique abrir mão, na perspectiva deles, dos “destinos do país”. Fundamentam seus argumentos em narrativas histórico-institucionais que se relacionam à prática de um aparato estatal de inteligência. Mesmo que eu não tenha trabalhado com dados sensíveis (classificados), só quando estavam

disponíveis na Internet ou no Arquivo Nacional, esclareço para evitar mal-entendidos que as articulações e eventuais imprecisões descritas aqui são de minha inteira responsabilidade.

6.2.3. SOBERANIA E TERRITÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DE UMA COSMOGRAFIA POLÍTICO-MILITAR.

Se nos perguntarmos qual é a *cosmografia* que orienta as ações do Exército brasileiro, uma possível resposta direta deveria certamente versar sobre a concepção de **soberania** e sua articulação com o conceito de **território**[123]. Grosso modo, para os militares brasileiros, **soberania** é a manutenção da integridade física do território nacional que se articula operacionalmente com os **Objetivos Nacionais Permanentes**, os quais, na perspectiva deles, são a síntese das aspirações e interesses de toda coletividade nacional (como discutimos no capítulo 2). Trata-se de ter recursos, capacidade material, logística e legitimidade política para executar os **interesses nacionais**. Geralmente, esses interesses nacionais são onde encontramos concepções de **progresso** e **desenvolvimento** que proporcionariam segurança, possibilidade de reprodução (sobrevivência) de nossos valores sociais, bem-estar para a população brasileira, i.e., uma vida de conforto material, sem ameaças externas, com disponibilidade de consumo de serviços e bens manufaturados.

Depois de exercer papel protagonista no regime político de 1964 a 1985, a volta do poder político para as mãos dos civis restaurou um imperativo democrático para as práticas legítimas das Forças Armadas. Atualmente, os generais e coronéis procuram enquadrar suas narrativas no ditame institucional e na defesa da legalidade. Mesmo que ainda possam ser ouvidos ecos de um saudosismo do regime de 1964 que procura justificar e até mesmo promover ações militarizantes da política nacional, formalmente o oficialato procura fundamentar o papel das Forças Armadas com base na Constituição Federal de 1988 que estabelece no artigo 142:

> As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Em última instância, as Forças Armadas estariam a serviço de uma constituição democrática, assim, o único caminho a ser trilhado é o da legalidade, abandonando as rupturas

[123] Raquel Kritsch (2002) faz uma digressão histórica na elaboração do conceito de **soberania** desde os clássicos gregos até os contratualistas e iluministas dos séculos XVI, XVII e XVIII. De modo menos histórico e mais reflexivo, Agamben ([1995] 2007) analisa a violência política da soberania e de sua constituição jurídica em termos da vida natural não política.

institucionais de vínculos políticos. Na nova ordem política, caberia agora promover um progresso com estabilidade política e confiança institucional (ecos do positivismo republicano tão presente no exército brasileiro desde a proclamação da República). Apesar desses pontos homogeneizantes de uma prática institucional, é fato que há bastante heterogeneidade nas Forças Armadas. A convicção democrática tampouco é unânime. Não há convicções homogêneas, contudo, pontos de confluência e consenso são muito fortes. Principalmente, o da **soberania**. É com base em expressões geopolíticas e de constituição do Estado moderno que as Forças Armadas fundamentam suas convicções e práticas na defesa dos três elementos do Estado nacional: Nação, Território e Instituições Políticas. Dentro da discussão de uma *cosmografia militar* (também apresentada na introdução e no capítulo 2), as Forças Armadas Brasileiras em geral, e o Exército em particular, percebem que o Estado-nação tem o dever de exercer seu papel de titular da **soberania** nacional em todos os níveis e assuntos. De acordo com o Manual da Escola Superior de Guerra (2008), a **soberania** é exercida quando o Estado promove a coerção social que é operacionalizada mediante três funções básicas: normativa, administrativa e jurisdicional (MANUAL DA ESG 2008). Precisamos desmembrar esses três níveis em termos operacionais.

É nesse arranjo político-institucional que o território é pensado como um espaço político e jurídico, sendo uma expressão substantiva do **Poder Nacional**. Na definição do Manual da ESG (2008), "a territorialidade alicerça não só o conceito de Nação, porque reforça o conceito de identidade nacional, mas a *fortiori* o de Estado-nação, de que é elemento estrutural, essencial à existência do próprio atributo estatal da **Soberania**" (ESG 2008, Vol.II, p.14). Em última instância o território seria uma expressão concreta do que eles denominam de **Poder Nacional**. O que seria esse **poder nacional**? De modo simplificado, seria a capacidade político-institucional e técnico-científica do Estado-nação para alcançar os **Objetivos Nacionais**. Este último seria produto de uma média dos **interesses da nação**. Há todo um emaranhado de conceitos, definições e doutrinas que orientam as convicções militares. Grosso modo, o território é visto como produto da expressão do **Poder Nacional**. O território é atributo essencial do Estado que sobre o território exerce sua **soberania**, sendo esta pensada em termos territoriais antes de tudo, mas ela também consiste na independência de uma ordem jurídica territorializada: "no conceito de que internacionalmente se reconhece àquela ordem jurídica estatal, vale dizer aquele Estado-Nação o direito à autodeterminação naquele espaço territorial". Aqui vemos um dos problemas da perspectiva militar acerca da expressão autodeterminação quando aplicada em políticas indigenistas, já que para os militares os índios constituem uma nação, um território e podem almejar uma

autodeterminação política. Para os militares, a junção desses três elementos poderia levar à constituição de uma ordem jurídica própria dos territórios indígenas, ou seja, de um Estado nacional, faltando apenas a legitimação internacional para sua fundação. Também as políticas ambientais esbarram nessas concepções. Os militares apresentam bastante resistência aos conceitos ambientalistas na medida em que esses propõem modos específicos de lidar com o território que, segundo algumas correntes militares, representam a projeção de **Poder Nacional** de outro Estado nacional, alienígena aos **Objetivos Nacionais brasileiros**. Eles defendem uma **racionalização** no uso da capacidade ambiental do país. Não são contra a conservação, mas subordinam essa ao progresso nacional. Na colocação de um dos generais:

> Há um genuíno interesse mundial quanto à preservação do propalado patrimônio universal da Amazônia, sob uma perspectiva pós-moderna de desconstrução do Estado, com base em relações solidárias e de cooperação internacional, no qual o meio ambiente representaria a transversalidade do sistema internacional. Ocorre que em paralelo a essa perspectiva, campeia uma ação incessante que desconsidera a centralidade do Homem e o seu desenvolvimento socioeconômico no debate preservação *versus* desenvolvimento. Não obstante, reconhecemos os sucessos de preservação alcançados. Contudo, não importa se um ribeirinho – que vive há décadas em determinada área – ficará privado de seus sustentos econômico em decorrência da proibição da pesca ou da coleta de castanha. O que importa nessa visão é que o meio ambiente esteja intocado, quando muito pesquisado por seleto grupo de cientistas. Assim, o papel das idéias ambientalistas – que deveria se limitar a alertar e atuar junto aos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento sustentável do homem – muitas vezes impedem o Homem de alcançar o tão desejado bem-estar social em países em desenvolvimento, como o Brasil. A retórica não se aplica aos países desenvolvidos por uma razão muito simples: não há *ribeirinhos* nesses países. Assim, há de considerar a questão com equilíbrio a fim de não negar aos menos favorecidos o direito a um mundo que apresente melhores condições de bem-estar (General do Alto-Comando do Exército, 2010).

Os generais que foram comandantes do Comando da Amazônia procuram apresentar uma sensibilidade social voltada para a condição socioeconômica dos ribeirinhos e das comunidades locais. Na perspectiva dos generais, os ribeirinhos são os mais interessados em um **progresso racional** que leve a um desenvolvimento da condição de vida deles, melhorando o acesso a serviços básicos.

Se, no plano interno, a **soberania** consiste na supremacia da ordem jurídica estatal sobre um dado território, no plano internacional, consiste na legitimação perante outras forças soberanas e a uma ordem geopolítica dependente da capacidade militar e econômica de persuadir potenciais interferências estrangeiras. Portanto, o território é pensado

> como base não só do Poder do Estado, mas, em sentido mais amplo e remoto, do Poder da Nação-Estado. Consiste na base geográfica, física, incluída nela a plataforma continental, o mar adjacente e o espaço aéreo sobrejacente, que oferece ao fundamento humano da Nação as condições de desenvolver sua cultura - e suas instituições - em condições de **segurança** (ESG 2008, p. 16).

Isto significa que o território consiste na própria existência do Estado-nação. Na perspectiva político-militar, o território é a base material onde se funda a institucionalização humana cuja construção é nacional (da nação). Essa institucionalização se funda no **Poder Nacional** à medida que o poder é juridicamente organizado no Estado, dentro de um Território. Nesse sentido, a **soberania** é a síntese conceitual que operacionaliza essa existência territorial e do **Poder Nacional**, se constituindo prática necessariamente territorial.

Se no plano interno, a s**oberania** consiste na supremacia da ordem jurídica estatal sobre um dado território, no plano externo, a **soberania** consiste na independência dessa ordem jurídica *territorializada*. Isto é, também há um processo de legitimação internacional em que a ordem jurídica fundadora do Estado-nação é reconhecida em termos de autodeterminação naquele espaço territorial. São essas concepções bem-delimitadas que esbarram em disputas com os movimentos ambientalistas e os movimentos indígenas que procuram demarcar dentro de uma legalidade constitucional brasileira unidades de conservação (UC) e terras indígenas (TI). Entre os oficiais, há uma constante preocupação com as doutrinas ambientalistas que procuram relacionar direitos ambientais a direitos humanos, o que, na leitura deles, poderia abrir precedentes para intervenções estrangeira em territórios de Estados nacionais que não cumprissem exigências determinadas por países centrais. Na leitura dos oficiais, o Brasil pode ser alvo de intervenções da ONU ou de uma potência militar e econômica que julgar que a não observância de determinadas práticas ambientais em território amazônico significa que a humanidade esteja correndo risco de morte. Ou seja, em defesa de pessoas seria necessária uma **intervenção ambiental**. De fato há uma desconfiança na medida em que se identificam as principais pressões ambientais como originárias de países centrais que propagam suas políticas de defesa e de projeção geopolítica no mundo em ações civis, fazendo uso das vantagens tecnológicas que possuem.

Assim, para os militares, o território constitui "arena sobre a qual se processam as relações políticas internas e o referencial imprescindível das relações internacionais, quer interestatais ou intergovernamentais, quer se trate de interações envolvendo órgãos e organizações pertencentes às sociedades civis de diferentes Nações-Estado, isto é, relações socioeconômico-culturais de que se possam extrair conotações ou efeitos políticos" (ESG 2008). As concepções articulam povo, território e instituição política como constituintes da

soberania. Sendo que: povo é “a parcela da população que possui, em decorrência de vínculo direto com o Estado, condição básica para o exercício da cidadania”; instituições políticas são “o produto de um mínimo consensual nas sociedades, por mais divididas que pareçam (...). As instituições políticas, possibilitadas pela cultura do Povo, consideradas como complexos normativos criados intencionalmente para responder a necessidades e peculiaridades políticas de uma dada sociedade nacional, representam, consolidadas pelo tempo, aspectos fundamentais da própria identidade nacional” (ESG 2008, p. 14-20). Em termos formais, podemos dizer que o oficialato do exército defende a soberania como um princípio de não-intervenção e de igualdade formal dos Estados e que as regras internacionais não exercem papel imperativo na denominada soberania interna dos Estados. Em termos de conteúdo, eles procuram qualificar a soberania em sentido de proteção de um projeto nacional, ampliando seu sentido em diferentes áreas. É dessa forma que a soberania se traduz em variados temas como **internacionalização da Amazônia**, política ambiental, política indígena, geopolítica regional, defesa do território, fronteira, desenvolvimento.

6.2.4. A NARRATIVA DA CONTRA-INTERNACIONALIZAÇÃO PELO OFICIALATO DO EXÉRCITO.

Nas conversas com os oficiais do Exército Brasileiro, a **internacionalização** quase sempre é pensada como situação a ser diagnosticada. Isto é, na medida em que se reconhecem práticas que põem em risco a **soberania** nacional. Eles elaboram argumentos sobre a necessidade de ações de **contra-internacionalização**. A **internacionalização** precisa ser reconhecida como tal e evitada a qualquer custo. Nessa procura por diagnosticar situações, políticas ambientais, demarcações de terras indígenas, ações de missionários e de ONGs que se demonstrem mais radicais facilmente recebem o rótulo de “incentivadores da **internacionalização da Amazônia**”. A **contra-internacionalização** tem o significado de práticas que devem ser implementadas para se evitar a indesejada **internacionalização**.

São recorrentes entre o oficialato alegações de que: “é preciso cuidar da Amazônia”; “como cuidar do que não conhecemos?”; “O mundo quer a Amazônia brasileira porque eles sabem do potencial”; “precisamos dinamizar a região”; “precisamos desenvolver a Amazônia caso contrário outros farão”; “desenvolvimento da Amazônia não é o mesmo que o de São Paulo. Na Amazônia precisamos pensar como o caboclo que extrai sua subsistência da mata, imagine a riqueza que há lá e que não aproveitamos para o PIB”; “não é o tipo de Amazônia que o mundo precisa que devemos fazer, é o tipo de Amazônia que o Brasil necessita que precisamos fazer”. Todas essas alegações levam a uma argumentação de **desenvolvimento**

para a **segurança nacional** e o **progresso** da região. Nesse sentido, o **cuidar** é sinônimo de "governar". Eles estão preocupados com o governo do território, ou seja, de que modo definir os destinos da região dentro dos **interesses nacionais**. O Exército, em particular, cultiva um sentimento republicano de igualdade formal entre os cidadãos. Os oficiais do exército enquanto intelectuais da máquina militar concebem o cidadão como potenciais soldados que defenderão o território em caso de guerra. Esse sentimento nacionalista de **cuidar do território** se estende também ao **cuidar** do **homem amazônico**. É recorrente a referência de que os batalhões de infantaria de selva, às vezes, são as únicas instituições estatais brasileiras que algumas comunidades amazônicas têm contato, servindo de hospital (assistência médica), justiça (resolução de conflitos), instrução (difusão de informações), etc. Narrativamente oficiais do exército utilizam essa realidade para propor planos de defesa que seguem uma lógica de integração de serviços estatais e de desenvolvimento dentro de propósitos de **segurança territorial**.

Também é comum a associação entre **internacionalização da Amazônia** e discussões em torno de uma **soberania relativa**. Primeiro, a soberania moderna historicamente instituída no processo de constituição do Estado absolutista europeu (Agambem, 2002), amplamente difundida na Teoria do Estado, podendo ser sintetizada na máxima de Jean-Jacques Rousseau: "um poder uno, inalienável e indivisível" (Rousseau, [1762]1989, p. 33), é a que o oficialato do exército procura defender quando se engaja em *guerras narrativas*. Portanto, identificar mudanças no conteúdo da soberania é tarefa constante. Isso não significa que o oficialato não reconheça a legitimidade do *Direito Internacional Público* (Rezek, 2000) na medida em que os Estados nacionais se obriguem a compromissos internacionais[124]. Os oficiais se mostram confortáveis com o aparato institucional instituído pós-1945 (Tratado de Breton Woods; FMI; ONU e suas agências; Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; padrão dólar nas trocas comerciais depois da crise do petróleo da década de 1970) que propala a existência de uma **comunidade internacional** com regras negociadas em tratados, convenções, costumes e entendimentos, sendo em tese compromissos supranacionais que o Estado nacional se impôs soberanamente. Mesmo que alguns desconfiem dessa ordem mundial, querendo uma maior autonomia em termos de defesa para o Brasil, em geral, os oficiais reconhecem a importância das instâncias internacionais na manutenção de uma paz internacional. Entretanto, eles começam a desconfiar da direção

[124] Há uma ampla discussão em torno da primazia do Estado nas relações internacionais, polarizada pelos dualistas e monistas (Rezek, 2000). Desde as obras de Hans Kelsen (1881-1973) que se fala em soberania relativa na medida em que se procura resignificar a noção moderna de soberania dentro de um novo contexto de direito internacional e que se procura a operacionalidade de uma nova ordem jurídica de políticas mundiais.

dessa ordem quando se inicia, segundo eles, um movimento ambientalista que procura desfazer os limites da soberania nacional com o argumento de que não há fronteira para a preservação ambiental. Eles desconfiam das intenções dos que pregam uma soberania relativa na gestão de recursos ambientais. É nesse sentido que às vezes os movimentos ambientalistas internacionais e nacionais são classificados como ameaçadores de um projeto de país **desenvolvido** e **forte**. Não é que haja uma total rejeição às ideias de conservação ambiental. Na verdade, eles reconhecem a necessidade de se manter cautela no assunto e que é necessário desenvolver tecnologia limpa, não poluir rios, reciclar, mudar o regime industrial de obsolescência programada, entre outras medidas. O problema começa quando essas práticas procuram barrar um **desenvolvimento** que eles consideram essencial para a **segurança nacional**. Na concepção deles, as tentativas de retardar o progresso brasileiro são artimanhas de países desenvolvidos que procuram inibir o potencial econômico-militar do Brasil para evitar concorrência.

Grosso modo, eles dizem que a resposta a potenciais crises ambientais deveria ser mais pesquisa científica. Nesses termos, há um pensamento positivista de crença na ciência para solucionar os dilemas ambientais. O progresso científico é apontado como solução para qualquer eventual desafio ambiental. Não são raras as citações da obra do estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg (Cool It: O Guia do Ambientalista Cético para o Aquecimento Global) na contestação de premissas da **mudança climática** que procuram orientar práticas ambientais para a Amazônia brasileira. Do mesmo modo, não são raras as citações da obra Máfia Verde (coordenação editorial Lorenzo Carrasco, 2005) na vinculação do **movimento ambientalista internacional** às propostas de um **governo mundial** pautado pelos interesses dos Estados-nação desenvolvidos. São justamente esses pontos que o oficialato procura contestar acerca de pretensas flexibilizações da soberania brasileira na Amazônia. Há consenso em considerar que mecanismos técnicos de **gestão ambiental** que operam entidades multilaterais e ONGs internacionais e ONGs nacionais, recebedoras de doações internacionais, são partes de um conjunto de ações coordenadas para minar o progresso brasileiro, tanto em termos de produção mineral e agropastoril quanto em termos de desenvolvimento técnico para prospecção biológica. O recadastramento de ONGs que atuam na Amazônia regulamentada na Portaria n° 1.272 (3/07/2008), do Ministério da Justiça, motivado por pareceres das Forças Armadas e por relatórios de inteligência da ABIN, é comemorado e apontado como iniciativa correta de inibição da **internacionalização da Amazônia**. Um desses pareceres, mais recente, vazou para a imprensa. Trata-se do documento produzido pela Agência Brasileira de Inteligência, Relatório de Inteligência N.º

021/82260/ABIN/GSIPR/9 MAIO 2011, acerca das “organizações não governamentais estrangeiras atuantes na campanha contra a UHE de Belo Monte”. O relatório possui três páginas e é um breve relato de vínculos entre ONGs estrangeiras e nacionais e suas fontes de financiamento. No resumo, lê-se que

> o projeto de construção da UHE de Belo Monte, em Altamira/PA, tem enfrentado oposição de diversos segmentos da sociedade civil internacional de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente. Algumas das ONGs atuantes no Estado recebem doações de organismos internacionais e governos estrangeiros, que contribuem significativamente para a realização das atividades das organizações no País.

O documento se pretende neutro ao relatar o que seu autor considera ser o fato em destaque. Enumera ONGs estrangeiras que atuam em campanhas contra a construção da UHE, a saber: Amazon Watch; International Rivers; Avaaz Foundation; Greenpeace; World Wide Fund for Nature (WWF); Rainforest Foundation US; Interamerican Association for Environmental Defense (Ainda); The Nature Conservancy (TNC); Friends of the Earth; Conservation International (CI); e Clinton Global Initiative (CGI). Em seguida, o documento sugere que haja mais rigor no controle da livre ação dessas ONGs, especialmente na Amazônia.

Por trás de ONGs e suas missões, os militares apontam um **neocolonialismo**. Eles são imbuídos das concepções estratégicas do General Mattos (1980) que analisa a evolução dos processos estratégicos de dominação. Ele diz que antes se almejava a dominação física, ostensiva, “com a bandeira do invasor tremulando nos mastros dos edifícios públicos”, hoje se evitam exterioridades, a dominação econômico-ideológica é percebida como o novo jogo de poder internacional, sendo nesse sentido que eles lêem os movimentos ambientais. Mattos afirma que:

> Escrevem-se tratados sobre como dominar um país e conclui-se que a ocupação econômica demonstra ser muito mais rendosa do que a anexação física e territorial. Na ocupação econômica, a nação imperial não necessita assumir o ônus da prestação dos serviços públicos essenciais, como instrução, serviços sanitários, defesa militar e outros encargos inerentes à administração do país submetido. Seu domínio político é invisível ao cidadão comum e ingênuo, não obstante ser real e eficaz (Mattos, 1980, p. 8).

A maioria dos generais do Alto Comando que entrevistei já tinha sido comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA). Mesmo com a convicção de que a guerra atualmente é a da dominação ideológica e econômica, não se furtam ao exercício de guerra. Existe intrinsecamente uma ideia de **guerra permanente**, ou seja, é necessário estar preparado sempre. Esse fato instiga a hipótese de que se deflagrada de fato uma guerra convencional

(não-nuclear), para ocupar a Amazônia brasileira, as Forças Armadas brasileiras estariam preparadas para reagir com guerra de guerrilha. Grosso modo, eles concordam que operacionalmente o Brasil suportaria poucos dias de guerra convencional, sem ajuda externa, com qualquer uma das potencias militares contemporâneas ou mesmo contra uma potência militar média. Com relação à guerra aérea, que contemporaneamente é quem decide um conflito armado, os EUA teriam a hegemonia aérea em pouco prazo. A denominada 4ª Frota vinculada ao Comando Estratégico para a América do Sul (*USSOUTHCOM*) não teria dificuldade em debelar qualquer resistência aérea ou naval que o Brasil viesse a oferecer. Para as Forças Armadas Brasileiras, só restariam a guerra de guerrilha: tanto rural quanto urbana. Assim, na hipótese de guerra para proteger a Amazônia brasileira, um dos principais instrumental à mão da defesa nacional é a guerrilha militar ou resistência depois da ocupação. É nesse sentido que o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em operação desde 1966, é considerado trunfo do Exército brasileiro para o combate na selva. A ironia é que o curso de treinamento na selva teve origem nos cursos de *Jungle Expert*, instruções de anti-guerrilha que os norte-americanos ofereciam aos exércitos latino-americanos no Panamá e que o Exército brasileiro utilizou para combater a guerrilha do Araguaia na década de 1970.

Não são raras as referências ao discurso do ex-premier francês Mitterrand que articulava ideias de “soberania compartilhada” para a Amazônia e ao ex-vice-presidente estadunidense Al Gore. Só que qualificam os termos das ameaças dizendo que o problema não está efetivamente numa ocupação militar, mas na administração dos recursos e isso as ONGs já estão em franco processo de operacionalização:

> às vezes, a retórica pode transformar-se em realidade. Esse é o cuidado que devemos ter (...) a dominação da Amazônia se faz pela administração de seus recursos, as ONGs já estão fazendo. A internacionalização é uma realidade. Ou seja, tiram o que tem de valor na Amazônia. Falta uma conscientização do brasileiro a cerca da Amazônia e do valor da Amazônia.

Mesmo que as narrativas político-militares dos oficiais não sejam homogêneas, mesmo que nem todos acreditem em uma ação militar concreta contra o território brasileiro, há consenso em reconhecer que a maior “ameaça à Amazônia brasileira é a nossa incapacidade de ocupá-la e desenvolvê-la racionalmente, o que a transforma em um vazio vulnerável à cobiça alienígena”. Eles reconhecem que “é normal que os países ricos tenham interesses na Amazônia. Contudo, eles só irão conseguir alguma coisa se nós brasileiros não cuidarmos do que é nosso”. Eles apontam a atuação das ONGs como ponto crítico por haver uma regulamentação governamental muito frouxa para ONGs internacionais que atuam em

território amazônico. Alegam que mesmo com o recadastramento é grande o número de ONGs existentes em território brasileiro que têm o foco na Amazônia. Para eles, é necessário moralizar a atuação das ONGs na Amazônia: “elas se aproveitam da situação do índio, de completo abandono, para manipular a situação aos seus interesses e missões”.

O exército se coloca em posição privilegiada para projetar o futuro da região na medida em que conhece a região e tem maior capilaridade entre as instituições estatais:

> em áreas mais remotas, o exército é a única presença do Estado e fazemos tudo. Temos oficiais médicos, enfermeiros e dentistas que gastam apenas menos de 10% de seu tempo com tratamento da unidade, o resto do tempo é para servir a comunidade que faz fila na frente dos batalhões (...). O estado de abandono dos índios é tamanho que eles só contam com o exército para atendimento médico. As ONGs se valem desse abandono. A FUNASA não dá conta da dimensão do território nacional. A FUNAI é sucateada, não cobre a extensão do território.

É se apropriando da narrativa dessa capilaridade e da integração com a população local que os oficiais do exército projetam um planejamento estratégico em que “as forças armadas brasileiras têm alguma capacidade de operação na Amazônia e poder de dissuasão”. Eles consideram que a única instituição nacional capaz de gerenciamento da Amazônia, em termos logísticos, são as Forças Armadas.

Além das argumentações apresentadas acima, também são recorrentes temáticas como: sobreposição de unidades de conservações e terras indígenas com reservas minerais (principalmente de minerais estratégicos); Clube Bilderberg e Clube de Roma (identificados como iniciativas para barrar o progresso de **países em desenvolvimento**); formação do território brasileiro (principalmente a formação dos territórios de Roraima, Amapá e Acre que possuem dinâmicas específicas); cabanagem (dinâmicas locais que podem se repetir e criar uma cisão política entre norte e sul do país); Amazônia como fronteira do mundo (“temos três fronteiras para exploração no mundo: o fundo do mar, a Antártida e a Amazônia. Com o nível de tecnologia disponível hoje, a Amazônia é a única fronteira economicamente viável”); movimentos ecológicos orientados para o mercado de commodities (reduzir oferta no mercado mundial); guerra de opinião (manter a **opinião pública** informada e mobilizada contra as ameaças estrangeiras); Manaus é sustentada por bilhões de reais em subsídios do governo federal e não se integra economicamente com a floresta que a cerca; parte do movimento ambientalista é instrumento estratégico para atingir objetivos geopolíticos de potências não-amazônicas; atuações de movimentos sociais que são cooptados por financiamentos estrangeiros; ilhas de desenvolvimento (enclaves) que não promovem a integração da população interiorizada na floresta, sendo desenvolvimento ilusório; entre

outros temas. A capacidade técnico-teórica de membros do oficialato do Exército brasileiro reflete-se nas elaborações e no amplo espectro de temáticas que abordam durante as conversas. Meu objetivo foi sistematizar uma narrativa coerente em torno da **internacionalização da Amazônia**.

CONCLUSÃO

Busquei descrever relações entre enunciados sobre a **internacionalização da Amazônia**. Procurei aglutinar os que podiam formar um conjunto. Como vimos, os enunciados que dizem respeito à **Amazônia** e à **internacionalização** não têm os mesmos níveis formais, estão longe de obedecer a critérios requeridos por enunciados analíticos rigorosos ou científicos. Os enunciados analisados ao longo da tese tampouco pertencem todos ao mesmo espectro semântico. Podemos dizer que se originam de universos diversos: das geopolíticas militares; das práticas jornalísticas; dos discursos jurídicos e administrativos; dos discursos políticos; das ideologias nacionalistas e territoriais.

Nessa conclusão quero refletir sobre os principais argumentos elaborados ao longo da tese que contribuíram para alcançar os objetivos de elucidar significados da **internacionalização da Amazônia**; segundo, comparar de que modo narrativas estatais do Brasil e dos EUA operam (concorrentemente, subsidiaria e complementarmente) para produzir significados sobre a Amazônia. Esses dois momentos convergem para meus argumentos de que narrativas fundamentam realidades políticas e administrativas para o território amazônico. Desse modo, procuro inferir de que modo narrativas acerca da **internacionalização** da **Amazônia** constituem práticas que procuram dar diretrizes de *governo* (s) para a natureza, o território e as pessoas.

Procurei decodificar de que modo narrativas acerca da **internacionalização da Amazônia** se relacionam transversalmente com (1) saberes históricos acerca da formação do território amazônico, (2) arranjos políticos da opinião pública interessada em debate de projetos para a **Amazônia**, (3) ações estatais dentro de quadros institucionais peculiares no Brasil e nos EUA. Esses três vetores narrativos se inventam em inquéritos produtores de realidades *socionaturais* da Amazônia. Inquéritos esses codificados em formas de verdades que congregam basicamente três elementos: saberes; formas jurídicas; arranjos políticos. Em outras palavras, procurando especificar ainda mais os argumentos, encontramos a **internacionalização da Amazônia** em *inquéritos-narrativos* deflagrados nesses três vetores argumentativos: (1) *narrativas* intelectuais que edificam tramas institucionais traçadas para desvendar a Amazônia e definir seus destinos; (2) narrativas midiáticas que edificam *práticas* naturalizantes de uma **Amazônia-natureza**; (3) narrativas institucionais que mobilizam recursos políticos na codificação de *práticas territoriais* estatais.

Posto isso, as perguntas que precisamos responder é: que verdade acerca do território a **internacionalização da Amazônia** produz? Quais as semelhanças e distinções entre essas

verdades territoriais nas instituições estadunidenses e brasileiras? Na primeira parte da tese, identifiquei de que modo inquéritos intelectuais procuram homogeneizar a multiplicidade do território amazônico, a fim de estabelecer regimes de poder específicos: soberanias fundadas em regimes políticos, administrativos e jurídicos específicos. A formação do território amazônico, como não poderia deixar de ser, é uma preocupação marcadamente de atores-autores brasileiros, sem deixar de realizar referências aos EUA. As narrativas hegemônicas brasileiras nos levaram a perceber o processo de homogeneização de heterogeneidades que apreendemos ao longo das categorias elaboradas nos capítulos 1 e 2. Os atores-autores edificam significados narrativos e práticos para garantir a **soberania** do território. Essa **soberania** se configura como regime de controles e disciplinas dos espaços e das pessoas. São constantes as referências aos estrangeiros e, desde o século XIX, aos EUA que se tornaram uma alusão obrigatória nos jogos de manutenção dessa soberania institucional (político-administrativa). Na perspectiva de atores-autores estadunidenses, no que conseguimos apreender dela principalmente por meio das leituras que atores-autores brasileiros fazem de autores como Roy Nash e Theodore Roosevelt, a Amazônia se apresenta como **conquista comercial** e como **natureza-selvagem**. Na perspectiva dos EUA, há três momentos cruciais para a Amazônia: o processo de negociações para a abertura da bacia amazônica aos navios a vapor de bandeiras estadunidenses, o ciclo da borracha e a Segunda Guerra Mundial. No primeiro momento, a questão é a conquista comercial e a disputa por mercados consumidores com potências europeias (principalmente França e Inglaterra). Havia também a preocupação com a possibilidade de a Inglaterra produzir algodão no Vale Amazônico que, na perspectiva dos EUA, teria a mesma potencialidade do Vale do Mississipi, sendo um concorrente potencial no mercado europeu para o algodão estadunidense. Nos dois últimos momentos, a questão é o abastecimento da indústria norte-americana com matéria-prima proveniente da Amazônia. Sem fazer uma análise estatística econômica da situação, muitas das narrativas acreditam que este interesse na Amazônia é fundamental para manter os níveis de produção da economia norte-americana. A interpretação desses três momentos dentro das narrativas territoriais brasileiras não é monolítica, há bastante multiplicidade, mas encontramos argumentos que se direcionam à proteção da soberania brasileira face ao crescente imperialismo norte-americano nos destinos dos países da América do Sul.

Em última instância, as narrativas históricas dos capítulos 1 e 2 articulam, dentro de uma lógica política, burocrática e militar, formas de impor, tanto interna quanto externamente, uma territorialidade específica, contribuindo para definir quais deveriam ser os

interesses nacionais brasileiros. Os objetivos marcadamente institucionais das narrativas dos atores-autores são demarcar **fronteiras**, garantir **posse**, assegurar **soberania**, agenciar **unidade nacional**, promover o **desenvolvimento**, fortalecer a **segurança nacional**. Esses objetivos reverberam em preocupações com a integridade física do território, estruturando os significados da **internacionalização da Amazônia**.

Que verdades para a Amazônia são produzidas nas narrativas midiáticas que analisamos? A segunda parte da tese nos ajuda a analisar correlações programáticas para a Amazônia desde importantes órgãos da imprensa dos EUA e do Brasil. As mídias escritas constroem teatros de guerras em uma disputa pela captação da opinião pública. Encontramos nas narrativas midiáticas dos EUA uma objetivação da Amazônia concebendo-a ora como fonte de recursos naturais estratégicos ora como santuário do planeta Terra para manter o equilíbrio climático. De modo não muito distinto, a mídia brasileira também elabora a ideia de uma Amazônia-Natureza que ora deve ser conquistada e integrada, ora deve ser preservada e cuidada. Não é difícil identificar na linha editorial da mídia analisada dos EUA uma coerência em defender o que eles julgam ser os interesses norte-americanos em questões amazônicas. Evidentemente que esses interesses mudam ao longo da história, mas no geral se associam a interesses comerciais e de defesa. Mesmo a crescente divulgação de verdades ambientais acerca do aquecimento global e da importância da floresta amazônica para manter o equilíbrio climático do planeta, há tentativas claras de vincular essa constatação com interesses comerciais com vendas de tecnologias, serviços financeiros, oportunidades de investimentos, programas científicos. Ao mesmo tempo, a segurança ambiental dos EUA, que poderia, nessa linha, ser afetada pelo desequilíbrio planetário, também entra na equação da preservação da floresta amazônica, tornando-se potencialmente uma questão de **segurança nacional** para eles. Comparativamente, o jornal e a revista brasileiros analisados também procuram dizer que expressam o interesse do cidadão brasileiro, mas o difícil é encontrar uma coerência editorial. No geral, as semelhanças entre a mídia brasileira e a estadunidense estão na formalização de convicções políticas, o que potencialmente deságua em regulamentações governamentais e ações estatais e não-estatais. Nessas narrativas midiáticas – em que se encontram vozes de especialistas, políticas públicas, ações de ONGs, mostrando determinado grau de diversidade de posições –, a Amazônia torna-se, em última instância, uma peça de ficção codificada em conceitos, regulamentações jurídicas, convicções políticas que não expõem as contradições de suas formulações internas. Apresentam-se ao público, nos meios de comunicação, verdades especializadas com pouco espaço de contestação e reflexão. É nesse sentido que as narrativas midiáticas pavimentam fluxos de conhecimento entre as redes

especializadas (industriais, governamentais, de ativismo, científicas, políticas) e o público em geral, sem prover trâmites contraditórios próprios das reflexões, edificando narrativas de verdades impróprias.

A terceira parte nos dá a dimensão de políticas estratégicas e do poder hegemônico, que lida com a multiplicidade amazônica. Nesse jogo, os poderios econômicos, militares e políticos dos EUA e do Brasil se fazem sentir na definição da **internacionalização da Amazônia**. Mesmo os maiores propagadores brasileiros de um complô internacional para se apropriar da Amazônia, não acreditam muito em uma ocupação militar tradicional. Alguns dizem que ela ocorreria apenas em caso de uma catástrofe ambiental devastadora que forçasse a aquisição de recursos naturais por vias não negociáveis. O custo de uma ocupação convencional é muito alto, tornando mais interessante as negociações em mercados livres que regulam os preços dos minérios, da produção, das patentes, das prospecções biológicas, dos princípios ativos, etc. Por outro lado, tanto os articuladores de teorias da conspiração quanto os atores institucionais mais pragmáticos de instituições brasileiras concordam que o poder dos EUA se faz sentir em diversas instâncias institucionais que lidam com a Amazônia: seja no financiamento de sua infraestrutura; no desenvolvimento de empreendimentos privados; em financiamento de ONGs; na influência de missionários religiosos; na venda de tecnologia de monitoramento aéreo (SIVAM); em acordos bilaterais de processamento de imagens de satélites para monitorar desmatamento; em modelos e concepções de preservação ambiental (parques nacionais e unidades de conservação). Ou seja, a presença dos EUA se faz sentir em múltiplas dimensões.

Algumas narrativas estabelecem que a **internacionalização** do século XXI é mais sutil e se apresenta na dominação técnica, no controle do conhecimento em patentes, na logística de compra e venda de minerais estratégicos que precisam de escala para se tornar rentáveis, no processamento da natureza. Não adianta ter a maior reserva de nióbio do mundo se não se processa sua potencialidade industrial e tecnológica. É esta **internacionalização** que está em jogo nas narrativas mais contemporâneas: potencialidades internas que, em última instância, só se realizam em território estrangeiro ou com recurso estrangeiro. As instituições estadunidenses reproduzem a lógica interna de interesses empresariais e de um regime de produção, trocando dinheiro por natureza. Ou seja, as instituições estatais e não-estatais dos EUA provêm recursos como tecnologia, investimentos, compra de commodities, mecanismos financeiros de diminuição de dívidas em troca de preservação florestal, cooperação técnica para fomentar a formação de capital humano, entre outros. Em contrapartida, instituições estatais e não-estatais brasileiras provêm monitoramento e controle

do desmatamento, licenciamentos ambientais de obras de infraestruturas, oferta de minerais para o mercado mundial, produtos agrícolas *in natura* (soja, laranja, algodão, proteína animal), criação de mais unidades de conservação, entre outros. Internamente ao Brasil, esses arranjos produtivos beneficiam minorias hegemônicas. Resumidamente, a percepção é de que o Estado norte-americano planeja suas ações, procurando formar uma burocracia capaz de lidar com diferentes contextos, países e situações, a fim de manter sob controle oportunidades comerciais (para seus nacionais) e de segurança (para seus investimentos). Todo esse aparato burocrático focado em monitorar os países, em geral, e o Brasil, em particular, está baseado na premissa de que os norte-americanos estejam em um **estado permanente de guerra**, procurando garantir uma constante mobilização de recursos materiais e de legitimidade política. De modo semelhante, a burocracia brasileira especializada em lidar com questões de segurança nacional, contrainteligência e políticas de fronteiras também procura se legitimar com concepções de um **estado permanente de guerra**. Especificamente, os militares brasileiros fazem uso dessas concepções para propagar suas convicções narrativas, a fim de obter maior visibilidade na opinião pública brasileira e legitimar orçamentos militares maiores dos governos democráticos.

A **internacionalização da Amazônia** é uma porta de entrada para compreendermos a complexidade de tessituras coletivas constituintes de práticas territoriais para a Amazônia desde o Brasil e desde os EUA. Esses inquéritos indicam a expansão e a consolidação hegemônicas das administrações estatais e não-estatais, expressando modelos de como lidar com a Amazônia. Planos estratégicos (de integração, ocupação, defesa), projetos ambientais (de preservação, de combate à mudança climática), políticas públicas (de infraestrutura, crescimento econômico, demarcação de terras indígenas, regulamentações fundiárias, reforma agrária, por exemplo), ações governamentais e não-governamentais (de promoção de direitos indígenas e comunidades extrativistas, entre outras) procuram e*nunciar* verdades a serem concretizadas no *território amazônico*. Governar é criar e manejar território, ou seja, significa estabelecer procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitam exercer uma forma específica e complexa de poder que tem por alvo a população e o território. Tudo isso leva à institucionalização de uma série de aparelhos específicos, de crenças e práticas. É nesse sentido que procurei dar visibilidade aos processos de institucionalizações do território amazônico, em que nomeações diferentes em categoriais específicas tornam-se instrumentos práticos de governo do território amazônico, estruturando a temática da **internacionalização da Amazônia**.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial – 1500 – 1800. 3ª Edição. Rio de Janeiro, 1934.

ABREU, Eide Sandra Azevedo. "Os 'Abutres' na turbulência das 'Águias': Tavares Bastos, a Questão Bancária e os embates do Gabinete Olinda". Revista História, São Paulo, 28 (2), 2009, p. 798-799.

ABRUCIO, Fernando Luiz e Marcos Vinícius. "Trajetórias da literatura sobre reforma do Estado (1995-2002): transformações e desafios para a pesquisa em Administração Pública". Relatório de pesquisa ENAP. Brasília: ENAP, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, [1995] 2002.

AGRAWAL, Arun. Environmentality: Technologies of Government and the making of subjects. Durham: Duke University, 2005.

ALBERT, Bruce. "Indian Lands, Environmental Policy and Military Geopolitics in the Development of the Brazilian Amazon: The Case of the Yanomami". Development and Change (SAGE, London, Newbury Park and New Delhi), Vol. 23, 1992, 35-70.
_______"O ouro canibal e a queda do céu: Uma crítica xamanística da economia política da natureza (Yanomami)", (pp. 239-274) In: Albert, Bruce & Ramos, Alcida (Org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico. Editora UNESP. São Paulo. 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. "Continentalização dos conflitos e transformações na geopolítica das fronteiras". Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Número 3. Volume 23, Setembro/Dezembro/1993.

ALMEIDA, Ana Ferreira de. The Skeptical Environmentalist: Measuring the Real State of the World. Silva Lus., dez. 2002, vol.10, no.2, p.262-263.

ALMEIDA, Rita Heloísa. O Diretório dos Índios: um projeto de 'civilização' no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ALMEIDA, Wellington e Sérgio Sauer (orgs.). Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UnB, 2011.

ANASTASIA, Fátima & Felipe NUNES. "A Reforma da Representação"; In: Reforma Política no Brasil. Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia (Orgs). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origen e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, [1983] 2008.

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy". In Mike Featherstone (org.), Global Culture. Londres: Sage Publications, 1990.
APEL, Karl-Otto. Transformação da filosofia I e II. Coleção Leituras Filosóficas. Tradução de Paulo Astor Soethe (UFPR). São Paulo: Editora Loyola, [1973] 2000.

ARAGÓN, L. Populações da Pan-Amazônia. Belém, 2005.

ARBEX JR., J. "'Terra sem povo', crime sem castigo: Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia". In TORRES, M. Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq (2005).

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975. Cultural. Rio de Janeiro: Jorte Zahar, 2005.

ARETXAGA, Begoña. – Shattering Silence. Women, nationalism, and political subjectivity in Northern Ireland. Princeton: Princeton University Press, 1997.

ARNT, Ricardo Azambuja & SCHWARTZMAN, Stephan. Um artifício Orgânico: Transição na Amazônia e Ambientalismo (1985-1990). Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: entre história e a memória. Coleção História. Bauru: Edusc, 2000.

AYLMER, G.E. "Navy, state, trade and empire", In: CANNY N. (Ed.). The origins of Empire: The Oxford History of British Empire. Oxford University Press, 2001.

AUSTIN, John L. How to do Things with Words. Oxford: Oxford University Press, 1975.

BACZKO, Bronislaw. Les imaginaries sociaux. Paris: Payot, 1984.

BAER, Werner. A Economia Brasileira: uma breve análise desde o período Colonial até a década de 1970. 2ª edição. São Paulo: Nobel, 2002.

BAINES, Stephen Grant. 'É a FUNAI que sabe': A frente de atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1990.

BACEVICH, Andrew J. American Empire. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
_______ (Ed.) The Long War: a new history of U.S. National Security Policy since World War II. New York: Columbia University Press, 2007.

BACKHEUSER, Everaldo. A faixa litorânea do Brasil Meridional. Ontem e hoje. Rio. (mimeo), 1918.
_______ A estrutura política do Brasil. Notas prévias. Rio de Janeiro: Mendonça Machado & Cia, 1926.
_______ A nova concepção de Geografia. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Tomo 21, p.75-89, 1926-1927.
_______ Problemas do Brasil. Estrutura geopolítica. O espaço. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.

BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social". In: LEACH, Edmund. Anthropos-homen. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BACHELARD, Gaston. Os Pensadores XXXVIII (Henri Bergson & Gaston Bachelard). Abril Cultural. 1ª edição. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1974.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BALDWIN, E. "Guiana, guianas – centro cultural da América Latina". Caderno de resumos. II Congresso Internacional de Estudos Lingüísticos e Literários na Amazônia. Belém: PPGL-UFPA, 2009.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Da colonização à guerra da Tríplice Aliança. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UnB, 1998.

_______Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. Coleção Retratos do Brasil. Volume 87. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_______ "A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos". Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008, disponível no endereço eletrônico http://www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.pdf

BARBOSA, Reinaldo e Efrem Ferreira (Editores). "Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do rio Branco"; In: Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. INPA, 1997.

BARKIN, Samuel J. & Bruce CRONIN. "The State and the Nation: Changing Norms and Rules of Sovereignty in International Relations". International Organization, vol. 48, nº 1, pp. 107-130, 1994.

BARRETTO FILHO, Henyo. Da Nação ao Planeta através da natureza. Brasília: Série Antropológica, 1997.

BARROSO HOFFMANN, Maria. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: E-papers e Museu Nacional, 2009.

BARROS, Flávia. Banco Mundial e ONGs Ambientalistas Internacionais: ambiente, desenvolvimento, governança global e participação da sociedade civil. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Data de defesa, 10 de Março de 2005.

BARTH, Fredrik. Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos. In: LASK, Tomke (org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARTHES, Roland. "Brecht e o discurso: contribuição para o estudo da discursividade". In: O rumor da língua. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 193-200.

BAVARESCO, Agemir. A teoria hegeliana da opinião pública. Porto Alegre: L&PM, 2001.

BAVARESCO, Agemir & Paulo R. KONZEN. "As limitações do método comparativo da Antropologia, 1896". In: CASTRO, Celso (org.). Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorte Zahar, 2005.

BECK, Ulrich. Anthony Giddens e Scott Lash. Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
_______ Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. RJ: Garamond, [2004] 2007.
_______ "Geopolítica da Amazônia". Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BECKER, Bertha e Claudio EGLER. BRASIL: uma nova potência regional na economia – mundo. São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993.

BECKER, Berta e Mariana MIRANDA e Lia Osório MACHADO. Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB, 1990.

BECKER, GAY. Disrupted Lives: How people create meaning in a chaotic world. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1999.

BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. 2ª Edição. São Paulo: Pioneira, 1976.

BELTRÃO, Luiz. O índio, um mito brasileiro. Estudos Brasileiros – 6. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação social e cultural. Manaus: Editora Valer / Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

BENJAMIN, Walter. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: BENJAMIN, W. Obras escolhidas – magia e técnica, arte e literatura: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BETTS, Richard. "Analysis, War, and Decision: Why Intelligence Failures are Inevitable". World Politics 31 (October 1978). Reprinted in Power, Strategy, and Security. Ed. Klaus Knorr. Princeton: Princeton University Press, 1983.

BOAS, Franz. "Aims of Ethnology"; "The Study of Geography". Race. Language and Culture. New York: The Free Press, 1966.
_______"As limitações do método comparativo da Antropologia, 1896". In: CASTRO, Celso (org.). Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorte Zahar, 2005.

BOCKING, Stephen. Ecologists and Environmental Politics: A history of contemporary ecology. New Haven and London: Yale University Press, 1997.

BORGES, Antonádia. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. Cuadernos de Antropología Social; Nº 29, pp. 23–42. FFyL – UBA, 2009.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSSELMANN, Klaus. “Institutions for Global Governance”. In: Sustaining Life on Earth: Environmental and Human Health through Global Governance. Edited by Colin L. Soskolne. New York & Toronto: Lexington Books, 2008.

BOSQUET, Michel. Ecologia e Política. Lisboa: Editorial Notícias

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV a XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAGA, Paulo Romeu. “Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas”. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, V. 45, nº 2, Dec. 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril, 1996.

BURKE, Peter (ed.). Critical Essays on Michel Foucault. Cambridge: Scolar Press, 1992.

BURNS, E. Bradford. A Aliança não escrita: O Barão do Rio Branco e as relações do Brasil-Estados Unidos. Tradução de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

BURSZTYN, Marcel e Marcelo Persegona. A Grande Transformação Ambiental – uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CABREIRA, Márcia Maria. Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia Brasileira – Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, 1996.

CADERNOS ADENAUER. Amazônia: Avança o Brasil? São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Ano II, Nº 04, 2001.

CAILLÉ, Alain. Antropologia do Dom – O terceiro paradigma. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, [2000] 2002.

CALMON, Pedro. História da Civilização Brasileira. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, [1933] 2002.

CAMARGO, S. A Geopolítica do Cone Sul, Discurso e Realidade, mimeo, IRIPUC/Rio Janeiro: s/d.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARDOSO, Fernando H. e C. Müller. Amazônia: Expansão do Capitalismo, Editora Brasiliense,
São Paulo, [1977] 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O índio e o Mundo dos Brancos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1964] 1981.
_______ A sociologia do Brasil indígena. Brasília: Editora UNB, 1978.

CARNAXIDE, Antônio de Souza Pedroso. O Brasil na administração pombalina: economia e política externa. Visconde de Carnaxide. 2ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

CARVALHO, José Murilo. “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedades e instituições. São Paulo: DIFEL. Vol. 2, 1977.
_______Cidadania no Brasil: o longo caminho. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno (uma redefinição). In Problemas e perspectivas, 2007.

CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais, In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 165 – 182.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições. Bertrand Brasil, 2004.

CASTRO, Therezinha de. Geopolítica: princípios, Meios e Fins. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999.

CATULLO, Maria Rosa. Poder e participación en Proyectos de Gran Escala – Analisis comparativo de los procesos de relocalización por la construcción de la Represa Hidroelétrica Binacional Argentino-Uruguaya de Salto Grande. Tese de Doutorado: Programa de doutorado conjunto FLACSO/CEPPAC/UnB. Brasília – DF, 1996.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Coleção o Brasil e o Mundo. Brasília: Editora da UnB, 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, [2000] 2008.

CHAN, S. & W. SAFRAN. Public opinion as a constraint against war: democracies' responses to Operation Iraqi Freedom. Foreign Policy Analysis, No. 2, 2006, p. 137-156.

CHIAVENATO, Julio José. Cabanagem: o povo no poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Lisboa: Perspectiva & Realidade, 1976.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado – pesquisa de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, [1974] 2003.

CLIFFORD, James. A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1998.

CORRÊA, Serzedello. Ligeiro estudo sobre a occupação Paravicini no rio Acre: limites, navegação e commercio com a Bolivia,1899.

COSTA, Kelerson Semetente. Homens e natureza na Amazônia Brasileira: dimensões (1616-1920). Tese de doutorado. Departamento de História, IH/HIS/UnB. Brasília, maio de 2002.

COSTA, Francisco de Assis. Grande capital e agricultura na Amazônia a experiência Ford no Tapajós. Belém: Editora Universitária da UFPA,1993.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

COLBY, Gerard & Charlotte Dennett. Seja feita a vossa vontade. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na idade do Petróleo. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: Record, [1976] 1998.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Tomo I e II, Antecedentes, Negociações e Execução. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1964.
__________. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil,* 2 vols. Lisboa: Portugália, 1965.

CROSBY, Alfred W. Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUNHA, Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
“num exame mais detido e útil dos fatos do nosso passado – fora da cronologia e da onomástica, dos sincronismos e das tábuas dos velhos ‘epítomes’
CARNAXIDE, Antônio de Souza Pedroso. O Brasil na administração pombalina: economia e política externa. Visconde de Carnaxide. 2ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
CUNHA, Manuela Carneiro (org.). História dos Índios no Brasil. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
_______ Violence and Subjectivity. Edited by Veena Das, Arthur Kleinman, Mamphela Ramphele, and Pamela Reynolds. Los Angeles: University of California Press, 2000.
_______ Remaking a World: Violence, Social Suffering, and Recovery. Edited by Veena Das, Arthur Kleinman, Margaret Lock, Mamphela Ramphele, and Pamela Reynolds. University of California Press, 2001.

DAWSEY, J. Turner, Benjamin e a antropologia da performance: o lugar olhado (e ouvido) das
coisas. Campos, v. 7, n. 2, p. 17-25, 2006.
_______ Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático.
Mana: estudos de antropologia social, v. 15, n. 2, p. 349-376, 2009.

DELEUZE, Gilles. “Desejo e Prazer” in Peter Pál Pelbart e Suely Rolnik (org.), Cadernos de Subjetividade, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-

Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, num. especial, São Paulo, jun. 1996, p. 13 a 25.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. O que é a Filosofia? Tradução de Bento Prato Jr. e Alberto Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
_______ Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, [1980] 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC & NUPAUB-USP, 2000.

DOBBIN, Frank. How institutions create ideas: notions of public and private efficiency from early French and American Railroading Working Paper.

DOGAN, Mattei. Comparing nations: concepts, strategies and substance. London: Blackwell, 1994.

DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras. 2ª Edição. São Paulo: IBRASA, 1996

DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. São Paulo: EDUSP, 1998.
_______Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Tradução de Sonia Pereira da Silva. Lisboa: Edições 70, s/n.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1987.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, vol. 4, nº 8 (1991), pp. 177-97

DURKHEIM, Emílio. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, [1912] 1996.

DURKHEIM, Emílio e Marcel Mauss. "Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo de representações coletivas (1903). In: MAUSS, Marcel. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

EGGAN, Fred. "Social Anthropology and the Method of Controlled Comparison". American Anthropologist, Vol. 56, pp. 743-760.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Uma história dos costumes. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1939] 1993.
_______ O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1939] 1994.

ENGEL, J. Ronald. "A Covenant of Covenants: A Federal vision of Global Governance for the twenty-first century". In: Sustaining Life on Earth: Environmental and Human Health through Global Governance. Edited by Colin L. Soskolne. New York & Toronto: Lexington Books, 2008.

ESCOBAR, Arturo. Territories of Difference: place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008/2009.
_______ "Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências". In *Conhecimento prudente para uma vida decente,* B. de Souza Santos, org., págs. 639-666. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
_______ Encountering Development: the making and unmaking of the Third World. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. "Estrutura do poder nacional para o ano 2001. 1990-2000: A década vital por um Brasil moderno e democrático, Rio de Janeiro, Setembro, 1989.

EUCLIDES DA CUNHA. Um Paraíso Perdido. Reunião de Ensaios Amazônicos. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Editora do Senado Federal, [de 1904 a 1908] 1999/2000.
_______ Euclides da Cunha: Obras Completa (em dois volumes). Biblioteca Luso-Brasileira (Série Brasileira). Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
_______Obras Completas. Volume 1. Ensaios: À Margem da História/Amazônia [1906] 1995.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. "A Noção de Bruxaria como Explicação de Infortúnios"; capítulo II em Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. Rev. bras. polít. int. [online], 2008, vol.51, nº 02, p. 80-97.

FARIA, Ivan Dutra. O Descompasso e o Piroscópio: uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Tese de Doutorado. Centro de Pós-Gradução em Desenvolvimento Sustentável – UnB. Brasília, novembro de 2004.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 10ª Edição. São Paulo: Edusp, [1994] 2002.

FERREIRA, Gabriela Nunes. Centralização e Descentralização no Império: O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. Departamento de Ciência Política da USP. São Paulo: Editora 34, 1999.

FERREIRA, Jairo. "Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu". Estudos em jornalismo e Mídia. Vol. II Nº 1. 1º Semestre de 2005.

FERREIRA, Maria Liege Freitas. "Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica". Revista Raízes, Ano XVIII, Nº. 20, novembro de 1999, páginas 33 – 40.

FIORI, José Luís (org.). O Poder Americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
_______ O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

FISHKIN, James. The Voice of the people: public opinion and democracy. New Haven/London: Yale University Press, 1995.

FOLADORI, Guillermo & Javier TAKS. “Um olhar antropológico sobre a questão ambiental”. Mana 10(2), 2004, p. 323-348.

FONTES, V. “Sociedade civil no Brasil contemporâneo”. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). Fundamentos da Educação Escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. p. 201-240, 2006.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das Ciências (Resposta ao Círculo Epistemológico)”. In: Estruturalismo e teoria da linguagem. Editora Vozes, 1971.
Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 18ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, [1975] 1998.
_______ A Ordem do Discurso; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola de [1978]1996.
_______Microfísica do Poder. 12ª Edição. Organização e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
_______ Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, [1966] 2005.
_______ A verdade e as formas jurídicas. Tradução Roberto Cabral Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, [1973] 2003.
_______ As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 23 – Coleção Problemas. São Paulo: Martins Fontes, [1981] 2007.

FRASER, Nancy & Axel Honneth. Redistribution or Recognition? A political-philosophical Exchange. London & New York: Verso, 2003.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. O SPI na Amazônia: Política indigenista e conflitos regionais (1910-1932). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.

FREITAG, Bárbara. A Teoria Crítica Ontem e Hoje. 4ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense,
1993.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Vol. I e II. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universidade São Francisco, [1986] 2004.

GARAPON, A. O juiz e a democracia : o guardião das promessas. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

GARFIELD, Seth. “A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra (*Amazonia in the U.S. wartime imaginary*)”. Revista Brasileira de História – O Brasil visto de fora. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, vol. 29, nº 57, jan-jun, 2009.
GASPARI, Hélio. Ditadura envergonhada. As ilusões armadas. Rio de janeiro: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. Negara. O Estado teatro no século XIX. Lisboa: Berthand, 1991.

GLEBOV, Sergiy & Luís Rodrigues (edited by). Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges. Nato Science for Peace and Security Series E: Human and Societal Dynamics – Vol. 51. Washington D.C: IOS Press, 2009.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia Moderna". Em: Feldman-Bianco, Bela, org., Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Global, 1987, parte I., pp.227-267.
_______ Order and Rebellion in Tribal Africa, London: Cohen, 1963.
_______Politics, Law, and Ritual in Tribal Society, Oxford: Oxford University Press, 1967.

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio. Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Seção de Arquivos Privados. Fundo Góes Monteiro: inventário analítico / Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Nobel, 1994.

GOODMAN, David & Anthony HALL (orgs). The Future of Amazonia: Destruction or sustainable development?. London: Macmillan Press LTD, 1990.

GOLDMAN, Marcio. Lévi-Strauss e os sentidos da História. Rev. Antropol., 1999, vol.42, no.1-2, p.223-238.
GOMES, Mercio Pereira. Os índios e o Brasil – ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. 2ª Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1991.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Nobel, 1994.

GOODMAN, David & Anthony HALL (edited by). The Future of Amazonia: Destruction or sustainable development?. London: Macmillan Press LTD, 1990.

GORDON, César. Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os Xikrin-Mebêngôkre. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora da Unesp, ISA e NUTI, 2006.

GORDON, Colin (ed.). Power/Knowledge. Selected Interviews and Other Writings of Michel Foucault. New York: Pantheon Books, 1980.

GOW, Peter. An Amazonian Myth and its History. New York: Oxford University Press, 2001.

GRAMSCI, Antonio. "A organização da cultura". In: Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
__________Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
GREE, James & Abigail Jones. "Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964 (*Reinventing history: Lincoln Gordon and his multiple versions of 1964*)". Revista Brasileira de História – O Brasil visto de fora. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, vol. 29, nº 57, jan-jun, 2009.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. Nova Economia_Belo Horizonte_19 (1)_185-212_janeiro-abril de 2009.

GREMAUD, Amaury Patrick, Marco de Vasconcellos & Rudinei Toneto Jr. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GRUCHY, Allan G. Contemporary Economic Thought. The contribution of neo-institutional economics. New York, Sentry Press, 1972.

HABERMAS, Jürguen. HABERMAS, Jürgen. O Discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.
_______ Consciência Moral e Agir Comunicativo. São Paulo: Biblioteca Tempo Universitário 84, 1989.
_______ Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1984.
_______ Habermas. Coleção Ciências Sociais. Organização Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ática, 1980.

HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Tradução de Cristina Pecequilo. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [1994] 1999.

HILSMAN, Roger. Strategic Intelligence and National Decisions. Glencoe. Free Press, 1958.

HAMILTON, Lee. “The Role of Intelligence in the Foreign Policy Process.” Essays on Strategy and Diplomacy. Claremont, CA: Claremont College, Keck Center for International Strategic Studies, 1987.

HARVEY, David. The New Imperialism. New York: Oxford, 2005.
_______ Spaces of hope. Berkeley: University of California Press, 2000.
_______ The Condition of Pos-Modernity. Oxford: Basil Blacwell, 1989.

HELD, David. “From executive to cosmopolitan multilateralism”. In: David Held & Mathias Koening-Archibugi (Eds.). Taming Globalization: frontiers of governance. Cambridge: Polity Press, 2003.

HERMAN, Michael. Intelligence Power in Peace and War. New York: Cambridge University Press, 1996.

HERZFELD, Michael. The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.

HAYES-BOHANAN, James. “What a Difference a Century Makes: Images of the Frontier in Amazônia and the American West”. In: NENEVÉ, Miguel (org.). Olhares sobre a Amazônia = Looking at the Amazon. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

HEYMANN, Hans. “Intelligence/Policy Relationships.” In Intelligence: Policy and Process. Ed. Alfred C. Maurer and others. Westview Press, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. Era das Revoluções: 1789 – 1848. 16ª edição. SP: Paz e Terra, 2002.

_______ Era dos Impérios: 1875-1914. 8ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003
_______ Era dos Extremos: o breve século XX 1914 – 1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Companhia das Letras, [1936] 1997.

HOLSTI, O. R. Foreword. In: SOBEL, Richard. The impact of public opinion on US foreign policy since Vietnam. Oxford, Oxford University Press, 2001.

HOLST, Johan. Security and the Environment: A Preliminary Exploration. Buletin of Peace Proposal, no. 29 (2), pp.123-128, 1989.

HOMER-DIXON, Thomas. "On the Threshold. Environmental Change as Cause of Acute Conflict". International Security, vol.16, no.2. pp. 76-116, 1991.
_______ "Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidences from the Cases". In International Security, vol.19, no1, summer, pp.5-40, 1994.
_______ Strategies for Studying Causation in Complex Ecological Political Systems. Toronto. Occasional Paper for the project on Environment, Population and Security, 1995.
_______"Debate". In Environmental Change and Security Project Report, issue 2, pp. 49-57, 1996.

HORN, Eva & Sara Ogger. Knowing the Enemy: The Epistemology of Secret Intelligence. Published by THe MIT press, 2003. http://www.jstor.org/stable/1262623 . Accessed: 11/05/2010.

HORNBORG, Alf. The Power of the Machine: Global Inequalities of Economy, Technology, and Environment. New York: Altamira Press, 2001.

HURRELL, Andrew. "Brazil and the International Politics of Environment: Actors, Interests, and Institutions" In Hurrell, Andrew & Benedict Kingsbury (eds.) The International Politics of the Environment. Clarendon Press, 1992.
IANNI, Octávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Coleção Sociologia Brasileira. Volume 8. Petrópolis: Vozes, 1979.

INGOLD, Tim. The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill. London & New York: Routledge, 2000.

ISA - Instituto Socioambiental 2000 Povos Indígenas no Brasil-1996/2000. São Paulo, Instituto Socioambiental.

ISENBERG, David. "Budgeting for Empire: the effect of Iraq and Afghanistan on Military Forces, Budgets, and Plans". Independent Policy Report, 2007.

JACKSON, Joe. "The Thief at the End of the World: Rubber, power, and the Seeds of empire.

JASMIN, Marcelo Gantus & João Feres Jr. (organizadores). História dos Conceitos – Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

JOHNSON, Chalmers. Blowback: The Costs and Consequences of American Empire. New York: Metropolitan Books, 2000.
_______ American Militarism and Blowback: The costs of letting the Pentagon Dominate Foreign Policy. New York, Metropolitan Books, 2002.
_______ The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic. New York: Metropolitan, 2004.

JORDAN, Amos, William Taylor, Michael Mees & Suzanne Nielsen. American National Security. Sixth Edition. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, [1981] 2009.

KAGEYAMA, Angela. "A questão agrária brasileira: interpretações clássicas". Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Número 3. Volume 23, Setembro/Dezembro/1993.

KAPLAN, Amy. "'Left Alone with America': The Absence of Empire in the Study of American Culture". In: Cultures of United States Imperialism. Amy Kaplan & Donald Pease, Editors. Durham: Duke University Press, 1993.

KARNAL,Leandro & Sean Purdy, Luiz Estevam Fernandes, Marcus Vinícius de Morais. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

KELLY, Phillip L. "Avanços recentes da Geopolítica do Brasil". A Defesa Nacional, nº 738, Jul-Ago./1988, pp. 67-91, p. 68 e 70.

KENT, Sherman. Strategic Intelligence for American Foreign Policy. Princeton: Princeton University Press, 1945.

KENNAN, Geoge. American Diplomacy, 1900–1950, Chicago: University of Chicago Press, 1951.
KING, Gary, Robert KEOHANE e Sidney VERBA. Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research. Princeton University Press, 1994.

KOHLHEPP, Gerd. "Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira". Estudos Avançados 16 (45), 2002, p. 37-61.

KOLK, Ans. Forests in International Environmental Politics. Utrecht: International Books, 1996.

KONZEN, Paulo Roberto. O conceito de Estado e o de liberdade de imprensa na filosofia do direito de G. W. F. Hegel. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. Futures past: on the semantics of historical time. Cambridge & London: MIT Press, 1985.
_______ "Uma respotas aos comentários sobre o Geschichtliche Grundebegriffe". In: História dos Conceitos: Debates e perspectivas. Marcelo Jasmin & João Feres Jr. (orgs). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

KOZAK, David & James Keagle. Bureaucratic Politics and National Security: theory and practice. Boulder & London: Lynne Rienner Publishers, 1988.

KRITSCH, Raquel. Soberania – a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KRITZMAN, Lawrence (ed.). Michel Foucault: Politics, Philosophy and Culture. New York: Routledge, 1988.

LACLAU, Ernesto & Chantal Mouffe. Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics. Second Edition. [1985] 2001.

FALLOWS, James. Breaking the news: how the media undermine American Democracy. Vintage Books: New York: A division of Random House, Inc., 1996

LAQUEUR, Walter. A World of Secrets: The Uses and Limits of Intelligence. New York: Basic Books, 1985.

LATOUR, Bruno. The Pasteurization of France (em francês: Les Microbes). Harvard University Press, 1984.
_______ Jamais Fomos Modernos. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3 ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, [1994] 2005.
_______ "Por que a ecologia política não saberia conservar a natureza?" Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia, C. A. M. Souza, trad., págs. 25-105. São Paulo: Edusc, 1999.
_______ Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LAW, John. After method: mess in social science research. London. New York: Routledge, 2004.
LEACH, Edmund. "Masquerade: The Presentation of the self in holi-day life". In: Cambridge Anthropology: a Journal of the Department of Social Anthropology. Cambridge University: Volume 13, Number 3, 1989-90.
_______Claude Lévi-Strauss – Anthropologist and Philosopher. New Left Review, 34. Cambridge University, 1965.

LEIRNER, Piero. "Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia". In: Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Celso Castro e Piero Leirner (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LEITE, Nina Virgínia de Araujo. Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na Estrutura; RJ: Editora Campos Matêmico, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "A Análise estrutural em lingüística e em Antropologia". In: Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
_______"A ciência do Concreto" (Capítulo 1) & "História e Dialética" (Capítulo 9). Em O Pensamento Selvagem. São Paulo: Editora Ática, 1979.
_______ O Cru e o cozido (Mitológicas Vol.1). Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac & Naify, 2004

LINO, Geraldo; Lorenzo CARRASCO; Nilder COSTA e Silvia PALACIOS. Máfia Verde 2: Ambientalismo, Novo Colonialismo. Rio de Janeiro:Capax Dei, 2005.

LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LIMA, Luciano Demétrius Barbosa. “Motins políticos e a Historiografia Imperial: a inserção de um intelectual amazônico nos quadros do IHGB”. Almanack Braziliense. São Paulo, nº 12, p.88-104, nov. 2010.

LITTLE, Paul E. Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2001.
_______ “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da Territorialidade”. Série Antropológica. Brasília: Universidade de Brasília – DAN.

LOPES, José Sérgio Leite. A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle político da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LÓPEZ, Alexander. “The Brazilian Amazon in an Environmental Security and Social Conflict Framework”, in: Facing Global Environmental Change. Springer Berlin Heidelberg (Publisher), Vol. IV. June 04, 2009.

LOWENTHAL, Mark M. Intelligence from Secrets to Policy. Fourth Edition. Washington, DC: CQ Press, 2009.

LUFT, Celso Pedro. Dicionário de literatura portuguesa e Brasileira. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

LUTZ, Catherine. Homefront: a military city and the American 20th century. Boston: Beacon Press, 2001.
_______ (Edited). The Bases of Empire: the global struggle against U.S. military posts. Washington & New York: New York University Press, 2009.

LUZ, Nicia Vilela. A Amazônia para os negros Americanos: As origens de uma controvérsia internacional. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Contos: Uma Antologia (02 volumes). Obras Completas. Páginas Recolhidas, 1998.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa, Rosyan C. Britto e Edna Ramos de Castro (org.). Energia na Amazônia. Volumes I e II. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará e Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

MAGNOLI, Demétrio. Projeto de ensino de geografia: natureza, tecnologia, sociedades: geografia do Brasil. São Paulo: Moderna, 2001.

MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MAHONEY, James & Dietrich RUESCHEMEYER. Comparative historical analysis in the Social Sciences. New York: Cambridge University Press, 2003.

MARCUS, George. *Identidades passadas, presentes e emergentes: Requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, nº 34, 1991, p. 197-221.

MARTINS, José de Souza. Fronteira – A Degradação do Outro nos Confins do Humano. Hucitec. São Paulo, 1997.

MASSEY, Doreen. Pelo Espaço (For Space) – Uma nova Política da Espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2005] 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: Sociologia e Antropologia, vol. II. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.
_______Ensaios de Sociologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001

MATTOS, General Meira. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. Coleção General Benício, Vol. 181. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MCCANN JR., Frank d. The Brazilian-American Alliance (1937 – 1945). Princeton University Press, s/d.

MEDEIROS, Fernando Sabóia de. A Liberdade de Navegação do Amazonas: relações entre o Império e os Estados Unidos da América. Nova Economia, Vol. 19 nº 1. Belo Horizonte Jan./Apr. 2009.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. Construção de significados no evento-situacional Usina Hidrelétrica Corumbá IV: desapropriações, re-ordenamentos e formação de uma ordem moral. Dissertação de Mestrado, UnB/ICS/CEPPAC, março de 2007.
_______ "O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): disputas por recursos ou conceitos? O que está em jogo nos financiamentos de Instituições Multilaterais para Projetos de Aproveitamentos Hidrelétricos?". ANAIS da 25º RBA, 2006.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. Prefácio do livro <u>Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira</u>, de Arthur Cezar Ferreira Reis. Belém: SECULT, 1993.

MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Edusp, 2007.
_______Povos Indígenas no Brasil (2001/2005). Editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

MELO, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império (1871-1889). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. Brasil versus Inglaterra nos trópicos Amazônicos: a questão do Rio Pirara (1829 – 1904). Tese de doutorado em história. UnB, 2001.

MENEZES, Gustavo H. Yanomami na encruzilhada da conquista: Estratégia Interétnica e Transformação Social na fronteira amazônica. Tese de doutorado. Brasília: DAN/ICS/UnB, 2010.

MIGNOLO, Walter. “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”. In: A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Organizador Edgardo Lander. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MILLS, Wright. The Power Elite, Oxford University Press, [1956] 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920 – 1980). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1981.
_______ Geopolítica e Poder no Brasil. Campinas: Ed. Papirus, 1995.

MOLINO, Leonardo. Problemas y ocpiones en la comparación. Pp 13-27 In MOLINO, Leonardo; SARTORI, Giovanni. La comparación en las ciências sociales. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MOORE, Sally Falk. “Comparative Studies”. Laura Nader (ed). Law in Culture and Society. Chicago: Aldine, 1969.

MORAN, Emilio F. Through Amazonian Eyes: the human ecology of amazonian populations. Iowa City: University of Iowa Press, 1993.

MORSE, Richard. O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

MOUFFE. C. On the political. New York: Routledge, 2005.

MULLER, Arnaldo Carlos. Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Makron Books Brasil, 1995.

NABUCO, Joaquim. O Direito do Brazil - Primeira Memoria. Apresentada em Roma a 27 de fevereiro de 1903. Por Joaquim Nabuco, enviado extraordinário Ministro Plenipotenciário do Brazil- em Missão Especial junto a S.M. o rei da Itália. Pariz: A. Lahure, Editor. Rua de Fleurus, 1903.

NENEVÉ, Miguel (org.). Olhares sobre a Amazônia = Looking at the Amazon. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

NYE, Joseph S. Paradoxo do Poder Americano. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
_______ Soft Power: The Means to success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

NORDEN, Deborah L. “The Remains of Latin America's Past: Military Legacies and U.S. Influences”. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Vol. 40, No. 3 (Autumn, 1998),
p. 103-116. Center for Latin American Studies at the University of Miami Stable URL: http://www.jstor.org/stable/166201 . Acesso em 11 de novembro de 2009.

NORTH, Douglass. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge University Press, 1990.

_______ The Economic Growth of the United States: 1790-1860. Englewood Cliffs, N J., Prentice Hall, 1961.

O'DWYER, Eliane Cantarino. "Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra". Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Número 3. Volume 23, Setembro/Dezembro/1993.

OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET. Historical Tables – Budget of the U.S. Government, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CPNq, 1988.

_______ "Entering and Leaving the 'Melting Pot': a history of Brazilian Indians in the national censuses". Journal of Latin American Anthropology (4-5), 2000, p. 190-211.

_______ (org.) Antropologia e Indigenismo. Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras. Nº 1, Novembro 1990. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.

OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva: Os benefícios Públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ORTNER, Sherry. Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal. Comparative Studis in Society and History, Vol. 37, No. 1, January, 1995.

PAGE E BOUTON. The foreign policy disconnect. What Americans want from our leaders but don't get. New York, 2006.

PAIXÃO, Alberto Eduardo Carneiro. "Trabalhadores rurais e garimpeiros no Vale do Tapajós". Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Número 3. Volume 23, Setembro/Dezembro/1993.

PALM, Paulo Roberto. A Abertura do Rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento Brasileiro. Dissertação de Mestrado. Brasília: IH/Departamento de Geografia e História/UnB, 1984.

PALMEIRAS, Moacir & BARREIRA, Cesar (orgs.). Política no Brasil: visões de antropólogos. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2006.

PALMEIRA, Moacir. "Campesinato, Fronteira e Política"; Anuário Antropológico 76, 1978.

PARESCHI, Ana Carolina C. Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o projetismo e as dinâmicas sociais. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia-UnB/Brasília, 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa dos Estados Unidos – continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFGS, 2005.

PEIRANO, Mariza (orga.). "A Análise Antropológica de Rituais". In: O dito e o Feito:
_______ Ensaios de antropologia dos rituais. Cap. 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_______ "Etnografia, ou a teoria vivida". Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo. USP: 2007.

PIETERSE, Jan Nederveen. "Neoliberal Globalization"; in: Globalization and After. Edited by Samir Dasgupta and Ray Kiely. New Delhi: Sage Publications India Ltd, 2006.

PICKLES, John. A history of spaces: cartographic reason, mapping and the geo-coded world. London & New York: Routledge, 2004.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação – As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

POPPER, Karl. A Sociedade Aberta e seus Inimigos, 1945.

POTIARA, Carlos. O encontro de Apolo com a floresta: ciências sociais, ocidentalização do mundo e a Amazônia. Tese de Doutorado. Unicamp, 2008.

PROCÓPIO, Argemiro. "O Multilateralismo Amazônico e as Fronteiras da Segurança" (Capítulo 2), em Argemiro Proncópio (Org.). Os Excluídos da Arca de Noé.. Segunda Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

PROENÇA Jr., Domício. Política de defesa no Brasil: Uma análise crítica. Série Prometeu. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PRZEWORSKI, Adam. The Logic of Comparative Social inquiry. New York: John Wiley & Sons, 1970. p. 31-46.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad de Poder, Eurocentrismo y América Latina". In Edgardo Lander (org.), La Colonialidad del Saber. Eurocentrismo y Ciências Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso,1993.
_______Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. Estudos Avançados, São Paulo, v 6, n. 16, 1992.
_______Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados. São Paulo, Vol. 19, nº 55, 2005.

RABELO, Darino Castro. Transamazônia: integração em marcha. Centro de documentação e publicações do Ministério dos Transportes, 1973.

RABELO, Sylvio. Euclides da Cunha. Editora Civilização Brasileira 1983.

RABINOW, Paul M. The Essential Foucault, (with Nikolas Rose), New York: The New Press, 2003.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o nao de 1821 até 1835. Volume I (tomos I e II da edição original, publicados em 1865 e 1868, respectivamente), Volume II. Coleção Amazônia Série José Veríssimo. Universidade Federal do Pará, 1970

RAFFESTIN, Claude. "Écogénese territoriale et territorialité". In: Franck Auriac & Roger Brunet (coords.). Espaces, jeux et enjeux. Paris: Fayard, 1986, p. 173-185.

_______ Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAGIN, Charles The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies. Berkeley: University Press, 1989.
RAMOS, Alcida Rita. “The hyperreal Indian”. Critique of Anthropology 14 (2), 1994, p. 153-171.

RATZEL, F. Géographie Politique. Paris: Econômica, [1897] 1988.

REBELO, Darino Castro. Transamazônica – Integração em marcha. Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes, 1973.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia que os portugueses revelaram. Coleção Vida Brasileira. Ministério da Educação e Cultura: Serviço de Documentação, 1965.
_______ O impacto amazônico na civilização brasileira. Rio de Janeiro, INL, 1972.
_______ A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973.
_______ Limites e demarcações na Amazônia Brasileira, 2 vols. Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993.

REIS, Nathacha Regazzini Bianchi. “Motins Políticos, de Domingos Antonio Raiol. Memória e historiografia”. Revista Intellectus / Ano 04 Vol. I – 2005. ISSN 1676 – 7640. Disponível em www2.uerj.br/~intellectus.

RELATÓRIO da CPI da Internacionalização. Publicação do relatório na integra na Revista Brasileira de Política Internacional Ano XI – Nº 41/42 – Mar/Jun 1968. Rio de Janeiro: IBRI, 1968.

REZEK, Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar. 8ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIBEIRO, Berta G. Amazônia Urgente – Cinco Séculos de História e Ecologia. Rio de Janeiro, Ed. Itatiaia, 1990.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Utopia/Ideologia do Desenvolvimento.. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, n. 34, p. 59-101, 1991a.
_______ Empresas Transnacionais: um grande projeto por dentro. ANPOCS Ed. Marco Zero, 1991b.
_______ “Bichos-de-Obra: Fragmentação e Reconstrução de identidades”. Revista Brasileira de Ciências Sociais 18. 1992, p. 30-40.
_______ _______*Cultura e Política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: Editora da UnB, 2000.
_______ O Capital da Esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da UnB, [1980] 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins & Arturo ESCOBAR (eds.). World Anthropologies: Disciplinary Transformations within Systems of Power. New York: Berg, 2006.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. A questão Geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita. Belém: Editora UFPA, 2006.

RISSE-KAPPEN, T. “Public opinion, domestic structure, and foreign policy in liberal democracies”. World Politics, Vol. 43, p. 479-512. 1991.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. O que são Relações Internacionais? Coleção primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

RONCKEN, Theo. La Lucha contra las drogas y la proyección militar de Estados Unidos: Centros Operativos de Avanzada en América Latina y el Caribe. Quito & Amsterdam: Ediciones ABYA-YALA & Transnational Institute (TNI), 2004.

RONDON, Candido Mariano da Silva. “Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas. Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso - Ministério da Guerra – Estado Maior do Exército. São Paulo: Companhia Litográfica Ipiranga, 1956.

ROSENAU, James. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Editora Oficial do Estado, 2000.

ROUQUIÉ, Alain. O Estado Militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

ROUSSEAU, J. J. O Contrato social. São Paulo: Martins Fontes, [1762]1989.

RUA (1998)**,** Maria das Graças. “Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos”. In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). O Estudo da Política: Tópicos Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1976] 2003.
_______ Ilhas de História. Tradução de Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1987] 1990.
_______ “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em via de extinção” Partes 1 e 2. Em: Mana 3 (2), pp. 103-150, 1997.
_______“Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do ‘Sistema Mundial’”. XVI Reunião Brasileira de Antropologia – ANAIS, 2003.

SAID, Edward. Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, [1978] 1990.

SALDANHA, Nelson Nogueira. História das Ideias Políticas no Brasil. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, 2001.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza & Leda Maria de ALMEIDA (orgs). Diálogos com a teoria da representação social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
_______ A natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920).* São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1980.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier. Anthropology and Development: understanding contemporary social change; translated by Antoinette Tidjani Alou. London & New York: ZED Books, 2005.

SARTORI, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. In The American Political Science Review. V. 64,n.4, 1970, p. 1033-1970.

SAUTCHUK, Carlos. E. O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). Tese de doutorado. Brasília: DAN/ICS/UnB, 2007. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/Tese79.pdf.

SCOTT, James. Seeing like a State: How certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

SCOTT, Len and Peter JACKSON. “The Study of Intelligence in Theory and Practice.” Intelligence and National Security 19: 139-169; Summer 2004.

SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SENADO FEDERAL. A Internacionalização da Amazônia: risco real ou temor infundado?”, objeto do Requerimento n° 01, de 2005/CRE, de autoria do Senador Jefferson Péres, aprovado em 03 de março de 2005.
_______ Diário do Senado Federal – Suplemento. Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional, sessão “a Internacionalização da Amazônia – risco real ou temor infundado”, realizada no dia 7 de abril de 2005.
_______ Secretaria de Comissões. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ata da 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. 15 de agosto de 2011.

SHULSKY, Abram N. and Jennifer SIMS. What is Intelligence? Washington, DC: Consortium for the Study of Intelligence, 1992.

SIGAUD, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As barragens de sobradinho e machadinho”. Em: Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares: Aspectos econômicos, Tecnológicos, Ambientais e Sociais. Coordenado por L. P. Rosa, L. Sigaud e O. Mielnik. São Paulo: Editora Marco Zero em co-edição com CNPq, 1988.

SILVA, Ana Zuleide Barroso. Construção de Governança nos Espaços Fronteiriços Brasil e Venezuela. Tese de Doutorado. Brasília: REL/UnB, 2011.

SILVA, Golbery do Couto. Conjuntura Política Nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil. Coleção temas brasileiros. Volume 7. Brasília: Editora UnB, [1967] 1981ª .
_______ Planejamento Estratégico. 2ª Ed. Brasília: Editora UnB, [1955] 1981[b].
_______Geopolítica do Brasil. 2ª Edição. Coleção Documentos Brasileiros, 126. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, [1955] 1967.

SMITH, Richard J. Negotiating Environment and Science: An Insider's View of International Agreements, from Driftnets to the Space Station. Hardcover, 2003.

SOARES, José Carlos de Macedo. Fronteiras do Brasil no regime colonial. Rio de Janeiro, 1939.

SOARES, Teixeira. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, 1972.

SOBEL, Richard. The impact of public opinion on US foreign policy since Vietnam. Oxford, Oxford University Press, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. 3ª Edição. Civilização Brasileira, 1979.

SOJA, Edward. The Political Organization of Space. Washington, D.C.: Association of American Geographers, Resource Papers, [1971] 1993.
_______ Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão técnica de Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1989] 1993.

SOBEL, Richard. The impact of public opinion on U.S. foreign policy since Vietnam. New York, 2001.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz – Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos & Henyo Trindade BARRETTO (orgs.). Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de & Maria BARROSO-HOFFMANN (orgs.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

SOUZA, Israel Pereira Dias de & Elder Andrade de Paula. "Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA): "Cooperação Internacional" e/ou "Ecoimperialismo"? ANPPAS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-571-280-20080509114537.pdf Acesso em 14/02/2012.

SPRANDEL, Márcia Anita. Breve genealogia sobre os estudos e fronteiras e limites no Brasil. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (orgs) Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: UnB, 2005.

STEINBERGER, Marília. “A influência alemã na geografia política do Brasil”. In: Albene Menezes e Mercedes Kothe (org.), Brasil-Alemanha 1827-1997: perspectivas históricas. Brasília: Theasaurus, 1997.

STELLA, Thomas Henrique de Toledo. A integração econômica da Amazônia (1930-1980). Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da UNICAMP, 2009.

STOCKING Jr., George. “On the Limits of ‘Presentism’ and ‘Historicism’ in the Historiography of the Behavioral Sciences. In: Race, Culture, and Evolution: essays in the History of Anthropology. New York: The Free Press, 1968.

STRATHERN, M. No nature, no culture: the Hagen case. In: MACCORMACK, C. & STRATHERN, M. (Ed.). Nature, culture and gender. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p. 174-222.
_______ After nature: English kinship in the late twentieth century. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1992.

TAMBIAH, Stanley J. Leveling Crowds. Ethnonationalistic conflicts and collective violence in South Asia. Berkeley: University of California Press, 1996.
_______ Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective. Cambridge: Havard University Press, 1985.

TARDE, Gabriel. A Opinião e as massas. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2005.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido (1839-1875). O Valle do Amazonas: a livre navegação do Amazonas. Estatística, produções, commercio, questões fiscaes. 2ª Edição. Série 5ª Brasiliana, Vol. 106. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, [1866] 1937.
_______ Discursos Parlamentares. Brasília: Senado Federal, 1977.
_______ O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975 (Brasiliana, v. 106).

TAUSSIG, Michael. O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul. Tradução de Priscila Santos da Costa. São Paulo: Ed. UNESP, [1980] 2010.

TAYLOR, Charles. “The Politics of Recognition”, em A. Gutmann (org.) Multiculturalism (Examining the Politics of Recognition). Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 25-73.
________ “What is a ‘Social Imaginary’?”. In: Taylor, Charles. Modern Social Imaginaries. Duke University Press, 2004.
TEIXEIRA, Ariosto. A judicialização da política no Brasil (1990-1996). Dissertação de Mestrado, Brasília, UnB, 1997.

TENÓRIO, Oscar. “Tavares Bastos, profeta da Amazônia”, in edição comemorativa do centenário de morte do autor da obra O Vale do Amazonas. São Paulo: Editora Nacional; 1975.

TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOYNBEE, Arnold. Study of History. Londres: Oxford University Press, [1934] 1987.

TRAVASSOS, Mario. Projeção Continental do Brasil. Série 5ª Brasiliana, vol. 50. Biblioteca Pedagogica Brasileira. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

THOMPSON, John. A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Editora Vozes, [1995] 2004.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

TROY, Thomas F. "The 'Correct' definition of Intelligence." International Journal of Intelligence and Counterintelligence 5 (winter 1991-1992): 433-454.

TURNER, Fredrick J. O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens. RJ: Ed Campus, 1990.

TURNER, Victor. Dramas, fields, and metaphors: Symbolic action in human society. Ithaca: Cornell University Press, 1974.
_______ Dewey, Dilthey, and drama: an essay in the anthropology of experience. In: TURNER, V. & BRUNER, E. (Ed.) The anthropology of experience. Chicago: University of Illinois Press, 1986, p. 33-44.
VARELA, F. Ethical know-how: action, wisdom, and cognition. Stanford: Stanford University Press, 1999.

VEBLEN, Thorstein B. The Theory of Business Enterprise. New York: Charles Scribner's Sons, [1904] 1932.
_______ Essays in our Changing Order New York: A. Kelley. [1934] 1964.

VELHO, Otávio G. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo: Difel, 1976.
_______ Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
_______ "Campesinato e Política"; Anuário Antropológico 77, 1979.
_______ A Luta pela Terra. Editora Vozes., 1978.
_______ Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
VERDUM, Ricardo (org.). Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais. Brasília: INESC, 2007.

VIANA, Hélio. História das Fronteiras do Brasil. Volumes CXXXII e CXXXIII. Biblioteca Militar. Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1948.

VIANNA, Luís Werneck (orgs.). A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Revan, 1999.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

_______“No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”, Povos indígenas no Brasil. Folheto eletrônico: ISA, 2006.
_______ Filiação intensiva e aliança demoníaca. Novos Estudos CEBRAP, 77, p. 91-126, março de 2007.

VOGEL, Steve. The Pentagon: A history. The Untold Story of the wartime race to build the Pentagon and to restore it sixty years later. New York: Random House, 2007.

WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. Tradução de Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, [1981] 2010.
_______ “The Fractal Person”. In: M. Godelier e M. Strathern (Org.) Big men and great men: personification of power in Melanesia. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. "Globzlization or The Age of Transition? A long-term view of the trajectory of the World-System". IN: Globalization and After. Edited by Samir Dasgupta and Ray Kiely. New Delhi: Sage Publications India Ltd, 2006.

WARNER, Michael. “Wanted: a definition of Intelligence”. Studies in Intelligence 46:15-23, 2002.

WEBER, Max. “Os três tipos puros de dominação legítima”, in: Max Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Organizador e tradutor Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1979.
_______ Bureaucracy. In: The Anthropology of the State: a reader. Edited by Aradhana Sharma and Akhil Gupta. Blackwell Publishing, [1968] 2006.
_______ Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vols. 1 e 2. Tradução de Regis e Karen Barbosa. São Paulo e BSB, Ed. UnB e Imprensa Oficial, [1921] 2004.

ZHOURI, Andréa; Laschefski, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.